

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

BONINNE MONALLIZA BRUN MORAES

**OS EFEITOS DE SENTIDO DOS POSTS DA REDE SOCIAL INSTAGRAM DE
SUJEITOS AUTISTAS DIAGNOSTICADO NA VIDA ADULTA**

CUIABÁ-MT

2025

BONINNE MONALLIZA BRUN MORAES

**OS EFEITOS DE SENTIDO DOS POSTS DA REDE SOCIAL INSTAGRAM DE
SUJEITOS AUTISTAS DIAGNOSTICADO NA VIDA ADULTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo
de Moraes

**Cuiabá-MT
2025**

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e aos docentes que, ao acreditarem no potencial deste projeto, ofereceram o suporte acadêmico necessário à sua concretização.

Registro minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, imprescindível para que eu pudesse conduzir esta pesquisa com maior tranquilidade em relação às questões financeiras. O apoio da CAPES foi fundamental para que eu pudesse me dedicar integralmente ao desenvolvimento deste trabalho, que hoje se materializa nesta tese.

Gostaria de expressar minha gratidão ao professor Dr. Fernando Zolin Vesz, que, com generosidade e confiança, aceitou inicialmente me orientar no ingresso ao Doutorado. Sua disponibilidade e apoio naquele momento foram fundamentais para que eu pudesse iniciar esta etapa tão importante da minha trajetória acadêmica.

Manifesto também minha profunda gratidão ao professor Dr. Antônio Henrique Coutelo de Moraes, meu orientador, por ter acolhido esta pesquisa com generosidade e por ter me conduzido com sabedoria, indicando com precisão os caminhos que precisavam ser revistos e aqueles que deveriam ser trilhados. Sua orientação foi essencial para que este trabalho fosse concluído com êxito e dentro do tempo previsto.

Ao professor Dr. Márcio Evaristo Beltrão, meus sinceros agradecimentos por ter aceitado integrar esta trajetória, contribuindo com atenção e gentileza ao processo.

À professora Dra. Cristinne Leus Tomé, registro meu reconhecimento pelas relevantes contribuições teóricas no campo da Análise do Discurso, pelas valiosas sugestões metodológicas e pelo constante incentivo à continuidade e fortalecimento do nosso grupo de estudos em Análise do Discurso em nossa cidade.

Agradeço, ainda, às professoras Nádia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo e Izabelly Correia dos Santos Brayner, examinadoras externas desta pesquisa, cujos olhares atentos e críticas construtivas ofereceram ensinamentos valiosos e enriquecedores a este trabalho.

À minha família e aos amigos Débora Pereira Lucas e Leandro José Nascimento, expresso minha eterna gratidão pelo apoio, pelo incentivo constante e pelo companheirismo ao longo de toda esta jornada.

E, acima de tudo, agradeço a Deus, a quem devo o que sou. Sua presença constante sustentou-me em todos os momentos, de alegria, tristeza, angústia, ansiedade, fragilidade e conquistas, permitindo-me chegar até aqui.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M827e Moraes, Boninne Monalliza Brun.
OS EFEITOS DE SENTIDO DOS POSTS DA REDE
SOCIAL INSTAGRAM DE SUJEITOS AUTISTAS
DIAGNOSTICADO NA VIDA ADULTA [recurso eletrônico] /
Boninne Monalliza Brun Moraes. -- Dados eletrônicos (1 arquivo
: 324 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Antonio Henrique Coutelo de Moraes.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos
de Linguagem, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: OS EFEITOS DE SENTIDO DOS POSTS DA REDE SOCIAL INSTAGRAM DE SUJEITOS AUTISTAS DIAGNOSTICADOS NA VIDA ADULTA

AUTORA: DOUTORANDA BONINNE MONALLIZA BRUN MORAES

Tese defendida e aprovada em 1º de agosto de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

2. DOUTOR MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

3. DOUTORA CRISTINNE LEUS TOMÉ (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO MATO GROSSO - UNEMAT

4. DOUTORA IZABELLY CORREIA DOS SANTOS BRAYNER (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE

5. DOUTORA NADIA PEREIRA DA SILVA GONÇALVES DE AZEVEDO (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP

6. DOUTORA RENATA FONSECA LIMA DA FONTE (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP

7. DOUTORA SOLANGE MARIA DE BARROS (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

Cuiabá-MT, 1º de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Henrique Coutelo de Moraes**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabelly Correia dos Santos Brayner**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 23:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristinne Leus Tomé**, **Usuário Externo**, em 07/08/2025, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**, **Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8192081** e o código CRC **F4A295B9**.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar os efeitos de sentido presentes nos discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de postagens publicadas na rede social *Instagram*. Considerando que as mídias digitais se configuraram como espaços privilegiados de visibilidade e circulação de discursos, a pesquisa partiu da hipótese de que, ao ocuparem esses espaços, os sujeitos autistas passaram a produzir novas formas de subjetivação e de construção identitária, tensionando os discursos hegemônicos sobre o autismo. A investigação ancorou-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso Materialista Histórica, com base principal nas contribuições de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulando conceitos norteadores como: sujeito, formação discursiva, função imaginária, memória discursiva, ideologia, interdiscurso e efeito de sentidos. O estudo também dialogou com autores como Foucault, Hall, Lacan, Goffman e Indursky, visando compreender a complexidade da constituição do sujeito autista na contemporaneidade. Os objetivos específicos foram: investigar como as mídias sociais influenciaram o processo de constituição identitária de sujeitos autistas adultos; identificar os efeitos de sentido que emergiram em seus discursos; analisar o impacto dos diagnósticos tardios na reformulação de suas identidades; e compreender como os discursos produzidos funcionaram como formas de resistência ideológica. O *corpus* da pesquisa foi composto por postagens de quatro sujeitos adultos autistas diagnosticados tardiamente, coletadas em perfis públicos no *Instagram*, incluindo textos escritos e vídeos com transcrição de fala. A metodologia adotada foi qualitativa, de natureza analítica, com análise discursiva dos recortes selecionados. Os resultados indicaram que os sujeitos se apropriaram da linguagem como espaço de discurso, reinscrevendo-se social e simbolicamente como sujeitos de fala, e não mais apenas como objetos do discurso médico. As redes sociais, nesse contexto, configuraram-se como territórios de disputa de efeitos de sentidos, nos quais os discursos autistas desafiaram os lugares instituídos e construíram novas possibilidades de existência e reconhecimento. Esta pesquisa pretendeu contribuir para os estudos discursivos sobre o autismo e para uma escuta mais sensível das vozes historicamente silenciadas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Autismo em Adultos. Diagnóstico tardio. Redes sociais. Identidade.

ABSTRACT

This work had as its main objective to analyze the effects of meaning present in the discourses of autistic subjects diagnosed late with Autism Spectrum Disorder (ASD), based on posts published on the social media platform Instagram. Considering that digital media have become privileged spaces for visibility and the circulation of discourses, the research was grounded on the hypothesis that, by occupying these spaces, autistic individuals have begun to produce new forms of subjectivation and identity construction, challenging hegemonic discourses about autism. The investigation was anchored in the theoretical framework of Historical Materialist Discourse Analysis, primarily drawing on the contributions of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, and articulating key concepts such as: subject, discursive formation, imaginary function, discursive memory, ideology, interdiscourse, and effects of meaning. The study also engaged with authors such as Foucault, Hall, Lacan, Goffman, and Indursky, in order to grasp the complexity of the constitution of the autistic subject in contemporary society. The specific objectives were: to investigate how social media have influenced the identity formation processes of autistic adults; to identify the effects of meaning that emerged in their discourses; to analyze the impact of late diagnoses on the reformulation of their identities; and to understand how the discourses produced functioned as forms of ideological resistance. The research corpus consisted of posts by four late-diagnosed autistic adults, collected from public Instagram profiles, including written texts and videos with transcribed speech. The adopted methodology was qualitative, analitic in nature, and based on discourse analysis of the selected excerpts. The results indicated that the subjects appropriated language as a space of discourse, re-inscribing themselves socially and symbolically as speaking subjects, no longer merely as objects of medical discourse. In this context, social media emerged as territories for the dispute of meanings, where autistic discourses challenged institutionalized positions and constructed new possibilities for existence and recognition. This research aimed to contribute to discourse studies on autism and to a more sensitive listening to historically silenced voices.

Keywords: Discourse Analysis. Autism in adults. Late diagnosis. Social media. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prevalência do Autismo no EUA até 2023 (via CDC)	33
Figura 2 – Número de pessoas com TEA em cada estado do Brasil.....	36
Figura 3 – Prevalência de TEA por sexo e faixa etária	37
Figura 4 – Prevalência de TEA por faixa etária	38
Figura 5 – Prevalência de TEA por sexo nas faixas etárias jovens	38
Figura 6 – Pessoa com deficiência em cada região do Brasil.....	39
Figura 7 – Taxa de escolarização – população geral vs população com TEA.....	40
Figura 8 – Prevalência de TEA. População geral vs estudantes com 6 anos ou +.....	41
Figura 9 – Distribuição de estudantes de 6 a 14 anos – com TEA vs população geral...42	
Figura 10 – Proporção de estudante com TEA por modalidade de ensino.....	43
Figura 11 – Distribuição percentual por nível de instrução [25 anos ou mais]	44
Figura 12 a – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...63	
Figura 12 b – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...63	
Figura 12 c – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...63	
Figura 12 d – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...63	
Figura 12 e – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...64	
Figura 12 f – TEA em adulto: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico...64	
Figura 13 – Formações Imaginárias	80
Figura 14 – Representação de porcentagem do uso da rede <i>Instagram</i> no Brasil em 2023.....	119
Figura 15 – Uso do <i>Instagram</i> no Brasil em 2023.....	120
Figura 16 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta.....	126
Figura 17 –Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia I.....	131
Figura 18a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia II.....	132
Figura 18b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia III.....	132
Figura 19 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia IV.....	136
Figura 20 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson.....	143
Figura 21 – Recorte de <i>post</i> do <i>Instagram</i> de Lucas Pontes.....	149
Figura 22 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberto II.....	153

Figura 23– Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta III.....	157
Figura 24 - Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta IV.....	161
Figura 25 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta V.....	165
Figura 26 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta – 09 de maio.de 2023.....	171
Figura 27 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta – 23 de maio de 2023.....	172
Figura 28 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta – 02 de abril de 2023.....	174
Figura 29 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Mikaela Roberta – 31 de maio de 2023.....	181
Figura 30 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – 27 de fevereiro de 2023	186
Figura 31 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – Cordão identificador ..	191
Figura 32 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – 19 de março de 2023..	196
Figura 33 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – 13 de agosto de 2023..	200
Figura 34 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – 25 de setembro de 2023.....	204
Figura 35 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Rita de Cássia – 23 de outubro de 2023.....	207
Figura 36 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 13 de maio de 2020.....	211
Figura 37 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 18 de junho de 2020.....	218
Figura 38 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 03 de maio de 2022.....	224
Figura 39 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 26 de maio de 2022.....	227
Figura 39a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – Você gosta do termo ‘Anjo Azul’ I?.....	229
Figura 39b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – Você gosta do termo ‘Anjo Azul’ II?.....	229
Figura 40 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 11 de junho de 2023.....	235
Figura 41 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 22 de julho de 2023.....	237
Figura 42a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto 1, 2/6.....	240
Figura 42b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto 3, 4/6.....	241

Figura 42c – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto 5, 6/6.....	241
Figura 43 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Pedro Jailson – 22 de junho de 2023.....	246
Figura 44 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – História da minha vida.....	253
Figura 45a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Crônica de um autista I	257
Figura 45b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Crônica de um autista II	257
Figura 45c – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Crônica de um autista III	257
Figura 45d – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Crônica de um autista IV	258
Figura 45e – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Crônica de um autista V	258
Figura 46 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – 23 de abril de 2020.....	265
Figura 47 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – 27 de abril de 2020.....	270
Figura 48a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Não é frescura I.....	276
Figura 48b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Não é frescura II.....	277
Figura 48c – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Não é frescura III.....	277
Figura 48d – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Não é frescura IV.....	277
Figura 49a – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA I.....	280
Figura 49b – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA II.....	280
Figura 49c – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA III.....	280
Figura 49d – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA IV.....	281
Figura 49e – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA V.....	281
Figura 50 – Recorte de <i>post</i> no <i>Instagram</i> de Lucas Pontes – Autistas são anjos?.....	291

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – CID- 11 – Atualizações sobre diagnóstico de TEA	27
Quadro 2 – Critérios diagnósticos do autismo.....	28
Quadro 2.1 – Perspectivas de compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	30
Quadro 3 – Pilares do TEA: Comunicação, interação social e padrões comportamentais	49
Quadro 4 – Desafios e abordagens para o diagnóstico do TEA na vida adulta.....	60
Quadro 4.1 – Referencial Teórico Ampliado da Pesquisa	71
Quadro 4.2 -- Formação Discursiva em Foucault e Pêcheux.....	73
Quadro 5 – Caracterização dos sujeitos autistas selecionados na rede social <i>Instagram</i>	123
Quadro 6 – Descrição Sujeito 1: Mikaela Roberto.....	125
Quadro 7 – Descrição Sujeito 2: Rita de Cássia Gregório de Andrade	129
Quadro 8 – Descrição Sujeito 3: Pedro Jailson	140
Quadro 9 – Descrição Sujeito 4: Lucas Pontes	146
Quadro 10 – Formações Imaginárias em torno de ‘frescura’ e ‘exagerado’.....	169
Quadro 11 – As Formações Imaginárias e as posições sujeito nos discursos.....	173
Quadro 12 – As Formações Imaginárias em ‘ser diferente’ e ‘ser divergente’.....	178
Quadro 13 – Formações Imaginárias. Posições sujeito A e B.....	179
Quadro 14 – Sujeito 2. Resistência aos estereótipos	188
Quadro 15 – Sujeito 2. Formações Imaginárias.....	193
Quadro 16 – Sujeito 2. Formações Imaginárias II.....	203
Quadro 17 – Sujeito 3. Formações Imaginárias.....	250
Quadro 18 – Sujeito 4. Formações Imaginárias.....	259
Quadro 19 – Sujeito 4. Formações Imaginárias II	271
Quadro 20 – Sujeito 4. Formações Imaginárias III.....	275
Quadro 21 – Sujeito 4. Formações Imaginárias IV.....	286
Quadro 22 – Sujeito 4. Formações Imaginárias V.....	295
Quadro 23 – Síntese – efeitos de sentido nas análises dos Sujeitos 1, 2, 3 e 4	299

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise de Discurso

CDC – Centro de Controle e Prevenção de Doenças

CID – Código Internacional de Doenças

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

FD – Formação discursiva

FI – Formação ideológica

ONU – Organização das Nações Unidas

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TID – Transtornos Invasivos do Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A COMPLEXIDADE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS.....	19
1.1 Percursos históricos na definição do Transtorno do Espectro Autista.....	19
1.2 Do reconhecimento internacional à política nacional: o caminho da conscientização sobre o autismo	25
1.3 Autismo: um olhar sobre a prevalência crescente e sua etiologia.....	31
1.4 Atualização sobre a prevalência dos diagnósticos de TEA.....	35
1.5 A importância do diagnóstico diferencial no autismo: entre equívocos e especificidades	45
1.6 Entre inconsciente e ideologia: o autismo na perspectiva psicanalítica e Discursiva	51
2 ALÉM DA INFÂNCIA: O SILENCIONAMENTO DO AUTISMO EM ADULTOS.....	58
2.1 Do silêncio ao reconhecimento: fronteiras discursivas do diagnóstico tardio no TEA.....	59
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA AD: CONCEITOS ESSENCIAIS PARA O TRABALHO ANALÍTICO.....	70
3.1 O discurso como objeto de análise: sentido, história e materialidade.....	70
3.2 Fundamentos conceituais da Análise de Discurso	76
3.3 O sujeito na Análise de Discurso: entre a língua, a história e o Inconsciente.....	91
3.4 Entre a Psicanálise e a AD: A construção do Sujeito na Linguagem.....	93
4 IDENTIDADE E SUJEITO DISCURSIVO: A CONSTRUÇÃO PELA DIFERENÇA.....	99
4.1 Identidade.....	100
4.2 O sujeito em rede: discurso, poder e visibilidade nas mídias sociais.....	108
4.3 Identidade autista e diagnóstico tardio: entre o discurso médico e os relatos nas redes.....	112
5 METODOLOGIA.....	118
5.1 Uma leitura discursiva da identidade autista nas mídias sociais.....	118
5.2 Constituição do <i>corpus</i>	121

5.3. Apresentação dos sujeitos da pesquisa: trajetórias e limites discursivos.....	124
5.3.1 Sujeito 1 e os deslocamento do diagnóstico.....	127
5.3.2 Sujeito 2: marcas identitárias e condições de produção.....	128
5.3.3 Sujeito 3: percurso discursivo e condições de produção.....	139
5.3.4 Sujeito 4: do silêncio à compreensão: a trajetória e o reconhecimento do Autismo.....	146
6 AS VOZES DOS SUJEITOS COM TEA: ANÁLISES.....	150
6.1 Sujeito e sentido no espaço digital: análises com base na AD.....	150
6.1.1 Sujeito 1.....	153
6.1.2 Sujeito 2.....	185
6.1.3 Sujeito 3.....	210
6.1.4 Sujeito 4.....	253
6.2. Diagnósticos na vida adulta: Processos de Subjetivação e Discursiva.....	298
EFEITO DE FECHO.....	301
REFERÊNCIAS.....	311
ANEXOS.....	323

INTRODUÇÃO

*“Na vida, só a subjetividade
é que nos conduz às coisas!
É o paradoxo...o resto,
leva-nos ao “autismo”:
a incapacidade de dizer “tu”.”*

Joaquim Pinto.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Tradicionalmente, o autismo foi associado à infância; no entanto, nas últimas décadas, tem-se observado um aumento expressivo de diagnósticos na vida adulta. Essa nova configuração diagnóstica tem despertado o interesse de diferentes áreas do saber, principalmente no que tange às experiências subjetivas dos indivíduos que, ao receberem o diagnóstico tardio, revisitam sua história de vida sob novos sentidos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o número de pessoas autistas reconhecidas formalmente tem crescido significativamente, sobretudo entre jovens e adultos. Isso se deve, em parte, à ampliação dos critérios diagnósticos e ao maior acesso à informação, mas também evidencia um fenômeno social e discursivo que merece ser investigado: como os sujeitos adultos lidam com a descoberta de sua condição e como isso afeta sua constituição identitária.

A relevância desses dados justificou a necessidade de pesquisas que articulem linguagem, subjetividade e sociedade, a fim de compreender os impactos simbólicos, discursivos e sociais do diagnóstico do TEA na vida adulta.

Esta tese se inscreve no campo da Análise do Discurso de linha francesa, com o objetivo de compreender os efeitos de sentido produzidos nos discursos de sujeitos adultos diagnosticados com o TEA de forma tardia, a partir de postagens realizadas na rede social Instagram. A motivação da pesquisa nasceu da atuação clínica como fonoaudióloga e das inquietações surgidas durante sua trajetória acadêmica no campo da linguagem, ampliadas por observações sobre o aumento expressivo de diagnósticos de autismo em adultos.

A problematização deste estudo girou em torno da seguinte questão: de que maneira os adultos diagnosticados tardiamente com TEA construíram e manifestaram

suas identidades discursivamente nas redes sociais, em especial no *Instagram*? Como ocorreu o reposicionamento do sujeito frente ao discurso médico, à sociedade e às normatividades a partir da exposição de seus discursos?

As mídias digitais, especialmente as redes sociais, transformaram-se em espaços privilegiados de circulação de discursos, construção de identidades e produção de sentidos. Nesse cenário, sujeitos antes invisibilizados ou silenciados socialmente encontraram novas possibilidades de fala, representação e pertencimento. O *Instagram*, em particular, consolidou-se como uma das plataformas mais utilizadas mundialmente, com mais de 2 bilhões de usuários ativos, dos quais cerca de 99 milhões estão no Brasil, posicionando o país como o segundo maior em número de usuários (Opinion Box, 2023). Com presença equilibrada entre gêneros, ampla penetração nas classes CDE e participação expressiva de diferentes faixas etárias, a rede tornou-se um espaço transversal e democrático, no qual múltiplos discursos e experiências ganham visibilidade.

É nesse ambiente midiático que diversos sujeitos autistas diagnosticados tardiamente vêm se manifestando, compartilhando suas trajetórias, afetos, desafios e descobertas. Tais postagens não apenas informam, mas performam identidades e tensionam discursos normativos sobre o autismo. Com isso, abriu-se um campo fecundo de investigação discursiva, que nos possibilitou compreender como esses sujeitos produziram sentidos sobre si mesmos e sobre a sociedade a partir de suas interações em redes sociais.

A escolha pelo *Instagram* se justificou por ser uma das plataformas digitais mais utilizadas no Brasil, permitindo observar como os sujeitos construíram performances discursivas e identitárias a partir de suas experiências após o diagnóstico tardio de TEA. Como nos apontou Orlandi (1983), o discurso é lugar de observação da linguagem em funcionamento, em sua totalidade, e por isso, os textos das redes sociais ofereceram uma rica materialidade discursiva para análise.

Com base nessa problematização, estabelece-se o seguinte objetivo geral: analisar os efeitos de sentido presentes nos discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente, publicados na rede social *Instagram*, a fim de compreender como construíram suas identidades discursivas nesse espaço digital. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar se, e de que maneira, as mídias sociais influenciaram o processo de constituição da identidade do sujeito autista adulto;

- Identificar os efeitos de sentido presentes nos discursos publicados pelos sujeitos autistas diagnosticados tardiamente;
- Analisar como os diagnósticos tardios impactaram a constituição de uma nova identidade e novas formas de discursos;
- Compreender a atuação do discurso como prática ideológica nos processos de assujeitamento e resistência.

Considerando o contexto apresentado, esta pesquisa partiu da hipótese de que os sujeitos autistas diagnosticados na vida adulta, ao se apropriarem de espaços discursivos nas redes sociais, construíram novos efeitos de sentido sobre si e sobre o autismo, subvertendo discursos normativos e produzindo formas alternativas de subjetivação.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na escassez de estudos discursivos que enfocam os sujeitos adultos autistas a partir de seus próprios discursos, sobretudo em ambientes digitais. Este trabalho visou preencher essa lacuna, contribuindo com uma análise que define a linguagem como lugar de constituição de sentidos, identidades e modos de existência a partir da materialidade discursiva na rede social *Instagram*.

A pesquisa se ancorou teoricamente na Análise do Discurso Materialista Histórica, fundamentada por Michel Pêcheux (1995, 2014) e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2001, 2015), com aportes conceituais de autores como Foucault (1995, 2001), Lacan (2004), Indursky (2011), Goffman (2002) e Hall (2000). A perspectiva adotada considerou que os sujeitos são constituídos historicamente por discursos que os atravessam, e suas identidades são construídas em relação a formações discursivas que operam em determinados contextos social e ideológico.

A metodologia da pesquisa foi de fórum qualitativa e interpretativa. O *corpus* constituiu-se de postagens realizadas por quatro sujeitos adultos autistas em perfis públicos no *Instagram*. Foram selecionados textos escritos e transcrições de vídeos que evidenciaram marcas identitárias, discursos sobre o diagnóstico e processos de (re)significação. O procedimento analítico seguiu os princípios da Análise do Discurso, focalizando os conceitos: as condições de produção, as formações imaginárias, os deslizamentos de sentido, as formações discursivas e os posicionamentos discursivos.

A estrutura da tese foi organizada em sete capítulos. O primeiro abordou a complexidade do TEA sob diferentes perspectivas (histórica, política, epidemiológica e psicanalítica). O segundo capítulo enfocou o diagnóstico tardio na vida adulta. O terceiro apresentou os fundamentos teóricos da Análise do Discurso. O quarto discute os conceitos

de identidade, sujeito e mídias sociais. O quinto descreveu a metodologia e o *corpus* da pesquisa. O sexto é dedicado à análise dos discursos dos quatro sujeitos, e o sétimo capítulo apresentou as considerações finais e propostas para pesquisas futuras.

Os resultados obtidos evidenciaram que o diagnóstico tardio de TEA desencadeou processos significativos de (re)significação para os sujeitos analisados, instaurando deslocamentos identitários e ressignificando memórias discursivas. Observou-se que, ao se apropriarem do espaço do *Instagram*, esses indivíduos transformaram-no em lugar de visibilidade e resistência, subvertendo sentidos cristalizados sobre o autismo e produzindo novas formas de pertencimento e reconhecimento social. As postagens analisadas revelaram narrativas de acolhimento, empoderamento e reivindicação de direitos, ao mesmo tempo em que tensionaram discursos normativos historicamente associados à condição. Dessa forma, a pesquisa confirmou a hipótese de que as redes sociais, especialmente o *Instagram*, funcionam como arenas discursivas nas quais sujeitos autistas adultos constroem e performam identidades, articulando linguagem, memória e ideologia para produzir sentidos outros sobre si e sobre o autismo.

1 A COMPLEXIDADE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS

*Os autistas são como as borboletas, o processo da metamorfose
Seja lento ou acelerado, não altera sua beleza
Eles não se restringem, voam livres, leves e soltos
Sim, são diferentes dos outros, possuem o seu próprio voo.*
Leticia Butterfield

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um tema de intenso debate e exploração em diversas esferas do conhecimento. Sua complexidade e as particularidades que apresenta instigam pesquisadores a buscar constantemente novas compreensões e respostas. É notável como áreas como a medicina e a educação se destacam nesse cenário, dadas as implicações diretas do TEA tanto no desenvolvimento individual quanto na sua integração social e aprendizado. Diversos teóricos têm contribuído para a definição e explicitação do TEA, como apontam as referências de Gomes (2007), Lazzeri (2010), Schwartzman (2011), Cunha (2013), Pereira (2014a), Barbosa (2014), Barbosa e Fumes (2016), e Donvan e Zucker (2017). Estas múltiplas perspectivas ressaltam a natureza multifacetada do transtorno e a necessidade de abordagens interdisciplinares para sua compreensão e manejo.

1.1 Percursos históricos na definição do Transtorno do Espectro Autista

A trajetória da definição do TEA foi marcada por uma evolução contínua, reflexo do aprofundamento das pesquisas e do refinamento dos critérios diagnósticos. No decorrer do tempo, o entendimento do autismo passou por diversas reformulações, distanciando-se de concepções iniciais mais restritas para abarcar um espectro mais amplo de manifestações. As áreas médica e psicológica têm sido, sem dúvida, a vanguarda nesse processo, desenvolvendo uma vasta gama de estudos que impulsionaram a codificação e a classificação do transtorno. Conforme Barbosa (2014) salienta, é nesse campo que se observa uma enorme quantidade de pesquisas, propiciando uma evolução significativa na forma como o autismo é compreendido e diagnosticado. Essa evolução é crucial, pois um diagnóstico mais preciso e abrangente permite intervenções mais eficazes e personalizadas, melhorando a qualidade de vida das pessoas com TEA e de suas famílias. A constante revisão de manuais diagnósticos, como o Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), é um testemunho dessa busca incessante por clareza e precisão.

Partindo da análise de Lawall e Ribeiro (2022), este capítulo buscará aprofundar a trajetória histórica do reconhecimento de patologias em crianças pela Psiquiatria, evidenciando os avanços e lacunas desse processo. As autoras destacam que, embora Maudsley, em 1867, tenha incluído no livro *Physiology and Pathology of Mind* um capítulo específico sobre crianças, descrevendo sintomas e relacionando-os ao desenvolvimento infantil, essa iniciativa não foi seguida por uma produção contínua de estudos sobre psicoses infantis nas décadas posteriores. A partir dessa constatação, desenvolverei uma análise que percorrerá as principais mudanças conceituais e classificatórias ocorridas ao longo do tempo, examinando como esse movimento impactou a compreensão e o diagnóstico do autismo, e situando essa discussão no diálogo entre a história da psiquiatria e as perspectivas contemporâneas da Análise do Discurso.

Segundo Pessotti (1984), há escassos há poucos registros referentes à deficiência anteriormente a Idade Média, mas sabemos que em Esparta, na Roma Antiga, as crianças com deficiência física ou mental eram consideradas sub-humanas, tanto os nobres como os plebeus tinham legitimidade para lançá-los ao mar, precipícios ou abandoná-los. Essas pessoas com deficiência eram tidas como figuras do cosmo, ‘demoníacas’ e sem alma, não eram consideradas humanas. Com o advento do cristianismo medieval, estas crianças ganham a redenção divina e são portadoras de uma alma, mas esta se encontra entre a condição da caridade e de punição, pois era a expressão do mal. Nesta época, o homem é o próprio mal e, quando falta a razão ou o intelecto, era considerado um ser diabólico.

O médico Jean Marc Gaspard Itard, em 1801, realizou atendimento educacional a pessoas com deficiência mental, evidenciando a importância da educação para essa população (Aranha, 1995). No século XIX, com o fortalecimento do modo capitalista e a necessidade de formar cidadãos produtivos, mantinha-se as pessoas com deficiência em instituições. No século XX, essa população marginalizada, após as duas grandes guerras, passou a ser vista pelo Estado, que começou a reconhecer sua responsabilidade no cuidado com os deficientes no âmbito da educação e do treinamento, período em que proliferaram instituições e, gradualmente, esses indivíduos passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (Aranha, 1995).

Desde os primórdios da psiquiatria, Paul Brecheret (2001) descreve que, nos primeiros decênios do século XIX, no campo da psicopatologia, a nomenclatura utilizada para crianças e adolescentes com problemas mentais ou psicoses infantis era o termo

“idiota” (Brecheret, 2001, p. 30). Embora a preocupação tenha surgido no século XVIII, com o médico Philippe Pinel (1801), este publicou um artigo sobre alienação mental ou mania, no qual descreve um indivíduo que mantém a cabeça elevada, olhar fixo e fala com voz baixa; em outros casos, apresenta humor jovial, gargalhadas incontroláveis, instabilidades emocionais com choro efluente, além de isolamento. Contudo, nesse período, não se acreditava na existência de “loucura” em crianças (Brecheret, 2001).

Entre 1840 e 1880, Édouard Séguin iniciou o tratamento médico-pedagógico para tratar os “idiotas” (conforme o termo e conceito vigentes na época), sistematizando o ensino para pessoas com deficiência mental. Seu método se difundiu internacionalmente, alcançando maior destaque com o médico Théodore Simon e o psicólogo e fisiologista Alfred Binet, que desenvolveram uma escala métrica de inteligência para classificar quantitativamente aptidões cognitivas e sociais (Brecheret, 2001).

Eles examinaram milhares de crianças de diferentes idades, aplicando baterias de tarefas de complexidade diversa, estabelecendo, em 1905, a primeira escala de desenvolvimento da inteligência, que passou a servir como critério de admissão e triagem para as classes especiais. Esse marco técnico e institucional pode ser compreendido à luz da análise de Lacan sobre a função tecnocrática da psicologia, a qual, conforme aponta Cirino (2001, p. 85), assegura, por meio de medições padronizadas, a seleção e a orientação de cada indivíduo, exercendo uma função de controle social inseparável da gestão das multidões no projeto de racionalização da vida cotidiana nas sociedades industriais.

Eles examinaram milhares de crianças de diferentes idades, aplicando baterias de tarefas de complexidade diversa, estabelecendo, em 1905, a primeira escala de desenvolvimento da inteligência, que passou a servir como critério de admissão e triagem para as classes especiais. Eis um bom exemplo da ideia de Lacan sobre a função tecnocrática da psicologia, que, através de suas diversas medições, assegura a seleção e orientação de cada indivíduo, exercendo função de controle social inseparável da gestão das multidões, prevista no projeto de racionalização da vida cotidiana nas sociedades industriais (Cirino, 2001, p. 85).

O psiquiatra Eugen Bleuler, em 1911, utilizou o termo *autismo* para designar um dos sintomas característicos da esquizofrenia (Bleuler, 1911). Entre 1930 e 1937, o médico J. L. Despert observou características da chamada esquizofrenia infantil, estudo que influenciou Leo Kanner (1943) na conceituação do autismo infantil precoce (Despert, 1938; Kanner, 1943).

A partir da década de 1930, iniciou-se o interesse dos pediatras pelas psicoses infantis, ainda fortemente influenciados pelas ideias psicanalíticas. Em 1943, agora classificado como patologia distinta, o autismo foi definido por Leo Kanner, psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos, como uma condição com perturbações diferentes da esquizofrenia infantil. Kanner descreveu crianças com características diferenciadas, como: inabilidade para manter relacionamentos interpessoais; grande dificuldade de linguagem, com algumas falando e outras não utilizando a fala como forma de comunicação; alterações lexicais e sintáticas, como a inversão pronominal (uso da terceira pessoa em lugar da primeira); presença de ecolalia; dificuldade de compreensão literal das palavras; persistência pela invariabilidade, mantendo rotinas rígidas; e estereotípias motoras (Kanner, 1943).

Somente após o fim da Segunda Guerra Mundial o autismo passou a ser mais amplamente reconhecido como categoria diagnóstica e analisado com maior profundidade. Nesse contexto, destaca-se o caso de Donald Gray Triplett (nascido em 1933, em Forest, Mississippi), posteriormente identificado como o *Case 1* descrito por Kanner. Donald esteve internado em um *preventorium* estadual, instituição destinada exclusivamente a crianças brancas de 4 a 12 anos, onde diagnósticos como “cretino”, “lunático”, “mentecapto” e “débil mental” eram comuns, refletindo os preconceitos e concepções da época. Após cerca de um ano de internação, foi avaliado por Kanner, que publicou em 1943 o artigo *Autistic Disturbances of Affective Contact*, descrevendo-o como o primeiro caso clínico de autismo infantil registrado na literatura médica. Kanner defendia que essas crianças apresentavam uma incapacidade inata para estabelecer contato afetivo, definição que influenciou as formulações diagnósticas subsequentes (Kanner, 1943; Silverman, 2012).

No mesmo período, em Viena, o psiquiatra Hans Asperger estudou crianças com características semelhantes, porém com melhor desenvolvimento linguístico e habilidades cognitivas preservadas, descrevendo em 1944 o que mais tarde seria denominado *Síndrome de Asperger* (Asperger, 1944). Embora os trabalhos de Kanner e Asperger tenham ocorrido de forma independente, ambos contribuíram para o delineamento inicial das categorias diagnósticas dentro do espectro autista.

O transtorno fundamental fotognomônico mais destacado é a incapacidade da criança de se relacionar de maneira ordinária com pessoas e situações desde o início da vida. Os pais referiam-se a eles como tendo sido sempre “autossuficientes”; “como em uma concha”;

“mais feliz quando deixado sozinho”; “agindo como se as pessoas não estivessem lá”; “perfeitamente alheio a tudo sobre ele”; dando a impressão de sabedoria silenciosa; “caindo para desenvolver a quantidade habitual de social consciência”; “agir quase como se estivesse hipnotizado”. “isso não é, como em crianças ou adultos esquizofrênicos, um afastamento de um relacionamento inicialmente presente; não é um “afastamento” da participação já existente (Kanner, 1943, p. 42).

Kanner (1943) identificou características como a inabilidade de usar a linguagem de forma funcional, atrasos graves no desenvolvimento, fala ecológica, disfunções lexicais e sintáticas, inversões pronominais, uso inadequado de plurais, interpretação literal da fala, persistência na mesmice e na rotina, além de incômodo quando esta era quebrada

Concomitantemente ao trabalho de Kanner, Hans Asperger (1944) descreveu, em Viena, uma série de casos clínicos com características semelhantes às observadas no *autismo infantil precoce*, mas com diferenças relevantes. Em sua pesquisa, os sinais tornavam-se mais evidentes por volta dos quatro a cinco anos de idade, enquanto nos casos relatados por Kanner a média era de aproximadamente dois anos e meio. Apesar de, em ambos, as alterações incidirem principalmente sobre a comunicação e a interação social, nas crianças estudadas por Asperger os quadros eram mais brandos, com preservação e até precocidade no desenvolvimento da linguagem, além de habilidades específicas em determinadas áreas. O autor denominou esse quadro de *Distúrbio Autista de Cunha Afetivo (Autistische Psychopathen)* e destacou, como traço nuclear, o comprometimento qualitativo no relacionamento do indivíduo com o ambiente social.

A popularização do termo autismo ocorreu na década de 1950. Na sua origem, difundiu-se a chamada teoria da “mãe geladeira” (*refrigerator mother*), expressão utilizada pelo psicanalista infantil Bruno Bettelheim, que desenvolvia diferentes formas de tratamento para crianças com alterações psíquicas. Apoiado nas teorias freudianas, Bettelheim publicou, em 1967, o livro *A fortaleza vazia*, no qual reafirmou essa hipótese como explicação para a origem do autismo. Contudo, tal teoria foi progressivamente abandonada em razão da fragilidade de seus fundamentos e dos avanços científicos nas pesquisas sobre o transtorno (Bettelheim, 1967).

A partir de 1980, a definição inovadora de Michael Rutter e o aumento de produções científicas sobre o autismo influenciaram a confecção do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) -3. Nesta edição do manual, o autismo foi reconhecido, pela primeira vez, como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), não mais como psicose.

Esta terminologia designou que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas. (Silverman, 2012)

Chegando ao início da década de 1980, a psiquiatra britânica Lorna Wing ampliou significativamente o entendimento sobre o autismo ao propor o conceito de espectro autista, fundamentando-se na observação clínica de que as manifestações do transtorno não se limitavam a categorias rígidas, mas se distribuíam em um continuum com diferentes graus e formas de apresentação. Essa proposta foi formalizada no artigo *Asperger's Syndrome: A Clinical Account* (1981), em que a autora também contribuiu para popularizar o termo “síndrome de Asperger”, trazendo visibilidade a casos até então pouco reconhecidos na literatura psiquiátrica. Pesquisadora, médica clínica e mãe de uma criança autista, Lorna Wing defendeu a necessidade de uma compreensão mais ampla e precisa do autismo, de modo a possibilitar serviços mais específicos para os indivíduos e suas famílias.

Em parceria com a médica Judith Gould, fundou a National Autistic Society e criou, em 1991, o Centre for Social and Communication Disorders, primeiro serviço integrado voltado ao diagnóstico, orientação e pesquisa sobre o autismo no Reino Unido, que, em 2008, passou a se chamar Lorna Wing Centre for Autism. Esses espaços tornaram-se referências internacionais tanto na oferta de apoio clínico quanto na produção de conhecimento, contribuindo para consolidar o paradigma do espectro na formulação de políticas públicas e práticas terapêuticas (Wing, 1981; Gould; Wing, 1991)

Em 1988, o psicólogo Ivar Lovaas publicou um estudo que validou os benefícios da terapia comportamental intensiva para crianças com autismo. Sua pesquisa incluiu dezenove participantes, com idades entre quatro e cinco anos, submetidos a 40 horas semanais de intervenção intensiva ao longo de dois anos. Os resultados indicaram um aumento médio de 20 pontos no quociente de inteligência (QI) dos participantes (Lovaas, 1988). Durante as décadas de 1980 e 1990, a terapia comportamental e os ambientes de aprendizagem altamente estruturados consolidaram-se como as principais abordagens terapêuticas para o autismo.

Posteriormente, observou-se a aproximação entre os critérios diagnósticos do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Fourth Edition (DSM-IV) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – Décima Revisão (CID-10), favorecendo a padronização e instrumentalização do diagnóstico. Nesse contexto, a Síndrome de Asperger foi incorporada ao DSM-IV, sendo

atribuída a casos mais leves do espectro, geralmente em indivíduos com maior funcionalidade adaptativa.

1.2 Do reconhecimento internacional à política nacional: o caminho da conscientização sobre o autismo

Nos anos de 2000, novas perspectivas incidiram sobre o autismo. Em 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para conclamar a população visando a importância de conhecer e tratar o autismo, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde. E, no Brasil, a data 2 de abril passou a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

Em 2012, foi sancionada no Brasil a Lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, representando um marco legal fundamental para a garantia e a ampliação dos direitos dessa população. No ano seguinte, em 2013, o DSM-5 promoveu uma mudança significativa na classificação diagnóstica, unificando todas as subcategorias do autismo sob a denominação única de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O termo *espectro* refere-se a uma gama de variáveis e características, como intensidade dos sintomas, perfil de habilidades cognitivas, presença de comorbidades e necessidades de suporte, que se manifestam de forma singular em cada indivíduo. Essa definição reconhece a diversidade e a complexidade das apresentações clínicas, organizando o diagnóstico a partir de diferentes níveis de gravidade e de suporte necessários.

Com a publicação do DSM-5 em 2013, a Síndrome de Asperger deixou de ser considerada uma condição diagnóstica separada, passando a ser incluída no espectro do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O diagnóstico passou a ser definido por dois critérios principais: (1) déficits persistentes na comunicação e na interação social; e (2) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2013). Em 2014, um estudo de coorte populacional realizado na Suécia demonstrou que os fatores ambientais têm importância comparável à genética para o desenvolvimento do autismo, contestando estimativas anteriores que atribuíram de 80% a 90% do risco exclusivamente à herança genética. A pesquisa acompanhou mais de dois milhões de

peessoas nascidas entre 1982 e 2006, avaliando variáveis como complicações no parto, infecções maternas e uso de medicamentos antes e durante a gestação (Modabberniya et al., 2014).

No Brasil, em 2015, foi promulgada a Lei n. 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ampliou a proteção aos indivíduos com autismo e definiu, em seu art. 2º, a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (Brasil, 2015). O Estatuto representou um marco importante na defesa da igualdade de direitos, no combate à discriminação e na regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário. Tais decisões expressam a determinação do Estado sobre o sujeito, conforme aponta Orlandi (2015, p. 191), ao destacar que o sujeito se torna “deficiente” pelo assujeitamento às instâncias estatais.

Em uma posição em que levamos em conta não só o imaginário social, mas também as condições de produção dos sujeitos e dos sentidos, podemos dizer que não se nasce intolerante, torna-se intolerante, ou não se nasce aluno, torna-se aluno, e, do mesmo modo, não se nasce uma pessoa com deficiência (o que isto significa?) torna-se pessoa com deficiência em um processo que envolve o indivíduo, seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significado, etc. (Orlandi, 2015, p.191)

A Proposta de Ementa Complementar (PEC) n. 25/2017 (Brasil, 2017) modificou, em dez artigos da Constituição, expressões como ‘pessoa portadora de deficiência’ ou ‘portador de deficiência’ por ‘pessoa com deficiência’. A padronização seguiu uma definição da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2020, entrou em vigor a Lei n. 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, que consta no seu texto a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita e fica sob a responsabilidade de estados e municípios. Documento este que comprovou que o laudo médico tem um papel facilitador no acesso aos direitos previstos na Lei Berenice Piana.

Em 2022, um novo marco foi estabelecido no campo da saúde mental com a implementação da 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11). Essa versão passou a adotar oficialmente a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), em consonância com o que já

havia sido proposto pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) -5. Tal mudança representou um avanço significativo, ao unificar sob uma única designação diagnóstica os quadros anteriormente categorizados como Transtornos Globais do Desenvolvimento.

A CID, instituída pela Organização Mundial da Saúde (OMS), constitui a principal ferramenta de normatização e vigilância epidemiológica das doenças em âmbito internacional, sendo utilizada por profissionais de saúde em todo o mundo. A versão mais recente, a CID-11, apresenta atualizações relevantes para a compreensão e diagnóstico do TEA, conforme demonstrado na nova classificação abaixo transcrita:

Quadro 1. CID-11. Atualizações sobre diagnóstico do TEA.

6A00 Transtornos do desenvolvimento intelectual
6A01 Distúrbios do desenvolvimento da fala ou da linguagem
6A02 Transtorno do espectro do autismo
6A02.0 Transtorno do espectro do autismo sem distúrbio do desenvolvimento intelectual e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional
6A02.1 Transtorno do espectro do autismo com transtorno do desenvolvimento intelectual e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional
6A02.2 Transtorno do espectro do autismo sem distúrbio do desenvolvimento intelectual e com linguagem funcional prejudicada
6A02.3 Transtorno do espectro do autismo com transtorno do desenvolvimento intelectual e linguagem funcional prejudicada
6A02.5 Transtorno do espectro do autismo com transtorno do desenvolvimento intelectual e com ausência de linguagem funcional
6A02.Y Outro transtorno do espectro do autismo especificado
6A02.Z Transtorno do espectro do autismo, não especificado
6A03 Transtorno de aprendizagem do desenvolvimento
6A04 Transtorno do desenvolvimento da coordenação motora
6A05 Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade
6A06 Transtorno de movimento estereotipado

Fonte: CID .11. Transtorno do Espectro Autista, 2022.

Concomitantemente à classificação estabelecida pela CID-11, destaca-se o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), elaborado e publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Atualmente em sua quinta edição (DSM-5), este manual

constitui uma das principais referências internacionais para o diagnóstico de transtornos mentais, incluindo o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

O DSM-5 é amplamente utilizado por médicos psiquiatras e outros profissionais da saúde mental, e sua elaboração baseia-se em consensos clínicos e científicos construídos por grupos especializados na área da psiquiatria e neurociências. A seguir, apresentamos os critérios diagnósticos para o TEA, conforme estabelecido nesta versão do manual:

Quadro 2. Critérios diagnósticos do autismo.

Critérios Diagnósticos do Autismo – A A. Déficits persistentes na comunicação social e interação por meio de múltiplos contextos, conforme manifestados a seguir, atualmente ou pela história (exemplos são ilustrativos, não exaustivos, ver texto): • Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, e dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. • Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal, ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. • Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas, ou em fazer amigos a ausência de interesse por pares. Critérios Diagnósticos do Autismo – B B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestados por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou pela história (os exemplos são ilustrativos, não exaustivos; ver texto): • Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (por exemplo, estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas). • Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (como sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente). • Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos). • Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (como indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento). Critérios Diagnósticos do Autismo – C, D e E C. Os sintomas devem estar presentes no período inicial do desenvolvimento (mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou possam ser mascaradas pelas estratégias aprendidas na vida adulta). D. Os sintomas causam prejuízos clinicamente significativos em áreas ou sociais, ou ocupacionais ou outras áreas importantes do funcionamento atual. E. Esses distúrbios não são melhores explicados pela deficiência intelectual (distúrbio intelectual do desenvolvimento) ou pelo atraso global no desenvolvimento. Deficiência intelectual e transtorno do espectro autista frequentemente podem ser concomitantes. Para identificar

comorbidades diagnósticas do transtorno do espectro do autismo e da deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo da esperada para o nível geral de desenvolvimento.

Nota: Indivíduos com um diagnóstico bem estabelecido de DSM-IV de transtorno autista, transtorno de Asperger ou transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação devem receber o diagnóstico de transtorno do espectro do autismo. Indivíduos que têm déficits acentuados na comunicação social, mas cujos sintomas não satisfazem os critérios para o transtorno do espectro do autismo, devem ser avaliados quanto ao transtorno de comunicação social (pragmático).

Especifique se:

- Com ou sem acompanhamento de deficiência intelectual;
 - Com ou sem acompanhamento de problemas de linguagem;
 - Associado com uma condição médica ou genética conhecida ou fator ambiental;
- (Nota de codificação: use código adicional para identificar a condição médica ou genética associada.)
- Associado a outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental;
- (Nota de codificação: Use código adicional[s] para identificar o distúrbio neurológico, mental ou comportamental associado.)
- Com catatonia.

Níveis de Funcionamento para o Transtorno do Espectro do Autismo

Nível 1 LEVE – “Necessidade de pouco apoio”

Sem suportes, os déficits na comunicação social causam deficiências visíveis. Dificuldade em iniciar interações sociais e exemplos claros de resposta atípica ou malsucedida à aberturas sociais de outros. Pode parecer ter diminuído o interesse em interações sociais.

Por exemplo, uma pessoa que é capaz de falar frases completas e se engajar em comunicação. Mas cuja conversa para frente e para trás com os outros falham, e cujas tentativas de fazer amigos são estranhas e normalmente malsucedidas.

A inflexibilidade do comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade de alternar entre atividades. Problemas de organização e planejamento dificultam a independência.

Nível 2 MODERADO – “Necessidade de apoio substancial”

Déficits acentuados nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; deficiências sociais aparentes mesmo com suportes no local; iniciação limitada de interações sociais; e respostas reduzidas ou anormais à aberturas sociais de outros.

Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação é limitada a interesses especiais restritos e que tem uma comunicação não verbal marcadamente estranha.

A inflexibilidade do comportamento, a dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/ repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios para o observador casual e interferir no funcionamento em uma variedade de contextos. Aflição e/ ou dificuldade em mudar o foco ou a ação.

Nível 3 SEVERO – “Necessidade de apoio muito substancial”

Os déficits severos nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam graves prejuízos no funcionamento, iniciação muito limitada das interações sociais e resposta mínima às aberturas sociais de outros. Por exemplo, uma pessoa com poucas palavras de fala inteligível que raramente inicia interação e, quando o faz, faz abordagens incomuns para atender apenas às necessidades e responde apenas às abordagens sociais muito diretas.

A inflexibilidade do comportamento, a extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/ repetitivos interferem de maneira marcante no funcionamento de todas as esferas. Grande aflição/ dificuldade mudando o foco ou a ação.

Fonte: Adaptado pela autora de DSM-5 (2014).

Há, como fechamento desta seção, o quadro dos níveis de suporte para o Transtorno do Espectro Autista, que sintetiza as classificações previstas no DSM-5 e na CID-11, balizando o planejamento de intervenções e políticas públicas. No entanto, a

compreensão do que é o TEA ultrapassa a dimensão classificatória e biomédica. Do ponto de vista clínico, o espectro é frequentemente enquadrado como uma deficiência do neurodesenvolvimento, marcada por alterações na comunicação social e pela presença de comportamentos restritos e repetitivos.

Contudo, sob a ótica discursiva e social, o autismo também pode ser concebido como uma condição, uma singularidade constitutiva da subjetividade, cuja existência não se limita ao déficit, mas se inscreve na diversidade humana. Esta perspectiva desloca o foco da “normalização” para o reconhecimento da diferença, questionando o imaginário social que produz o sujeito autista como deficiente a partir do assujeitamento ao Estado e a determinadas formações discursivas. Assim, compreender o TEA envolve tensionar essas duas dimensões (a biomédica e a sociointeracional) e reconhecer que os sentidos atribuídos a ele variam conforme as condições de produção e os lugares sociais de onde se fala.

Para melhor visualizar essa tensão conceitual, apresento a seguir um quadro comparativo que sintetiza as principais diferenças e complementaridades entre a perspectiva biomédica e a perspectiva discursiva/sociointeracional na compreensão do TEA:

Quadro 2.1 – Perspectivas de compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Aspecto	Perspectiva Biomédica	Perspectiva Discursiva/Sociointeracional
Definição	Classificado como transtorno do neurodesenvolvimento no DSM-5 e CID-11, caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos/repetitivos de comportamento.	Entendido como condição ou singularidade na forma de ser, estar e interagir no mundo, cuja constituição subjetiva é atravessada pela linguagem e pelo contexto social.
Foco	Identificação de sintomas, diagnóstico, tratamento e intervenção para reduzir déficits e aumentar habilidades adaptativas.	Análise de como discursos e práticas sociais produzem sentidos sobre o autismo e posicionam o sujeito autista em determinadas formações discursivas.
Objetivo principal	Melhorar funcionamento adaptativo e qualidade de vida por meio de intervenções terapêuticas baseadas em evidências.	Promover reconhecimento, inclusão e deslocamento de sentidos hegemônicos que associam autismo exclusivamente ao déficit.

Aspecto	Perspectiva Biomédica	Perspectiva Discursiva/Sociointeracional
Risco de reducionismo	Reduzir o autismo a um conjunto de sintomas clínicos, desconsiderando a subjetividade e a diversidade de experiências.	Negligenciar a importância de estratégias terapêuticas que possam favorecer autonomia e participação social.
Lugar social do sujeito autista	Frequentemente marcado pela categoria de “pessoa com deficiência” conforme legislação e políticas públicas.	Posicionado como sujeito de direitos, produtor de sentidos e participante ativo na construção de sua identidade e narrativas sobre si.
Efeito no imaginário social	Reforça a necessidade de diagnóstico precoce e intervenções baseadas em parâmetros normativos.	Amplia o campo de sentidos possíveis, incorporando noções de neurodiversidade e aceitação da diferença como parte da diversidade humana.

A partir dessa comparação, torna-se evidente que a compreensão do TEA não se limita a uma definição única ou estática: ela é construída na intersecção entre saberes médicos, políticas públicas, práticas sociais e narrativas individuais. Essa pluralidade de sentidos abre espaço para uma abordagem mais inclusiva, que reconheça tanto a importância de recursos clínicos e de suporte quanto o valor da diversidade e da singularidade de cada sujeito autista. Essa perspectiva será fundamental para a análise que se segue, na qual examino como tais sentidos se materializam nos discursos produzidos por sujeitos diagnosticados na vida adulta, especialmente no espaço digital do *Instagram*.

1.3 Autismo: um olhar sobre a prevalência crescente e sua etiologia

Em 2023, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) publicou dois relatórios indicando que a prevalência do autismo no país era de uma criança autista a cada 36 crianças de 8 anos de idade. Comparando com o ano de 2016, que apontou 1 criança com autismo para cada 54, observou-se um acréscimo de mais de 22% em relação ao estudo anterior. Assim dizendo, estima-se que 1% a 2 % da população esteja dentro do espectro.

No Brasil, o Censo de 2022¹, por meio de um quesito específico do instrumento censitário, no qual se perguntava ao informante responsável pelo domicílio se algum dos moradores havia recebido diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) por um profissional de saúde. As informações foram posteriormente organizadas e disponibilizadas de forma desagregada por sexo, cor ou raça, faixas etárias e níveis de escolarização. Esses dados foram estruturados para diferentes recortes territoriais, abrangendo o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Municípios, constituindo uma base sólida e abrangente para investigações científicas e análises aprofundadas sobre a prevalência e o perfil sociodemográfico das pessoas com TEA no país (IBGE, 2024). (anexo 1).

A análise histórica da prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil revela avanços significativos na produção de dados estatísticos sobre o tema. No ano 2000, estimava-se que, em uma população de aproximadamente 200 milhões de habitantes, cerca de 2 milhões fossem pessoas com autismo. Entretanto, tais números derivavam de projeções genéricas, sem respaldo em levantamentos populacionais de grande escala e careciam de validação empírica. Conforme salientado por Francisco Paiva Jr., editor-chefe da *Revista Autismo*, somente a realização de um censo populacional possibilitaria a obtenção de dados mais precisos e representativos acerca dessa população (Paiva, 2021).

Esse cenário foi parcialmente superado com o Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela primeira vez, o levantamento incluiu um quesito específico sobre diagnóstico de autismo, permitindo mapear, com base em autorrelato do responsável pelo domicílio, a ocorrência do TEA entre os moradores. A aplicação da pergunta foi realizada com uso de questionário da amostra, respondido em aproximadamente 11% das cerca de 78 milhões de residências particulares permanentes existentes no país, o que corresponde a aproximadamente 8,5 milhões de domicílios.

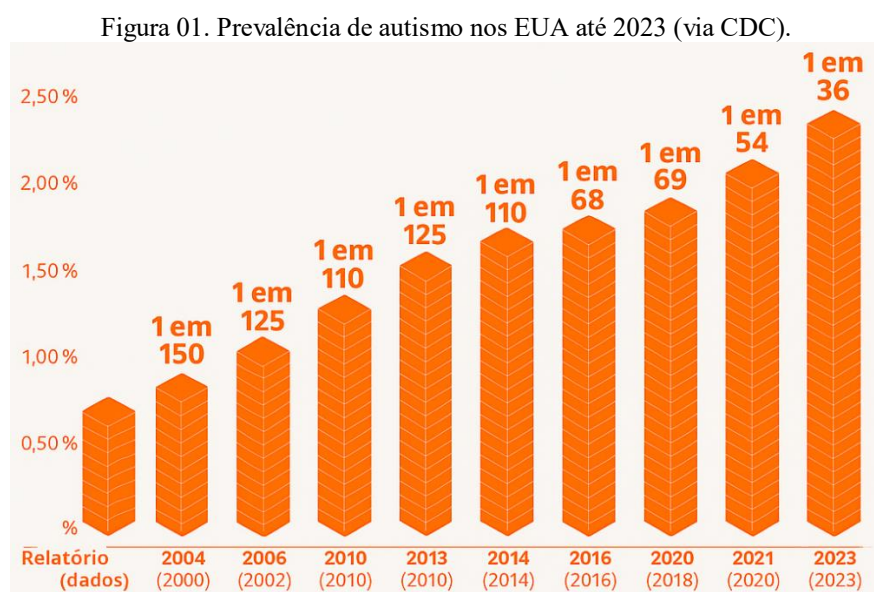
Os dados oriundos do Censo de 2022 representaram um marco na consolidação de estatísticas oficiais sobre o autismo no Brasil, ao oferecer, ainda que de forma amostral, um retrato mais fidedigno da prevalência do transtorno em distintas regiões, faixas etárias,

¹Censo: operação estatística nacional realizada a cada dez anos, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os censos têm ocorrido desde 1872, com o órgão encarregado sendo o IBGE desde 1940. O último censo tinha sido programado para 2020, mas foi adiado pela pandemia e por restrições orçamentárias, e só foi efetivamente realizado em 2022. (Fonte: Wikipédia – Censo demográfico no Brasil).

grupos raciais e níveis de escolaridade. Essa nova base empírica substitui projeções anteriores e permite análises mais refinadas sobre a distribuição e os desafios enfrentados por essa população no território nacional.

Com base nas respostas coletadas, o IBGE identificou 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de TEA no país, representando 1,2% da população brasileira. Essa iniciativa proporcionou, pela primeira vez, dados oficiais sobre a prevalência do autismo no Brasil, permitindo análises mais detalhadas por sexo, faixa etária, cor ou raça, escolarização e distribuição geográfica. Vale destacar que a inclusão dessa pergunta no censo foi resultado da Lei n. 13.861/2019 (anexo 2), que determinou a obrigatoriedade da coleta de informações sobre o autismo nas pesquisas do IBGE. Essa medida visa fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas à população autista.

A Figura 01 abaixo representou a prevalência de autismo em crianças de 8 anos nos EUA de acordo com os relatórios do CDC até 2023.



Fonte: Adaptado pela autora, 2025.

A incidência em termo de gênero ocorreu mais comumente em meninos que em meninas, sendo esta relação da ordem de 4:1 ou 5:1, aproximadamente. As alterações genéticas foram apontadas como fundamentais e determinantes no processo do surgimento do TEA. Segundo a visão de Assumpção Jr. (1993), esta incidência sobre o sexo masculino culminou e solidificou a participação da genética no transtorno. Estudos de Carvalheira, Vergani e Brumoni (2004) indicaram a presença de três a mais de dez

genes envolvidos no autismo. Em triagem no genoma, identificaram os cromossomos²: 2, 4, 10, 13, 16, 19 e 22, corroborando com as pesquisas Estecio, Fett-Conte e Silva (2002), que identificaram e relacionaram os cromossomos 7 e 15 com o autismo. Acompanhando este pensamento, Orrú (2012):

Até 1989 dizia-se estatisticamente, que a síndrome acometia crianças com idade a cada dez mil nascidas. Manifestava-se majoritariamente, em indivíduos do sexo masculino, sendo a cada quatro casos confirmados três do sexo masculino e um caso para o feminino (Orrú, 2012, p. 23).

Notou-se um aumento significativo na incidência do TEA no mundo, mas o motivo pelo qual isto está ocorrendo é a melhor forma de diagnóstico; uma melhora nos critérios, como descritos no capítulo anterior; o aumento de médicos qualificados para realizarem estes diagnósticos o mais precocemente possível e a difusão adequada dos conceitos do transtorno. Estas mudanças estão relacionadas com a necessidade de intervenção precoce para que o sujeito se insira da melhor maneira possível na sociedade, não obliterando também o aumento das pesquisas na área, com formação de centros específicos, com leis que defendem os direitos dos autistas e, findando, com as mídias sociais, que entraram como coparticipantes na divulgação e disseminação pelos próprios autistas, discursando sobre si mesmos e sobre o autismo, em toda a sua diversidade.

Nesse cenário de maior visibilidade e aprimoramento diagnóstico, a produção de dados estatísticos confiáveis torna-se elemento estratégico para compreender a real dimensão do TEA no país e orientar políticas públicas. É nesse contexto que se insere a iniciativa do IBGE de incluir, no Censo, uma pergunta específica sobre o autismo, cumprindo a determinação legal de ampliar a coleta de informações sobre essa população. Tal medida, inédita no Brasil, possibilita não apenas estimar a prevalência, mas também cruzar informações com variáveis sociodemográficas, favorecendo análises mais complexas sobre distribuição geográfica, escolaridade e condições de vida das pessoas autistas.

Embora a inclusão da pergunta sobre o TEA no Censo represente um marco importante para o planejamento de políticas públicas, é necessário problematizar a natureza e a confiabilidade desses dados. O levantamento censitário baseia-se no autorrelato, e não em avaliação clínica especializada, o que abre espaço para distorções.

² Cromossomos são elementos responsáveis por transportar informações para os fragmentos das células, determinando as características hereditárias do indivíduo.

Nesse contexto, coexistem o sobre diagnóstico, quando outras condições ou traços comportamentais são interpretados como autismo, seja pela influência da popularização do tema, pela busca de explicações para dificuldades escolares ou sociais, ou pela limitação no acesso a profissionais qualificados e o subdiagnóstico, que mantém invisíveis sujeitos, sobretudo mulheres e indivíduos com TEA leve ou alto funcionamento, cujos sinais não se ajustam aos estereótipos mais difundidos. Assim, os 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico autorreferido (1,2% da população) provavelmente não refletem o número real de autistas no Brasil. Do ponto de vista discursivo, esses dados são atravessados por disputas de sentido: o que é reconhecido como “autismo” está vinculado a critérios diagnósticos vigentes e à forma como são interpretados nas diferentes esferas (médica, educacional, midiática e familiar) evidenciando que a estatística também é um efeito das condições históricas e sociais de produção do diagnóstico.

1.4 Atualização sobre a prevalência dos diagnósticos de TEA

A divulgação dos resultados do Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 23 de maio de 2025, representou um marco na compreensão da realidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no país. Pela primeira vez, foi possível conhecer, com base em dados oficiais de abrangência nacional, a dimensão da população diagnosticada, estimada em 2,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 1,2% dos brasileiros com dois anos ou mais de idade. A análise detalhada revelou variações significativas segundo gênero, faixa etária, distribuição geográfica e cor ou raça, além de evidenciar desigualdades no acesso ao diagnóstico. Esses dados inauguram uma base empírica inédita, capaz de subsidiar políticas públicas mais direcionadas e de oferecer um panorama fundamental para a contextualização social e demográfica das análises desenvolvidas neste trabalho.

Pela primeira vez na história censitária do país, informações detalhadas sobre o TEA foram coletadas, proporcionando um panorama inédito e fundamental para a compreensão da sua prevalência e das características sociodemográficas da população diagnosticada. Serão explorados os resultados referentes à prevalência geral do TEA, suas variações por gênero, faixa etária, distribuição geográfica e cor ou raça. Adicionalmente, será abordada a taxa de escolarização e o nível de instrução das pessoas com TEA, em comparação com a população geral. Por fim, uma breve descrição da metodologia de

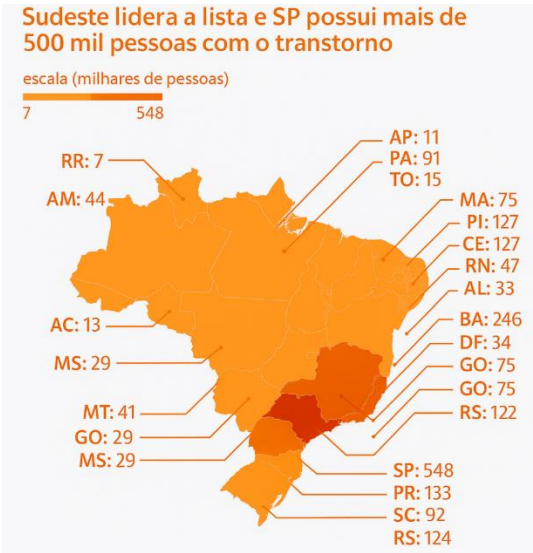
coleta de dados sobre o TEA no Censo 2022 será apresentada, contextualizando a base empírica para as discussões subsequentes.

A inclusão, pela primeira vez na história censitária brasileira, de informações detalhadas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um marco fundamental para esta pesquisa. O Censo 2022 oferece um panorama inédito e empiricamente robusto acerca da prevalência do TEA no país, possibilitando compreender não apenas sua dimensão numérica, mas também o perfil sociodemográfico da população diagnosticada.

Os dados relativos à prevalência geral, variações por gênero, faixa etária, distribuição geográfica e raça/cor, aliados às informações sobre escolarização e nível de instrução, permitem situar o sujeito autista em contextos concretos de desigualdade social e de acesso a direitos. Essa base estatística fornece um ponto de ancoragem para as análises discursivas empreendidas neste trabalho, permitindo relacionar as condições objetivas de vida das pessoas com TEA às formas como constroem e projetam suas identidades nos espaços digitais, bem como aos efeitos de sentido produzidos em seus discursos. A breve descrição da metodologia de coleta de dados do Censo 2022, apresentada a seguir, assegura a transparência da fonte e contextualiza a relevância dessa base empírica para o desenvolvimento das discussões subsequentes.

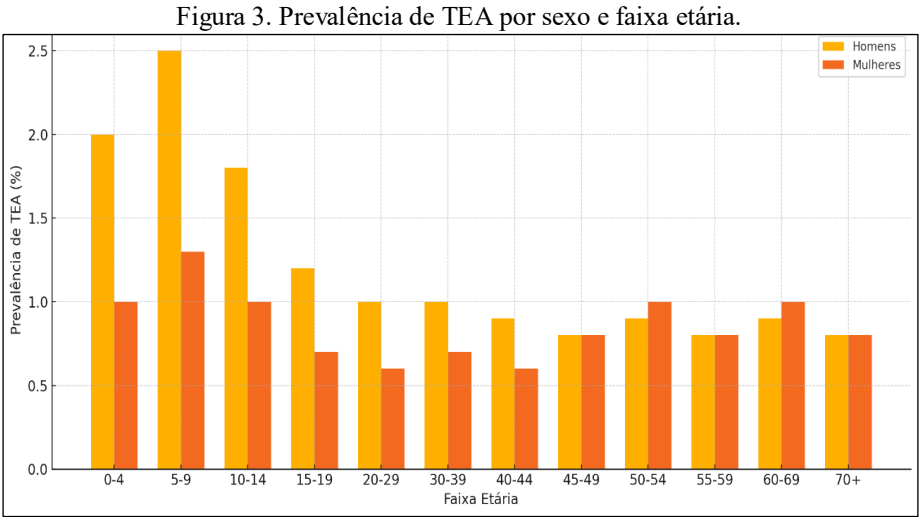
O Censo Demográfico de 2022 identificou um total de 2,4 milhões de pessoas no Brasil com diagnóstico de TEA, cifra que corresponde a 1,2% da população brasileira (IBGE, 2024). Essa prevalência apresentou uma distinção notável entre os sexos: o diagnóstico foi mais comum entre os homens, atingindo 1,5% da população masculina (equivalente a 1,4 milhão de indivíduos), enquanto entre as mulheres a taxa foi de 0,9% (1,0 milhão de pessoas). Estes diagnósticos foram reportados por um profissional de saúde, de acordo com a metodologia censitária (IBGE, 2024).

Figura 2. Número de pessoas com TEA em cada estado do Brasil.



Fonte: IBGE (2024).

A predominância masculina no diagnóstico de TEA manteve-se consistente na maioria dos grupos etários, especialmente até os 44 anos. No entanto, algumas exceções foram identificadas: nas faixas de 45 a 49 anos, 55 a 59 anos e acima de 70 anos, a prevalência mostrou-se equivalente entre os sexos. Já entre 50 e 54 anos e entre 60 e 69 anos, observou-se uma prevalência ligeiramente maior entre as mulheres, com diferença marginal de apenas 0,1 ponto percentual em relação aos homens. A Figura 3 a seguir ilustra a comparação da prevalência de TEA por sexo e faixa etária, de acordo com os dados do IBGE (2024).

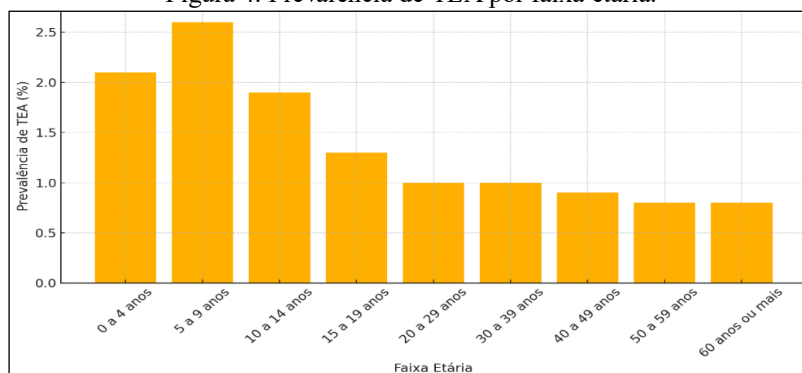


Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A análise por faixa etária demonstrou que a prevalência de TEA é mais elevada nos grupos mais jovens. O maior percentual de diagnóstico foi registrado entre crianças de 5 a 9 anos de idade, alcançando 2,6%. Outras faixas etárias que também exibiram alta

prevalência incluem crianças de 0 a 4 anos (2,1%), crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (1,9%) e adolescentes e jovens de 15 a 19 anos (1,3%). Em conjunto, as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos somam 1,1 milhão de pessoas com TEA no país. Nos demais grupos etários, a prevalência oscilou entre 0,8% e 1,0% (IBGE, 2024). Segue abaixo a Figura 4 com a prevalência de TEA por faixa etária, conforme os dados do IBGE (2024).

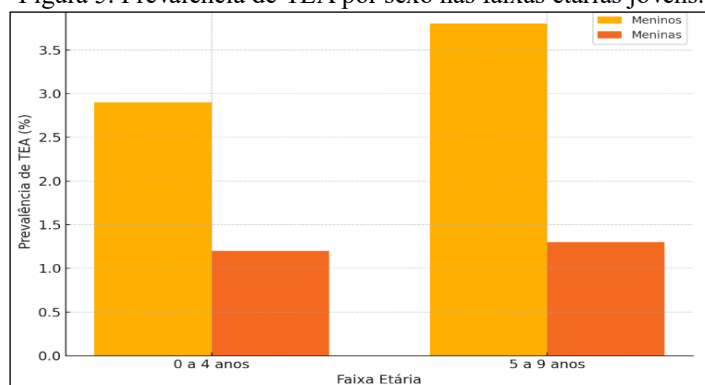
Figura 4. Prevalência de TEA por faixa etária.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Ao desagregar-se os dados por sexo e idade, o grupo de meninos entre 5 e 9 anos apresentou o percentual mais expressivo de diagnóstico, com 3,8% da população masculina nessa faixa etária, correspondendo a 264,6 mil indivíduos. Para as meninas, da mesma faixa etária, o percentual foi de 1,3% (86,3 mil pessoas). Uma tendência similar foi observada no grupo de 0 a 4 anos, no qual a prevalência foi de 2,9% para meninos e 1,2% para meninas (IBGE, 2024). Segue abaixo a Figura 5 mostrando a prevalência de TEA entre meninos e meninas nas faixas etárias de 0 a 4 e 5 a 9 anos, com destaque para a maior taxa entre os meninos de 5 a 9 anos.

Figura 5. Prevalência de TEA por sexo nas faixas etárias jovens.

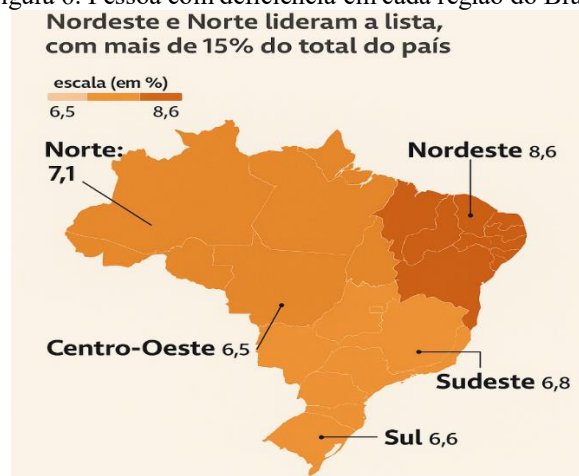


Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Em termos de distribuição regional, o Censo 2022 não indicou grandes disparidades na prevalência de TEA entre as grandes regiões do Brasil. A região Centro-Oeste registrou uma proporção de 1,1% da população com TEA, ligeiramente inferior às demais regiões, que apresentaram 1,2%. Em números absolutos, a região Sudeste concentra a maior parcela dessa população, com pouco mais de 1 milhão de indivíduos com TEA. Em seguida, destacam-se o Nordeste (633 mil), o Sul (348,4 mil), o Norte (202 mil) e, por fim, o Centro-Oeste (180 mil) (IBGE, 2024).

Abaixo, mostra-se a Figura 6 das pessoas com deficiência por região do país.

Figura 6. Pessoa com deficiência em cada região do Brasil.



Fonte: IBGE (2024).

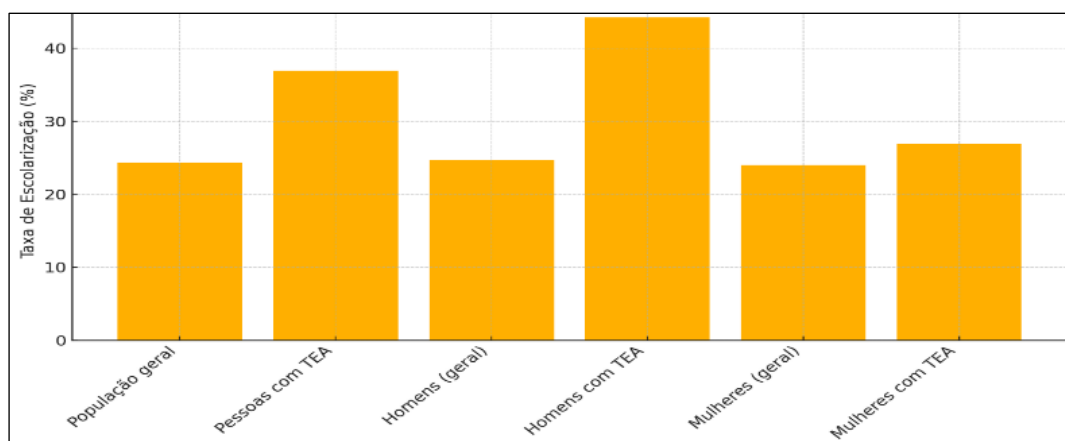
De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022, a média nacional de pessoas com deficiência no Brasil foi de 7,3%, com destaque para as regiões Nordeste e Norte, que apresentaram percentuais superiores a essa média. O Nordeste liderou com 8,6% da população com deficiência, sendo a única região em que todos os seus nove estados superaram o índice nacional. Alagoas registrou a maior proporção do país (9,6%), seguida por Piauí (9,3%), Ceará e Pernambuco (ambos com 8,9%). Fora do Nordeste, o estado do Rio de Janeiro foi o único a ultrapassar a média nacional (7,4%). Em contrapartida, os menores percentuais foram observados em Roraima (5,6%), Mato Grosso (5,7%) e Santa Catarina (6,0%). Essa distribuição revela uma assimetria regional expressiva, sugerindo que fatores estruturais, como desigualdade social, acesso precário à saúde e ausência de políticas públicas continuadas que contribuem diretamente para a maior prevalência de pessoas com deficiência nas regiões historicamente mais vulneráveis do país (IBGE, 2025).

A separação dos dados por cor ou raça revelou que o maior percentual de pessoas com diagnóstico de TEA se deu entre aquelas que se declararam brancas, atingindo 1,3%, o que equivale a 1,1 milhão de pessoas. A menor prevalência foi observada entre as pessoas de cor ou raça indígena, com 0,9% (11,4 mil pessoas), embora este percentual suba para 1% quando consideradas também as pessoas de outra cor ou raça que se autodeclararam indígenas. Entre as pessoas amarelas, 1,2% possuíam diagnóstico de TEA, totalizando 10,3 mil pessoas. Aproximadamente 1,1% das populações preta (221,7 mil pessoas) e parda (1,1 milhão de pessoas) foram diagnosticadas com TEA (IBGE, 2024).

A leitura dos dados do Censo 2022 evidencia não apenas a distribuição estatística da deficiência e do TEA no Brasil, mas também as marcas estruturais que atravessam esses números. A maior prevalência nas regiões Nordeste e Norte, bem como a variação significativa entre estados, sugere que fatores socioeconômicos, como desigualdade de renda, acesso limitado à saúde, carência de políticas públicas continuadas e menor presença de serviços especializados, desempenham papel decisivo na identificação e no tratamento dessas condições. No recorte por cor ou raça, a predominância do diagnóstico de TEA entre pessoas brancas pode refletir tanto questões de acesso a avaliação especializada e redes de cuidado, quanto desigualdades históricas no reconhecimento e registro de diagnósticos em populações negras, pardas e indígenas. Assim, as diferenças regionais e raciais aqui observadas não podem ser lidas apenas como variações epidemiológicas neutras, mas como indícios de como as condições sociais, econômicas e culturais afetam a produção e o acesso ao diagnóstico, confirmando que os números também são efeitos das condições de produção do saber e das práticas institucionais que o legitimam.

Um dado relevante do Censo 2022 foi a constatação de uma taxa de escolarização superior na população com TEA (36,9%) em comparação com a população geral (24,3%) (IBGE, 2024). Essa diferença foi ainda mais expressiva entre os homens: 44,2% dos homens com autismo estavam matriculados em alguma etapa de ensino, frente a 24,7% do total de homens. Entre as mulheres, a taxa de escolarização foi de 26,9% para aquelas com TEA, em contraste com 24,0% da população feminina total (IBGE, 2024), como segue na Figura 7 abaixo.

Figura 7. Taxa de escolarização – população geral vs população com TEA.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

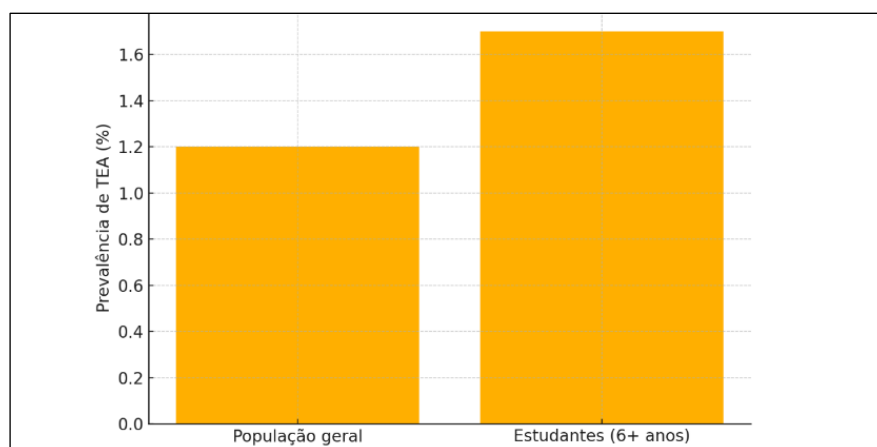
Essa distinção, em grande parte, pode ser explicada pela maior concentração da população com TEA nas idades mais jovens (especialmente entre 6 e 14 anos), que naturalmente possuem altas taxas de escolarização e que, por sua vez, representavam mais da metade dos estudantes com autismo (IBGE, 2024). Ademais, a análise de grupos etários mais avançados (18 a 24 anos e 25 anos ou mais) revelou que a taxa de escolarização entre pessoas com TEA superou a da população geral, sugerindo a possibilidade de trajetórias educacionais mais prolongadas ou retornos à educação formal (IBGE, 2024).

A análise da escolarização por cor ou raça corroborou o padrão observado por sexo, com as taxas de escolarização para pessoas com TEA sendo consistentemente maiores do que as da população geral em todos os grupos. A maior disparidade foi registrada entre as pessoas brancas: 37,4% de escolarização para indivíduos com TEA, comparado a 23,5% da população branca total, o que representam uma razão de 1,6 vezes.

No grupo pardo, a taxa de escolarização de pessoas com TEA (37,7%) também superou significativamente a média do total de pardos (25,9%). Para os estudantes indígenas, a diferença foi menos acentuada, com 36,0% entre aqueles com TEA contra 34,3% no total (IBGE, 2024).

O montante de 760,8 mil estudantes com 6 anos ou mais com diagnóstico de TEA no Brasil corresponde a 1,7% do total de estudantes na faixa etária analisada. Esse percentual é superior à proporção de pessoas com diagnóstico de autismo na população geral (1,2%), reforçando a maior prevalência do diagnóstico na população em idade escolar, especialmente entre os mais jovens (IBGE, 2024).

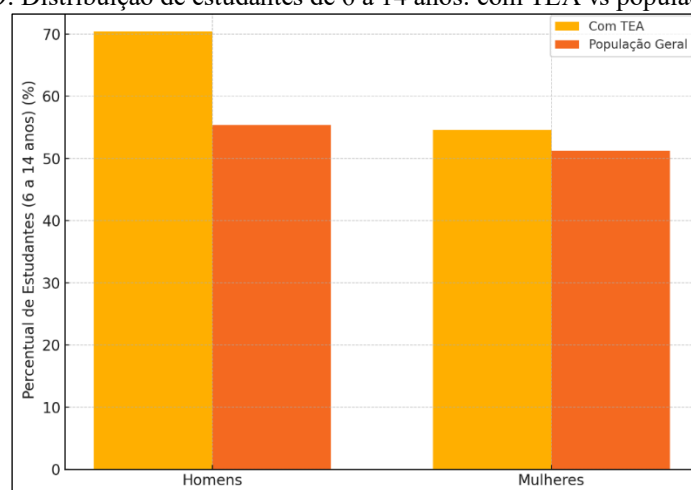
Figura 8. Prevalência de TEA: população geral vs estudantes com 6 anos ou +.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

O grupo de 6 a 14 anos concentrou a maior parcela de estudantes com diagnóstico de TEA: 70,4% dos homens e 54,6% das mulheres. Em comparação, a população estudantil geral nesse grupo de idade representava 55,4% dos homens e 51,3% das mulheres. Esse dado indicou que, entre as pessoas com autismo, essa etapa da educação básica apresentou uma concentração relativa maior do que na população estudantil total. Nos demais grupos de idade, a relação se inverteu, com os percentuais de estudantes com autismo sendo inferiores aos do total de estudantes (IBGE, 2024). A Figura 9 abaixo evidenciou a maior concentração de estudantes com TEA nessa faixa etária em relação ao total de estudantes.

Figura 9. Distribuição de estudantes de 6 a 14 anos: com TEA vs população geral.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A taxa de escolarização superior observada na população com TEA em relação à população geral pode, à primeira vista, parecer um indicativo de avanços na inclusão escolar. Entretanto, é importante considerar que esse dado reflete, em parte, o fato de a

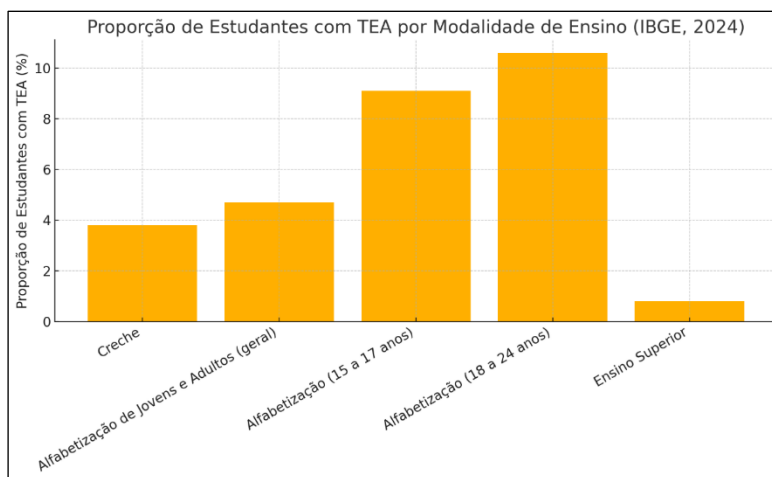
maior parcela dessa população estar concentrada em faixas etárias mais jovens, nas quais a frequência escolar é compulsória. Além disso, a diferença mais expressiva entre homens com TEA e a média masculina geral pode estar associada ao maior índice de diagnóstico do transtorno nesse grupo, o que potencializa a vinculação a serviços educacionais e programas de apoio. (IBGE, 2024).

Já entre as mulheres, a menor taxa de escolarização das autistas em comparação aos homens autistas pode refletir tanto o subdiagnóstico feminino quanto barreiras adicionais de acesso e permanência escolar. Assim, esses números não devem ser interpretados isoladamente como evidência de equidade educacional, mas como parte de um cenário que ainda exige políticas públicas específicas para garantir não apenas matrícula, mas também permanência e aprendizagem efetiva para estudantes com TEA.

Em relação aos níveis de ensino, a maior parte dos estudantes com TEA estavam matriculadas no ensino fundamental regular, totalizando 508 mil pessoas, ou 66,8% dos estudantes com TEA no Brasil. O ensino médio regular, por sua vez, concentrava 93,6 mil estudantes com autismo, representando apenas 12,3% do total de estudantes com TEA que frequentavam a escola. Esses dados sugerem que a trajetória escolar dos estudantes com autismo tende a se concentrar nas etapas iniciais da educação básica (IBGE, 2024).

Ao se observar a proporção de estudantes com TEA em relação ao total de matriculados por curso, a alfabetização de jovens e adultos destacou-se com o maior percentual: 4,7% de seus frequentadores declararam o diagnóstico. Essa proporção foi ainda mais expressiva entre estudantes de 15 a 17 anos (9,1%) e 18 a 24 anos (10,6%) matriculados nessa modalidade. Adicionalmente, 3,8% das crianças que frequentavam creches possuíam diagnóstico de TEA. No entanto, no ensino superior, esse percentual cai para 0,8%, refletindo os desafios enfrentados por estudantes com autismo para permanecer e progredir ao longo da trajetória educacional, em grande parte devido a barreiras de acesso, adaptação curricular e ausência de apoio institucional adequado (IBGE, 2024). Abaixo na Figura 10 apresentamos a proporção de estudantes com TEA por modalidade de ensino. A alfabetização de jovens e adultos, especialmente nas faixas etárias de 15 a 24 anos, apresentou os maiores percentuais.

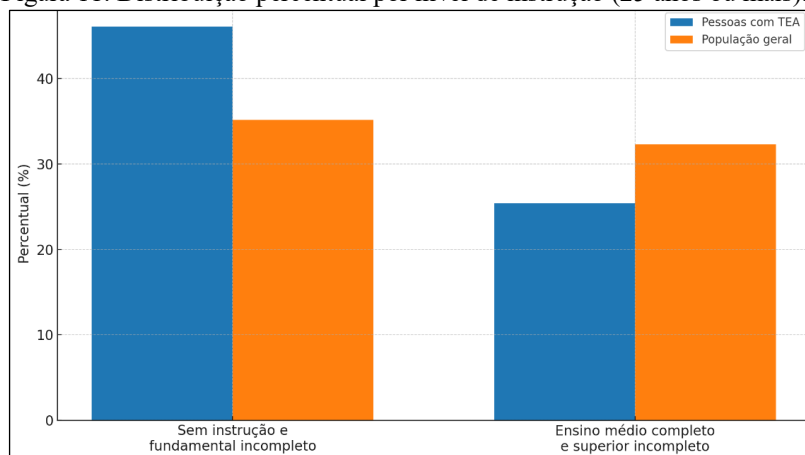
Figura 10. Proporção de estudantes com TEA por modalidade de ensino.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A análise da distribuição percentual das pessoas com 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução, indicou que 46,1% das pessoas com diagnóstico de TEA se enquadram no grupo ‘sem instrução e fundamental incompleto’, enquanto na população geral esse percentual era de 35,2%. Para os demais níveis de instrução, os percentuais da população com TEA foram inferiores aos observados na população geral. Um exemplo notório é o grupo com ensino médio completo e superior incompleto, em que 25,4% das pessoas com TEA se encontravam, frente a 32,3% da população total (IBGE, 2024). A Figura 10 abaixo comparou a distribuição percentual por nível de instrução entre pessoas com diagnóstico de TEA e a população geral com 25 anos ou mais.

Figura 11. Distribuição percentual por nível de instrução (25 anos ou mais).



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Os dados do Censo Demográfico 2022 apresentados ofereceram uma visão inédita e multifacetada sobre a prevalência e as características da população com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. A identificação de 2,4 milhões de pessoas com TEA, a

predominância masculina, a concentração em faixas etárias mais jovens e as variações regionais e raciais forneceram subsídios cruciais para a compreensão epidemiológica do TEA no contexto brasileiro. A análise da escolarização, por sua vez, revelou um cenário complexo: embora a população com TEA apresentasse uma taxa de escolarização comparativamente mais alta, indicou um avanço na inclusão educacional básica, mas persistem desafios significativos na progressão para níveis de ensino mais elevados.

1.5 A importância do diagnóstico diferencial no autismo: entre equívocos e especificidades

O diagnóstico diferencial do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) desempenha um papel crucial na definição de condutas terapêuticas apropriadas, uma vez que o transtorno pode ser facilmente confundido com quadros clínicos como a psicose infantil ou a esquizofrenia, especialmente em função de manifestações comportamentais semelhantes. Historicamente, o autismo foi, por muito tempo, classificado como uma forma de psicose ou de esquizofrenia infantil, devido à presença de déficits significativos em diversas áreas do desenvolvimento, com destaque para as dificuldades nas interações sociais, na comunicação verbal e não verbal, bem como na presença de interesses restritos e atípicos.

Tais interesses costumam se concentrar em temas incomuns e altamente específicos, como línguas extintas, fenômenos meteorológicos, sistemas numéricos, listas, tabelas, dinossauros, tecnologias, geologia, astronomia, entre outros, o que pode reforçar interpretações diagnósticas equivocadas quando não há uma análise clínica aprofundada (Schwartzman, 1993).

Segundo o Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019), o TEA manifesta-se desde os primeiros anos de vida. Por se tratar de um espectro, seu desenvolvimento é singular em cada indivíduo, com variações significativas nos sinais e sintomas. Os primeiros indícios podem surgir a partir dos três primeiros meses, período no qual, com o amadurecimento neurológico, o bebê inicia interações visuais com o ambiente e com o outro.

Entretanto, entre 12 e 24 meses, as características do transtorno tendem a se manifestar de forma mais perceptível, justamente por se tratar de um período em que se esperam avanços significativos na comunicação oral, no uso de gestos, nas interações sociais e no desenvolvimento de padrões de brincadeira, além do manuseio funcional de

objetos. Nessa fase, sinais como ausência ou atraso na fala, uso restrito de gestos, dificuldade de contato visual, padrões lúdicos não funcionais ou uso atípico de objetos frequentemente despertam a atenção dos cuidadores (Zanon et al., 2021; Lord et al., 2020).

Do ponto de vista clínico, trata-se de uma janela temporal estratégica para a detecção precoce do TEA e a implementação de intervenções que favoreçam o desenvolvimento. Contudo, é importante destacar que a própria designação “transtorno” remete a uma perspectiva biomédica centrada no déficit, que não esgota a compreensão possível sobre o autismo. Sob uma ótica mais ampla, que considere a neurodiversidade e as condições históricas e sociais de produção do diagnóstico, essas manifestações podem ser entendidas não apenas como sinais patológicos, mas também como expressões singulares de interação com o mundo.

Dessa forma, a identificação precoce deve servir como ponto de partida para a oferta de suporte e estimulação adequados, e não como cristalização de um olhar exclusivamente patologizante sobre a criança. Essa compreensão reforça a importância de que o diagnóstico precoce seja acompanhado de práticas de intervenção que considerem não apenas a redução de barreiras no desenvolvimento, mas também o reconhecimento e a valorização das formas singulares de comunicação, interação e aprendizagem presentes em cada criança com TEA.

Com os avanços nas classificações diagnósticas, houve uma reformulação na compreensão e categorização do TEA. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, consolidou os diagnósticos anteriormente separados, como o autismo clássico, a síndrome de Asperger e o transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação sob o termo unificador de Transtorno do Espectro Autista. Essa abordagem reconhece a variabilidade na apresentação clínica do TEA e enfatiza a necessidade de uma avaliação abrangente para um diagnóstico preciso.

De maneira semelhante, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 11ª edição (CID-11), adotada pela Organização Mundial da Saúde (OEA), descreve o TEA como caracterizado por déficits persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interações sociais recíprocas e comunicação social, além de padrões restritos, repetitivos e inflexíveis de comportamento, interesses ou atividades que são claramente atípicos ou excessivos para a idade e o contexto sociocultural do indivíduo.

Essas atualizações nas classificações diagnósticas destacam a importância de uma avaliação clínica detalhada e multidisciplinar para diferenciar o TEA de outras condições com apresentações semelhantes, garantindo que os indivíduos recebam intervenções apropriadas e eficazes.

Apesar da possibilidade de identificação precoce, o diagnóstico clínico costuma ocorrer tardiamente, por volta dos quatro a cinco anos de idade, comprometendo uma janela crucial para intervenções que favoreçam o desenvolvimento da criança (Zwaigenbaum *et al.*, 2015).

Sinais de alerta no primeiro ano de vida incluem a perda de habilidades previamente adquiridas, ausência de balbúcio, falta de sorriso social, ausência de resposta a estímulos auditivos ou quando chamado pelo nome, escasso ou inexistente contato visual, hipersensibilidade ao toque, preferência por objetos em detrimento da interação com pessoas, dificuldades de imitação, padrões incomuns de interesses, distúrbios moderados a graves do sono, irritabilidade ao colo, dificuldades motoras, atrasos na fala e linguagem, fala monótona ou com prosódia atípica, incompreensão de metáforas ou expressões idiomáticas, expressividade facial reduzida e, em alguns casos, habilidades consideradas excepcionais, como a memorização de longas listas de informações (American Psychiatric Association, 2022; Ozonoff *et al.*, 2018).

Esses indicadores evidenciam como o autismo diferencia o sujeito desde sua primeira infância, através de comportamentos que fogem às expectativas estabelecidas socialmente sobre o desenvolvimento ‘típico’. Esta discrepância é frequentemente interpretada à luz de uma normatização do desenvolvimento, que se apoia tanto em fatores genéticos quanto ambientais, como idade avançada dos genitores, negligência nos cuidados, exposição a substâncias ototóxicas durante a gestação, prematuridade e atrasos motores ou linguísticos (Schmidt *et al.*, 2019; Modabbernia *et al.*, 2017). A presença desses fatores reforça a percepção de que algo destoa do que é concebido como ‘normal’, contribuindo para a distinção entre sujeitos considerados neurotípicos e os diagnosticados com TEA.

Embora crianças autistas apresentassem atrasos no desenvolvimento, muitas poderiam, na ausência de comorbidades significativas, como: deficiência intelectual, alterações auditivas, transtornos de atenção, ansiedade, apraxias, transtornos obsessivo-compulsivos, esquizofrenia ou síndromes genéticas; alcançar progressos notáveis, especialmente aquelas diagnosticadas com níveis 1 ou 2 de suporte, quando inseridas em contextos de estimulação precoce e ensino estruturado, conseguiriam construir uma

posição de sujeito na sociedade e participar ativamente dos processos discursivos aos quais pertencem.

Embora crianças com TEA possam apresentar atrasos no desenvolvimento, muitas, na ausência de comorbidades significativas, como deficiência intelectual, alterações auditivas, transtornos de atenção, ansiedade, apraxias, transtornos obsessivo-compulsivos, esquizofrenia ou síndromes genéticas, elas podem alcançar progressos expressivos. Esse avanço é especialmente observado em casos diagnosticados nos níveis 1 ou 2 de suporte, quando há inserção em contextos de estimulação precoce e ensino estruturado, possibilitando maior participação social e engajamento em interações significativas.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, à luz de Pêcheux (1990), compreende-se que todo sujeito é interpelado pelas formações discursivas que o constituem, podendo deslocar-se entre diferentes posições no discurso. Nesse sentido, um sujeito autista, quando inserido em redes de apoio e em práticas discursivas inclusivas, pode assumir posições discursivas socialmente significativas e produzir sentidos que rompem com a lógica da exclusão e da patologização da diferença.

Tal processo pode ser compreendido em articulação com o conceito de desidentificação proposto por Monte-Serrat e Tfouni (2017), segundo o qual o sujeito não está condenado a permanecer fixado a uma única evidência de sentido, mas pode “desarranjar e rearranjar” as formações ideológicas e discursivas nas quais está inscrito. Assim, o sujeito autista pode tanto identificar-se com determinadas formações discursivas (reforçando sentidos já estabilizados) quanto rejeitar essas evidências, abrindo espaço para novas produções de sentido que escapam às amarras da normatividade e possibilitam outras formas de inscrição social. Essa possibilidade de deslocamento discursivo e ressignificação pode ser aprofundada a partir da noção de desidentificação, conforme explicam Monte-Serrat e Tfouni (2017):

A “desidentificação” do sujeito corresponde [...] ao fato de que os conceitos científicos não têm “um só sentido” no funcionamento do discurso. Quando ocorre a “desidentificação” do sujeito, ocorre o “desarranjo-rearranjo” das formações ideológicas (FIs) e das formações discursivas (FDs). [...] O sujeito pode, por um lado, passar pelo processo de assujeitamento, de identificação com uma formação discursiva que lhe fornece a evidência de um sentido e/ou silencia algum sentido; e pode, por outro lado, rejeitar a evidência de sentido. (Monte-Serrat; Tfouni, 2017, p. 40).

Contudo, o autismo pode ainda ser confundido com algumas outras condições e transtornos o que gera erros nos diagnósticos, como atrasos na fala, problemas auditivos, alterações na coordenação motora fina e de interação social, síndromes como Síndrome do X Frágil, Transtorno do Déficit de Atenção e hiperatividade (TDAH), hiperlexia, altas habilidades, problemas de processamento sensorial, transtornos psicológicos, envenenamento por metais como chumbo que causam danos cerebrais, por isto os estudos persistem, pois a confusão entre neurodiversidade e condições análogas podem interferir negativamente na construção identitária do sujeito autista e sua inserção na sociedade. (Volkmar; Pauls, 2003)

Observa-se que o conjunto de sintomas no autismo abrange não só a comunicação, mas também os padrões restritos, repetitivos e estereotipados, além da interação social do indivíduo, mas não necessariamente haverá todas as características no indivíduo, contudo para ser identificado como autista a pessoa tem que ter algum dos prejuízos citado no quadro 3 abaixo:

Quadro 3. Pilares do TEA: Comunicação. Padrões Comportamentais. Interação Social.

Comunicação	Padrões restritos, repetitivos e estereotipados	Interação Social
Falha ou ausência total do balbucio e, posteriormente, da linguagem falada, falha acentuada na comunicação alternativa;	Interesse restrito anormal de intensidade ou foco;	Prejuízo acentuado em comportamentos não-verbais contato visual direto, expressão facial, postura corporal e gestos de interação social;
Presença da fala acompanhada por prejuízos na capacidade de iniciar ou manter conversa;	Adesão rígida e inflexível a rotina;	Falta de reciprocidade social ou emocional;
Uso repetitivo e/ou padronizado da linguagem;	Rituais específicos e não funcional;	Falta de interesse em desenvolver relacionamentos interpessoais com seus pares;
Ecolalia imediata ou tardia; peculiaridades com som e/ou entonação da voz;	Hiper ou hiporresponsividade a estímulos sensoriais;	Falta ou ausência de compartilhamento da atenção entre objetos e pessoas;
Falta de jogos ou brincadeiras espontâneas de imitação ou faz-de-conta;	Hábito de cheirar ou lambe;	Dificuldade em estar de compartilhamento da atenção entre objetos e pessoas;
Dificuldade em interpretar metáforas, sentido figurado.	Sensibilidade exagerada a estímulos sonoros seguido de reação proporcional;	Uso inadequado de brinquedo;
	Seletividade alimentar.	Tendência ao isolamento.

Fonte: Evêncio *et al.* (2019).

Para o quesito que se refere ao grau ou a severidade no autismo, utiliza-se a denominação nível de suporte. O indivíduo que necessita de pouca atenção para a realização das ações, são considerados de nível de suporte 1³, já as pessoas de suporte nível 2⁴, são consideradas de nível substancial de suporte e as de nível suporte 3⁵ necessitam de muito suporte de apoio.

O primeiro nível tende a ter dificuldades em processar sinais sociais e assim acaba se tornando oprimido e ansioso em interações sociais, principalmente com pessoas desconhecidas e dificuldades de expor pensamentos e emoções. O segundo nível apresenta graves prejuízos na sua comunicação verbal e não verbal e uma extrema dificuldade de aceitar mudanças. O terceiro nível apresenta um comprometimento funcional mais grave em interações sociais, precisando de um apoio para sua comunicação ser funcional. O correto diagnóstico dos níveis acima é de extrema importância para indicar o melhor tratamento (Didehbani *et al.* apud Artoni, 2018, p. 168).

O diagnóstico é legitimado pelo discurso médico, materializado no laudo diagnóstico. É a medicina que ocupa o lugar social de autoridade e detém o poder para emití-lo, pautando-se nos critérios estabelecidos por Lei Nacional. Conforme Foucault (2007), o discurso que organiza e regula a sociedade é sempre aquele proferido por quem detém o saber: “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (F, 2007, p. 80).

A avaliação médica, independentemente da especialidade, inclui anamnese e exame físico e, se necessário, exames laboratoriais e de imagem. Quando existirem, por exemplo, alterações emocionais e comportamentais muito importantes, alterações de sono, apetite, consciência, marcha, excesso de agressividade e agitação psicomotora que necessitem de avaliação mais precisa e de intervenções medicamentosas, geralmente é recomendada a atuação dos especialistas das áreas de neurologia e/ou psiquiatra (Brasil, 2014, p. 39-40).

Em uma vertente mais psicológica, a precocidade com que o autismo era identificado inspirou os lacanianos a fazerem uma leitura menos psicogenética e mais

³ Geralmente são pessoas que tem dificuldades em lidar com as normas sociais, podem apresentar comportamentos inflexíveis e dificuldades sociais desde a infância. Podem ser de difícil diagnóstico (DSM-5.).

⁴ Nível 2. Seu comportamento social é atípico, possuem interesse intenso por determinados objetos, designado como hiperfoco, dificuldades na conversação e linguagem, interação social limitada. (DSM-5.).

⁵ Os indivíduos têm dificuldades severas na comunicação e interação social, maiores números de comorbidades associadas, como TDAH, TOC, ansiedade, distúrbios de fala, gastrointestinais, deficiência intelectual e coordenação motora, dentre outras (Carvalho, 2004).

estrutural da linguagem, investigando entre o falante e a fala do autista, denominado o encontro do *infans*⁶ com a linguagem.

Ou seja, a perspectiva lacaniana sobre o autismo evoluiu significativamente ao longo do tempo, afastando-se de interpretações psicogenéticas para adotar uma abordagem estrutural centrada na linguagem. Essa mudança foi influenciada por estudos clínicos, como os de Rosine e Robert Lefort (1984), que analisaram casos de autismo sob a ótica dos três registros psíquicos propostos por Lacan (1975): o Real, o Simbólico e o Imaginário. Eles observaram que, embora o autista pareça operar predominantemente no registro do Real, há indícios de presença, ainda que restrita, dos registros do Simbólico e do Imaginário. Essa constatação levou os lacanianos a investigar a relação entre o sujeito autista e a linguagem, enfatizando este conceito do '*infans*' - o ser antes da fala - e sua entrada no campo simbólico da linguagem. Assim, a clínica psicanalítica passou a considerar que, mesmo sem uma fala estruturada, o autista está inserido na linguagem e que seus atos podem assumir um estatuto equivalente à fala, representando tentativas de se fazer reconhecer pelo Outro.

1.6 Entre inconsciente e ideologia: o autismo nas perspectivas psicanalítica e discursiva

O sujeito para a Análise de Discurso (AD) se constitui a partir da língua e da história a qual pertence, pois sem elas não haveria sentido. É um reflexo das condições de produção a qual também pertence. Aqui, compreende-se por condição de produção o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia. Pêcheux (1990), ao tratar da interpretação sob a ótica da ideologia, recorreu como suporte às teorias psicanalíticas de Jacques Lacan (1992), para quem o inconsciente constitui elemento fundante na constituição do sujeito.

Lacan (1992) buscou reencontrar o caminho pelo qual Freud (1996) conduziu a histeria que falava segundo seu desejo, assim, definiu que o inconsciente é o que está fora do alcance, embora acredite-se em um controle sobre tudo, mas ele o estranho que fala por intermédio da nossa boca (Fink, 1998). E, corroborando com esta ideia, Mussalin (2006, p. 107), refere “[...] o inconsciente é o lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim, do Outro” e não deixando de destacar a fala do próprio Lacan (*apud* Fink, 1998):

⁶ A palavra *infans*, de origem latina, é composta pelo prefixo *in-* (negação) e o particípio presente do verbo *fari* (falar), formando o significado literal de “aquele que não fala”. No contexto romano, o termo referia-se a crianças muito pequenas, ainda incapazes de falar, ou seja, bebês ou lactentes. (Kohan, 2004).

Nascemos em um mundo de discurso, um discurso ou linguagem que precede nosso nascimento e que continuará após a nossa morte. Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo linguístico dos pais: os pais falam da criança que vai nascer, tentam escolher o nome perfeito para ela, preparam-lhe um quarto, e começam a imaginar como suas vidas serão com uma pessoa a mais no lar. As palavras que usam para falar com a criança têm sido usadas, com frequência, por décadas, se não séculos e, geralmente, os pais nem as definiram e nem as redefiniram, apesar dos muitos anos em us. Essas palavras lhes são conferidas por séculos de tradição: elas constituem o Outro da linguagem (Fink, 1998, p. 21).

Para abordar a constituição do sujeito autista à luz da psicanálise, é imprescindível considerar os entrelaçamentos entre linguagem e ideologia, questionando-se se o autista pode ser reconhecido como sujeito, uma vez que, frequentemente, não se insere de modo convencional em nenhuma dessas instâncias. Tal questionamento leva à necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os fundamentos discursivos e simbólicos que sustentam a noção de sujeito na tradição psicanalítica.

Nesse sentido, as contribuições de Lacan (1992) foram fundamentais, sobretudo quando este estabeleceu a psicanálise como um discurso, que, embora tenha uma estrutura própria, é historicamente vinculado ao surgimento da ciência moderna. Lacan (1992) não concebeu a psicanálise apenas como uma prática clínica ou como um saber disciplinar, mas como um discurso que opera uma leitura sobre as estruturas e os modos de funcionamento de outros saberes, inclusive os científicos, desvelando seus pontos de opacidade e abrindo novas vias de interpretação. Como afirma: “O discurso é um laço social estruturado pelos registros do simbólico, imaginário e real, que se manifesta em diferentes formas” (Lacan, 1992).⁷

Ao aproximar esse pensamento das teorias da Análise do Discurso, particularmente de Pêcheux (1990), observa-se uma convergência no entendimento de que o discurso opera como lugar de produção de sentidos e de constituição do sujeito. Para Pêcheux, “o discurso é uma materialidade permeada pela ideologia, e nossos

⁷ Quatro Discursos (Lacan) – Jacques Lacan formulou, no *Seminário XVII – O avesso da psicanálise* (1969-1970), quatro estruturas discursivas: o Discurso do Mestre, o Discurso da Universidade, o Discurso da Histórica e o Discurso do Analista. Cada um organiza, de modo específico, as relações entre saber, poder e desejo, determinando posições diferentes para o sujeito. Esses discursos não se referem apenas à fala, mas a formas estruturadas de laço social que moldam as relações humanas e a circulação dos sentidos. (Lacan, (1969-1970)

enunciados se enraízam em formações discursivas preexistentes por meio dos mecanismos do pré-construído, interdiscurso e intradiscurso” (Pêcheux, 1990).

Assim, na tentativa de estabilizar os sentidos e alcançar determinados efeitos discursivos, a sociedade elabora estratégias de classificação e organização dos espaços discursivos, partindo do pressuposto de que o sujeito detém o controle sobre o que enuncia, pressuposto este problematizado tanto pela psicanálise quanto pela AD, que compreendem o sujeito como atravessado, respectivamente, pelo inconsciente e pela ideologia.

No caso do autismo, essa discussão tornou-se ainda mais complexa. O sujeito autista desafiou as normas da interação social e os modos tradicionais de inserção na linguagem e no discurso, gerando, muitas vezes, a ideia equivocada de que não se trata de um sujeito propriamente dito, por não ocupar um ‘lugar de fala’ reconhecido nos moldes normativos. No entanto, a psicanálise lacaniana propôs uma leitura alternativa: a constituição do sujeito autista foi marcada por uma relação específica com a linguagem, que não se deu necessariamente pelo simbólico estruturado na norma, mas por outras vias, como a voz e a visão, que também são operadores de sentido no campo pulsional. (Maleval, 2009).

Hoje em dia convém escutar esses sujeitos não limitando o método de investigação do autismo a isso que se tira dos tratamentos, da prática com vários e de diversas outras formas de terapêutica. É dever dos psicanalistas debruçarem-se atentamente sobre as autobiografias de autistas de alto funcionamento, inclusive sobre textos redigidos por sujeitos que apresentam transtornos muito mais severos, pelos quais buscam dar a conhecer a lógica do seu funcionamento singular. (Maleval, 2009, p. 17).

Nessa perspectiva, Maleval (2009), a partir da psicanálise lacaniana, propõe uma leitura alternativa para a constituição do sujeito autista: sua relação com a linguagem não se dá necessariamente pelo simbólico estruturado na norma, mas por outras vias, como a voz e o olhar, ambos concebidos como objetos no campo pulsional. A voz, nesse sentido, não se reduz ao som articulado da fala, mas se apresenta como resíduo do gozo, marcando a presença do sujeito no discurso. O olhar, por sua vez, não corresponde apenas à imagem especular, mas àquilo que escapa à representação, apontando para a singularidade da experiência subjetiva. Assim, o sujeito autista não é um não-sujeito, mas alguém cuja inscrição na linguagem se dá por uma lógica distinta, que desafia os paradigmas tradicionais da discursividade e convoca novas formas de escuta e interpretação.

A constituição do sujeito autista à luz da psicanálise exige uma análise atravessada por elementos que vão além da clínica tradicional, envolvendo a relação do autismo com a linguagem e com os dispositivos ideológicos que moldam os discursos sobre a diferença. Na perspectiva psicanalítica, Catao (2011) ressalta que:

há um sujeito a ser escutado em seu modo particular de funcionamento, um sujeito que antecede o sujeito do inconsciente. Cabe ao analista escutar bem, ele, a quem bastam meias palavras, meias ecolalias, para ajudar a criança na constituição da voz enquanto objeto pulsional. (Catao, 2011, p. 98).

Nesse horizonte teórico, a escuta psicanalítica desloca o foco da mera categorização diagnóstica para a singularidade da experiência subjetiva. Mais do que enquadrar o autismo em parâmetros clínicos ou normativos, trata-se de reconhecer modos próprios de relação com a linguagem e com o mundo, que não se reduzem a déficits ou desvios. Essa abordagem implica acolher o sujeito em sua forma particular de funcionamento, permitindo que se manifeste para além dos limites impostos pela lógica adaptativa. É nesse sentido que Ribeiro (2013) reforça tal posicionamento ao afirmar:

A psicanálise escuta o que não se pode reduzir ao transtorno, testemunhando a divisão do sujeito pelo significante. Escuta a clínica do *Unheimlich*⁸, do que é familiar e causa estranheza, do que se apresenta como falta de sentido, não se tratando de dar significações. É a escuta do inconsciente, ainda que ele se apresente a céu aberto, apontando para além da existência do autismo e das psicoses desencadeadas, outros estados do sujeito psicótico na infância como, por exemplo, a debilidade mental. (Ribeiro, 2013, p. 83)

No campo da Análise do Discurso, Telles (2012) observa que o sujeito “é definido como posição na linguagem e submetido a ela, ocupando um lugar de anterioridade em que seu dizer engata em dizeres anteriores” (p. 10), reafirmando que ele é sempre um sujeito ideológico e não um lugar fixo de enunciação. De modo complementar, Ferreira (2010), ao comentar *Semântica e Discurso* de Pêcheux, assinala que uma teoria geral do discurso “não será nem a substituta de uma teoria da ideologia, nem de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias” (p. 7), evidenciando que tanto

⁸ O termo *Unheimlich*, introduzido por Freud (1919) e frequentemente traduzido como “estranho” ou “inquietante familiar”, refere-se a uma experiência que, embora carregue elementos conhecidos ou familiares, desperta desconforto, estranheza ou angústia. Para a psicanálise, esse efeito ocorre quando conteúdos recalçados retornam à consciência de forma disfarçada, perturbando a sensação de familiaridade. Na leitura lacaniana, o *Unheimlich* pode ser articulado à irrupção do real — aquilo que escapa à simbolização — e, no contexto do autismo, relaciona-se à presença de modos de ser e de se relacionar com a linguagem que rompem com as expectativas normativas de interação. (Freud, 1996).

a psicanálise lacaniana quanto a AD oferece recursos teóricos para pensar o sujeito como efeito de estruturas que o ultrapassam: o inconsciente, para a psicanálise, e a ideologia, para a AD.

Para Lacan (1992), a psicanálise deve ser compreendida como um discurso, entre os quatro por ele formulados, que organiza o laço social. Mais do que uma técnica terapêutica, a psicanálise é um modo de pensar a constituição do sujeito a partir da relação com o significante, com o gozo e com o Outro. Segundo Lacan “É o significante que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1992, p. 15).

A aproximação com a Análise do Discurso, em especial com os trabalhos de Pêcheux (1990), permitiu um aprofundamento na noção de sujeito como posicionado por formações discursivas⁹, ou seja, como aquele que é interpelado pela ideologia e se constitui no interior das redes discursivas. Como afirma Pêcheux (1990), o discurso não é um reflexo direto da consciência de um sujeito, mas uma materialidade atravessada por memórias, contradições e por condições de produção históricas e ideológicas. Nessa perspectiva, a identidade do sujeito é sempre incompleta e escorregadia. “O discurso não é o lugar da manifestação de uma intenção ou de uma consciência, mas o lugar onde o sentido se desliza, se desloca, se contradiz, dependendo das formações discursivas e das condições de produção” (Pêcheux, 1990, p. 62).

Ao deslizar a discussão para o campo do autismo, se encontra com uma figura que tensiona os modelos clássicos de constituição subjetiva. O autista, muitas vezes, é compreendido como ‘fora’ da linguagem e do discurso, dada a sua relação particular com os códigos linguísticos, com a simbolização e com a interação social. Essa exclusão simbólica não apenas marginaliza o sujeito autista, como também questiona os próprios limites do que se entende por linguagem e por comunicação.

A psicanálise lacaniana, entretanto, se propõe pensar que o sujeito autista não é um não-sujeito. Ele é sujeito de uma relação distinta com o Outro, com o corpo, com o gozo e com a linguagem. Lacan (1995, p. 111), ao tratar do objeto a, introduz a ideia de que a voz e a visão são operadores pulsionais que sustentam a constituição subjetiva, mesmo quando a entrada no simbólico se dá de forma parcial ou não convencional. Assim, o

⁹ Formação Discursiva (Pêcheux) – Para Michel Pêcheux, a formação discursiva (FD) é o conjunto de dizeres possíveis em determinado contexto histórico-ideológico. É ela que determina “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição social e ideológica específica. O sujeito, ao enunciar, não fala de um “lugar neutro”, mas está sempre atravessado por uma FD que orienta e limita a produção de sentidos. As FD’s se relacionam por meio do interdiscurso (rede de outros discursos pré-existentes) e do intradiscurso (organização interna do dizer). (Pêcheux, 1969).

autista pode apresentar modos de inscrição discursiva que escapam à normatividade da linguagem falada, mas ainda assim revelam um endereçamento, um laço, um posicionamento subjetivo.

Expressões populares como “cala a boca” ou “falar pelos cotovelos” evidenciam que mesmo ações consideradas naturais são inscritas na linguagem por meio de signos que remetem a outras esferas simbólicas. Conforme aponta Lévi (2006), provérbios e expressões idiomáticas operam como condensadores culturais, carregando sentidos que ultrapassam o uso literal das palavras e se inscrevem em redes discursivas mais amplas. Não há, portanto, inscrição consciente que não se apoie em formações significantes oriundas de outras dinâmicas discursivas. Nesse contexto, voz e visão emergem como operadores privilegiados e fundantes na constituição subjetiva, pois se vinculam aos desejos do Outro e, muitas vezes, atuam de forma articulada.

O sujeito autista, portanto, deve ser pensado não como um ‘outro radical’, mas como um sujeito que interpela as teorias da linguagem, do discurso e da psicanálise. A sua escuta exigiu da clínica e da análise uma abertura para formas singulares de laço, de significante e de gozo, propondo, assim, uma expansão dos dispositivos teóricos e práticos que moldaram nossa compreensão do sujeito contemporâneo.

Sob a ótica da psicanálise, a voz não se reduziu ao som articulado da fala, assim como o olhar não se confundiu com o simples ato de enxergar. Esses elementos não se limitaram aos seus dispositivos anatômicos ou fisiológicos, pois operaram como objetos pulsionais, especificamente, o objeto a que escapam à simbolização plena. A pulsão invocante e a pulsão escópica, como formuladas por Lacan, não possuíam um significante que as representassem diretamente: são resíduos não simbolizáveis, marcas que evidenciam a presença do sujeito enquanto falta no campo do Outro. (Lacan, 1995).

É na medida em que o Outro é um sujeito como tal que o sujeito, nesse momento, se instaura e pode se instituir por sua vez como sujeito, que se estabelece nesse momento essa nova relação ao Outro pela qual ele tem, nesse Outro, que se fazer reconhecer como sujeito. Não mais como demanda, não mais como amor, mas como sujeito (Lacan, 1958-1959, p. 386).

Desse modo, a escuta do sujeito autista exige um reposicionamento ético e epistemológico. Ela convoca a teoria e a prática a reconhecerem modos diversos de inscrição na linguagem e de constituição do laço social, abrindo espaço para compreensões mais amplas sobre a subjetividade, o corpo e o gozo. Assim, o sujeito

autista não apenas desestabiliza, mas também expande os limites das teorias que buscam compreendê-lo.

Assim, ao compreender que a constituição do sujeito autista envolve modos singulares de inscrição na linguagem e relações específicas com o simbólico, torna-se possível ampliar o olhar para além das fronteiras etárias mais frequentemente investigadas. Se, historicamente, o foco das pesquisas e das práticas clínicas recaiu sobre a infância, é necessário deslocar a atenção para outras etapas da vida, reconhecendo que o autismo não se encerra com o desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, adentra-se o próximo capítulo: Além da Infância: o Silenciamento do Autismo em Adultos, no qual serão discutidos os efeitos desse apagamento social e discursivo, as implicações para a construção identitária e as possibilidades de resistência e (re)significação dos sentidos.

2 ALÉM DA INFÂNCIA: O SILENCIAMENTO DO AUTISMO EM ADULTOS

Envelhecer não significa crescer fora do autismo.

Gretchen Stipp

Historicamente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido predominantemente associado à infância. Como consequência, os estudos, políticas públicas e ações voltadas às áreas da saúde, educação e assistência social têm priorizado crianças com o diagnóstico, marginalizando a população adulta com autismo. Essa priorização contribui significativamente para a subnotificação de casos em adultos, dificultando o acesso ao diagnóstico e, por extensão, a tratamentos e acompanhamentos adequados, sejam eles medicamentosos, especialmente em casos de comorbidades, ou voltados à promoção do respeito às diferenças e à inclusão social (Menezes, 2020).

A ausência do diagnóstico em adultos implicou que muitos sujeitos com TEA passassem a maior parte de suas vidas sem compreensão de suas especificidades, o que possivelmente gerou sofrimento psíquico e prejuízos funcionais. Nesse sentido, o diagnóstico operou como uma ‘fronteira discursiva’, que transformou a percepção social e institucional sobre o sujeito. Conforme argumenta Moraes (2018, p. 89):

o laudo diagnóstico passa a ser a fronteira discursiva do antes e depois de se tomar consciência da patologia, com a mudança da imagem, das ações, e do tratamento dedicado à criança, pois após o laudo, o sujeito na posição de autista passa a ter direitos garantidos, passa a ter cidadania, medicamentos adequados, acompanhamento especializado e melhores condições de vida e adaptação (Moraes, 2018, p. 89)

Este diagnóstico traz consigo a mudanças no âmbito familiar, pessoal e social, acarretando readaptações nestas áreas e até mesmo no financeiro, entretanto a falta dele abalará muito mais este indivíduo no transcorrer da vida, impedindo que haja adaptações e reabilitações para minimizar os comportamentos decorrentes do transtorno e não agravar quadros de atrasos cognitivos, funções executivas, memória operacional e episódica, controle inibitório, flexibilidade cognitiva e velocidade de pensamento, transtornos psiquiátricos como ansiedade que segundo pesquisa de Fusar-Poli *et al.* (2020) encontrava-se em uma estimativa de 27 a 42% maior em pessoas com TEA, de 23 a 37% dos transtornos depressivos e 11 a 66% disposição ao suicídio. Desta forma, o

diagnóstico tardio mostra ser de melhor alento do que malgrado possibilitando a autocompreensão e reeducação (Carbone *et al.*, 2020; Menezes, 2020).

Diante do exposto, tornou-se evidente que o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta não apenas representa um direito, mas uma necessidade fundamental para o reconhecimento subjetivo, social e institucional do sujeito autista. A invisibilidade historicamente atribuída aos adultos com TEA revela um apagamento que se estende para além das estatísticas, afetando a dignidade, o cuidado, a escuta e o acesso a políticas públicas.

A identificação tardia do autismo, embora não repare integralmente os anos de silenciamento e exclusão, pode abrir caminhos para a autocompreensão, para a ressignificação de experiências e para a construção de estratégias de inclusão que respeitem as singularidades de cada sujeito. Diagnosticar é, nesse sentido, mais do que nomear: é reconhecer existências e garantir condições para que elas possam se desenvolver com autonomia, apoio e dignidade. Afinal, como sujeito do discurso, o adulto com TEA também produz sentidos, ocupa espaços simbólicos e demanda escuta, ainda que em formas outras, ainda que em tempos próprios.

2.1 Do silêncio ao reconhecimento: fronteiras discursivas do diagnóstico tardio no TEA

Ao tratar dos diagnósticos de TEA na vida adulta, não se aborda apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também a constituição de novas relações sociais, a conquista da vida independente e a reorganização significativa do equilíbrio entre as dimensões pessoal, social e profissional (Carvalho, 2018). Pesquisas indicam que o diagnóstico tardio pode desencadear múltiplos efeitos, que vão desde a reinterpretação do próprio passado até o fortalecimento da autoaceitação, da autoconfiança e da construção de uma nova identidade. Além disso, a família desempenha papel fundamental ao oferecer suporte ampliado e desenvolver maior consciência acerca de comportamentos divergentes (Bittencourt; Fumes, 2020).

Desse modo, segundo os autores citados, o diagnóstico tardio funcionou como um verdadeiro bálsamo para sujeitos autistas que, durante grande parte de suas trajetórias, viveram sob o peso de dificuldades sem nome ou explicação. A nomeação diagnóstica não apenas inaugurou um espaço de autoconhecimento e a possibilidade de adoção de estratégias para a melhoria da qualidade de vida, mas também deslocou sentidos

cristalizados em torno do que se entende por anormalidade, desigualdade, diversidade e normalidade. À luz da Análise do Discurso, esse movimento pode ser compreendido como um processo de ressignificação, no qual o sujeito, ao se reinscrever em novas formações discursivas, reposiciona-se frente a ideologias dominantes e tensiona o imaginário social que historicamente o silenciou ou marginalizou.

Com a popularização da internet, a informação se tornou mais acessível para uma grande parte da população e nas redes sociais o aumento de relatos de pessoas com diagnósticos tardios, abriu a possibilidade de mais pessoas se identificarem e procurarem também uma avaliação. Huang et al. (2020) identificaram que o aumento de diagnósticos na vida adulta está fortemente relacionado à busca por compreender dificuldades vivenciadas ao longo da trajetória pessoal ou à procura por avaliação motivada pelo diagnóstico de um filho. Huang *et al.* (2020) identificaram que o aumento de diagnósticos na vida adulta está fortemente relacionado à busca por compreender dificuldades vivenciadas ao longo da trajetória pessoal ou à procura por avaliação motivada pelo diagnóstico de um filho. À luz da Análise do Discurso, esse movimento pode ser entendido como um deslocamento discursivo: ao confrontar-se com um novo significante, o nome diagnóstico, o sujeito reorganiza sua memória discursiva e reinscreve sua experiência em outra formação discursiva, possibilitando a produção de novos sentidos sobre si e sobre suas relações sociais.

Destaca-se aqui o papel da popularização da internet e das redes sociais no aumento da procura por avaliação diagnóstica, isso porque a informação se tornou mais acessível, apontando para uma democratização do conhecimento sobre o autismo. O aumento de relatos de pessoas com diagnósticos tardios nas redes sociais foi apresentado como um fator de identificação e mobilização para a busca por avaliação diagnóstica.

Para compreendermos a complexidade envolvida no diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta, é necessário considerar múltiplas dimensões: clínicas, sociais, econômicas e subjetivas. A literatura recente evidenciou que muitos adultos autistas passaram a maior parte da vida sem nomear sua condição, enfrentando dificuldades adaptativas e sofrimento psíquico silencioso. A seguir, apresentamos um quadro-síntese (Quadro 4), que sistematiza os principais desafios, abordagens e referências relevantes sobre o tema, visando contribuir para uma leitura crítica da realidade e para a formulação de estratégias de manejos para com as pessoas autistas.

Tópico Abordado	Desafios Identificados	Abordagens	Referências
Complexidade do Diagnóstico em Adultos	- Marcadores típicos do TEA mais evidentes na infância, dificultando a identificação tardia. Adultos podem não ter tido acesso a profissionais para identificação precoce.	- Investigação aprofundada, incluindo entrevistas detalhadas com familiares e análise do neurodesenvolvimento desde a infância. Considerar as particularidades do funcionamento adaptativo e das demandas sociais dos pacientes.	Attwood (2018), Santos (2022), Nalin <i>et al.</i> (2022)
Barreiras e Escassez de Recursos	- Escassez de profissionais capacitados para o diagnóstico de TEA em adultos. Barreiras socioeconômicas, especialmente em países de baixa e média renda como o Brasil.	- Capacitação de profissionais de saúde para conduzir avaliações precisas. Implementação de políticas públicas inclusivas para ampliar o acesso a serviços de saúde e apoio social.	Silva <i>et al.</i> (2023)
Comorbidades Psiquiátricas	- Sintomas do TEA frequentemente mascarados por comorbidades como ansiedade social, TOC e transtorno esquizoafetivo.	- Abordagens diagnósticas que considerem não apenas critérios tradicionais, mas também a sobreposição de condições.	Nalin <i>et al.</i> (2022)
Impactos Emocionais e Relacionais	- Adultos diagnosticados tardiamente relatam sentimento de culpa, inadequação e dificuldade em compreender suas características. Prejuízos significativos na autoestima e nas relações interpessoais.	- Apoio familiar essencial para a aceitação e adaptação ao diagnóstico. Contribuição do apoio familiar para a reorganização das dinâmicas familiares e promoção do bem-estar coletivo.	Silva; Rosa (2019), Menezes (2020)
Necessidade de Pesquisa e Políticas Públicas	- Falta de estudos sobre TEA em adultos, especialmente em contextos de baixa e média renda.	- Maior investimento em pesquisas que explorem as necessidades dessa população. Implementação de políticas públicas inclusivas para ampliar o acesso a serviços de saúde e apoio social para adultos com TEA (diagnosticados tardia ou precocemente).	Alves (2024), Courte Junior <i>et al.</i> (2024), Silva <i>et al.</i> (2023)

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Apesar dos desafios inerentes do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos, esse processo representa uma janela crucial para o autoconhecimento, a compreensão das próprias características e, conseqüentemente, a melhora da qualidade de vida tanto para o indivíduo quanto para seus familiares (Attwood, 2018; Santos, 2022).

Contudo, para que essa oportunidade se concretize de maneira eficaz, torna-se imprescindível o investimento em capacitação profissional especializada, a adoção de abordagens multidisciplinares na avaliação diagnóstica e o oferecimento de suporte familiar abrangente (Silva *et al.*, 2023). Adicionalmente, é fundamental o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que visem ampliar o acesso a serviços de saúde e a recursos sociais destinados a essa população (Courte *et al.*, 2024).

E observamos que a “popularização da internet” atuou como um novo dispositivo que interpela sujeitos a se reconhecerem em determinados discursos sobre o autismo. Segundo Pêcheux (1990, p. 165), “[...] todo dispositivo é um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que se articulam de uma maneira particular para produzir certos efeitos de sentido”. A internet, com seus relatos e informações, opera como um dispositivo que possibilita novas identificações e a emergência de novas demandas por diagnóstico.

Corroborando e concordando com a relevância desta pesquisa, o Ministério da Saúde em seu *Instagram*, postou no dia 08 de abril de 2025 *posts* que legitimaram o nosso questionamento de pesquisa.

Essa manifestação institucional, ao utilizar uma plataforma de grande alcance como o *Instagram*, revelou-nos uma mudança estratégica na forma de comunicação pública sobre o autismo, alinhando-se aos princípios de visibilidade, acessibilidade e engajamento social. Ao legitimar pautas que, há quatro anos, ainda encontram resistência em certos espaços científicos e sociais, o Ministério da Saúde não apenas reforçou a pertinência do nosso objeto de estudo, como também evidenciou a transformação do discurso oficial em direção a uma abordagem mais inclusiva e baseada em evidências. Tal convergência entre a pesquisa acadêmica e a ação governamental demonstrou o potencial da produção científica em antecipar e influenciar políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas autistas.

Figura 12a. TEA em adultos: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico.



Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Figura 12b. TEA em adultos: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico.



Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Figura 12c. TEA em adultos: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico.



Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Figura 12d. TEA em adultos: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico.



Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Figura 12e. TEA em adultos: visibilidade, reconhecimento e direito ao diagnóstico.



Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Figura 12f. TEA em Adultos: Visibilidade, Reconhecimento e Direito ao Diagnóstico.

❤️ 8.871 💬 292 📌 3.258 🏠
 Curtido por **sinapsespelomundo** e outras pessoas
minsaude 🔍 O diagnóstico tardio do espectro autista pode ser um desafio, mas também um recomeço!
 Compreender o transtorno, em qualquer fase da vida, é essencial para garantir inclusão, qualidade de vida e suporte adequado.
 O SUS está aqui para ajudar! 💙
 Busque a Unidade Básica de Saúde mais próxima para o encaminhamento aos serviços especializados.
 Acesse gov.br/saude

Fonte: *Instagram* Ministério da Saúde (@minsaude), capturada pela autora, 2025.

Esta materialidade discursiva apresentada nas postagens abordou o diagnóstico tardio como um fator de risco para a saúde, posicionando o Estado como agente ativo deste na definição e gestão de discursos e práticas relacionados à saúde.

Observa-se que os indivíduos são submetidos e posicionados em discursos específicos que operam como dispositivos de regulação e controle. A FD no campo saúde, por exemplo, articula dizeres institucionais que não apenas descrevem, mas produzem sujeitos a partir de determinados lugares de fala. Nesse sentido, o Ministério da Saúde, ao definir critérios diagnósticos e protocolos de intervenção para o TEA, não apenas organiza o cuidado, mas determina os modos de existência possíveis para esses sujeitos no interior de uma rede de sentidos historicamente construída.

Quando no recorte 12d: *‘Você pode contar com o SUS!’*, trata-se não de uma simples informação, mas sim de uma interpelação ideológica, conforme propõe Pêcheux (1990), onde o sujeito é então convocado a reconhecer-se nesse discurso institucional como alguém que deve buscar assistência, confiar no sistema, seguir as orientações, aceitar a designação diagnóstica e aderir às formas normatizadas de cuidado. Ou seja, há uma suposição de que o sujeito fala por si, quando na verdade reproduz a posição-sujeito produzida pela ideologia materializada no discurso estatal.

Como Pêcheux (1990, p. 80) afirma, “[...] o sujeito se reconhece como origem de seu discurso, quando na verdade é efeito da formação ideológica que o atravessa”. A FD Saúde, nesse contexto, funcionou como um espaço de regulação dos sentidos possíveis sobre o TEA, produzindo sujeitos organizados por categorias como ‘leve’, ‘moderado’ ou ‘grave’, e por estes padrões de normalidade que orientam o modo como esses sujeitos deveriam se comportar, ser tratados ou incluídos socialmente, segue o seu dizer:

O sujeito, enquanto efeito da ideologia, é constituído por ela, ao mesmo tempo em que se reconhece como autor livre de seus próprios atos e pensamentos. [...] Ele se reconhece como sujeito do seu discurso, quando na verdade é tomado por uma formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição” (Pêcheux, 1990, p. 80).

Assim, o Estado não apenas assume a função de prover cuidados, mas também a de produzir sentidos, moldar identidades e estruturar práticas sociais, posicionando os sujeitos com TEA como destinatários de uma política de saúde que se constitui e atua pela via do discurso. Nessa perspectiva, conforme Foucault (2007), o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas um dispositivo de poder que legitima intervenções,

regula condutas e institui formas de reconhecimento social, articulando saber e poder para gerir corpos e subjetividades. Dessa forma, a política de saúde voltada ao TEA inscreve-se no campo da biopolítica, operando sobre a vida e sobre os modos de existência, ao mesmo tempo em que define quem e como pode ser reconhecido socialmente.

O primeiro sentido de assujeitamento presente na Análise de Discurso materialista é o da submissão à língua. Para enunciar, o sujeito precisa se submeter à língua, já que não cria uma linguagem para falar. Ele deve, portanto, utilizar uma língua já existente, e isso implica um processo de assujeitamento. Conforme indicado por Orlandi, “para enunciar, o sujeito precisa se submeter à língua, já que não inventa uma língua nova para falar, ele deve utilizar uma língua já existente, o que implica um processo de assujeitamento”. Ela destaca que este é o primeiro sentido de assujeitamento na Análise do Discurso materialista: a submissão à língua, condição *sine qua non* para a enunciação:

O primeiro sentido de assujeitamento presente na Análise do Discurso materialista refere-se à submissão à língua: para enunciar, o sujeito precisa se submeter a uma língua já existente, pois não cria uma nova linguagem para falar (Orlandi, 2001).

No entanto, essa submissão à língua não ocorre de forma isolada; ela está vinculada a outro processo fundamental: a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos. Em outras palavras, os sujeitos se submetem à língua já marcados por sua historicidade, imersos em suas experiências de mundo e atravessados pela necessidade de significar.

Segundo Orlandi (2007), o sujeito se submete à língua a partir de uma posição sócio historicamente situada, e esse gesto de significação reflete sua constituição como sujeito. Portanto, o assujeitamento à língua não se reduz a uma dimensão linguística isolada, mas envolve profundamente as condições históricas e sociais que produzem sentidos e sujeitos.

Podemos iniciar dizendo que se é sujeito pela submissão à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Portanto não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua. Quando nascemos não inventamos uma língua, entramos no processo discursivo que já está instalado na sociedade e desse modo nos submetemos à língua subjetivando-nos (Orlandi, 2007b).

Outro sentido essencial do assujeitamento vem da interpelação ideológica, como propõe Althusser (1995), nessa perspectiva, o indivíduo se torna sujeito ao ser interpelado

pela ideologia, um processo automático e inconsciente, que não depende de sua vontade. Assim, não há sujeito fora da ideologia, pois é por meio dela que ele se constitui. A ideia de indivíduo, nesse contexto, é abstrata e desvinculada das condições reais que formam os sujeitos, assim dizendo:

Chamaremos de ideologia uma representação (com o que esta palavra pode implicar de imaginário), dotada de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade determinada. [...] A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Eis então como a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos: o que assim mostra que os indivíduos são sempre já sujeitos, e o são ao serem interpelados ideologicamente (Althusser, 1985, p. 87).

A materialidade discursiva publicada pelo Ministério da Saúde, ao afirmar que “o diagnóstico tardio do espectro autista pode ser um desafio, mas também um recomeço”, (Figura 12f), inscreve-se em uma rede de sentidos que tenta ressignificar o lugar do autista adulto na sociedade. A partir da perspectiva da Análise de Discurso, esse enunciado mobiliza efeitos de sentido que visam tanto informar quanto interpelar o sujeito, convidando-o a se reconhecer nesse espaço discursivo.

Segundo Orlandi (2007a), todo dizer é atravessado pela ideologia e pela memória discursiva, sendo o sujeito constituído nesse cruzamento entre o já dito e o que se pode dizer. Nesse caso, houve uma tentativa institucional de produzir um deslocamento na forma como o diagnóstico tardio é socialmente percebido: do campo da perda e da exclusão para o campo da possibilidade e da reconstrução. Tal movimento busca instituir novos sentidos para o sujeito diagnosticado, promovendo sua reinserção simbólica e social.

Para Pêcheux (1997), os discursos não apenas informam, mas constroem posições ideológicas. O sujeito é interpelado por esses discursos e se constitui em meio a formações discursivas específicas. Assim, o enunciado apresentado atua como dispositivo ideológico ao instituir um sujeito do recomeço, aquele que, mesmo diagnosticado tardiamente, pode acessar os direitos, os saberes e os suportes oferecidos pelo Estado.

O que se designa aqui como formação discursiva, é o conjunto do que pode ser dito e do que não pode ser dito a partir de uma determinada posição. [...] O sujeito está, por assim dizer, na posição de não saber aquilo que determina o que ele diz, ele acredita, ao contrário, que ‘ele pensa’ livremente o que diz. [...] Em outras palavras, ele se reconhece como sujeito de seu discurso, quando ele é, na realidade, tomado por ele (Pêcheux, 1997, p. 154).

Contudo, ao mesmo tempo que o discurso visibiliza o sujeito autista adulto, ele também evidencia a ausência histórica desse reconhecimento. A própria necessidade de afirmar no recorte (Figura 12f) que é essencial compreender o transtorno em qualquer fase da vida, revelou a inscrição de um silenciamento anterior, agora tensionado por novas demandas sociais, políticas e identitárias.

Segundo a perspectiva pecheuxtiana, o sujeito é constituído por formações discursivas que delimitam o que pode ou não ser dito, o que é considerado linguagem, o que é aceito como interlocução. Isso significa que, na clínica, a criança ou o adulto autista já chega atravessado por uma rede de sentidos que o posiciona discursivamente, como: não comunicativo, literal, sem intenção comunicativa, entre outras marcas ideológicas.

A linguagem, nesse cenário, deve ser compreendida como uma prática situada historicamente, marcada por valores, ideologias e contextos sociais. Ela não é neutra nem universal. O sujeito autista, por sua vez, muitas vezes não se enquadra nos padrões tradicionais de linguagem, pois sua maneira de significar o mundo não obedece às normas estabelecidas de comunicação. Essa diferença desafia tanto os modelos terapêuticos convencionais quanto as expectativas normativas da escuta clínica. Por isso, como propõe Orlandi (2007b), é necessário deslocar a escuta de uma postura corretiva, que busca normalizar, para uma escuta interpretativa, que reconheça e acolha a singularidade da produção de sentido do sujeito. Afinal, todo ato de linguagem é atravessado por uma memória ideológica que o antecede e o ultrapassa, revelando que não existe um modo certo de dizer, mas múltiplas formas legítimas de expressão.

Dessa forma, o discurso institucional aqui analisado operou tanto como um lugar de convocação para o sujeito quanto como marca de um deslocamento político-discursivo em curso, uma tentativa de reafirmação simbólica do adulto autista como sujeito de direitos, de fala e de história.

O sujeito autista, ao ser inserido em uma rede discursiva institucional, por meio do laudo médico, das diretrizes escolares inclusivas ou das políticas públicas, foi colocado em uma posição-sujeito que carrega uma memória ideológica: a de deficiência, de adaptação, de intervenção e, por vezes, de silenciamento. Mas é também nesse espaço de regulação que pode emergir novos efeitos de sentido. A ocupação das redes sociais por adultos autistas diagnosticados tardiamente é um exemplo dessa reinscrição do sujeito em outras formações discursivas, que rompem com o lugar de objeto da fala e instauram o autista como sujeito do discurso.

O campo da saúde, portanto, não é neutro nem meramente técnico, mas um campo simbólico no qual se travam disputas de sentidos e o sujeito é constantemente posicionado e, em alguns casos, reposicionado, conforme os efeitos da linguagem, da história e da ideologia.

Diante desse cenário, é imprescindível compreender como esses sentidos são produzidos, reproduzidos e tensionados no interior das práticas discursivas analisadas. A posição-sujeito do autista, tal como construída e disputada nos diferentes campos médico, educacional, midiático, evidencia a necessidade de um olhar analítico que vai além da descrição empírica dos fenômenos.

Por isso, no próximo capítulo, apresentar-se-á a base que sustenta esta investigação: a Análise de Discurso de orientação materialista histórica. Esse referencial teórico-metodológico permitirá observar como os discursos operaram na constituição dos sujeitos e quais efeitos de sentido emergiram a partir das formações ideológicas em disputa. Este referencial permitirá compreender como os efeitos de sentido são construídos a partir de determinados gestos de leitura, revelando as constituições de identidade e os modos como o sujeito foi inscrito e reinscrito através da linguagem.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO: CONCEITOS ESSENCIAIS PARA O TRABALHO ANALÍTICO

*Um ser mudo também quer articular,
ele também tem direito à linguagem.*

Birger Sellin – escritor autista

Para iniciar o trabalho sob a ótica da Análise de Discurso, é necessário, primeiramente, compreender alguns conceitos fundamentais, a fim de identificar os efeitos de sentido que permeiam os *posts* analisados.

O conceito fundante é o discurso, que segundo Pêcheux (2014) é o efeito de sentidos entre os interlocutores e não somente uma mensagem entre A e B, uma transmissão de informação. O discurso, segundo o autor, quando A fala, esta fala deve haver sentido para B. Neste contexto, há uma interpretação mútua, que vai além da simples troca de informações. O discurso é carregado com elementos implícitos, ideológicos e de poder.

3.1 O discurso como objeto de análise: sentido, história e materialidade

O objeto de estudo da Análise do Discurso (AD) é o próprio discurso, compreendido não apenas como manifestação linguística, mas como prática material produtora de sentidos, atravessada pela ideologia, pela história e pelas condições de produção. Na perspectiva da AD de orientação francesa, não há discurso sem sujeito, nem sujeito fora das redes discursivas que o constituem. O discurso, portanto, não é transparente nem neutro: é um espaço de disputa de sentidos e de posicionamentos ideológicos.

O referencial teórico desta tese foi construído de forma interdisciplinar e ampliada, articulando quatro eixos fundamentais que dialogam entre si. A Análise do Discurso materialista, sustentada por Pêcheux, Orlandi, Foucault, Indursky, Courtine e Authier-Revuz, fundamenta a compreensão da linguagem como prática social, marcada por condições de produção, formações discursivas e memória discursiva.

A Psicanálise, a partir de Lacan, Freud e Birman, contribui para o entendimento da constituição do sujeito, do inconsciente e dos processos de subjetivação implicados no discurso. A Sociologia e as Ciências Sociais, com autores como Goffman, Hall, Bauman,

Bourdieu e Butler, oferecem bases para refletir sobre identidade, interação social, poder e construção de sentidos em contextos contemporâneos. Por sua vez, a Linguística Aplicada, com Moita Lopes, Pennycook e Rajagopalan, traz uma perspectiva crítica e situada sobre a linguagem, permitindo articular questões de identidade, cultura e discurso em espaços digitais e sociais.

Essa articulação teórica, robusta e multifacetada, garante suporte analítico consistente para a investigação e interpretação dos fenômenos discursivos abordados na pesquisa. Tal construção foi sintetizada no quadro a seguir, elaborado com base em contribuições de diferentes autores dessas áreas, evidenciando que a Análise de Discurso se faz justamente no entremeio, no espaço de tensão e atravessamento entre distintos campos do saber.

Quadro 4.1 – Referencial Teórico Ampliado da Pesquisa

Área de Conhecimento	Autores/Referências Principais
Análise do Discurso Materialista	Pêcheux (1999, 2003), Orlandi (2001, 2015), Foucault (1995, 1998), Indursky (2011), Courtine (2009), Authier-Revuz (1990).
Psicanálise	Lacan (2013, 2004), Freud (1996), Birman (2000)
Sociologia / Ciências Sociais	Goffman (1988), Hall (2000), Bauman (2003), Bourdieu (1983), Butler (2004)
Linguística Aplicada	Moita Lopes (2006), Pennycook (2010), Rajagopalan (2003)

Segundo Orlandi (2007a), a Análise do Discurso volta-se para a compreensão da linguagem em seu funcionamento concreto, tomando como objeto não apenas o que é dito, mas as condições de produção que o tornam possível. Nesse sentido, considera a relação indissociável entre língua, história e ideologia, entendendo que todo dizer é atravessado por posições-sujeito, formações discursivas e memórias que sustentam e limitam a produção de sentidos. Trata-se, portanto, de analisar o discurso como prática social, em que os elementos linguísticos e extralinguísticos, sujeitos, instituições, memórias e práticas, se articulam de maneira constitutiva.

Pêcheux (1988 a), um dos principais formuladores da AD, infere que o discurso é atravessado por formações ideológicas e se organiza a partir de formações discursivas, que definem o que pode ou não ser dito em determinado momento histórico. O sujeito,

por sua vez, não é pleno de consciência, mas interpelado pela ideologia, e suas palavras são marcadas por sentidos que o ultrapassam. A linguagem, nesse sentido, é atravessada por uma opacidade constitutiva, e o sentido nunca está completamente estabilizado.

Complementando essa perspectiva, Orlandi (2007a) argumenta que o discurso é sempre histórico e que sua análise deve levar em conta o silêncio, os não ditos e os esquecimentos que estruturam os efeitos de sentido. Para ela, é na relação entre o que se diz e o que se cala que o sujeito se constitui discursivamente. Assim, o discurso é um lugar de emergência de sentidos, de tensões e de deslocamentos.

Dessa forma, compreender o discurso é compreender os modos como a linguagem é usada em contextos concretos de enunciação, considerando os sujeitos, as ideologias e os atravessamentos históricos que dão forma aos dizeres. É nesse campo que a AD opera, buscando interpretar a materialidade discursiva como instância de produção e de circulação de sentidos no espaço social e compreender o sentido da língua aprazadas situações, o uso da linguagem no seu uso real, nos seus aspectos extralinguísticos construídos em um contexto histórico-social. Segundo a definição de Foucault (1997, p. 132): “[...] chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

Para a Análise de Discurso, os discursos são concepções que refletem a visão do mundo tanto do enunciador, como da sociedade em que ele vive, são definidos como construções sociais e é através delas que se identificará o que o sujeito quis dizer em seu enunciado, o sentido que ele fornece às palavras e nos propicia observar a qual Formação Discursiva ele está inserido.

Neste mundo dos relatos dos fatos, o discurso é produzido sob as circunstâncias de múltiplos poderes que modificam sua produção e disseminação. Segundo Foucault (2008), o discurso é a mescla de um conjunto de enunciados que demarcam uma formação discursiva na qual os conceitos, os temas e a fala seguem uma regularidade determinados por condições existenciais para que ele seja produzido.

O campo dos acontecimentos discursivos é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas [...]. Segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciado semelhantes poderia ser construído? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um

determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2008, p. 30).

Segundo Foucault (2008), o discurso constitui-se como um conjunto de enunciados que, organizados segundo uma regularidade própria, delimitam uma formação discursiva, na qual conceitos, temas e modos de dizer são produzidos a partir de condições específicas de existência.

Essa perspectiva dialoga diretamente com Pêcheux (1997), para quem as formações discursivas¹⁰ determinam “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (Pêcheux, 1997, p. 162).

Ao aproximar essas formulações, observa-se que tanto em Foucault quanto em Pêcheux, o discurso é compreendido como espaço regulado por condições históricas e sociais, que não apenas autorizam certos dizeres, mas também definem os limites do que pode ser enunciado e como esses enunciados circulam e transformam sentidos.

Para aprofundar a compreensão do conceito de formação discursiva e evidenciar as aproximações e diferenças entre as perspectivas de Foucault e Pêcheux, apresento a seguir um quadro comparativo que sintetiza os principais elementos teóricos abordados por ambos os autores.

Quadro 4.2: Formação Discursiva em Foucault e Pêcheux

Aspecto	Foucault (2008)	Pêcheux (1997)
Definição	Conjunto de regras históricas que determinam a aparição, organização e transformação dos enunciados em um campo de saber.	Conjunto de regras determinadas por formações ideológicas que definem o que pode e deve ser dito a partir de uma posição-sujeito em uma conjuntura.

¹⁰ Embora tanto Foucault quanto Pêcheux utilizem o termo *formação discursiva*, suas concepções apresentam diferenças significativas. Em Foucault (2008), a formação discursiva é definida como a regularidade que governa o aparecimento dos enunciados em um determinado campo, envolvendo regras históricas que determinam o que pode ser dito e pensado em um dado momento. Já em Pêcheux (1997), a noção é atravessada pelo conceito marxista de ideologia: a formação discursiva está vinculada a formações ideológicas e a posições-sujeito, determinando não apenas o conteúdo, mas também o modo de articulação dos dizeres. Assim, enquanto Foucault privilegia uma análise arqueológica do saber, Pêcheux insere a análise no campo da luta de classes e da produção de sentidos pela relação entre língua, história e ideologia.

Aspecto	Foucault (2008)	Pêcheux (1997)
Ênfase	Regularidade histórica e arqueológica do discurso.	Relação entre língua, história e ideologia.
Determinantes	Condições históricas e sociais que regulam o saber.	Condições históricas atravessadas pela luta de classes e pelas posições ideológicas.
Papel do Sujeito	Efeito das regras que organizam o campo discursivo, sem foco explícito na ideologia.	Sujeito interpelado pela ideologia, que ocupa posições determinadas nas formações discursivas.
Mudança de Sentido	Alterações nas regras históricas que permitem ou impedem novos enunciados.	“As palavras mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva para outra, de acordo com a posição ideológica.

Essa comparação evidencia que, embora Foucault e Pêcheux compartilhem a ideia de que o discurso é regulado por condições históricas e sociais, divergem quanto ao papel central atribuído à ideologia e à materialidade linguística, o que influencia diretamente as análises no campo da Análise do Discurso e a forma como se compreende a constituição do sujeito.

Na mesma perspectiva, Pêcheux (1990) considera que o discurso não é uma transferência de mensagens entre /eu/ e do /tu/ ou entre A e B, mas sim o efeito de sentido que ocorre entre estes dois pontos. Interpreta como cada ponto se insere em uma estrutura social. O discurso não é garantia de interpretação do referente B de como se estabeleceu no momento do dizer por A, Pêcheux (1990) aponta um efeito de sentido decorrente da opacidade da língua e dos sentidos por ela produzidas, em outras palavras, os sentidos podem deslizar e não serem similares para A e B.

Colaborando com a mesma ideia, segundo Ferreira (2003), o discurso não é apenas linguagem estrutural: ele é o efeito de uma interação histórica e ideológica, na qual sujeitos são constituídos e sentidos são produzidos e transformados. Ao afirmar que “a ideologia é, no discurso, prática significante e surge como efeito da relação que acontece entre língua e história, processo em que são constituídos sujeitos e, também, sentidos” (Ferreira, 2003, p. 191), a autora realça como a Análise do Discurso enfatiza a materialidade das palavras, não só como código, mas como inscrição de formações ideológicas e memórias coletivas que moldam quem podemos ser e como podemos nos expressar.

Já os sentidos são constituídos conforme as posições pelo sujeito do discurso, estabelecidos pelos momentos histórico e ideológico, não é determinado pela

compreensão de significados isolados das palavras e dizeres e, sim, são constituídos pelas formações discursivas, conforme Pêcheux:

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis etc.) até ‘as grandes decisões ‘da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y etc.) passando por todo o contexto sócio-técnico dos ‘aparelhos domésticos’. (Pêcheux, 1990, p.33)

A ideia de que a linguagem é opaca direciona a linguística ao acontecimento discursivo compreendendo que os sentidos são múltiplos e instruídos por condições extralinguísticas indicando que a linguagem é polissêmica, que vai além de um conteúdo de um texto com um sentido somente, mas, que passa por um percurso social, ideológico e psíquico.

Assim, particularmente no contexto atual, em que a tecnologia faz parte da realidade, o discurso aparece de variadas maneiras e, particularmente, o das redes sociais, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para compreender como os indivíduos constroem e expressam suas identidades a partir de seus discursos e os novos sentidos que surgem com esta globalização, apresentando um sujeito capaz de expressar sua ideologia independente de suas diversidades.

Do ambiente virtual ao qual se dedica neste trabalho emerge múltiplos efeitos de sentido e esta noção de ambiente é notória, segundo Paveau (2021), pois ela faz parte é a representação central do próprio discurso.

A noção de ambiente é utilizada em uma abordagem dos discursos que adota uma perspectiva pós-dualista [...], uma visão simétrica das materialidades languageiras [...] e uma abordagem ecológica da produção dos enunciados [...]. Utilizar a noção de ambiente supõe sair de uma concepção egocentrada e logocentrada dos discursos [...] para adotar uma abordagem simétrica distribuída (Paveau, 2021, p. 49).

Dessa forma, ao compreender a linguagem como opaca e polissêmica, reconhece-se que os sentidos não são dados de antemão, mas produzidos nas condições históricas, ideológicas e materiais que atravessam cada enunciação. No cenário contemporâneo, marcado pela presença constante das tecnologias digitais, o discurso nas redes sociais torna-se um espaço privilegiado de observação, no qual

sujeitos, inclusive aqueles historicamente marginalizados, podem produzir, disputar e ressignificar sentidos.

Nesse contexto, a noção de *ambiente discursivo* proposta por Paveau (2021) amplia a análise ao romper com visões centradas exclusivamente no sujeito ou na língua, permitindo compreender os enunciados como parte de um ecossistema comunicativo mais amplo, distribuído e relacional. Assim, este trabalho parte da premissa de que investigar tais ambientes é fundamental para apreender as formas contemporâneas de constituição de identidades e de circulação de ideologias, especialmente no universo digital.

A partir dessa compreensão da linguagem como opaca, polissêmica e inserida em ambientes discursivos específicos, torna-se necessário retomar os fundamentos conceituais da Análise do Discurso. Esse movimento permitirá situar teoricamente as noções que orientarão as análises desenvolvidas neste trabalho, estabelecendo o quadro conceitual a partir do qual serão interpretados os sentidos e as posições-sujeito presentes nos discursos analisados.

3.2 Fundamentos conceituais da Análise de Discurso

A Análise do Discurso (AD), especialmente em sua vertente francesa, constitui-se como um campo teórico-metodológico que busca compreender a produção de sentidos considerando a relação intrínseca entre linguagem, história e ideologia. Longe de tratar a língua como um sistema autônomo ou como mero instrumento neutro de comunicação, a AD a insere no campo das práticas sociais, entendendo que todo enunciado é produzido a partir de determinadas condições históricas e por sujeitos interpelados por formações ideológicas.

Autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi desenvolveram conceitos fundamentais, como formação discursiva, condições de produção, interdiscurso e memória discursiva, que permitem compreender a materialidade linguística como atravessada por disputas de sentido e pelo funcionamento da ideologia. Ao assumir essa perspectiva, a presente pesquisa se ancora nesses fundamentos para examinar de que forma os discursos sobre o autismo circulam, se estabilizam ou se deslocam no contexto das redes sociais, produzindo e tensionando sentidos sobre identidade e diferença.

Para um maior embasamento da pesquisa, fez-se necessário o conhecimento de alguns conceitos basilares da Análise de Discurso para compreender os efeitos de sentido apreendidos na interpretação dos discursos. A Análise de Discurso Francesa (AD) é uma abordagem teórico-metodológica que investiga a produção de sentidos em diferentes práticas discursivas.

E com base em uma revisão bibliográfica de obras fundamentais sobre a Análise de Discurso Francesa, apresentar-se-á a seguir alguns conceitos que serão utilizados neste trabalho. Inicialmente, far-se-á um resgate histórico da AD, seguido pela exposição de alguns conceitos essenciais que integram o arcabouço teórico da Análise de Discurso, como: discurso, condições de produção, sujeito, interdiscurso, formação ideológica, entre outros.

A Análise de Discurso surgiu na França, no final da década de 1960, tendo como fundador o filósofo Michel Pêcheux. A publicação de seu livro ‘Análise Automática do Discurso’, em 1969 (Pêcheux, 2019), marcou o início de uma nova disciplina que se estabelece pela articulação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2001, p. 20).

E para começar a reflexão na perspectiva da Análise de Discurso, inicia-se com o conceito de Discurso. Como já descrito anteriormente no primeiro capítulo, o discurso não é apenas uma sequência de palavras, mas um processo socialmente construído que produz efeitos de sentido. Ele reflete as relações de poder, ideológicas e sociais em uma determinada sociedade, é a materialização da ideologia, atrelado ao contexto social no qual é realizado e Pêcheux (2019) declara que o discurso necessita ser avaliado em confronto com a situação em que foi diferido.

A afirmação sobre as condições de produção feitas por Pêcheux (2008) abarca o sujeito e sua condição social, ou seja, as palavras possuem sentido a partir das formações ideológicas aos quais os sujeitos se inscrevem. Em consonância com o autor, Orlandi

(2015) considera as condições de produção a conjuntura imediata que engloba o contexto sócio-histórico e ideológico do discurso.

Segundo Pêcheux (2006), a noção de discurso considera as condições sócio-históricas que envolvem este discurso, sua exterioridade deve ser rompida, olhando além das estruturas linguísticas.

Para Orlandi (2001), as condições de produção operam por meio da relação entre sentidos, de modo que um discurso remete a outros que o sustentam. Esse movimento se inscreve no campo do interdiscurso, entendido como a rede de dizeres que antecede e excede cada enunciação, possibilitando e, ao mesmo tempo, limitando o que pode ser dito. Trata-se de um processo discursivo contínuo, sem início ou fim definidos, que está sempre em interlocução com outros dizeres, reais ou imaginados, nos quais se apoiam e se transformam os sentidos.

Pêcheux (2008) afirma que as condições de produção são constituídas, fundamentalmente, pelos sujeitos e pela situação social em que estão inseridos. Para o autor, o sentido das palavras não é intrínseco nem estável, mas se define em conformidade com as formações ideológicas às quais os sujeitos, enquanto interlocutores, pertencem. Nesse sentido, o processo de significação está diretamente vinculado às posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos no interior de uma formação social específica.

As condições de produção na Análise do Discurso materialista compreendem três dimensões interdependentes. A primeira é a materialidade linguística, marcada pela opacidade da língua, seu caráter equívoco e sua historicidade, pois é nesse espaço de incompletude que os sentidos se produzem e se deslocam. A segunda é a dimensão institucional, vinculada à ordem social e aos dispositivos de poder que regulam os sentidos possíveis, abrangendo também o contexto situacional, o ambiente material e os papéis sociais desempenhados (Pêcheux, 1975).

Por fim, o mecanismo imaginário diz respeito ao nível subjetivo no qual o sujeito se reconhece como origem de seu próprio discurso, ainda que este seja sempre atravessado pelo Outro e pela ideologia (Orlandi, 2015). Esses três eixos sustentam a compreensão de que o discurso é um fenômeno histórico-social, inseparável das condições materiais, institucionais e imaginárias que o constituem:

Assim, para a Análise de Discurso, ‘As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário’. (Orlandi, 2015, p. 30).

A antecipação faz parte do discurso, ou seja, um sujeito coloca-se no lugar do interlocutor e uma representação imaginária acontece determinando o sentido que as palavras produzem.

Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (Orlandi, 2001, p. 39).

Há a noção de relação de forças que é a fala do sujeito a partir do lugar ao qual se encontra e assim sua fala é determinada pelos lugares sociais, hierarquizados e sustentados pelo poder, o maior prestígio social.

Assim se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno, O padre fala de um lugar em que suas palavras têm autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que fazem valer na “comunicação” (Orlandi, 2002, p. 39-40).

O funcionamento do discurso, tal como compreendido pela Análise de Discurso de linha francesa, está intrinsecamente vinculado a noções fundamentais como as condições de produção e as formações imaginárias. O conceito de formações imaginárias (FI) emerge em articulação com o de condições de produção, referindo-se às imagens ou representações que os sujeitos A e B constroem de si mesmos e do objeto do discurso durante o processo discursivo. Tais representações são determinadas por contextos sociais e ideológicos, ou seja, não são dadas de forma neutra, mas atravessadas por relações de sentido historicamente constituídas.

As FI operam na estruturação dos posicionamentos discursivos e podem ser esquematizadas por meio de questões que evidenciam a inscrição dos sujeitos no discurso: “Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, “Quem sou eu para que ele me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?”, “sobre o que estou falando assim?”, “sobre o que ele está falando assim?” (Pêcheux, 2019, p. 40), entre outras formulações possíveis. Estes questionamentos evidenciam a constituição de

posições-sujeito e revelam como os sujeitos se percebem, se posicionam e se autorizam (ou não) a ocupar certos lugares no discurso.

Analisar as formações imaginárias, portanto, implica compreender as possibilidades de inscrição do sujeito em uma ou mais Formações Discursivas (FD), levando em conta as imagens construídas de si e do outro e suas relações com os sentidos produzidos. Trata-se de observar como essas imagens participam do que pode ser dito e do que permanece silenciado em determinadas condições ideológicas.

Segundo Pêcheux (1988a) “[...] todo processo discursivo supõe a existência das seguintes formações imaginárias”, evidenciando que as FI não são um elemento acessório do discurso, mas constitutivo de sua materialização, pois nelas o sujeito se representa e se reconhece em uma rede de sentidos historicamente produzida:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?
 IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?
 IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?
 IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim? (Pêcheux, 2019, p. 40).

Estes mecanismos concebem as imagens dos sujeitos, tal como do objeto do discurso dentro de um momento sócio-histórico, caracterizando a posição sujeito locutor e a posição-sujeito interlocutor. Para ilustrar melhor este conceito, temos:

Figura 13: Formações Imaginárias.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
IA (B)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: Pêcheux (2019, p. 40).

Conclui-se, assim, que, para Pêcheux (2019), todo processo discursivo envolve uma antecipação das representações do interlocutor por parte do sujeito que enuncia, antecipação esta atravessada por memórias discursivas e pelo já-dito. Dessa forma, o

emissor não fala a partir de um ponto neutro, mas em relação a uma imagem antecipada de seu destinatário, o que molda sua formulação discursiva.

Considerando essa dinâmica, entende-se que as análises realizadas neste trabalho se constituem a partir, no mínimo, de dois grupos de formações imaginárias: o grupo A, formado por sujeitos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta, e o grupo B, composto por seus interlocutores, que consomem e interpretam os conteúdos postados nas redes sociais. A investigação voltou-se, prioritariamente, ao grupo A, analisando os efeitos de sentido que emergiram dessa socialização nas mídias digitais, a partir do funcionamento das formações imaginárias que se estabelecem nesse espaço.

Nesse sentido, Orlandi (2001) enfatizou que o sujeito, ao mover-se entre diferentes imagens de si e do outro, pôde modificar seu dizer, reposicionar-se discursivamente e contribuindo para a constituição de novos sentidos. Assim, as formações imaginárias não apenas refletem os posicionamentos do sujeito no discurso, mas também operaram como possibilidade de deslocamento e ressignificação na construção da memória e da identidade.

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições (Orlandi, 2001 p. 42).

A Análise de Discurso, nesse sentido, possibilitou-nos atravessar o imaginário do sujeito em sua discursividade, permitindo compreender como os sentidos são produzidos a partir das posições que ocupa, das imagens que constrói de si e do outro, bem como das formações discursivas que o atravessam. Ao conceber o sujeito como constituído pela ideologia e pela linguagem, essa perspectiva abre caminho para vislumbrar os deslocamentos que emergem em seus modos de dizer, marcados por tensões, contradições e reformulações identitárias, tal como enfatiza Orlandi (1999) ao afirmar que o discurso é sempre atravessado por outros discursos e não se fecha em uma significação única.

Desse modo, a análise não se restringiu ao conteúdo explícito dos enunciados, mas buscou evidenciar os efeitos de sentido inscritos nas relações entre o dizer e o não dito, entre o sujeito e a memória discursiva que o sustenta. A travessia do imaginário, portanto,

revelou não apenas como o sujeito significa, mas também como ele se significou, em meio aos gestos de interpretação que atualizam sentidos já estabilizados e, por vezes, os deslocam. Como afirma Orlandi (2001, p. 15), “[...] analisar o discurso é trabalhar com a linguagem a partir de seus efeitos de sentido e não de suas formas linguísticas isoladas; é compreender que o sentido se produz na relação entre o sujeito e a história, pela ideologia” e os sentidos sempre podem ser outros:

Podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2001 p. 42-43).

Outra noção fundamental para a Análise do Discurso é a de formação discursiva (FD), pois é por meio dela que se torna possível compreender como os sentidos são produzidos, em sua relação constitutiva com a ideologia e com a regularidade que estrutura o funcionamento do discurso. As formações discursivas não operam de forma aleatória; ao contrário, são atravessadas por determinações históricas, sociais e ideológicas que regulam o que pode e o que deve ser dito em determinadas condições de produção.

Conforme definiu Pêcheux (1988b, p. 160), a formação discursiva refere-se ao “[...] conjunto das determinações que, no interior de uma formação ideológica determinada (isto é, a partir de uma posição determinada na conjuntura), regulam o que pode e deve ser dito”. Trata-se, portanto, de uma instância que delimita o campo do dizível, estabelecendo os sentidos possíveis a partir da posição ideológica ocupada pelo sujeito na estrutura social. Não se trata de uma simples escolha individual, mas de uma posição historicamente constituída, marcada pelas disputas ideológicas em curso.

Nesse sentido, a formação discursiva não se reduz a um conjunto de elementos linguísticos, como frases ou proposições, mas é compreendida como uma configuração de enunciados atravessada por uma mesma regularidade de funcionamento. Inspirada pela leitura foucaultiana sobre os regimes de saber, essa concepção encontra respaldo no paradigma marxista ao articular as noções de formação social e formação ideológica, conformando, assim, um campo discursivo que expressa e reproduz determinadas relações de poder. A formação discursiva, portanto, é o plano no qual se inscreve o que

pode ser dito, um espaço de enunciação marcado pela materialidade da linguagem e pelas condições sociais que a atravessam.

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (Foucault, 1997, p. 135).

Embora Michel Foucault tenha desenvolvido a noção de formação discursiva a partir da constituição de saberes e das relações de poder que atravessam os discursos, sua abordagem não se ancora na noção de ideologia, mas na articulação entre discurso e saber, enfatizando os efeitos de verdade produzidos em determinados regimes discursivos. Já para Michel Pêcheux, inscrito na tradição materialista, a formação discursiva é indissociável da ideologia, uma vez que os sentidos e o próprio sujeito se constituem no interior de formações ideológicas específicas. Assim, enquanto Foucault privilegia a análise dos mecanismos históricos e institucionais que produzem verdades e legitimam saberes, Pêcheux destaca o papel da ideologia na determinação dos sentidos e na constituição do sujeito discursivo.

Pêcheux (2019), ao incorporar esse conceito à Análise do Discurso, realizou um deslocamento fundamental: reinscreve a noção de formação discursiva dentro da teoria das formações ideológicas. Nesse movimento, o discurso passou a ser concebido como o lugar em que a ideologia se materializa na linguagem, e a formação discursiva tornou-se o espaço em que determinados sentidos se tornaram possíveis, enquanto outros são excluídos, conforme a posição ideológica que o sujeito ocupa em uma dada formação social.

Assim, a contribuição de Pêcheux (1988 b) residiu justamente em articular a noção foucaultiana de discurso à matriz marxista, conferindo à Análise de Discurso uma perspectiva que considera a luta de classes, as condições históricas e a determinação ideológica dos sentidos como elementos centrais para a compreensão dos processos discursivos. A formação discursiva, nesse contexto, tornou-se uma categoria analítica que evidencia os limites e possibilidades da produção de sentido, funcionando como dispositivo de regulação e de inscrição do sujeito na linguagem. “Aquilo que, numa

conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.” (Pêcheux, 1975, p. 160).

Isso evidencia que a formação discursiva não constitui uma totalidade homogênea ou unívoca, mas, ao contrário, configurou-se como uma unidade tensionada, marcada pela heterogeneidade constitutiva. Seu interior é atravessado por múltiplas vozes, discursos e posições-sujeito que se entrecruzam, divergindo, dialogando ou mesmo convergindo, ainda que de maneira instável. Tal multiplicidade não apenas marcou a dinâmica interna das formações discursivas, mas também revelou a presença constante da alteridade no funcionamento do discurso.

Essa presença do outro, aquele que é constitutivamente estrangeiro ao próprio dizer, é um dos traços centrais que desestabiliza qualquer pretensão de sentido absoluto ou de identidade discursiva fechada. Como destacou Pêcheux (2019), o discurso é sempre habitado por ‘um já-dito’, por marcas de outros dizeres que o antecedem e o atravessam. Assim, a formação discursiva é um espaço de disputa e de atravessamentos ideológicos, em que o sujeito do discurso se construiu em relação com o outro, em uma relação de diferença e de incompletude, concomitantemente como cita Orlandi (2007):

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é sua relação com a formação ideológica. Assim, podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico. Podemos fazer o percurso nos dois sentidos: o que vai do ideológico para as marcas formais ou destas para aquele. Isso só é possível, entretanto, mantendo-se os conceitos de Formação Discursiva como mediador (Orlandi, 2007, p. 132.).

Dessa forma, esse outro foi designado como interdiscurso, uma noção amplamente mobilizada pelos analistas do discurso por aprofundar a compreensão das relações entre memória discursiva, linguagem e os processos sócio-históricos que atravessam a produção de sentidos. O interdiscurso também se articula com o conceito de intradiscurso, permitindo evidenciar como o que é dito em um enunciado está necessariamente atravessado por outros dizeres que o precederam e o sustentaram.

Segundo Orlandi (2001), o interdiscurso corresponde à memória discursiva que tornava possíveis os dizeres do sujeito, influenciando diretamente seu modo de significar. Ele condiciona a produção dos sentidos e permitia compreender como os discursos se

construíam em relação a outros discursos já ditos. Nesse sentido, o conceito de interdiscurso mostra-se fundamental para a Análise de Discurso, pois demonstra que nenhum enunciado é originário ou isolado, estando sempre inscrito numa rede histórica de sentidos.

Essa concepção evidencia que os sentidos produzidos no discurso não são originários nem isolados, mas resultam de uma rede histórica de enunciados que se relacionam entre si. O interdiscurso revela-se como elemento estruturante da significação, pois indica que todo dizer está atravessado por outros dizeres, por formações discursivas anteriores que sustentam e delimitam aquilo que pode ser dito. Nesse horizonte, a produção discursiva passa a ser compreendida como um processo atravessado pela memória discursiva, em que o sujeito é constituído pelas formações ideológicas que o antecedem e pelos sentidos já estabilizados, ainda que sempre passíveis de deslocamento e ressignificação. Como afirma Orlandi (2001), “o dizer é sempre atravessado por outros dizeres, que o sustentam, o possibilitam e o significam” (p. 33-34).

[...] o interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentindo em “minhas” palavras (Orlandi, 2001, p. 33-34).

Segundo Pêcheux (1988), esse conceito implicou que os discursos não são produções isoladas, mas resultam de um contexto social, histórico e cultural. A formação discursiva abrange tanto os elementos linguísticos como os não-linguísticos que influenciaram como um discurso é construído e interpretado.

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arrega, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (Pêcheux, 1988, p. 147).

O conceito de interdiscurso refere-se à interação entre diferentes discursos e ao diálogo que se estabeleceu entre eles. Isso envolveu a noção de que todo discurso é produzido em um contexto em que outros discursos já existem, e que esses discursos podem dialogar, conflitar ou se reforçar mutuamente. O interdiscurso revela como as formações discursivas se entrelaçam e influenciam a formação de significados.

Segundo Pêcheux (1999), as formulações que citam a memória são de duas vertentes, uma interna e outra externa. O autor denominou-as de implícitos, os construídos, elementos necessários para construção dos sentidos.

Para compreender o processo de produção de sentidos nos discursos, é importante destacar a noção de Formação Ideológica (FI), considerada um dos eixos centrais da Análise de Discurso. Esse conceito, elaborado por Pêcheux (1999), evidencia que todo dizer é atravessado por sistemas de ideias que orientam modos de pensar e de interpretar o mundo. Em sua formulação, Pêcheux (1988, p. 91) sublinha que “o discurso não é uma representação neutra da realidade, mas uma construção que está profundamente enraizada em sistemas ideológicos e sociais”. Nesse sentido, a FI permite compreender por que determinados discursos adquirem legitimidade e se estabilizam, ao passo que outros se veem deslocados, tensionados ou mesmo silenciados, revelando o caráter histórico e político da linguagem.

Um conceito fundamental ao tratar do interdiscurso é o de esquecimento, uma vez que tanto o enunciador quanto o interlocutor recorrem a esse campo de já-ditos em busca de sustentação para o que é enunciado no presente. Orlandi (1999) denomina esse processo de memória discursiva, isto é, a rede de formulações anteriores que possibilita e condiciona o dizer. Consciente ou não, o sujeito mobiliza o interdiscurso, pois o que foi dito anteriormente permanece na memória e retorna no discurso atual, assim como também o não-dito comparece, produzindo efeitos de sentido. Nesse ponto, Pêcheux (1975/1988, p. 173) lembra que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento em relação a elas”, o que evidencia que o esquecimento não é ausência, mas condição para que o sujeito diga e, ao mesmo tempo, se identifique com aquilo que diz.

Já o conceito de pré-construído representou a noção de que todo discurso é produzido em um contexto repleto de significados e crenças já existentes. Para Orlandi (2001, p. 47), “[...] o pré-construído nos diz respeito à bagagem cultural e histórica que um falante traz consigo, a qual influencia a produção e a interpretação dos discursos”. Este conceito foi fundamental para a análise, pois revelou que a originalidade de um discurso não pode ser considerada em isolamento, mas sim em relação a um conjunto de significações anteriores que o sustentam. Em consonância com a autora, Denise Maldidier (2003, p. 34) o descreveu como “sua ancoragem linguística”.

Em linhas gerais, o pré-construído referiu-se às estruturas sintáticas que revelaram a relação do discurso com construções linguísticas anteriores. Ela demonstrou que o sentido de uma afirmação se apresenta não apenas dentro da afirmação, mas também como algo decidido previamente, uma presença já existente, que gera efeitos de sujeição e de acordo com Pêcheux (1988a), a característica central da noção de pré-construído foi a divisão entre o pensamento e o objeto pensado, onde o segundo é presumido no primeiro.

Isso evidencia uma discrepância entre diferentes domínios de pensamento, na medida em que o sujeito se depara com algo não pensado no interior de seu próprio pensamento. Para Pêcheux (1997), essa separação não é um obstáculo, mas sim o motor do processo de constituição do objeto de pensamento, pois é nesse deslocamento que o discurso produz sentidos. No processo discursivo, o sujeito projeta uma antecipação do outro, como se representasse, imaginariamente, o lugar do interlocutor; e essas antecipações são sempre atravessadas pela memória discursiva, ou seja, pelo que já foi dito, ouvido e interpretado anteriormente.

Essa separação é paradoxalmente o motor do processo pelo qual o objeto de pensamento é concebido, isto é, o movimento pelo qual o pensamento se organiza na modalidade do conceito. No processo discursivo, o emissor antecipa o receptor, e essa antecipação está sempre atravessada pelo já-dito e pelo já-ouvido, que retornam no presente do discurso. (Pêcheux, 2006, p. 56)

Neste processo de compreendermos o discurso, vemos outro conceito: A heterogeneidade que enfatizou a multiplicidade de vozes e referências presentes em um discurso. De acordo com Maltby (2003, p. 92), “[...] cada discurso é uma reunião de elementos distintos que vão desde diferentes gêneros e estilos até várias correntes de pensamento”. A heterogeneidade permitiu a visualização da complexidade nos processos de significação e mostra que os discursos não são homogêneos, mas sim compostos por múltiplas influências, refletindo a diversidade social.

O conceito de polifonia, antes de ser apropriado por Michel Pêcheux no campo da Análise de Discurso, tem suas origens nos escritos de Mikhail Bakhtin (2010). Contudo, a concepção original bakhtiniana de polifonia vai além dessas interpretações. Em sua análise do romance polifônico, particularmente em Dostoiévski, Bakhtin (2010) descreveu a coexistência de vozes autônomas e igualmente válidas no interior de um mesmo discurso. Essa noção de multiplicidade sem hierarquia entre os enunciadores é

essencial para compreender a maneira como Pêcheux irá reinscrever o conceito em sua teoria discursiva. Na *Análise de Discurso*, a polifonia não é apenas a presença de diferentes vozes, mas uma marca do próprio acontecimento discursivo, em que essas vozes se entrelaçam, entram em contradição e evidenciam a disputa ideológica em torno dos sentidos. Essa concepção de polifonia foi incorporada por Pêcheux (2019), que reformulou o conceito no âmbito da *Análise de Discurso* materialista histórica, articulando a noção bakhtiniana ao marxismo e colocando os efeitos de sentido, a formação ideológica e a constituição de subjetividades no centro da análise discursiva.

No romance polifônico, as consciências dos personagens não se fundem na consciência do autor; não são objetos de sua consciência, mas existem ao lado dela, em interação com ela. O autor no romance de Dostoiévski não é o legislador ideológico dos mundos dos personagens, mas apenas o organizador de uma interação dialógica entre eles. Assim, surge um tipo especial de pluralidade — uma pluralidade de consciências autônomas e irreduzíveis (Bakhtin, 2010, p. 31).

Assim como a heterogeneidade, a polifonia referiu-se ao entrelaçamento de vozes de diferentes sujeitos dentro de um mesmo discurso. Pêcheux (1990, p. 82) mencionou que “[...] a polifonia é uma marca do acontecimento discursivo, onde diferentes vozes se entrelaçam e se contradizem”. Essa característica é fundamental para entender como os discursos são mediadores de conflitos e alianças sociais, permitindo a representação de vozes diversas que muitas vezes se encontram em posições antagônicas,

E, prosseguindo com nosso aporte teórico, discorrer-se-á adiante sobre conceitos que se interligam em várias áreas do conhecimento para a construção do sujeito discursivo ao qual aqui apresentamos. Iremos falar da construção identitária.

A identidade, na perspectiva discursiva e filosófica contemporânea, não é compreendida como essência fixa ou atributo imutável do sujeito, mas como um efeito de sentidos que se constitui historicamente nas relações de linguagem e de poder. Tanto Michel Pêcheux quanto Michel Foucault problematizaram a ideia de um sujeito autônomo e transparente, defendendo que a identidade é construída nas e pelas condições de discurso, ideológicas e discursivas de sua produção.

Para Pêcheux (1988b), sujeito e sentido são mutuamente constituídos no interior das formações discursivas, que por sua vez estão inscritas em formações ideológicas. Nesse processo, o sujeito é interpelado pela ideologia, acreditando ser o autor de seu

próprio discurso, ainda que seus enunciados estejam atravessados por uma memória discursiva que o precede e o excede.

A identidade, portanto, emergiu como uma posição de sujeito dentro de um conjunto de dizeres possíveis, determinados por sua inscrição em uma determinada formação social. O sujeito se identifica com os sentidos que lhe são disponíveis, ao mesmo tempo em que é marcado por deslocamentos e contradições.

Foucault (1997), por sua vez, ao discutir as práticas discursivas e os dispositivos de poder, afirmou que o sujeito é um efeito de práticas discursivas e de poder-saber, sendo constantemente produzido e regulado por normas sociais. A identidade é vista como uma construção histórica e contingente, que se dá na intersecção entre discursos normativos, instituições, saberes e resistências. O sujeito não preexiste ao discurso, mas é por ele constituído; torna-se sujeito na medida em que é capturado por práticas discursivas que o nomeiam, classificam e posicionam.

Assim, a identidade não constitui um dado natural, mas uma construção discursiva e ideológica, produzida por processos de identificação, exclusão e resistência. No entrecruzamento das perspectivas de Pêcheux e Foucault, compreende-se que o sujeito é, ao mesmo tempo, efeito e produtor de sentidos, tendo sua identidade atravessada por conflitos, deslocamentos e constantes reconfigurações.

Outro conceito fundante é o que Foucault (2008) chama de Acontecimento, não é o fato, mas à proporção que o fato ocorreu deslizando entre vários sentidos, sendo atravessado por interpretações cogitando as repetições e atualizações, gerando um acontecimento inculcado na memória coletiva.

[...] o campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito (Foucault, 2008, p. 30).

Um aspecto comum entre os eventos é que, em cada um deles, houve uma criação de significado e uma alteração de significados preexistentes. Assim, pode-se afirmar que toda expressão contemporânea se conecta a algo que já foi dito e, independentemente de quão trivial possa parecer, de quão irrelevante se possa considerá-la em suas repercussões, de quão rapidamente possa ser esquecida após sua manifestação, ou de quão mal

interpretada possa ser, uma declaração é sempre um evento que nem a linguagem nem o significado conseguem esgotar completamente.

Para analisar a linguagem em sua materialidade e contexto, foi necessário compreender dois processos fundamentais que estruturaram a produção discursiva: o processo parafrástico e o processo polissêmico. Esses mecanismos são centrais na constituição do sentido, conforme proposto pela Análise de Discurso.

O processo polissêmico foi caracterizado, segundo Orlandi (2001, p. 37), como “[...] a tensão constante estabelecida pela relação homem/mundo, pela intromissão da prática e do referente, enquanto tal, na linguagem”. Tratou-se da produção de novos sentidos, resultado da articulação entre o já-dito e a formação ideológica do sujeito, operando por meio do interdiscurso, ou seja, do conjunto de formações discursivas anteriores que atravessam e possibilitam o dizer atual.

Por sua vez, o processo parafrástico nos diz respeito à repetição ou reformulação de sentidos já estabilizados. A paráfrase implica a retomada do já dito, a circulação de sentidos reconhecidos em um determinado contexto discursivo. Ainda que aparente uma estabilidade, esse processo é constitutivo da produção de novos sentidos, pois é justamente a partir da repetição que o deslocamento polissêmico pode ocorrer. Assim, não se pode desconsiderar o papel da paráfrase, uma vez que ela fornece o ponto de partida para a emergência do novo.

Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia, nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia (Orlandi, 2001, p. 37).

Por fim, o conceito de memória, conforme abordado por Orlandi (2005), refere-se à forma como os discursos se ancoraram em eventos passados, interligando experiências e significados ao longo do tempo. A memória é um elemento que conecta diferentes discursos e permite a construção de identidades coletivas. “A memória, ao ser evocada, não apenas repõe o passado, mas também contribui para a configuração do presente”, afirma Orlandi (2007, p. 42).

Cabe aqui ressaltar que os conceitos apresentados não operam isoladamente, mas se inter-relacionam na construção de um entendimento mais profundo sobre o discurso. A formação ideológica fornece o contexto em que os pré-construídos são ativados, enquanto a heterogeneidade e a polifonia revelam a multiplicidade de vozes e a dinâmica

de poder que circularam no discurso. A memória atua como um elo que conecta a tradição e a modernidade, permitindo a evolução dos significados discursivos.

3.3 O sujeito na Análise de Discurso: entre a língua, a história e o inconsciente

A AD e a psicanálise têm o consenso que o sujeito é uma invenção da linguagem, se constitui com inúmeros fatores externos que o atravessam e assim ele pelo esquecimento o determina e na AD o conceito de sujeito se diferencia do de indivíduo, tidos como sinônimos, podem ser confundidos, por isso, a importância dessa diferenciação. Neste campo teórico, Orlandi (2021, p. 20) esclarece que “[...] o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”.

Por conta desta teoria, diz-se que o sujeito não é dono do seu dizer, pois é constituído ideologicamente e mascara o seu efeito sobre os sentidos que dialogam com os outros discursos circulantes. O sujeito é inacabado sendo reconstruído pois o discurso é interpelado pelas demais vozes, é um ser social e se constrói nas relações sociais.

Esse sujeito é cindido, simultaneamente particular e coletivo, inscrito em uma formação discursiva. É tomado pela língua e determinado por seu contexto histórico, configurando-se como um sujeito assujeitado, atravessado pela língua e pela história. Contudo, ocorre um apagamento dessa determinação quando o sujeito fala. Para Pêcheux (1988b), esse apagamento é efeito de um processo de identificação, no qual o sujeito se reconhece como origem do que diz, mesmo estando condicionado por formações ideológicas e pelo interdiscurso.

Como comentado, as palavras podem assumir sentidos diferentes dependendo conforme por quem forem utilizadas, isto é, a formação discursiva que o sujeito manifestou e materializou em seu discurso. Deste modo, discorre-se sobre este conceito tão importante na AD, a Formação Discursiva, que segundo Foucault (1997):

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 1997, p. 43).

Entender o que é sujeito para AD, como é seu funcionamento, como produz efeitos de sentidos no e pelo discurso se dá através do conhecimento das formações discursivas e ideológicas e como juntas formam a forma-sujeito.

O discurso faz parte de uma formação discursiva (FD). Existe uma semelhança para afastar ou aproximar diferenças entre os objetos. Orlandi (2021) relatou que é pela formação discursiva que se compreende o fruto dos sentidos, pois é nesta FD que o sujeito tem significação. É necessário, no entanto, entender o contexto ideológico ao qual o sujeito se encontrou, portanto o que determina o sujeito, os sentidos, são as formações discursivas que caracterizam no discurso são as formações ideológicas. Não se pode negar que uma formação discursiva dialoga com outras, possibilitando que o sujeito transite de uma para outra. É nesse espaço imaginário que ele se projeta para diferentes posições no discurso, como posição-sujeito patrão ou posição-sujeito médico, evidenciando que somos sujeitos corporificados, inscritos socio e politicamente.

Além desta posição pré-estabelecida, há uma antecipação que orientou o sujeito a imaginar o que o outro vai pensar do seu discurso e, assim, antecipar em seu dizer, a antecipação do porquê, a enxergar o outro como aliado ou opositor e a se orientar a uma determinada argumentação, fazendo com que o discurso funcione nestas relações imaginárias.

[...] todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentido, e isto lhe aparece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ele se reconhece nos sentidos que produz (Orlandi, 2008, p. 52).

Assim, compreender o funcionamento das formações discursivas implica reconhecer que o sujeito não é um emissor autônomo, mas alguém cuja enunciação é atravessada por posições ideológicas que determinam e limitam seus dizeres. Ao mesmo tempo, essas formações não são blocos estanques: elas dialogam, se tensionam e se transformam, permitindo que o sujeito transite entre diferentes posições discursivas ao longo de sua trajetória. Esse movimento é marcado por relações imaginárias, nas quais a antecipação do olhar do outro e a projeção de alianças ou oposições orientam a construção do discurso e seus efeitos de sentido.

Nessa perspectiva, a interpretação não é um ato neutro ou puramente individual, mas resultado de um dispositivo ideológico que conduz o sujeito a reconhecer-se nos sentidos que produz, como se fossem evidentes e naturais. Tal como ressalta Orlandi (2008, p. 52), “todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentido, e isto lhe aparece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ele se reconhece nos sentidos que produz”. Ao trazer essa compreensão, consolida-se a base teórica para analisar, nos capítulos seguintes, como os sujeitos — inclusive os autistas — constroem, estabilizam e deslocam sentidos em contextos discursivos específicos, particularmente nas redes sociais.

3.4 Entre a Psicanálise e a AD: a construção do sujeito na linguagem

Outro conceito fundamental para AD é o de sujeito, diferenciando o sujeito de indivíduo. O sujeito é o agente que dá a voz no discurso e como o sujeito psicanalítico é dividido e seu dizer resgata dizeres anteriores sempre marcado por um processo sócio-histórico a partir de uma posição discursiva dada. É significativo observar que o lugar do qual ele fala não é um lugar vazio. Ele, neste lugar, é afetado pelo inconsciente, e, por isso, tem a ilusão de ser dono do seu próprio dizer. Ele apaga sua determinação ideológica, e é este sujeito ideológico que a AD se propõe a estudar.

Na obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, publicada em 1975, Pêcheux (1998) tece aproximação da psicanálise com a AD. O autor apresenta argumentos que buscam articular ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. Este processo foi visto como um efeito e é explicado identificando-se o sujeito do inconsciente com o ‘Outro’ (com a letra ‘O’ maiúscula) de Lacan (Teixeira, 1997, p. 64).

Conforme os dizeres interpretativos de Teixeira (1994), Pêcheux afirmou que o ego (imaginário no sujeito) não tem o reconhecimento de seu assujeitamento ao ‘Outro’, em que o sujeito assume uma posição que é efeito de uma Formação Discursiva e uma Formação Imaginária que são extintos de sua visão.

Lacan (2007), em seus estudos psicanalíticos, afirma que não há sujeito fora da linguagem. No entanto, no autismo observa-se uma recusa em ceder ao Outro e, dentro da sintomatologia característica, uma dificuldade em fazer prevalecer a própria voz. Essa

dinâmica manifesta-se por meio de alterações na linguagem, como uso de fala verborreica, destituída de entonação afetiva, ecológica, monocórdica ou excessivamente intelectualizada, que não considera o tempo de resposta do interlocutor. É relevante destacar que, em geral, o diagnóstico se ancora predominantemente na observação de sintomas e não na análise da relação do sujeito com a linguagem. Além disso, compreende-se que o autismo se configura como um espectro, abrangendo uma ampla variabilidade de manifestações, únicas a cada sujeito

Essa perspectiva pode ser articulada com a Análise do Discurso de linha francesa, que, conforme Pêcheux (1997) e Orlandi (2001), compreende o sujeito como constituído e atravessado pela língua e pela história, sempre situado em determinadas condições de produção. No autismo, entretanto, as formas de dizer parecem tensionar essas condições, instaurando modos singulares de relação com a linguagem e com os sentidos, nos quais a interação discursiva com o Outro nem sempre se estabelece nos moldes previstos pelas formações discursivas dominantes.

Maleval (2017), em *O autista e sua voz*, afirmou que o progresso no espectro depende da capacidade do autista de ceder sua imutabilidade. Quanto mais ele conseguir lidar com o inesperado e o caos externo, mais poderá avançar. No entanto, isso não é uma regra absoluta.

Lacan (2007) consentiu ainda sobre a detenção da linguagem no autismo desde seu primeiro ensino. A ideia de que o inconsciente é estruturado como linguagem não ajuda na compreensão do autismo, pois exigiu ver o autista como sujeito representado entre dois significantes, o que não se aplicou ao autismo. Somente com o último ensaio de Lacan (2007), com os conceitos de a língua, gozo e letra (Seminário 23), é que o autista pode ser melhor designado como um ‘ser falante’, permitindo avanços nos estudos e na atuação clínica com autistas na psicanálise.

A linguagem antecede o sujeito, que já nasce imerso na fala, mas adquire sua capacidade de manejá-la ao longo do processo de constituição do eu (Lacan, 1999). Desde o início da vida, a criança está inserida em um universo linguístico e, da mesma forma, as pessoas autistas são atravessadas pela linguagem do Outro. No entanto, como observa a Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2001), o sujeito não controla plenamente os sentidos que produz, pois está sempre assujeitado a formações discursivas que o antecedem e o determinam. No caso do autismo, a relação com essas formações pode se dar de maneira singular: a linguagem, embora presente, nem sempre é utilizada de forma funcional ou na posição de protagonista do discurso.

Isso não implica ausência de expressão verbal, mas sim que a fala tende a se ancorar fortemente nos enunciados trazidos pelo Outro, produzindo-se por meio de repetições, retomadas e construções que escapam à lógica interacional dominante. Trata-se, portanto, de manifestações discursivas singulares, atravessadas por modos particulares de ocupação da posição-sujeito, nos quais se evidenciam deslocamentos, resistências e rearranjos de sentido que tensionam as expectativas normativas de comunicação.

Seguindo as formulações de Lacan (2007) sobre o autismo no campo da psicanálise, observa-se que, desde os primeiros meses de vida, é comum a ausência de contato visual e a falta ou raridade do sorriso social. O bebê autista não busca atrair o olhar da mãe ou do cuidador, não provoca trocas de alegria com o adulto, não se deixa envolver em interações lúdicas que suscitem o riso, tampouco se coloca de modo a ser observado. Sobretudo, não manifesta a intenção de se fazer ouvir.

Os autistas escutam a si mesmos. Eles ouvem muitas coisas. [...] O que faz com que não os escutemos é pensarmos que eles não escutam. Mas não podemos pensar que os autistas não escutam nem falam. Afinal, de acordo com Lacan, os autistas são 'personagens de preferência verbosos' (Lacan, 1975, p. 13-14).

À luz da Análise do Discurso de linha francesa, tal configuração pode ser interpretada como efeito de uma relação particular com o Outro e com o endereçamento discursivo. Como apontam Pêcheux (1997) e Orlandi (2001), o sujeito se constitui na e pela linguagem, sendo interpelado por formações discursivas que o antecedem e delimitam seus modos de dizer. No caso do autismo, o olhar e a voz, dispositivos centrais de interpelação, podem operar de maneira distinta, deslocando ou mesmo rarefazendo o funcionamento interacional esperado pelas formações discursivas dominantes.

No início do segundo ano, o autista pode apresentar distúrbios de atenção conjunta. Essa noção fundamentada nos conceitos de Lacan (1975), por um lado, observa o detector da direção do olhar e, por outro, a designação de um objeto através de gestos, apontando-o. Ele articula três elementos: a capacidade de considerar simultaneamente o ponto de vista do outro e o seu próprio; a identificação do outro como um interlocutor e não como um objeto inanimado, e a colocação em jogo desses dois modos de representação numa atividade de comunicação que o constitua.

Na perspectiva psicanalítica, Lacan (1999), reafirmou que nessa comunicação intencional primitiva existem gestos de apontamento 'protoimperativos' (busca de assistência) e 'protodeclarativos' (atenção compartilhada). A função 'imperativa'

significa a intenção de satisfazer uma necessidade; a criança a utiliza para obter alguma coisa do adulto. A função ‘declarativa’ se entende como a intenção de chamar a atenção do outro e de dirigi-la para um objeto, com o objetivo de indicar sua existência, compartilhando seu conhecimento com outros.

No curso do seu desenvolvimento, os gestos protoimperativos aparecem primeiramente, entre seis e sete meses, seguidos de gestos protodeclarativos, em torno de doze meses. Observa-se que os distúrbios de atenção conjunta não concernem à função imperativa, mas à função declarativa. Os autistas não procuram chamar a atenção dos outros utilizando gestos de apontamento, na grande maioria dos casos. Muitas vezes, eles não são capazes de apontar, mas quando o fazem, não usam o seu olhar para chamar a atenção do adulto para o alvo de interesse. Eles não parecem esperar qualquer coisa do outro; em contrapartida, o adulto pode ser utilizado como um prolongamento de si mesmo, tomando-lhe a mão para servir-se dela como uma ferramenta para alcançar o objeto cobiçado.

Maleval (2017) disse que, no caso do autista, o objeto pulsional não é perturbador, desde que ele o mantenha sob seu controle. Quando o autista realiza um deslocamento do objeto pulsional, ele o captura em uma imagem ou uma rede de signos. Esse controle sobre o objeto o protege da angústia gerada. As consequências da retenção dos objetos pulsionais no autista são frequentemente visíveis em comportamentos como estrabismo, incontinência fecal funcional, anorexia, bulimia, urros prolongados ou ausência de apelo.

Quando um ato de entrega ocorre de forma não intencional, é vivido como perda, suscitando intensa angústia de castração. A recusa de apelar ao Outro desde o início compromete a possibilidade de entrada na troca e no laço social, enquanto a retenção da voz produz consequências significativas, dificultando a inscrição do ser do sujeito no campo do Outro.

Não obstante, o autista não está excluído da linguagem, Lacan (1999) afirmou que se o autista se recusa a ouvir ou a falar o que está em discussão, em análise, somente reafirma a condição do autista em verbalizar. A estranheza mostrou a retenção da voz de pessoas com autismo. Ele observou que a fala pôde ser utilizada de quatro maneiras distintas, mas a mais radical é a recusa dela, o que resulta no mutismo inflexível em uma grande quantidade de pessoas com autismo, por outro lado, observou, ainda, que muitos parecem bem loquazes chegando até adorar o som da própria voz.

Entre os diversos confrontos que permeiam a construção da linguagem no autismo, observa-se que muitos comportamentos enraizados por esses sujeitos não se

configuram, necessariamente, como déficit cognitivo, mas podem ser compreendidos como uma escolha, ainda que parcialmente consciente, de autoproteção diante da angústia suscitada pela troca com o Outro. Nessa direção, Nazeer (2006) observa que, frequentemente, recorrem a uma linguagem predominantemente descritiva, centrada na enumeração dos fatos, sem necessariamente interpretá-los.

O problema para os autistas não é a complexidade de uma língua, explica K. Nazeer. De fato, é provável que isso até os ajude, uma vez que quanto maior for sua complexidade, menor o risco de uma palavra ser polissêmica. Quanto mais regras e estruturas, menos o autista deve se apoiar em sua intuição e no contexto (Nazeer, 2006, p. 26).

Já à luz da Análise do Discurso (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2001), essa preferência por uma enunciação descritiva pode ser entendida como um posicionamento discursivo que tensiona as formações discursivas hegemônicas, nas quais se espera a produção de sentidos interpretativos e subjetivos. Assim, o funcionamento linguístico-discursivo do sujeito autista, ao priorizar a descrição, revela não apenas uma estratégia de proteção, mas também um modo singular de relação com a linguagem, com o Outro e com a constituição dos sentidos.

Mobiliza-se os estudos de Maleval (2011), nos quais apontou-nos que o autista utiliza objetos e construções linguísticas para se proteger da angústia da relação com o Outro, em que a assimilação dos signos, correlata à entrada nas bordas da linguagem pelo autista, pode ser feita pela leitura, ao assistir televisão, em contato com o mundo, mas em uma forma de assimilação que permite manter à distância o risco da invasão pelo gozo implicado em uma incorporação significativa da linguagem, recusada pelo autista. Daí a prevalência dada aos referentes concretos da linguagem, aos signos e ícones, e a evasiva da polissemia significativa.

Esta relação singular do autista à linguagem foi descrita com maestria por Maleval (2015), que apontou nuances que complexificam a leitura do lugar do autista no campo linguístico. A evasiva da fala, que implicaria uma perda gozosa do objeto voz, pode culminar em um mutismo, mas também pôde se apresentar na construção de uma língua funcional, pautada na acumulação de fatos.

O autor referiu ainda que tal língua funcional, informativa, factual, pode ser manifestada em uma comunicação dos fatos, das informações, sem expressão pessoal, sem implicação da voz enquanto objeto de gozo. Tal língua funcional é frequentemente

expressa por uma voz mecânica, que permite ao autista se comunicar com os outros, desde que os afetos sejam desconsiderados (Maleval, 2015).

Concluimos, assim, que a Análise de Discurso de orientação materialista histórica, ao articular linguagem, ideologia e história, ofereceu um aparato teórico-metodológico potente para compreender como os sentidos são produzidos e disputados nos diferentes espaços sociais. A partir de categorias como formação discursiva, interdiscurso, gesto de leitura e efeitos de sentido, tornou-se possível analisar os modos pelos quais os sujeitos são constituídos na e pela linguagem, sempre atravessados por memórias ideológicas e posições sociais. Essa compreensão nos conduz diretamente ao próximo ponto desta investigação: a análise da identidade e da constituição do sujeito discursivo, concebidos não como dados fixos ou essenciais, mas como construções simbólicas que emergem da diferença, da relação com o outro e das formações discursivas nas quais o sujeito está inscrito.

4 IDENTIDADE E SUJEITO DISCURSIVO: A CONSTRUÇÃO PELA DIFERENÇA

Identidade

*Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem,
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.
Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: «Fui eu?»
Deus sabe, porque o escreveu.*

Fernando Pessoa

Nesta sessão, partir-se-á da concepção de identidade tal como elaborada nos estudos culturais, especialmente na perspectiva de Stuart Hall (2000), cuja contribuição se mostrou fundamental para o campo da Análise do Discurso. Tal concepção aproximou-se da noção de sujeito discursivo ao entender a identidade não como essência fixa e imutável, mas como um processo de construção contínua, marcado pela diferença, pela multiplicidade e pela heterogeneidade.

Sob esse ponto de vista, a identidade não se constituiu em isolamento, mas sempre em relação com o Outro, com aquilo que ela não é, com o que se apresenta como ausência. Como afirmou Hall (2000, p. 110), “[...] a construção do significado da identidade só é possível através da relação com o Outro, com aquilo que ela não é, com a ausência”; desse modo, “[...] as identidades são as posições que o sujeito é compelido a assumir” (Hall, 2000, p. 110). Essa perspectiva desloca a ideia de um sujeito pleno e transparente para

uma concepção de sujeito histórico, atravessado por discursos, interpelado pela ideologia e constituído na linguagem, como cita Orlandi (2001, p. 25), onde afirmou que “[...] o sujeito está sujeito à (língua) para ser sujeito da (língua)”, enfatizando que o sujeito é constituído pela linguagem e pela ideologia, e não é uma entidade autônoma ou transparente.

Assim, a identidade foi aqui compreendida como um efeito discursivo, um posicionamento que se dá nas condições de produção específicas, sendo fundamental para se pensar os sentidos atribuídos ao sujeito autista nos espaços sociais e institucionais contemporâneos.

4.1 Identidade

A construção da identidade humana, conforme apontam Pêcheux (1997) e Orlandi (2015), é um processo discursivo e histórico que se estrutura a partir das experiências vividas e das relações sociais nas quais o sujeito se insere. Neste movimento, o indivíduo elaborar uma imagem de si, um ‘eu’ suposto, dotado de características singulares, ao mesmo tempo em que busca pertencimento em uma coletividade marcada por traços de similitude. Essa tensão entre singularidade e pertencimento social constitui uma das dimensões centrais das discussões identitárias desenvolvidas neste capítulo.

A ambiguidade entre a construção da identidade individual e a aceitação desse sujeito pelo meio social revelou as contradições da modernidade tardia, sobretudo no que diz respeito à inclusão das diferenças. Embora o discurso contemporâneo celebre a diversidade, observou-se, na prática, a permanência de resistências simbólicas e institucionais à plena inserção daqueles que escapam das normatividades dominantes.

Como afirma Stuart Hall (1997), o modo como as identidades vêm sendo construídas no final do século XX e início do século XXI distanciou-se radicalmente das formas anteriores. Há um deslocamento das identidades fixas e essencializadas para uma concepção de identidades fragmentadas, provisórias e múltiplas, constituídas na articulação com o Outro e com os contextos históricos e culturais. Essa transformação exigiu uma revisão dos paradigmas que sustentaram as relações sociais e os modos de reconhecimento da diferença.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as Sociedades modernas do final do século XX. Isso está fragmentando as

Passagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham! fornecido! sólidas! Localizações, como indivíduos sociais. Estas transformações estão mudando também nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (Hall, 1997, p. 9).

Há um grande interesse pelo estudo da identidade, seja analisando nas práticas sociais, seja analisando nos discursos. Desta forma, as discussões que antes acreditavam na existência de um ‘*eu*’ imutável, com o decorrer do advento observou-se que o indivíduo se constitui a partir das relações com o outro em um convívio social, deste modo, surgiu então a nova concepção do novo sujeito pós-moderno, em que acreditou-se que a sua identidade é múltipla e dinâmica, que tem o seu ‘*eu*’ um ser em constante transformação pela sua história social, cultural e discursiva, como afirma Bauman (2004), a vida é fragmentada em episódios em uma sociedade discernida.

O princípio do conceito de ‘identidade’ na perspectiva social, a sua constituição foi determinada pela diferença que é estabelecida pela marcação simbólica relativa às outras identidades, como uso de uniformes ou bandeiras. E estes marcadores simbólicos são que fazem sentido às nossas experiências e àquilo que somos.

Apoiando-se neste estudo, Silva (2014), disse que ‘identidade’ e diferenças estão associadas às construções sociais, afirmando e enunciando as diferenças nos diferentes grupos sociais, pautadas nas relações de poder, pois estas não são unificadas e podem ser marcadas ou encobertas.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (Silva, 2014, p. 91-92).

Outro autor que defende esta perspectiva é Machado (2008). Este disse que a identidade é uma construção ativa, a qual é modificada em prol dos grupos sociais por meio dos processos de inclusão e exclusão classificando os sujeitos como integrantes ou

não do meio, sua formação é a partir da visão que o indivíduo tem de si (identidade de autodefinição) e como espera a confirmação do outro, que é a identidade atribuída.

Segundo a autora, a identidade pode ainda articular-se a vínculos relacionados a gênero, etnia, ideologia, política ou cultura. Tais parâmetros podem influenciar, mas não determinar de forma absoluta uma identidade, pois as características que diferenciam e legitimam determinado grupo podem, com o passar do tempo, adquirir outras significações, como, por exemplo, o estilo das vestimentas, a língua ou os padrões que regem “a moral e os bons costumes” da época. Não se deve desprezar que os costumes são difundidos e reinterpretados a cada geração, em razão das distintas experiências próprias de cada período histórico vivido.

Corroborando com esta ideia de diferença na constituição da identidade, Woodward (2014) explica que há o surgimento de fronteiras simbólicas que levam o sujeito a ser denominado como diferente ou anormal, reafirmando as diferenças existentes e até mesmo concebendo estigmas. Neste ensejo, Skliar (2003), dentro do ponto de vista dos estudos de linguagem, direciona o olhar para desmitificar a perspectiva de que a identidade é pautada na outridade/alteridade e em binarismos, como homem - mulher, brancos - negros, heterossexuais - homossexuais, considerando uma logicidade do que não tem nome, os inomináveis, bem como menciona o fonoaudiólogo, docente e filósofo Carlos Skliar (2003, p. 55):

[...] os inomináveis são os que não são nem isto, nem aquilo. Aquilo que não se presta ao jogo da oposição nem de sua lógica. Aquilo que deixa a ordem sem efeito, que a desordena. Os inomináveis fragilizam todo conhecimento, toda determinação. São, por isso mesmo, a determinação. O adiamento do conhecimento, o deixar para depois – e sempre para depois – toda classificação, toda definição, toda catalogação. Skliar (2003, p. 55)

Dessa forma, indagava-se se o ser humano deveria permanecer cativo ao binômio inclusão/exclusão, relação que, segundo Skliar (2003), agia como força classificatória, ocultando o ambíguo, o híbrido, o indeterminado. Ao manter-se nessa perspectiva dualista, o sujeito não dirigia seu olhar para outras possibilidades de compreender a vida social, o que impedia o surgimento de uma epistemologia alternativa. Tal epistemologia, por sua vez, visava operar com um olhar heterogêneo, capaz de analisar os processos de hibridização e de compreender a sociedade como espaço em constante transformação e fluxo.

Esses deslocamentos sociais e culturais, cada vez mais intensos, não exigiam necessariamente o deslocamento físico do sujeito, sendo mediados por discursos que circulavam por meios tecnológicos, caracterizando o mundo como globalizado e em permanente movimento. Os fluxos sociais sempre estiveram presentes na constituição histórica do sujeito, o que se tornava mais visível na contemporaneidade era a intensificação dos fluxos identitários, especialmente por parte de grupos historicamente excluídos e marginalizados, os quais passaram a reivindicar voz e presença social. Esses grupos começaram a confrontar os ideais da modernidade, que por vezes apagavam os corpos e as histórias singulares.

Em consonância com essa perspectiva, a psicanálise, especialmente na visão de Lacan (1998), já havia apontado que a identidade não se configurava como algo único e estável. Pelo contrário, tratava-se de uma construção que se dava a partir de múltiplas identificações, as quais se deslocavam ao longo do tempo e do espaço. O sujeito, portanto, construía sua identidade a partir de vínculos estabelecidos no seio social, nas práticas discursivas de um determinado momento histórico. Lacan (1998) destacou a importância central da linguagem nesse processo, afirmando que era por meio dela que o sujeito se interage com o mundo e com o outro, ativando sua capacidade simbólica e comunicacional. Para o autor, o sujeito era dividido, incompleto, e mantinha-se em constante busca de si, sendo atravessado por aspectos conscientes e inconscientes, onde referiu:

O inconsciente é estruturado como uma linguagem. [...] A estrutura do inconsciente é homóloga à estrutura da linguagem, o que quer dizer que ele está constituído por uma cadeia de significantes que obedece às leis da linguística, particularmente àquelas que Jakobson destacou como fundamentais para a linguagem – a metáfora e a metonímia. O sujeito do inconsciente é, pois, o efeito dessa cadeia de significantes (Lacan, 1998, p. 26).

Compreender essa construção identitária do sujeito autista e seu impacto na sociedade contemporânea exigiu um retorno ao processo histórico e conceitual de definição do autismo, além da análise dos modos como a subjetividade era atravessada pela interpelação ideológica, constituindo um sentimento de pertencimento a uma determinada formação discursiva.

Os sujeitos autistas passaram a ser reconhecidos como pertencentes a uma comunidade que, por muito tempo, foi representada unicamente sob a constituição

discursiva sustentada por uma FD no campo da saúde, hegemonicamente autorizada a dizer o que é o autismo e quem é o sujeito autista. Segundo Pêcheux (1990), toda formação discursiva define, em uma dada conjuntura, o que pode e deve ser dito, delimitando os sentidos possíveis dentro de uma formação ideológica dominante, assim definido:

Denominamos formação discursiva (correlato da formação ideológica) todo conjunto de formulações que, no interior de uma formação ideológica determinada (isto é, a partir de uma posição determinada na conjuntura), define o que pode e deve ser dito. Toda formação discursiva é, pois, um espaço de regularidade, uma ordem que preside à produção dos sentidos, ao mesmo tempo em que os limita (Pêcheux, 1998b, p. 157).

Nesse caso, a voz médica ocupou uma posição de poder discursivo, legitimada social e historicamente para produzir enunciados sobre o autismo. Essa posição define sentidos que se sedimentam como verdades, como, por exemplo, a associação do autismo à alienação, ao silêncio e à ausência de comunicação verbal e social. Trata-se de um efeito do interdiscurso, pois os sentidos que circulam sobre o autismo não são originários, mas retomam uma memória discursiva que se atualiza nas condições de produção daquele dizer. Essa memória histórica, inscrita nas formações discursivas, carrega marcas ideológicas que fixam o sujeito autista em uma posição de falta ou de deficiência.

A construção do ‘imaginário coletivo marcado pela incapacidade’, reforçou, já que o sujeito autista é representado a partir de imagens que não foram por ele produzidas, mas que o constituem simbolicamente dentro de um jogo de sentidos determinado pela ideologia dominante. Como aponta Orlandi (2001), o sujeito é constituído na linguagem e pela ideologia, e as imagens que circulam sobre ele organizam sentidos que naturalizam posições subjetivas e sociais:

O sujeito é determinado pela ideologia. Ele não é origem de si mesmo, mas sim efeito. Efeito da história, da ideologia, do inconsciente. [...] A ideologia interpela o indivíduo como sujeito. E o discurso materializa essa interpelação. Assim, a constituição do sujeito está diretamente ligada à linguagem e à ideologia. O sujeito se constitui no interior de formações discursivas que lhe preexistem (Orlandi, 2001, p. 41).

Assim, o discurso médico não apenas descreveu o autismo, mas produziu efeitos de sentido que fixaram o sujeito autista em uma posição de exclusão e de não pertencimento. Esse funcionamento discursivo também evidencia o modo como certos

discursos silenciam outros: o apagamento de vozes autistas enquanto produtoras de saber sobre si é efeito de um mecanismo ideológico que regula o espaço do dizível e quem pode ocupar tal espaço.

Foi, portanto, pelo funcionamento da linguagem que se tornaram visíveis os processos de identificação do sujeito autista, revelando uma diversidade de sentidos que se articulavam aos modos de individuação por meio dos quais esse sujeito se reconhecia e se fazia reconhecer ideologicamente, segundo Orlandi (2001, p. 29):

O sujeito, ao se significar, interpreta, relaciona o que diz com o que é dito em outros lugares, em outros tempos, produzindo sentidos que não são só dele. Ele se constitui e se reconhece numa rede de memórias discursivas, numa rede de sentidos que o atravessam e o posicionam. A linguagem não diz o mundo, ela o significa.

A subjetividade expressada nos discursos possibilitou o acesso imaginário que o sujeito construiu de si mesmo, promovendo a desconstrução, ou reconstrução, das representações historicamente cristalizadas sobre o que significava ser uma pessoa autista. Isso permitiu observar o processo de construção identitária do autista como algo definido por ele próprio, por sua própria fala e experiência, segundo Orlandi (2001, p. 45):

A subjetividade é constitutiva do discurso. Ela é o lugar onde o sujeito significa. [...] O sujeito não é transparente a si mesmo. Ele é efeito da ideologia e da linguagem. Não é um sujeito fundador de sentido, mas o lugar onde os sentidos se fazem e se desfazem. Ao dizer, o sujeito é atravessado por memórias, por discursos outros, por histórias que ele não domina. Ele se constitui na e pela linguagem, e, por isso, é sempre incompleto, falho, múltiplo.

Compreender tal processo exigiu o resgate de alguns conceitos fundamentais, como o de identidade. Tratava-se de uma noção relativamente recente, pois durante muito tempo prevaleceu a crença em um *'eu'* imutável e fixo. No entanto, é importante ressaltar que o ser humano, desde bebê, é um ser de linguagem. Desde seus primeiros momentos, transmite suas demandas e necessidades ao Outro, estabelecendo uma relação primitiva de significação. Ainda no útero, o bebê humano inicia uma relação com outro humano, o que se associa à prematuridade biológica da espécie, que, mesmo pronta para nascer, não sobreviveria sem o cuidado do outro. Esse vínculo primordial fundou as relações iniciais com o mundo e passa a regular os laços futuros com os demais.

Essas codificações iniciais, no percurso da maturação biológica pós-nascimento, foram mediadas pelo funcionamento do neocórtex, estrutura cerebral responsável pelas funções superiores, incluindo a linguagem. Segundo Crespin (2004, p. 21), “[...] a linguagem é concebida como um sistema de significantes que codifica o real, do qual as diferentes línguas faladas seriam a expressão”. Desse modo, a linguagem foi entendida como ferramenta adaptativa fundamental da espécie humana, capaz de garantir sua sobrevivência. Mesmo antes de nascer, o bebê já se encontrava imerso no universo simbólico de seus pais, tanto no plano da individualidade quanto no da sociedade e da cultura à qual pertencia.

E, neste percurso histórico e ideológico, o sujeito autista foi marcado discursivamente por meio de formações imaginárias de sujeitos sem linguagem, sem interação social assujeitando-os a uma fronteira de exclusão para um lugar de depreciação, desqualificação, se posicionando à margem da sociedade. E, conforme Orlandi (2016) referiu, o imaginário social reside na relação com o Outro e esta sociedade divide-se afetada pela ideologia que significam as relações de poder.

E é este imaginário (social) em que vivemos que preside nossa relação com o outro e com o Outro, em uma sociedade dividida e estruturada pela divisão. Divisão hierarquizada e afetada de valores pela ideologia em que significam relações de poder simbolizadas. Ao mesmo tempo, como sujeitos capitalistas, juridicamente constituídos pelos nossos direitos e deveres, iguais perante a lei, somos apresentados como sujeitos livres e responsáveis. Igualdade e diferença se conjugam no mesmo lugar, quando se trata do Estado e da sociedade capitalista. E sem contradição, uma vez silenciados o político e a ideologia (Orlandi, 2016, p. 17).

Essas divisões refletiam-se no funcionamento dos discursos e nas relações de força que os sustentavam. No caso do sujeito autista, entretanto, esse aspecto permaneceu silenciado por muito tempo, como se sua existência se limitasse à infância, sem projeção para a vida adulta. Em 1943, Kanner descreveu, em seu texto, observações sobre a incapacidade de comunicação, consolidando, assim, o discurso médico que associava o autismo à ausência de linguagem. Tal perspectiva marcou, por décadas, a formação imaginária de pedagogos, terapeutas e médicos, influenciando práticas e concepções acerca do sujeito autista.

Na perspectiva da Análise do Discurso (Pêcheux, 1997; Orlandi, 1983), esse silenciamento pode ser interpretado como efeito de formações discursivas dominantes

que instituíram sentidos hegemônicos sobre o autismo. Ao fazê-lo, delimitaram-se posições de sujeito possíveis e interditaram-se outras, especialmente aquelas que reconhecem o autista como protagonista de sua própria história e produtor legítimo de sentidos.

Segundo Pêcheux (1997), as formações ideológicas podem ser compreendidas como instâncias que intervêm como forças em confronto no interior da conjuntura ideológica própria de uma formação social, situada historicamente. Essas formações não se constituem como totalidades homogêneas nem como manifestações particulares isoladas, mas como redes complexas de práticas e representações que se articulam de maneira dinâmica e contraditória. Nessa perspectiva, todo efeito de sentido é indissociável de uma formação ideológica específica, cuja materialização se dá por meio de uma ou mais formações discursivas (FD), que operam como suas condições de possibilidade no nível do discurso.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “[...] as formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Dessa forma, as formações discursivas (FD) constituem as representações das formações ideológicas no discurso. Pêcheux e Fuchs (1997) reforçam essa articulação ao afirmarem que:

As formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura. [...] É, portanto, a posição de classe ocupada pelo sujeito que determina a forma sob a qual se exerce sua função discursiva, ou seja, o conteúdo e a forma de seu discurso (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166).

Concisamente, ambos os conceitos de discurso e identidade são construídos em interação com o outro, com o discurso do outro e com nosso próprio discurso prévio, nosso conhecimento do mundo. Assim, essas estruturas estão em constante processo de reformulação. Ao se engajar na prática discursiva, os indivíduos direcionam a si mesmos e para o discurso por meio de interações com os outros e constroem seus pressupostos e conceitos no processo dessa interação.

Vive-se em uma era contemporânea de múltiplos discursos, com uma demanda de novas construções sociais e em consequência uma exclusão sem medidas, uma sociedade sem fronteiras, com diversos avanços tecnológicos o que permitiu que as ciências que

estudam a linguagem nas quais os sujeitos produzem sentido no mundo social, na tentativa de compreender nossas sociabilidades de classe social, etnia, idade, gênero, sexualidade e entre tantos outros fragmentação do indivíduo, reescrevendo outras narrativas de quem são ou podem ser as identidades autistas, e estas sendo construídas por e pelo discurso. Não deixando aqui de reafirmar o que Pêcheux (2019) diz sobre o discurso que é o efeito de sentidos entre interlocutores.

[...] o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre *A* e *B* mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos *A* e *B* (Pêcheux, 2019, p. 39, grifo do autor).

A modernidade recente é marcada por transformações na economia, na política, na tecnologia, na cultura e na sociedade, um novo mundo cheio de ambiguidades, inseguranças e instabilidades. Desse modo, considerando-se que a identidade está em constante transformação, não sendo classificada um produto acabado, é importante observar os discursos que circulam no ambiente investigado, já que as identidades sociais são constituídas através e pelos discursos que a envolvem ou nos quais a pessoa circula. Portanto, entendendo que se usa uma visão socioconstrutivista de identidade, não essencialista, ou seja, uma identidade definida ou fixa, mas sim, identidades construídas socialmente, discursivamente, fragmentadas com contradição e fluxo, sendo por meio do discurso no interior dos contextos sociais que as identidades são construídas.

E, por último, observa-se um deslocamento teórico do sujeito na AD que é descentrado de interpelado pela ideologia, pela exterioridade e é no cunho social que se constitui por meio da materialidade linguística analisando os discursos. A visão de identidade das ciências sociais e psicanalítica lacaniana se conciliam com a noção de sujeito discursivo inscrito na AD, pois, nesta concepção, a identidade igualmente é fragmentada, heterogênea e volátil arrolada pela diferença.

4.2 O sujeito em rede: discurso, poder e visibilidade nas mídias sociais

O cerne da pesquisa visou analisar os discursos em mídias sociais. Para avançar com a reflexão optou-se pela pesquisa sobre a construção deste sujeito atual frente às mídias e atrás das telas. Para isto, considerou-se autores que direcionaram o olhar para a

construção do sujeito em seus relacionamentos sociais, independentemente de como é realizado, seja pessoalmente ou virtualmente.

Inicia-se com Foucault (1995), que proferiu algumas ponderações sobre o discurso, referindo-se à ele como uma prática que se articula entre os saberes e práticas não discursivas nas quais dizeres e fazeres incorporam. Este autor também explicou que as formações discursivas são regidos por regras, e que o discurso se constitui por um momento histórico e é espaço em que saber e poder têm direitos reconhecidos e que a produção é controlada por aquilo que determinam o que pode ser dito em um dado momento histórico, inquirindo o que permite certos enunciados serem silenciados e outros não, controlando o sentido de verdades, estabelecendo as relações de poderes da formações discursivas e buscando os efeitos discursivos.

Na materialidade dos textos que estão na sociedade, o sujeito é a origem dos sentidos, e como há a opacidade deste sujeito e seu discurso é impossível a compreensão totalitária dos sentidos produzidos socialmente, mas o efeito de coerência dos textos denota os discursos controladores, delimitadores e classificadores, criando uma ilusão de unicidade de sentido, como nos textos das mídias sociais, mediando seus leitores a uma realidade que é construída.

Em tempo hodiernos, a mídia é considerada o mecanismo discursivo que está escrevendo a história atual, modelando a identidade, interpelando o sujeito e ressignificando os discursos por meio de imagens ou palavras, consentindo a interpretação e os seus deslocamentos, criando sentidos e emergindo novas formações identitárias.

Considera-se aqui a reflexão de Bauman (2003) que explicou que na rigidez das instituições há uma certeza, as identidades estão em constante transformação, as relações são líquidas, fluidas e, com o surgimento das mídias sociais, a construção identitária toma um novo caminho, os homens têm a preocupação de construir uma imagem para o outro e este processo envolve as similaridades entre os pares, como características físicas, o intelecto, as emoções e o grupo ao qual pertence ou pretende pertencer.

Na modernidade líquida, as identidades são construídas e reconstruídas continuamente. As certezas sólidas das instituições deram lugar a uma constante transformação, onde as relações são fluidas e os indivíduos buscam incessantemente moldar uma imagem de si mesmos para os outros. Esse processo envolve a identificação com pares, seja por características físicas, intelectuais, emocionais ou pelo grupo ao qual pertencem ou desejam pertencer (Bauman, 2003, p. 65).

Essa concepção dialoga com a perspectiva discursiva da identidade como construção histórica e simbólica, articulada por meio de posições ideológicas e práticas sociais (Pêcheux, 1997; Hall, 2006). Nessa ótica, a identidade deixa de ser compreendida como essência fixa e imutável para configurar-se como um processo contínuo de negociação, atravessado por discursos que operam no campo da visibilidade e da representatividade social. Como observa Hall (2006), as identidades são sempre posicionadas e provisórias, resultantes de interações e disputas simbólicas; e, conforme Pêcheux (1997), tais posicionamentos são produzidos no interior de formações discursivas que definem, limitam e disputam os sentidos possíveis.

Nos contextos social e cultural atualmente, os dispositivos tecnológicos têm entrado na vida dos sujeitos cotidianamente, promovendo interações sociais e reafirmando como forma cultural das práticas discursivas dos autistas.

Pensando por essa via, compreendeu-se a mídia como um instrumento social capaz de produzir deslocamentos e desterritorializações simbólicas, ao mesmo tempo em que participa ativamente da construção de novas identidades. Ao interpelar os sujeitos em formações discursivas que circulam amplamente, a mídia contribuiu para inseri-los em uma sociedade imaginada, gerando neles a sensação de pertencimento e reconhecimento. (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2001)

Nesse cenário, o sujeito digital encontrou-se assujeitado à linguagem, seja na posição de leitor ou de produtor de discursos. A atuação nesse espaço discursivo impactou diretamente a memória discursiva, cuja dinâmica, segundo Pêcheux (1998), operou por meio da repetição de enunciados que, ao se estabilizarem, constituíram regularidades discursivas e atualizam os sentidos já postos. É nesse funcionamento que emergem os pré-construídos, elementos linguísticos e ideológicos que sustentam os dizeres e orientam os efeitos de sentido no interior das formações discursivas.

As redes sociais, como espaços de circulação de discursos e de disputas simbólicas, desempenharam um papel central nesse processo, ao possibilitar a visibilidade de subjetividades historicamente marginalizadas. A análise das formações ideológicas que sustentaram, e ainda sustentam, determinadas representações do autismo permitiu compreender não apenas os sentidos estabilizados, mas também os deslocamentos e rupturas que se tornaram possíveis em novos contextos de produção.

Historicamente, os discursos sobre o autismo foram atravessados por estigmas que reforçam uma imagem cristalizada do sujeito autista como alguém grave, institucionalizado e privado de agência social. Como afirmam Silva *et al.* (2012, p. 73),

“[...] no decorrer dos anos, os estigmas sobre o autista eram intensificados na figura do estereótipo do indivíduo grave e institucionalizado.” Essa representação, sustentada por discursos médicos, escolares e familiares, operou como efeito da memória discursiva (Orlandi, 2007), naturalizando sentidos que reforçam a exclusão e o silenciamento desses sujeitos.

No entanto, nas últimas décadas, observa-se um deslocamento discursivo que coloca em confronto as formações ideológicas, desestabilizando sentidos hegemônicos e abrindo espaço para a emergência de novas posições de sujeito. Sob a perspectiva da Análise de Discurso de orientação pecheuxiana, esse deslocamento não ocorre de maneira espontânea, mas é efeito de lutas discursivas em que o sujeito reconfigura sua posição-sujeito diante das formações discursivas dominantes. Como nos lembra Pêcheux (1997), o sujeito é sempre interpelado pela ideologia, constituindo-se em posições-sujeito determinadas pela relação com o saber, o poder e a linguagem. Nesse contexto, Pêcheux (1988), sustenta que: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.”

Nesse novo cenário, sujeitos autistas passaram a ocupar espaços nas redes sociais, nas quais constroem novas formas de visibilidade e produção de sentidos. Nestes espaços, encontram um lugar de fala, não mais como objeto do discurso médico ou institucional, mas como sujeitos do discurso, que narram suas experiências, elaboram memórias e afirmam identidades. Trata-se de um processo em que o autista deixa de ser apenas nomeado por outros e passa a significar-se por meio de enunciados próprios, tensionando os sentidos hegemônicos que os identificavam como ‘incapazes’ ou ‘fechados em si mesmos’.

Como destaca Orlandi (2008, p. 31), “[...] o sujeito não é o dono do sentido, mas o lugar em que o sentido se constrói e se desconstrói”. É justamente nesse ponto que a emergência do autista enquanto enunciador inaugura novas formações discursivas, em que a identidade é compreendida como um processo em constante movimento, sempre atravessado por relações de poder e disputas simbólicas.

Dessa forma, ao considerar tais deslocamentos, torna-se possível observar como a constituição discursiva do sujeito autista vem sendo ressignificada. Se antes predominavam sentidos associados à deficiência grave e à exclusão, hoje emergiram posições-sujeito que se afirmaram no e pelo discurso, propondo novas leituras sobre identidade, linguagem e diferença. Para compreender essas transformações, este trabalho percorreu as formações ideológicas que historicamente atravessaram a construção do

autista como sujeito, analisando os sentidos em disputa e os efeitos dessa nova discursividade nas formas de existência que se tornaram possíveis.

Encerra-se, assim, esta sessão reafirmando que a linguagem, atravessada pela ideologia, constitui o sujeito e os sentidos que o acompanharam. No caso do sujeito autista, sua presença discursiva nas mídias digitais apontou para um processo ativo de construção identitária, que desafiou estigmas e instituiu novas formas de existir no espaço social.

4.3 Identidade autista e diagnóstico tardio: entre o discurso médico e os relatos nas redes

Nesta sessão propõem-se uma reflexão sobre a constituição identitária dos sujeitos diagnosticados tardiamente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com base em discursos publicados nas redes sociais, especificamente no *Instagram*. Os discursos analisados pertencem a indivíduos que, antes do diagnóstico, relatam sentir-se ‘estranhos’, deslocados e incompreendidos socialmente, vivenciando uma sensação constante de inadequação. O diagnóstico do TEA, nesse contexto, surgiu como um marco discursivo transformador, que reorganizou sentidos sobre si e sobre o mundo, operando como um ponto de inflexão na trajetória subjetiva desses sujeitos.

É importante considerar que o reconhecimento do autismo em adultos é um fenômeno recente, ainda pouco explorado pelas políticas públicas e pelas instituições médicas. A diversidade sintomática e a singularidade de cada sujeito autista tornaram, por muito tempo, o diagnóstico algo restrito à infância. Assim, muitos adultos só acessam sua condição após longos períodos de sofrimento psíquico e exclusão social.

Nesta análise, amparada nos pressupostos da Análise de Discurso, compreende-se que identidade e diferença são noções indissociáveis. Como argumentou Silva (2014), a identidade opera de forma agregadora, enquanto a diferença, frequentemente, funciona como vetor de exclusão. A constituição identitária, portanto, está atravessada por relações de poder e por processos discursivos que regulam a visibilidade e a legitimidade de certos modos de ser no mundo. É justamente nesse ponto que as mídias sociais, como o *Instagram*, emergiram como espaços privilegiados para a elaboração e circulação de discursos.

A definição de mídia social aqui empregada, diz respeito aos ambientes digitais que favorecem a produção, publicação e compartilhamento de conteúdo gerados por

usuários, tais como textos, imagens, vídeos e comentários. Para Barbosa (2013), essas plataformas instauram um novo regime de visibilidade, no qual se reconfiguram as fronteiras entre o público e o privado. Em consonância com as ideias de Bauman (2001), vivemos em uma modernidade líquida, marcada por vínculos frágeis, instabilidade nas relações e uma busca incessante por prazer e reconhecimento, que raramente se traduz em satisfação duradoura.

Nesse cenário, Moura (2013) destacou que as redes sociais digitais possibilitam a emergência de identidades múltiplas, proporcionando um espaço de construção e performance de diferentes ‘eus’. Hall (2006), por sua vez, observou que as transformações estruturais ocorridas no final do século XX, como o declínio das grandes categorias identitárias, a exemplo de classe, gênero, etnia e nação, impactaram profundamente as formas de subjetivação contemporâneas, dissolvendo a crença em um sujeito unificado, completo e coerente.

Considerando essas contribuições teóricas, este capítulo analisa como sujeitos autistas, diagnosticados na vida adulta construíram suas identidades por meio de discursos produzidos e compartilhados nas redes sociais. A partir disso, buscou-se compreender como esses discursos tensionam a normatividade social e reconfiguraram os sentidos de pertencimento, diferença e reconhecimento no espaço digital.

Ao abordar a constituição do sujeito no espaço digital, Dias (2011) evidencia que:

A discursividade do eletrônico (...) é um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações históricas. (Dias, 2011, p. 5).

Tal afirmação converge com a perspectiva pecheuxtiana de que os sentidos não se originam no sujeito individual, mas emergem do interdiscurso, ou seja, do conjunto de já-ditos que atravessam sua enunciação e estruturam a produção de significados. Desse modo, o sujeito, ao produzir sentidos no espaço digital, não o faz de forma autônoma ou consciente, mas é atravessado por formações discursivas que o precedem e o constituem. Como explica Pêcheux (1997), o dizer é sempre histórico, determinado por posições ideológicas, e se inscreve em redes de memória que organizam aquilo que pode e deve ser dito.

Nesse contexto, a interação em plataformas digitais, como redes sociais, evidencia um espaço de disputas discursivas em que sentidos são produzidos, tensionados e

ressignificados. O sujeito é constantemente interpelado por discursos que circulam socialmente e, ao mesmo tempo, reinscreve-se neles, performando identidades, reivindicando pertencimento e questionando normas sociais. Assim, compreende-se que, no ambiente digital, a constituição do sujeito é marcada por uma relação complexa entre memória, ideologia e linguagem, em que a repetição e o deslocamento dos sentidos produzem novos modos de subjetivação.

Nesse mesmo sentido, a autora observa que “a ilusão de ser a origem do sentido traz consigo os sentidos de onipotência, completude, onipresença do discurso da tecnologia em que o sujeito pode tudo, o corpo pode tudo e a ciência pode tudo” (Dias 2011, p. 5), aproximando tal efeito ideológico do esquecimento n. 1 proposto por Pêcheux. Essa reflexão permite compreender que, ao enunciar nas redes sociais, o sujeito não apenas atualiza sua memória discursiva, mas também se reinscreve em posições identitárias tensionadas pela promessa tecnológica de onipotência e pela instabilidade própria da discursividade digital. Desse modo, a identidade se revela em constante deslocamento, atravessada por formações discursivas que a sustentam, mas que também abrem espaço para reformulações e reconfigurações no espaço digital.

É preciso compreender aqui que o termo mídia social é desinente dos *websites* identificados como redes sociais representados por *blogs*, comunidades de conteúdo, *sites* de relacionamento e nestes locais cibernéticos ocorrem a composição e troca de assuntos, matérias ou fotos produzidas pelo usuário (a pessoa que criou uma conta para acessar determinada rede social). Barbosa (2013), disse que com o comportamento de utilizar os dispositivos tecnológicos e acessar as mídias sociais, os indivíduos trazem a altercação entre o público e o privado, o que, em tempo de modernidade líquida, segundo Bauman (2001), esta sociedade busca o prazer, entretanto, com diminuição de tolerância uns com os outros e valores que não chegam a satisfação real por se apresentar como uma relação superficial e altamente mutável.

No caso dos sujeitos autistas analisados, esse contexto digital se revela um espaço paradoxal: ao mesmo tempo em que possibilita a visibilidade e o reconhecimento de suas narrativas, também os expõe às instabilidades e efemeridades próprias das interações mediadas pela rede. Nesse sentido, as redes sociais funcionam como arenas discursivas nas quais esses sujeitos, interpelados por formações discursivas (Pêcheux, 1975/1988; Orlandi, 2003), negociam sentidos sobre si, constroem pertencimentos e, simultaneamente, lidam com deslocamentos e tensões produzidos pela fluidez e volatilidade da vida social contemporânea.

Nesta perspectiva, Moura (2013) fala que a interligação das redes sociais permite o desenvolvimento de identidades múltiplas, os vários ‘eus’ são construídos e ainda definiu como sendo um lugar de espaços plurais que dispõe sobre a construção da identidade pessoal e social, em complemento com as ideias de Hall (2006), que referiu-se sobre a mudança estrutural nas sociedades ocorridas do final do século XX, como o esfacelamento de classe, gênero, sexualidade, etnia e raça, as identidades sociais e consequentemente transformando as identidades individuais, impactando o modo de enxergar o outro erroneamente como sujeitos completos.

Essas transformações nas concepções de identidade, marcadas por multiplicidade, fluidez e reconstrução contínua, encontram ressonância nas experiências vividas por sujeitos que, historicamente, estiveram à margem das definições normativas de identidade social.

É nesse contexto que são inseridas a realidade dos sujeitos autistas. A falta de diagnóstico e intervenção precoce resultou, muitas vezes, em prejuízos significativos tanto no desenvolvimento neurobiológico quanto na construção identitária desses indivíduos. Considerando que a primeira infância é um período crucial para as maturações neurológicas e psíquicas, questionou-se, contudo, se essa etapa é de fato a única determinante na formação da identidade ou se esta pode ser (re)construída ao longo da vida, desafiando a noção de uma identidade fixa e imutável, como refere Hall:

Considerar a identidade como algo plenamente unificado, completo, seguro e coerente é uma fantasia. Em vez disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados com uma multiplicidade desconcertante e em constante mutação de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos, ao menos temporariamente, nos identificar (Hall, 2000, p. 13).

Vale ressaltar que não faz muito tempo que o autismo não era diagnosticado em adultos em decorrência de sua gama de tipologia de sintomas e comportamentos, e cada indivíduo têm peculiaridades e diferenças, mas como Silva (2014) refere, identidade e diferença sempre caminham juntas, embora a identidade é agregadora e a diferença excludente e para compreender essa dicotomia, apresenta-se neste capítulo os referenciais teóricos que expressam a construção identitária destas pessoas pela mídia social *Instagram*.

Pensando que o ser humano segue uma norma, uma regra em seu desenvolvimento neurobiológico, suscitou-se a questão de que o desenvolvimento psíquico é muito mais

complexo, pois depende de múltiplas interferências sociais, históricas e discursivas. Nesse sentido, Foucault (2012) ofereceu uma chave de leitura essencial ao compreender a norma como produto da modernidade e expressão de um poder disciplinar que atua classificando, regulando e hierarquizando os indivíduos.

Para o autor, a norma não apenas identifica as diferenças, mas inaugura um processo contínuo de modificação e domesticação dos corpos e das subjetividades. Aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos, sejam eles de comportamento, cognição ou expressão, são alvos de correção, medicalização ou exclusão.

Essa perspectiva é particularmente relevante quando se trata da construção da identidade de sujeitos autistas, cujas experiências de desenvolvimento frequentemente se distanciam dos referenciais normativos. Ao serem colocados fora da norma desde a infância, esses sujeitos são frequentemente submetidos a práticas discursivas que visam à adaptação, muitas vezes em detrimento da valorização de suas singularidades.

Essa provocação de Foucault (2012) convida a deslocar o olhar e a desnaturalizar os saberes instituídos, especialmente aqueles que definem o que é considerado normal ou patológico no desenvolvimento humano. Ao questionar a função do saber como instrumento de conformidade, o autor induz a pensar diferentemente, a romper com os automatismos discursivos que aprisiona o sujeito em categorias fixas, no campo das deficiências, e particularmente no caso do autismo. Essa reflexão ganha ainda mais força, pois revela o quanto os saberes médicos, pedagógicos e terapêuticos moldam a percepção social e subjetiva do sujeito autista.

Pensar diferentemente do que se pensou, nesse caso, significa abrir espaço para outras formas de existência, de linguagem e de identidade que escapam às normas hegemônicas, além de favorecer a escuta do sujeito autista não apenas como objeto de intervenção, mas como produtor de sentidos e de discursos próprios, com direito à diferença. Assim, ao invés de encarar a identidade autista como algo que deve ser corrigido ou moldado à semelhança de uma norma, passa-se a compreendê-la como uma construção discursiva legítima, marcada pela singularidade e pela resistência ao apagamento simbólico.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (Foucault, 2012, p. 13).

Corroborando com a visão de Foucault (2012), Canguilhem (1982) fez uma distinção entre normalidade e patologia, observando que foram os próprios seres humanos que se responsabilizaram em ditar o que é normal a partir da rotina, hábitos e normas dos indivíduos, levando em consideração que o normal é coercitivo e coletivo. Canguilhem (1982) afirmou ainda que o corpo humano é um produto da atividade social:

Se é verdade que o corpo humano é, em certo sentido, produto da atividade social, não é absurdo supor que a constância de certos traços, revelados por uma média, dependa da fidelidade consciente ou inconsciente a certas normas da vida. Por conseguinte, na espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade vital, mas também uma normatividade social. Um traço humano não seria normal por ser frequente; mas seria frequente por ser normal, isto é, normativo, “um determinado gênero de vida (Canguilhem, 1995 p. 125).

Foucault (2010) em *Os anormais* nos falou sobre normalidade, que seria a prevalência de padrões que ocorrem em determinada população com muita frequência, mas que estas podem ser diferentes em cada sociedade pelas diferenças culturais entendendo-se então como norma, como juízo de valor, assim, o que não é normal não é necessariamente uma patologia, pode ser pouco frequente ou não habitual, já Canguilhem (1982) discordou desta vertente de variação quantitativa do normal, mas sempre à margem dos grupos sociais, com uma mudança significativa de percepção à medida que os direitos do ser humano a igualdade foram se estabelecendo e olhando para os deficientes como parte da sociedade, embora muito longe do ideal e com visão ainda filantrópica, mas hoje caminha-se pelo caminho da inclusão e igualdade.

Compreende-se que a identidade do sujeito autista é atravessada por discursos historicamente constituídos, regulados por normas ideológicas e institucionais. Ao problematizar os saberes que o classificaram como desvio, abriu-se espaço para novas formas de escuta e reconhecimento de suas maneiras próprias de significar e existir. Essas reflexões fundamentam o olhar teórico da pesquisa e orientam as escolhas metodológicas apresentadas no próximo capítulo, voltadas à análise dos enunciados de sujeitos autistas e dos efeitos de sentido produzidos em suas formas de dizer.

5 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se na compreensão de que, ao se estudar fenômenos discursivos, não se busca apenas descrever estruturas linguísticas ou levantar dados quantitativos, mas compreender como os sentidos são produzidos, circulam e se transformam em determinadas condições históricas, sociais e ideológicas. Nesse sentido, a abordagem metodológica não se restringe a procedimentos técnicos, mas articula pressupostos teóricos e analíticos capazes de apreender a complexidade do discurso e do sujeito. A escolha por uma perspectiva qualitativa, ancorada na Análise de Discurso de orientação materialista, reflete a necessidade de considerar que toda produção discursiva está atravessada por memórias, formações ideológicas e relações de poder, elementos imprescindíveis para analisar a constituição da identidade autista nas mídias sociais.

Dentro desse quadro metodológico mais amplo, a presente pesquisa direciona seu olhar para um recorte específico: as práticas discursivas de sujeitos autistas adultos na plataforma *Instagram*. Essa delimitação não é meramente instrumental, mas responde a uma questão central da análise, compreender como um espaço digital marcado pela exposição pública, pela circulação acelerada de sentidos e pela possibilidade de interação mediada por tecnologias torna-se lugar de enunciação, disputa e ressignificação das identidades autistas. A seguir, detalha-se como esse recorte foi operacionalizado e quais critérios orientaram a seleção do corpus e a abordagem analítica adotada.

5.1 Uma leitura discursiva da identidade autista nas mídias sociais

Diferentemente das ciências exatas que operam sobre os dados objetivos e mensuráveis, as ciências humanas, notadamente os campos da linguagem, orienta-se pela interpretação dos sentidos, da história e das relações simbólicas, assim, este trabalho inscreveu-se na perspectiva da Análise de Discurso de orientação materialista histórica, desenvolvida por Michel Pêcheux (1990) e ampliada no Brasil por Eni Orlandi (2012), que conceberam o sujeito como efeito da linguagem, atravessado pela ideologia, pela história e por memórias discursivas. Nessa abordagem, os sujeitos não são entidades fixas e transparentes, mas indivíduos heterogêneos, fragmentados e em constante movimento.

A proposta metodológica deste estudo consistiu na seleção de quatro sujeitos adultos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que se manifestaram

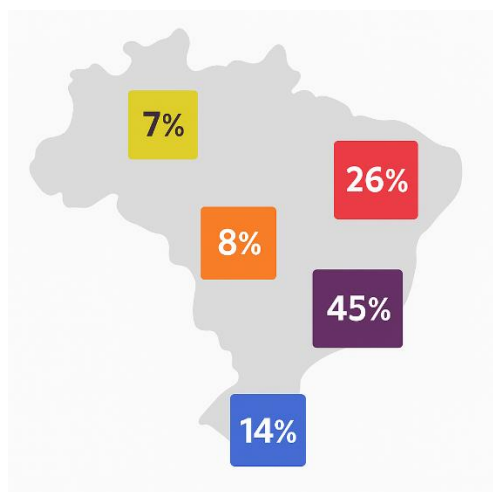
discursivamente por meio da rede social *Instagram*. O *corpus* foi constituído a partir de publicações (postagens, legendas e transcrição de vídeos) realizadas nesses perfis, respeitando critérios éticos de preservação da identidade dos participantes e considerando as condições de produção que atravessaram tais enunciados.

Tem-se como objeto de pesquisa analisar como as redes sociais viabilizaram aos seus usuários a construção de suas identidades a partir de sua discursividade social, ideológica e histórica e se esta nova modalidade de interação social supriu o desejo de socializar-se de uma pessoa autista no quesito de maior desafio de sua natureza, que é justamente a interação social e tem como objetivo analisar os efeitos de sentido presentes nos discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente, publicados na rede social *Instagram*, a fim de compreender como construíram suas identidades discursivas nesse espaço digital., como Pêcheux cita:

O sujeito, para a análise do discurso, não é autor desse discurso, mas alimenta o equívoco de sê-lo. Ele fala atravessado pelo discurso do Outro/Sujeito. Todo sujeito interpreta a partir de *um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra*. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentido, e isso lhe aparece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação; ao contrário, ele se reconhece nele. (Pêcheux, 1988, p. 160).

A escolha pelo *Instagram* como materialidade discursiva justificou-se por sua ampla adesão entre os brasileiros. Segundo a pesquisa ‘Instagram no Brasil’ (Opinion Box, 2023), a plataforma reúne mais de 2 bilhões de usuários ativos em todo o mundo, dos quais aproximadamente 99 milhões estão no Brasil, o que posicionou o país como o segundo maior em número de usuários. Além de sua relevância comercial, a rede tem se consolidado como um espaço potente de expressão subjetiva, construção de discursos pessoais e disputas simbólicas, tornando-se, assim, um terreno fértil para a análise dos modos de constituição de sujeitos e sentidos, como demostramos no quadro abaixo:

Figura 14. Representação da porcentagem do uso da rede *Instagram* no Brasil em 2023.

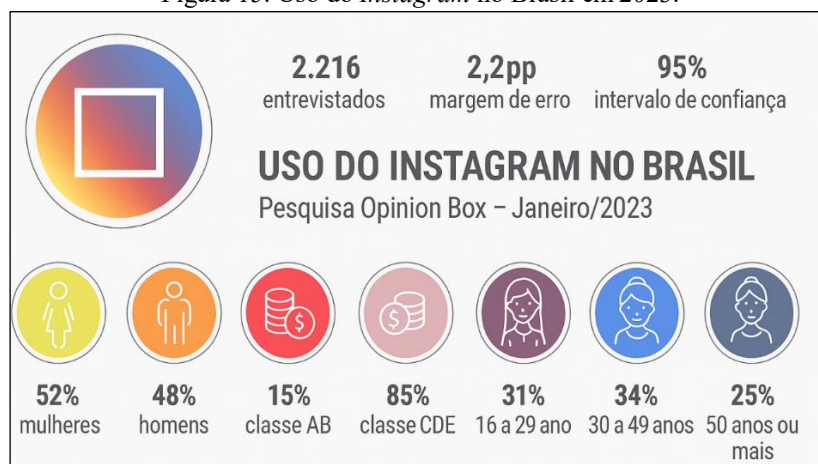


Fonte: *Blog opinionbox* (2023), capturada pela autora, 2025.

A Figura 14 representa um mapa do Brasil, com a divisão por regiões e percentuais destacados em cores distintas, que se referem à distribuição dos dados de usualidade da Rede *Instagram* no Brasil.

Ela também evidencia a distribuição percentual deste uso entre as cinco regiões brasileiras. A região Sudeste apresentou a maior concentração, com 45%, seguida pela região Nordeste, com 26%, e pela região Sul, com 14%. Já as regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram os menores percentuais, com 8% e 7%, respectivamente.

Figura 15. Uso do *Instagram* no Brasil em 2023.



Fonte: *Blog opinionbox* (2023), capturada pela autora, 2025.

Os dados da pesquisa realizada pelo Painel do Opinion Box (janeiro de 2023) trouxeram informações relevantes sobre o perfil de usuários do *Instagram* no Brasil, com base em 2.216 entrevistados, 2,2 pontos percentuais de margem de erro e 95% de intervalo de confiança, os principais pontos:

Quanto ao perfil socioeconômico e demográfico, a análise referente a gênero evidenciou que a presença de mulheres (52%) é levemente superior à de homens (48%), o que aponta para uma participação equilibrada e representativa entre os gêneros na rede. Em relação a classe social, um dado significativo é que 85% dos usuários pertencem às classes CDE, enquanto apenas 15% são da classe AB. Isso evidenciou que o *Instagram*, embora tenha sido inicialmente associado a um público de maior poder aquisitivo, tornou-se amplamente popular entre as camadas sociais de menor renda, indicando uma democratização da plataforma.

E tem ainda a análise da faixa etária, em que o maior grupo de usuários está entre 30 e 49 anos (44%), seguido por jovens de 16 a 29 anos (31%). Isso refletiu uma maturação do uso da plataforma, que não é mais restrita à juventude, adultos também se apropriaram ativamente da rede. Já o grupo com 50 anos ou mais representa 25%, o que também foi expressivo e mostrou um processo crescente de inclusão digital entre os mais velhos.

Esses dados sugeriram que o *Instagram* é uma rede social transversal, atingindo diferentes faixas etárias e classes sociais. Seu uso no Brasil revelou um ambiente de múltiplas vozes e perfis, sendo um espaço relevante tanto para entretenimento quanto para posicionamentos sociais, pessoais e profissionais. Essa diversidade de usuários tornou o *Instagram* um espaço potente para a produção de discursos, especialmente para grupos antes invisibilizados, como adultos autistas diagnosticados tardiamente como os selecionados para nossa pesquisa.

5.2 Constituição do *corpus*

A constituição de uma sociedade está profundamente vinculada aos processos de interação social, pois é por meio deles que o indivíduo se torna sujeito, inserido em redes de significação, vínculos afetivos e relações de pertencimento. Na contemporaneidade, marcada pelas transformações características da pós-modernidade, tais interações passam a ser também mediadas por ambientes virtuais, ampliando os modos de constituição subjetiva.

No caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja principal característica envolve dificuldades na comunicação e na interação social, o meio digital, especialmente, as mídias sociais, se mostrou um espaço privilegiado de expressão, visibilidade e construção identitária. Embora historicamente associados a uma suposta

condição de isolamento social, muitos sujeitos autistas têm encontrado nas plataformas digitais formas de inserção social, compartilhamento de experiências e reivindicação de reconhecimento. Essa presença ativa no ambiente virtual revelou uma mudança importante de paradigma: os sujeitos autistas não buscavam o afastamento, mas sim a aceitação, a compreensão e o respeito à neurodiversidade.

No desenvolvimento desta pesquisa, foram inicialmente identificados mais de cinquenta (50) perfis de pessoas adultas diagnosticadas com TEA, que utilizavam o *Instagram* como espaço de discursos e compartilhamento de suas vivências autísticas. Após uma triagem mais criteriosa, com base em parâmetros previamente definidos, a amostra foi reduzida a dez (10) perfis potenciais. No entanto, considerando os limites metodológicos e o escopo da pesquisa, e sob orientação acadêmica, optou-se por delimitar o *corpus* final a quatro (4) sujeitos.

Os perfis selecionados correspondem a dois homens e duas mulheres, todos diagnosticados com TEA na vida adulta e classificados no nível 1 de suporte. A seleção considerou, além do equilíbrio de gênero, a qualidade e a frequência das postagens, bem como o modo como esses sujeitos construíram discursivamente sua identidade autista. Os critérios de inclusão englobaram: perfis públicos com conteúdo autoral vinculado à experiência autista, diagnóstico formal recebido na fase adulta, sendo nível 1 de suporte e participação ativa na produção discursiva sobre o autismo. Não foram aplicados recortes por faixa etária ou por localização geográfica.

Esses sujeitos se apresentaram publicamente como autistas, compartilhando rotinas, reflexões, dificuldades, conquistas e afetos. Seus perfis são abertos ao público em geral e suas postagens não apenas evidenciam aspectos cotidianos da vivência no espectro, como também revelam processos de identificação, resistência e produção de sentidos sobre o que significa ‘ser autista’ na atualidade.

O recorte temporal da análise compreendeu o período entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023, intervalo marcado por uma significativa ampliação da visibilidade do autismo nas redes sociais, sobretudo durante e após a pandemia de COVID-19, quando os meios digitais se tornaram ainda mais centrais nas relações sociais. As postagens selecionadas abordaram diretamente o diagnóstico na vida adulta, aspectos da identidade autista, da aceitação de si, da busca por reconhecimento social e da expressão de emoções, com especial atenção à forma como a noção de felicidade é comunicada e representada nesses espaços.

As materialidades discursivas selecionadas para compor o *corpus* deste estudo foram constituídas por postagens realizadas no *Instagram*, incluindo imagens, legendas, transcrições de vídeos e discursos produzidos pelos sujeitos autistas. Por se tratar de perfis públicos, optou-se pela manutenção das imagens dos *posts*, visto que estas se mostraram elementos fundamentais para a análise, especialmente no que tange à construção retrospectiva de si que os sujeitos empreenderam após receberem o diagnóstico de autismo. As fotografias, nesse contexto, não foram apenas complementares ao discurso verbal, mas operaram como marcadores visuais de memória e de sentido, revelando os modos pelos quais os sujeitos reorganizaram suas histórias pessoais à luz do diagnóstico.

Todas as postagens utilizadas foram cuidadosamente datadas, de modo a possibilitar a observação do percurso discursivo ao longo do tempo, evidenciando deslocamentos, permanências e reinscrições de sentidos relacionados à constituição identitária dos sujeitos analisados.

Desse modo, o *corpus* construído permitiu observar como os sujeitos autistas construíram discursivamente suas identidades nas mídias sociais, como se inseriram no espaço digital e como emergiram novos efeitos de sentidos, sobre si mesmos, sobre o autismo e sobre seu lugar na sociedade. A seguir, apresenta-se um quadro de resumo para visualização dos perfis analisados nesta pesquisa.

Quadro 5. Caracterização dos sujeitos autistas selecionados na rede social *Instagram*.

Sujeito	Gênero	Diagnóstico	Ocupação/Atuação	Destaques do Perfil	Observações
Sujeito 1	Feminino	Diagnóstico após o filho e o irmão	Professora de Letras, escritora, editora, estudante de Psicologia	Textos autorais, reflexões sobre o autismo e educação	Perfil com produção textual elaborada e foco na maternidade e identidade autista
Sujeito 2	Feminino	Diagnóstico tardio	Identidade destacada como mulher, nordestina e autista. Professora	Baixo número de seguidores; postagens marcadas por interseccionalidade	Perfil evidencia identidade regional e de gênero junto à neurodiversidade
Sujeito 3	Masculino	Diagnóstico adulto	Compartilha conteúdo sobre autismo, saúde mental e masculinidade	Alta interação com seguidores; tom educativo	Perfil com engajamento crescente, com caráter informativo

Sujeito 4	Masculino	Diagnóstico na juventude	Ativista digital e criador de conteúdo	Produz vídeos com humor, crítica social e vivências pessoais	Perfil dinâmico e visual, com forte presença de autoafirmação identitária

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

5.3 Apresentação dos sujeitos da pesquisa: trajetórias e limites discursivos

A seguir, apresenta-se a descrição individual dos sujeitos que compuseram o *corpus* desta pesquisa. Cabe destacar que nem todos os quadros analíticos foram preenchidos integralmente, visto que determinados sujeitos optaram por não tornar públicas algumas informações pessoais em seus perfis no *Instagram*. Tal ausência de dados não foi compreendida como uma lacuna ou falha, mas sim como um gesto discursivo significativo, que evidencia a autonomia do sujeito na produção de sentidos sobre si. À luz da Análise de Discurso, essa não exposição de dados foi interpretada como estratégia discursiva e efeito das formações ideológicas que atravessaram o sujeito, o qual não dominava integralmente o que diz, mas é constituído na e pela linguagem.

Como afirma Orlandi (2008, p. 38), “[...] o silêncio diz, ele significa tanto quanto o que é dito”. Assim, o que não foi dito, ou o que foi estrategicamente silenciado, compôs também o gesto de interpretação necessário à análise, pois revelou os movimentos de constituição subjetiva em sua complexidade e resistência.

Há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer. Assim sendo, entende-se que nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história (Orlandi, 2008, p. 38).

De maneira análoga, Pêcheux (1990) já indicava que o discurso é sempre “[...] tomado em um jogo de posições e de exclusões, atravessado por forças que o excedem”. Assim, ao se calarem sobre determinados aspectos de suas histórias, os sujeitos analisados também discursaram, fazendo do silêncio uma forma de significação e de inscrição subjetiva nas redes.

Feitas as explicações, dar-se-á início à apresentação do primeiro sujeito de análise, uma mulher:

Trata-se de uma participante diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista na vida adulta, cujas publicações em redes sociais foram selecionadas por apresentarem um conjunto significativo de enunciados que permitem observar deslocamentos discursivos, posicionamentos identitários e modos singulares de relação com o Outro. Sua trajetória discursiva, tal como se materializa nos textos compartilhados, revela marcas de experiências pessoais atravessadas por memórias discursivas e formações ideológicas, possibilitando a análise de como constrói sentidos sobre si mesma e sobre sua inserção social. Nesse percurso, será possível identificar os efeitos de sentido produzidos nas interações digitais e compreender como tais efeitos dialogam, tensionam ou reafirmam discursos hegemônicos sobre o autismo.

Quadro 6. Descrição Sujeito 1: Mikaela Roberto.

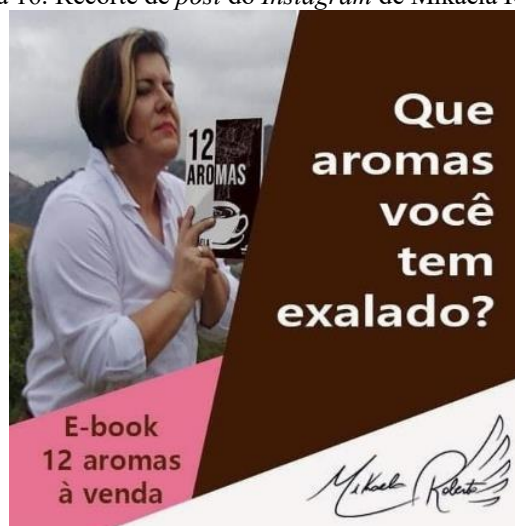
Campo	Informações
Nome	Mikaela Roberto
Gênero	Feminino
Idade	50 anos
Data de nascimento	06/11/1973
Estado civil	Casada
Filhos	1
Cidade	Seropédica – RJ
Profissão	Professora universitária (Letras)
Ano de inscrição no Instagram	Agosto de 2020
Perfil	@mikaela.roberto
Seguidores	11,1 mil (julho 2025)
Seguindo	537
Período do diagnóstico	Idade adulta
Nível do TEA	Nível 1 de suporte
Frequência de postagens	Não especificada
Principais temas abordados	Vivência autista na docência; identidade neurodivergente; desafios da mulher autista; maternidade e autismo
Estratégias discursivas	Discurso pessoal, analítico e educativo; articulação entre ciência e experiência

Exposição de dados pessoais	Alta (informa profissão, cidade, idade e estado civil)
Observações adicionais	Destacou-se por abordar o autismo no contexto acadêmico e defender a visibilidade da neurodiversidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A partir dessa breve contextualização, passa-se à análise de uma de suas publicações que, além de evidenciar sua posição-sujeito no discurso, também mobiliza elementos de sua vivência cotidiana e de sua relação com o diagnóstico. Esse enunciado inaugural foi escolhido por condensar sentidos recorrentes em suas postagens, funcionando como porta de entrada para compreender como a participante articula memória discursiva, experiência pessoal e interpelações sociais na construção de sua identidade no espaço digital.

Figura 16. Recorte de *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto.



mikaela.roberto Gente linda, estreio meu canal pessoal do Instagram (o outro que tenho é da Missão Asa - @missaoasa) dando a ótima notícia de que meu e-book 12 aromas já está à venda. Só clicar no link

Fonte: @mikaela. Roberto, capturada pela autora, 2025.

5.3.1 Sujeito 1 e os deslocamentos do diagnóstico

A escolhida, doravante chamada de Sujeito 1, é professora de Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), escritora, editora, palestrante e estudante de Psicologia, ingressou no ano de 2024, teve seu diagnóstico a partir dos processos de diagnóstico de seu irmão e depois de seu filho que estava com oito anos de idade, assim, em 2021, como enxergou nela própria várias características do espectro, resolveu investigar e chegou ao seu diagnóstico também aos 47 anos de idade. E a partir desta época, usou seu *Instagram* de maneira humorada com vídeos e *posts* para falar sobre e do autismo, interagindo com os seguidores através de caixa de perguntas.

A formação discursiva é o lugar ideológico a partir do qual um sujeito fala, ou seja, os sentidos possíveis para um enunciado estão atravessados por posições sociais e ideológicas. Inicialmente, em seu primeiro *post*, vê-se uma mulher identificada como escritora, que ocupava discursivamente o lugar de uma autora cristã, como observada na fala “o outro que tenho é Missão Asa”, referindo-se a outro *Instagram* que possivelmente está ligado à espiritualidade e ao cuidado subjetivo. Já na pergunta “Que aromas você tem exalado?” pode-se pensar em um discurso religioso-metafórico, em que “aromas” representavam valores morais, espirituais e emocionais. Pêcheux (1988) explicou que o efeito metafórico é o mecanismo que possibilita a constituição dos sentidos no discurso. A cada novo enunciado, esse efeito está em operação, permitindo que os sentidos se desloquem de um termo para outro. É esse deslizamento que se viabilizou a produção de novos sentidos e a emergência de diferentes discursos.

Essa formação discursiva se ancorou, portanto, no campo do discurso religioso-cristão, mesclado ao discurso do desenvolvimento pessoal e da autoajuda espiritualizada, que é comum em mídias sociais e *e-books* motivacionais.

Ao conceber o discurso a partir das (re)formulações desenvolvidas ao longo das décadas, desloca-se dos sentidos conduzidos da análise meramente linguística à dimensão discursiva propriamente dita. Foi um tipo de abordagem interpretativa que Pêcheux (2016, p. 25) denominou de “leitura-trituração”, na qual o gesto analítico se ancorou na prática discursiva de construção de um dispositivo teórico-metodológico que leva em conta o sujeito e suas condições de produção. Segundo Pêcheux (2016), essa concepção recusa a ideia de um sujeito plenamente consciente e autônomo diante do texto, reafirmando que todo ato de leitura é atravessado pela ideologia, pela memória discursiva e pelas formações inconscientes do sujeito.

A leitura-trituração é o trabalho do analista que não se contenta em recolher o sentido óbvio de um texto, mas que, ao contrário, se empenha em desconstruí-lo, interrogá-lo, atravessá-lo com questões teórico-metodológicas que o desestabilizam, para fazer emergir aquilo que nele resiste ao dito e ao visível (Pêcheux, 2016, p. 25).

Esse processo não apenas fundamentou, como também reafirmou o posicionamento científico no campo da Análise de Discurso. Como destaca Orlandi (2001), inscrever-se nesse território é comprometer-nos com a busca por compreender os sentidos em sua constituição histórica, atravessados por ideologia, memória e formação discursiva.

Deste modo, os efeitos de sentido não são dados diretamente pela língua, mas pelas condições sócio-históricas de produção do discurso, segundo Orlandi (2001):

[...] mesmo que os sentidos (e as palavras) estejam soltos, os gestos de interpretação sempre se dão em posições ideológicas que podem ser analisadas e, assim, compreendidas, em seu funcionamento. Isto porque os sujeitos (se) significam a realidade social e natural em determinadas condições e a partir de um saber discursivo, uma memória que se faz pela filiação a uma rede de sentidos, historicamente determinados e politicamente significados (Orlandi, 2001, p. 142).

A associação do aroma com comportamento (ou estado espiritual) cria um efeito metafórico e afetivo. O ‘aroma’ não é literal, mas funcionou como significante de conduta e presença, evocando sentidos como: pureza espiritual, testemunho cristão, influência do sujeito sobre os outros. Foi com esta leitura que o Sujeito 1 se apresentou ao ingressar na rede *Instagram*, sem nenhuma menção ao TEA, isto aconteceu a partir do momento que começou a inserir seu filho em seus *posts*.

5.3.2 Sujeito 2: marcas identitárias e condições de produção

Para o Sujeito 2, seleciona-se mais uma mulher que fazia parte dos seguidores do *Instagram* do Sujeito 3. A escolha se deu devido o Sujeito 2 não ter muitos seguidores e pelo nome do seu *Instagram* ter demonstrado mais um tipo de identidade: a mulher, nordestina e autista.

As informações relativas ao Sujeito 2 foram extraídas de seus próprios discursos publicados em sua conta no *Instagram*. Tratava-se de uma mulher que, segundo seu relato, é oriunda de uma família com poucos recursos financeiros, composta por três

irmãos, nascida no interior da Paraíba, filha de pais endogâmicos (primos de segundo grau) e com um dos irmãos também diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em uma de suas postagens, mencionou ter vivido uma infância marcada por inúmeras dificuldades, relatando experiências de rejeição, episódios de violência física, dificuldades de aprendizagem e desafios significativos de integração social no ambiente escolar.

Já em sua adolescência, por estar em uma nova escola, conseguiu fazer amizades tornando-se uma fase mais acolhedora. Sua melhor amiga também foi diagnosticada tardiamente como autista.

Mudou de seu estado natal, a Paraíba, para São Paulo aos 19 anos, aos 37 anos foi mãe, sua filha é neurodivergente e até diagnóstico dela, considerava ser somente mãe atípica, embora relatasse que vivia como uma pessoa diferente que denominava como uma deficiência invisível. Segue Quadro representativo:

Quadro 7. Descrição Sujeito 2: Rita de Cássia Gregório de Andrade.

Campo	Informações
Nome	Rita de Cássia Gregório de Andrade
Gênero	Feminino
Idade	45 anos
Data de nascimento	Não informado
Estado civil	Solteira
Filhos	1
Cidade	Presidente Prudente – SP
Profissão	Pós-doutora em Geografia
Ano de inscrição no Instagram	Agosto de 2022
Perfil	@mulher_nordestina_autista
Seguidores	183 (julho 2025)
Seguindo	149
Período do diagnóstico	Aos 42 anos de idade
Nível do TEA	Nível 1 de suporte
Frequência de postagens	Não especificada
Principais temas abordados	Vivência autista de mulher nordestina; maternidade; trajetória acadêmica

Estratégias discursivas	Tom afirmativo e militante; valorização da identidade regional e neurodiversa
Exposição de dados pessoais	Alta (informa profissão, cidade, estado civil e maternidade)
Observações adicionais	Apresenta forte articulação entre identidade autista, nordestinidade e percurso acadêmico

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O diagnóstico do Sujeito 2 de TEA e comorbidades de TDAH e TOC veio aos 42 anos. Iniciou escrever seus *posts* no *Instagram* em 19 de agosto de 2022. Neste *post* inicial logo abaixo, escreveu “Ao me descobrir autista, fui iluminada pelo farol do autoconhecimento.” Ela mostrou em seu discurso que houve uma ressignificação após cruzar a fronteira do laudo diagnóstico.

Vê-se que o Sujeito 2 foi interpelado diante da posição ideológica que ocupa dentro de um contexto socioideológico. Esta interpelação promoveu uma naturalização dos sentidos. Orlandi (2001) nos pontua que não existe discurso sem sujeito, tal como não existe sujeito sem ideologia e é por intermédio do discurso que se identifica as ideologias das quais os sujeitos fazem parte, pois os sujeitos pertencentes ao mesmo grupo acabam produzindo discursos similares e observa-se sua posição ideológica de se descobrir autista em sua fala. Segundo Gregolin (1995):

[...] a “ideologia” é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social (Gregolin, 1995, p.17).

O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) recebido já na vida adulta, segundo os enunciados do próprio Sujeito 2, produziu efeitos de sentido significativos em sua trajetória subjetiva, permitindo a ressignificação de experiências anteriores marcadas por exclusão e estigmatização. À luz da Análise de Discurso de orientação materialista, compreendeu-se que esse diagnóstico não apenas nomeou uma condição clínica, mas operou como um marcador discursivo que reorganizou sentidos, afetando a forma como o sujeito se significou e é significado no espaço social.

É nesse ponto que se insere o primeiro recorte selecionado, em que o sujeito, por meio de uma postagem em sua rede social, anuncia-se publicamente como autista. Esse

gesto discursivo não só marca sua entrada em uma nova posição-sujeito, como também materializa a disputa por reconhecimento e pertencimento no espaço digital.

Figura 17. Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cássia I



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

A infância do Sujeito 2, como aponta em seu discurso que foi atravessada por discursos patologizantes e excludentes, que o inscreveram em posições de anormalidade, inadequação e deficiência. Os rótulos atribuídos como ‘doida’, ‘peste’ e ‘burra’, funcionaram como designações discursivas que sustentaram uma formação ideológica hegemônica, baseada na normatividade neurotípica e na lógica da performance. Tais nomeações produziram efeitos de sentido que a marcaram profundamente ao longo do desenvolvimento, atualizando uma memória discursiva coletiva que associou a diferença ao desvio e à incapacidade.

Com o diagnóstico, no entanto, ocorreu um deslocamento discursivo que permitiu ao Sujeito 2 retomar essas experiências à luz de uma nova posição: a do sujeito autista. Nesse gesto de interpretação, o que antes era vivido como fracasso pessoal passou a ser compreendido dentro de um campo discursivo mais amplo, revelando o modo como a linguagem, enquanto lugar de constituição do sujeito, fez emergir sentidos outros sobre si e sobre o mundo: “O sujeito não fala de onde quer, mas de onde pode, de onde é possível, a partir das determinações que o constituem e o atravessam” (Orlandi, 2008, p. 63).

Como afirmou o próprio Sujeito 2 na SD apresentada na Figura 18a: “*não recebia muitos elogios, era chamada de doida, peste e burra*”. Este dizer se apresentou como evidência do funcionamento da ideologia na constituição dos sujeitos, reafirmando que não se tratava apenas de vivências individuais, mas de efeitos de formações discursivas que operavam historicamente na produção da exclusão (Pêcheux, 1990).

Figura 18a. Recorte do *post* do *Instagram* de Rita de Cássia II.

Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.



Figura 18b. Recorte do *post* do *Instagram* de Rita de Cássia III.

Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

< MULHER_NORDESTIN...

Posts

quando eu era criança, eu gostava de fazer o movimento de abrir e fechar os olhos, arranquei o local onde estava a bateria do choro, p saber pq chorava e destruí a boneca, o que fez com que a fama de destruidora que eu já tinha, aumentasse. Eu gostava de animais, principalmente pássaros. Até que aprendi que fazia muito mal aos pássaros mantê-los em gaiolas e eu tomei uma surra do meu irmão, pq soltei os meus pássaros e aproveitei e também soltei os dele, eu rompi as gaiolas para os pássaros irem embora :) Lembro que não queria crescer e quando menstruei, sofri muito. Tive uma angústia enorme na puberdade com as mudanças do meu corpo. Em suma, o que tenho de positivo de minha infância são as recordações de brincar, a lembrança de meus avós velhinhos, o sítio onde fui criada, e o que tenho de negativo é a reprovação constante das pessoas, as interações sociais, principalmente os adjetivos negativos que recebia. Mas apesar de todo o trabalho que dava e ser considerada doida e burra,

dava e ser considerada doida e burra, recebi muito amor dos meus pais, também tive uma tia que me compreendia como ninguém, era a única pessoa que conseguia me acalmar e com quem me sentia compreendida, sem julgamentos, quando vinha a enxurrada de adultos me dar bronca por algo reprovável que fazia. Há muito mais, isso é só uma gota.

[#autismonivel1](#)

[#tdah](#)

5 de setembro de 2022 • [Ver tradução](#)

Nesse sentido, os rótulos atribuídos ao longo de sua infância e adolescência não foram apenas expressões isoladas, mas efeitos de um funcionamento ideológico que naturaliza a exclusão e a diferença como desvio. Com o diagnóstico, emergiu uma possibilidade de (re)significação daquilo que, até então, era vivenciado como fracasso ou inadequação. O ato de interpretar o passado sob a luz do presente revelou o funcionamento da memória discursiva e do interdiscurso, elementos centrais na produção dos sentidos.

A memória discursiva, conforme explica Orlandi (2001, p. 45), “[...] é a presença de outros dizeres no dizer, é o que faz com que o discurso remeta sempre a outros discursos já ditos, constituindo uma rede de sentidos possíveis”. Já o interdiscurso, termo proposto por Pêcheux (1990), refere-se ao conjunto de discursos anteriores e exteriores ao enunciado que sustentam a sua possibilidade de existência. Ou seja, todo dizer está atravessado por uma história de sentidos que já circularam socialmente e que se atualizam a cada nova formulação. Nesse processo, o sujeito que recebeu um diagnóstico (re)acessou experiências anteriores, antes marcadas pelo estranhamento ou exclusão e as reinscreveu sob um novo regime de significação, o que evidenciou a força do interdiscurso na constituição da identidade e na reformulação do que foi vivido.

Para Pêcheux (1990, p. 80), o discurso é sempre “[...] atravessado por forças que o excedem”, e o sujeito, ao enunciar, reproduz e resiste aos sentidos disponíveis em sua formação discursiva. Nesse processo, a leitura de si tornou-se uma trituração da memória, permitindo que o sujeito inscrevesse novas compreensões sobre sua trajetória. O

diagnóstico, assim, apareceu como um ponto de inflexão discursiva que possibilitou o reposicionamento do sujeito e a emergência de sentidos outros sobre sua identidade.

Na Sequência Discursiva (SD): *“Vários parentes não me queriam na sua casa porque eu me pendurava em tudo, quebrava as coisas, não tinha o juízo certo”*, nos trouxe o pensamento de Foucault (2001) que discorreu sobre a normalização como o processo de cisão dos sujeitos, marginalizando os que não são inseridos nos padrões estabelecidos pela sociedade, ao qual tem o poder de legitimar quem pode ou não ser incluso, o que se pode ou não fazer.

Sob a perspectiva da Análise de Discurso, proposta por Pêcheux (2019), a SD citado revelou os efeitos do interdiscurso e da memória discursiva na constituição do sujeito. A fala que rememorou a rejeição familiar está atravessada por formações discursivas que historicamente associaram o comportamento divergente à anomalia, à desordem, ao perigo, estes sentidos que não são naturais, mas produzidos ideologicamente. Segundo Orlandi (2001):

As formações discursivas são determinadas ideologicamente. Em uma determinada formação discursiva, um sujeito pode dizer determinadas coisas e não outras; ele se sujeita a uma posição ideológica que determina o seu modo de dizer, de pensar, de representar o mundo. [...] O que se diz não é livre, é atravessado por condições de produção que são históricas e ideológicas (Orlandi, 2001, p. 43).

Essa SD evidencia como o sujeito é interpelado por uma formação discursiva que define e hierarquiza os modos de ser, produzindo efeitos de exclusão e silenciamento. Ao ser marcado como alguém que *“não tinha o juízo certo”*, ele é colocado fora da norma, revelando a força dos discursos que regulam comportamentos e identidades. Desse modo, compreende-se que o corpo e a linguagem se configuram como espaços de disputa de sentidos, nos quais se inscrevem tanto o peso da rejeição quanto as possibilidades de resistência e resignificação.

Para Pêcheux (1990), o sujeito não é origem do dizer, mas efeito da linguagem, posicionado por discursos que circulam socialmente e que operam por exclusão e repetição. Assim, a exclusão do sujeito, como se observou nesse relato, não foi apenas um fato vivido, mas um efeito de sentido sustentado por relações de poder que delimitaram quem pode falar, sobre o quê e de que modo. Desvelar esse funcionamento discursivo é, portanto, um gesto que rompe com a naturalização da marginalização e reinscreve o sujeito como agente de significação.

Pode-se, desta maneira, identificar, no dizer do Sujeito 2, o funcionamento do discurso o quão era grande era para ela ser diferente, como marcou nas palavras: “Não consigo relatar nem um terço, mas vou jogar umas gotinhas de água do oceano que eu era...”, o quanto o seu discurso foi produzido e afetado pela ideologia e pelo seu inconsciente (Orlandi, 2008), em um momento sócio-histórico em que as crianças que saíam do comportamento esperado eram designadas como “doidas” grafados constantemente nos seus textos: “...e o que tenho de negativo é a reprovação constante das pessoas, as interações sociais, principalmente os adjetivos negativos que recebia.” A ausência de elogios e a presença de ofensas revelaram um funcionamento ideológico que produz sentidos de desvalorização e silenciamento. Esse dizer também evidenciou o processo de interdição simbólica do sujeito, impedido de ser reconhecido positivamente no ambiente familiar e social.

Já na SD apresentada na Figura 18b: “*Vários parentes não me queriam em suas casas porque eu me pendurava em tudo, quebrava as coisas, não ‘tinha o juízo certo’*” atua como uma forma de nomeação disciplinadora, que inscreveu o sujeito na posição de “desajustada”. A rejeição familiar foi sustentada por um discurso normativo que regulou comportamentos considerados aceitáveis. O Sujeito 2 foi colocado fora da ordem social e afetiva, reforçando sentidos de inadequação e solidão. O uso do discurso “*não tinha o juízo certo*”, mostrou-nos como a memória social e familiar reapareceu no próprio dizer do sujeito, apontando para a internalização de marcas negativas.

Continuando com a análise nesta SD: “*Na escola, no geral, os prof não gostavam de mim e só fiz amizades com conexão mais profunda na adolescência*”, o Sujeito 2 evidencia os efeitos da rejeição institucional, o não reconhecimento por parte dos professores, somado à ausência de vínculos afetivos na infância, reforçou a constituição de um sujeito silenciado e deslocado dentro da escola. A formação discursiva escolar atuou para reiterar o que é considerado “normal” e “socialmente desejável”, e o sujeito aqui se viu à margem dessas categorias.

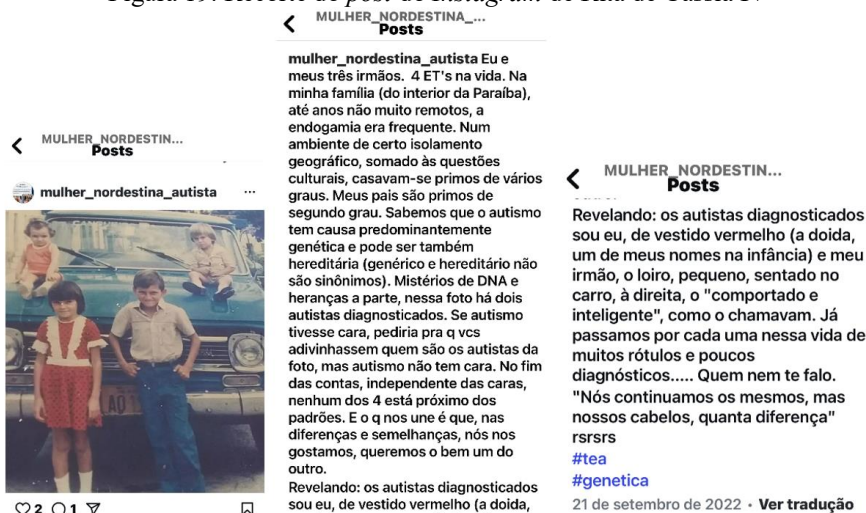
O discurso se inscreve numa formação discursiva marcada por discursos normativos sobre comportamento infantil e ajustamento social. A criança que não se comporta conforme as normas (ficar quieta, não quebrar, não se pendurar) é interpretada como portadora de desvio, descontrole ou patologia. A ideologia que sustentou essa formação é a da disciplina, da ordem familiar e da “boa educação”.

Sabemos que o sujeito foi construído como “fora da norma”, carregando uma imagem de inadequação e de ameaça à harmonia familiar. Era vista como aquela que

“quebra”, “desorganiza” e “não tem juízo”, ou seja, que desafia a ordem simbólica esperada. Ao mesmo tempo, os outros (os parentes) apareceram como representantes da normalidade, funcionando como espelho normativo. Ocorreu, portanto, uma cisão imaginária entre o “desajustado” e os “ajustados”.

Dessa forma, esta SD evidencia como os sentidos produzidos se ancoram em uma memória discursiva de marginalização, na qual o sujeito é atravessado por discursos que o nomeiam e o posicionam a partir de um lugar de desvio, atribuindo-lhe o estigma da “falta de juízo”. Ao atualizar esses dizeres, o sujeito reinscreve-se em formações discursivas que marcam a exclusão e a inadequação diante das normas sociais. Assim, passamos à próxima figura, onde observaremos como esses sentidos são deslocados e reinscritos em novos modos de significar a própria identidade.

Figura 19. Recorte do *post* do *Instagram* de Rita de Cássia IV-



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

O discurso publicado na Figura 19 pelo Sujeito 2, ao qual aparece com seus irmãos durante a infância, diante de um automóvel, constitui-se como uma materialidade discursiva significativa no processo de construção identitária e de reinscrição da memória no espaço digital. Compreende-se que a imagem não apenas remeteu a um momento do passado, mas produziu sentidos no presente, sendo atravessada por formações discursivas que articularam memória, identidade, classe social, afetividade e exclusão.

A presença dos irmãos na fotografia ativou os efeitos de sentido relacionados à constituição do sujeito no seio familiar. A imagem, ao lado do relato textual, inscreveu a existência de uma relação marcada por desigualdades de tratamento, como foi mencionado nos dizeres sobre rejeição e estigmas vivenciados na infância. No entanto, a

foto também pode ser lida como um gesto de reinscrição simbólica, no qual o sujeito revisitou a própria história sob uma nova posição discursiva, agora, como alguém que se compreendeu e se afirmou a partir da nomeação do autismo.

Segundo Orlandi (2008), a memória discursiva opera no dizer como algo que retorna e se atualiza, tensionando o passado e o presente. A imagem da infância, nesse contexto, funciona como um arquivo simbólico que diz mais do que mostra: ela convoca sentidos afetivos, sociais e históricos que ultrapassavam a mera representação visual.

A imagem da infância, nesse contexto, funciona como um arquivo simbólico, que diz mais do que mostra, pois convocou sentidos afetivos, sociais e históricos que ultrapassaram a mera representação visual. Ela resgatou memórias de exclusão e de tentativas de normatização, que incidiram sobre o corpo e a linguagem do sujeito, marcando-o com sentidos de inadequação. A publicação dessa imagem em um perfil intitulado “*mulher_nordestina_autista*” representa, assim, mais do que um gesto pessoal: é a reinscrição de si no discurso, um movimento que se desloca das formações discursivas que, no passado, produziram o silenciamento.

Como explica Orlandi (2008), o silenciamento não é ausência de fala, mas o resultado de processos discursivos que interditam certos dizeres, instaurando sentidos que não podem circular livremente. O sujeito, nesse caso, é falado pelo outro, é nomeado sob o peso de sentidos cristalizados que o impedem de dizer de si. “Silenciar não é calar, mas fazer calar: impedir que algo venha a se dizer. [...] O silenciamento é um funcionamento do discurso que se dá na contradição entre dizer e não dizer, no que não se pode dizer, no que se cala para dizer” (Orlandi, 2008, p. 54).

Entretanto, ao publicar a imagem sob esse novo enquadre identitário “mulher”, “nordestina”, “autista”, o Sujeito 2 acionou o que Pêcheux (1990) chama de possibilidade de dizer, uma brecha discursiva que emerge das contradições ideológicas e permite ao sujeito se inscrever de forma outra, desafiando os sentidos anteriormente naturalizados, como referiu a citação: “A possibilidade de dizer emerge no ponto de falha do interdiscurso, quando o sujeito se desloca em relação à evidência dos sentidos que lhe foram historicamente atribuídos” (Pêcheux, 1990, p. 150).

Dessa forma, a publicação torna-se um ato de resistência simbólica: reconfigura um discurso que foi outrora submetido ao silenciamento e afirma um novo posicionamento subjetivo, forjando um lugar de fala que se ancora na multiplicidade de sentidos e na contradição constitutiva do discurso.

Além disso, a estética da fotografia antiga, com roupas simples e postura natural, atualiza uma memória coletiva de infância nordestina, popular, marcada pela escassez e pela resistência, o que interage com as formações discursivas de classe e território. O carro ao fundo, os pés descalços, as roupas modestas, tudo compõe uma cena que, discursivamente, reafirma pertencimentos e deslocamentos históricos do sujeito 2.

Como afirma Pêcheux (1990, p. 71), o sujeito é constituído “[...] na e pela linguagem, sob o efeito da ideologia, inscrito na materialidade do discurso”. Assim, ao publicar essa imagem e articulá-la a seus relatos de exclusão e descoberta identitária, o Sujeito 2 constrói um gesto de leitura-trituração de si mesma: ela revisita, reinscreve e compartilha sua infância sob a luz de novos sentidos, aqueles que o diagnóstico permitiu emergir, mas que a linguagem tornou possíveis de serem ditos.

E a posição-sujeito autista assumida pela autora destes *posts*, levou-a a passar pelas condições de produção de seu provável diagnóstico, pontuando que o fator histórico de como foi gerada contribuía para a consaguinidade familiar, uma das prováveis causas genéticas do autismo, chegando a ser 80% de ocorrência nestes casos. (Autismo e realidade, 2020).

Neste *post*, o Sujeito 2 mobilizou sentidos que atravessaram diversas formações discursivas, médica, familiar, científica, cultural e identitária, articulando enunciados que construíram e deslocaram sentidos historicamente estabilizados sobre o autismo. A partir do gesto discursivo, emergiu um posicionamento que desafiou tanto o discurso médico quanto o senso comum, ao afirmar: “*Se autismo tivesse cara, pediria pra que vocês adivinhassem quem são os autistas da foto*”. Aqui, evidenciou-se o efeito de sentido que buscou romper com a formação imaginária cristalizada do ‘autista típico’, colocando em xeque estereótipos visuais e comportamentais associados à condição.

A Formação Imaginária, conceito que dialoga com a teoria lacaniana incorporada por Pêcheux (1990), manifestou-se nas representações que os sujeitos (e a sociedade) construíram de si e do outro e, neste caso, a imagem do autista como alguém “fora dos padrões”, facilmente reconhecível, que o Sujeito 2 desconstruiu ao afirmar que “autismo não tem cara”. A imagem familiar, com quatro irmãos, foi contraposta à categorização médica ao revelar: “*nessa foto há dois autistas diagnosticados*”, desestabilizando os efeitos imaginários cristalizados em torno do diagnóstico.

A formação discursiva que se articulou no *post* é múltipla e atravessada por posições ideológicas diversas: a da ciência genética, que buscou causas e heranças; a da cultura nordestina, marcada por endogamia e isolamento geográfico; e a da experiência

peçoal/autista, que deslocou essas interpretações ao reinscrever o sujeito em sua singularidade. Esse entrecruzamento evidenciou como o sujeito se constituiu nos discursos, ora reproduzindo sentidos hegemônicos, ora produzindo efeitos de resistência.

Os efeitos de sentido observados foram um movimento de deslocamento e reinterpretação de saberes estabelecidos. Ao afirmar que “nenhum dos 4 está próximo dos padrões”, o Sujeito 2 expôs o mecanismo normativo que regula a visibilidade e a legitimidade de corpos e subjetividades, e questionou: *“E o que nos une é que, nas diferenças e semelhanças, nós nos gostamos, queremos o bem um do outro”*. Aqui, o afeto e o pertencimento são investidos como operadores de sentido que resistem à exclusão discursiva, funcionando como contra efeitos que reinscreveram o sujeito autista não mais como desvio, mas como parte legítima de um coletivo afetivo e discursivo. Segundo Orlandi (2001):

O efeito de sentido é resultado de um processo discursivo. Ele não está no sujeito, não está no texto, mas se produz na relação entre eles, atravessada pelas condições históricas e ideológicas. O sentido não é dado, ele se constitui no processo de interpretação, sendo, portanto, sempre um efeito, nunca uma essência (Orlandi, 2001, p. 45).

Por fim, a autodeclaração “sou eu, de vestido vermelho (a doida, rs)” introduziu um deslocamento irônico e afetivo sobre os estigmas associados à diferença. Esse uso estratégico do riso e da auto inscrição no discurso foi um gesto que mostrou o lugar do sujeito interpelado por discursos de marginalização, fazendo emergir uma voz que se posicionou e ressignificou sua identidade.

5.3.3 Sujeito 3: percurso discursivo e condições de produção

Seguindo com a pesquisa, apresenta-se o próximo sujeito selecionado, é um sujeito homem, doravante denominado Sujeito 3. O Sujeito 3, identificado no *Instagram* pelo perfil @autistafalandodeautismo, é um homem de 32 anos, residente na cidade de São Paulo, atuante profissionalmente como contador. Recebeu o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 1 de suporte aos 28 anos de idade, caracterizando-se por um grau leve que demanda apoio em determinados contextos sociais e comunicativos.

Sua presença digital teve início em março de 2020, com postagens frequentes e consistentes. O perfil apresenta elevado alcance e engajamento, contabilizando

aproximadamente 275 mil seguidores e seguindo 1.218 perfis. O conteúdo veiculado concentra-se na conscientização sobre o autismo, especialmente sob a perspectiva da vivência masculina no espectro, bem como em pautas relacionadas à acessibilidade.

As estratégias discursivas adotadas combinam informatividade, caráter educativo e ativismo social, com uso de linguagem acessível a diferentes públicos. Observa-se, no entanto, uma exposição parcial de informações pessoais: o sujeito revela profissão e cidade, mas opta por não divulgar dados como estado civil, número de filhos ou data de nascimento. Tal escolha indica um controle intencional sobre as condições de produção do discurso e sobre a delimitação da própria imagem pública. Segue o quadro com as devidas condições de produção:

Quadro 8. Descrição Sujeito 3: Pedro Jailson.

Campo	Informações
Nome	Pedro Jailson
Gênero	Masculino
Idade	32 anos
Data de nascimento	Não informado
Estado civil	Não informado
Filhos	Não informado
Cidade	São Paulo
Profissão	Contador
Ano de inscrição no Instagram	Março de 2020
Perfil	@autistafalandodeautismo
Seguidores	329 mil (julho 2025)
Seguindo	1.904
Período do diagnóstico	Aos 28 anos
Nível do TEA	Nível 1 de suporte
Frequência de postagens	Alta
Principais temas abordados	Conscientização sobre o autismo; vivência masculina no espectro; acessibilidade
Estratégias discursivas	Discurso informativo, educativo e ativista; uso de linguagem acessível

Exposição de dados pessoais	Parcial (informa profissão e cidade, mas omite dados familiares)
Observações adicionais	Perfil com grande alcance e engajamento; voltado à divulgação e educação sobre o TEA

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Tal gesto de silêncio não pode ser interpretado como uma ausência de informação neutra, mas, à luz da Análise de Discurso, compreendeu-se como um efeito discursivo carregado de sentido. Conforme Orlandi (2008), o que se cala também diz: o silêncio constitui-se como forma de inscrição no discurso, sendo atravessado por formações ideológicas que determinam o que pode ou não ser dito. Assim, ao omitir informações de ordem íntima ou familiar, o sujeito não apenas limitou o acesso a sua biografia, mas construiu uma posição discursiva específica, centrada na militância, na educação e na conscientização sobre o autismo, deslocando o foco do privado para o coletivo, segue a citação da autora Orlandi (2008):

O silêncio diz. Ele significa tanto quanto o que é dito. Ele está no interdiscurso. Ele é constitutivo do dizer. [...] O silêncio funciona como parte do discurso, ele se instala nas relações de sentido, como ausência que fala, que faz sentido. Não se trata de uma falha, de uma falta que seria preciso preencher, mas de um funcionamento (Orlandi, 2008, p. 63).

Pêcheux (1990) já apontava que o sujeito se constituía nos limites entre o dito e o não dito, sendo atravessado por formações discursivas que o posicionam. No caso do Sujeito 3, o perfil que ele, o sujeito, ocupou nas redes sociais, atualizou uma formação discursiva marcada por um compromisso com a visibilidade do autismo sob uma perspectiva educativa, masculina e ativista. A estratégia de não exposição integral de sua vida pessoal pôde ser lida como uma forma de controle discursivo sobre os sentidos que ele desejou produzir de si, evitando que sua imagem fosse reduzida a estereótipos comumente associados ao autismo.

Ademais, observou-se que o sujeito investiu em uma linguagem acessível, marcada pela alta frequência de postagens e pelo foco na informação, o que evidencia o funcionamento de uma formação discursiva pedagógica e militante. Nessa posição, o sujeito-autista se constitui como autoridade discursiva e mediador de saberes, distanciando-se da lógica de exposição pessoal. Essa escolha discursiva contribui para a construção de uma imagem de autista adulto autônomo, articulado e socialmente

engajado, em contraposição às formações imaginárias historicamente cristalizadas que associam o autismo à infantilização, ao isolamento ou à inaptidão. Como afirma Pêcheux (1975/1988):

As formações imaginárias definem o lugar que o sujeito atribui a si e ao outro na relação discursiva, construindo antecipações sobre quem pode falar, o que pode ser dito e de que posição se fala. (1975/1988, p. 82).

Portanto, a não informação em determinados campos biográficos não significou ausência de identidade, mas, ao contrário, evidenciou um gesto de autoria discursiva. O sujeito construiu-se na linguagem como efeito de sentidos históricos, sociais e ideológicos, operando deslocamentos em relação ao modo como o autismo é comumente representado. Tal escolha discursiva inscreveu-o em uma posição que tensionou a relação entre o público e o privado, entre a militância e a intimidade, produzindo sentidos outros sobre o que significa “falar de si” sendo autista no espaço digital.

Os *posts* foram datados inicialmente, no ano da Pandemia, período ao qual, muitas pessoas dedicaram-se às redes sociais, visto que, era aconselhado a população ser mais reclusa, até declarou isto em outro *post*: “se a COVID afetou os não autistas, imagine o que não está acontecendo com os autistas” (*post* dia 19/05/2020). O Sujeito 3 sugeriu que, embora a falta de interação social foi muito ruim para os neurotípicos, imagina para o autista que supostamente é alheio a interações sociais, mas que isolamento forçado o tirou de sua rotina, gerou demasiada ansiedade e piorou a chance de vínculos sociais adequados.

O Sujeito 3 foi interpelado pela sua posição ideológica e dentro deste contexto sócio-histórico em seu processo de identificação promoveu os sentidos que seu discurso é unívoco, esquecendo-se que o sujeito é assujeitado pela posição social pertencente.

Pêcheux (2006) desenvolveu a ideia de que o sujeito se constitui em um processo de identificação com as posições de sujeito oferecidas pelas formações discursivas, sendo simultaneamente assujeitado a essas mesmas formações. O discurso apontou para como o processo de identificação do Sujeito 3, promoveu certos sentidos, obscurecendo o assujeitamento do sujeito à sua posição social, conforme cita o autor:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (...) essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 1995, p. 163).

Assim, observa-se que o processo de identificação do Sujeito 3 evidencia tanto a constituição ideológica de sua subjetividade quanto os limites impostos pelas formações discursivas que o atravessam. Nesse jogo de assujeitamento e resistência, o sujeito constrói sentidos que lhe conferem uma aparente unidade, ainda que marcada por contradições e tensões. Essa dinâmica poderá ser mais bem compreendida a partir da análise das publicações do sujeito nas redes sociais, espaço em que se materializam enunciados que evidenciam sua posição diante do diagnóstico e das exigências de adequação ao mundo dos neurotípicos. Apresenta-se, a seguir, o primeiro post selecionado para análise.

Figura 20. Recorte Instagram de Pedro Jailson



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Seguindo, no *post*, no dia 13 de maio de 2020, em seu discurso se apresentou como sujeito individual, colocou a sua foto e revelou que estava liberto de uma máscara social, na qual tentava se encaixar para ser igual a todos, para ser “normal”, que segundo ele, o autista não tem nada de anormal, o define como diferente e esta designação é nomeável, é autismo, e que, não precisaria mais mudar, mas, sim, evoluir sem perder a essência e não iria mendigar afeto. Estas palavras vêm carregadas de novos sentidos, desde a citação: “Eu resolvi pôr a minha foto no perfil da página” nos levou a compreender para quem ele estava escrevendo este discurso. Neste momento o interlocutor era ele próprio, dizendo

que se enxergava e se tornou o sujeito do discurso neurotípico, entende-se modo que o sentido não está fixado à palavra, “[...] nem tampouco pode ser qualquer um: há uma determinação histórica” (Orlandi, 1996, p. 27).

Essa citação reforça a interpretação de que o Sujeito 3, ao escolher não informar certos dados biográficos, produziu sentidos por meio do silêncio, posicionando-se discursivamente de forma estratégica. O não dito, nesse caso, não indicou ausência de sentido, mas sim um gesto de inscrição subjetiva que reorganizou a relação entre o público e o privado, entre o que se mostra e o que se oculta nas redes sociais. Como afirma Pêcheux (1990):

O discurso não é tudo o que se diz, mas o efeito de um dizer sob determinadas condições. Há sempre um não dito que sustenta o dito, há sempre um silêncio que trabalha o que se fala. Não se trata de um vazio, mas de uma parte constitutiva da própria produção de sentido. (Pêcheux, 1990, p. 80).

Dessa forma, a análise do Sujeito 3 evidencia como o autista adulto, ao ocupar o espaço virtual, negociou discursivamente sua visibilidade, deslocando-se da posição de objeto de discurso para a de sujeito que enuncia, que organiza o que diz e o que cala. O silêncio operou, aqui, como forma de resistência e de autoria discursiva, inscrito nas condições ideológicas e históricas que o constituem como sujeito do discurso.

Conclui-se, portanto, que o perfil analisado não apenas veiculou conteúdos informativos e ativistas sobre o TEA, mas também funcionou como espaço de (re)construção identitária, em que o dizer e o não dizer atuaram conjuntamente na produção de sentidos sobre ser autista na contemporaneidade.

Esse *post* funcionou como um contradiscurso que evidenciou o poder da norma e desnaturalizou as representações imaginárias sobre o autismo. Ele reinscreve o sujeito autista como autor do seu dizer, reposicionando-se não mais como objeto da fala médica ou familiar, mas como voz ativa e politicamente situada. Ao mobilizar sua própria experiência, o sujeito evidenciou o atravessamento ideológico dos discursos sociais sobre o autismo e afirmou sua identidade como um efeito de linguagem e resistência.

Os sentidos mobilizados passaram por um deslocamento significativo. Em seu relato, o Sujeito 3 evidencia o esforço contínuo de se adaptar a uma sociedade na qual não se sentia pertencente. Referiu-se ao uso de “máscaras” como estratégia de camuflagem social, numa tentativa de corresponder às expectativas de normalidade socialmente instituídas. Tal movimento está diretamente relacionado às formações

imaginárias, nas quais ser “normal” implica adequar-se a padrões normativos historicamente construídos.

Nesse contexto, vale lembrar que, conforme Pêcheux (1990), há sempre um não dito que sustenta o que se diz e ao não dizer, reforçou a interpretação de que o Sujeito 3, ao escolher não informar certos dados biográficos, produziu sentidos por meio do silêncio, posicionando-se discursivamente de forma estratégica.

Neste discurso, a formação imaginária apareceu de forma central no relato sobre o uso de “máscaras” para tentar parecer “normal”. A tentativa de ser como “todo mundo” revelou o investimento subjetivo em uma imagem de si construída pela necessidade de pertencimento, imposta por uma norma social. A formação imaginária age aqui como efeito do olhar do outro, o sujeito é interpelado por um ideal de normalidade que o obriga a performar um comportamento não autêntico. Quando o Sujeito 3 colocou a palavra “*normal*” entre aspas, ele rompeu com essa imagem imposta, desestabilizando o que é socialmente entendido como o padrão a ser alcançado. Ao afirmar “autista é normal, só somos diferentes”, ele desconstrói a lógica binária normal/anormal, ressignificando a sua posição como sujeito.

No plano da formação discursiva, o discurso se inscreveu em um conjunto de discursos que confrontaram as representações estigmatizadoras do autismo. Ao declarar: “*hoje eu sei que sou diferente, e isso que isso tem nome, se chama autismo*”, o Sujeito 3 deslocou-se da posição de anormalidade para a de pertencimento identitário, alinhando-se a uma formação discursiva que valorizou a neurodiversidade. Tal alinhamento foi reforçado quando ele afirmou: “*não preciso mudar quem eu sou*”, indicando uma ruptura com os discursos adaptativos que propunham o ajustamento do autista à norma neurotípica.

Os efeitos de sentido que emergem dessa materialidade produzem um reposicionamento do sujeito no espaço discursivo: instaurando a constituição de uma identidade que não se ancora na deficiência, mas na diferença, visto mais fortemente sua posição na SD “*pois não sou obrigado a mendigar afeto*”, em que sintetizou o deslocamento da submissão simbólica à afirmação de um lugar de fala autônomo. O sujeito, antes interpelado como objeto de correção, reposicionou-se como produtor de discurso e reivindicou o direito de ser reconhecido em sua singularidade.

A presença da imagem do Sujeito 3 junto ao texto reforça o gesto discursivo analisado. Ao tornar-se visível e nomeável, o sujeito autista rompe com a invisibilização que historicamente marcou sua representação social. Com isso, desloca-se da lógica do

silêncio e da representação mediada por terceiros, afirmando-se na centralidade do seu próprio dizer, em primeira pessoa, como estratégia de construção identitária e de reinscrição nos espaços discursivos que antes lhe eram negados.

5.3.4 Sujeito 4. Do silêncio à compreensão: a trajetória e o reconhecimento do autismo

Como parte desta pesquisa, apresenta-se a seguir a descrição do Sujeito 4, selecionado de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. No caso deste participante, considerou-se inicialmente se o diagnóstico de Lucas Pontes, doravante denominado Sujeito 4, foi realizado na vida adulta e se seu perfil na plataforma Instagram possuía configuração pública, possibilitando o acesso ao conteúdo produzido. As demais informações referentes à caracterização do sujeito encontram-se sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 9. Descrição Sujeito 4: Lucas Pontes.

Campo	Informações
Nome (fictício)	Lucas Pontes
Gênero	Masculino
Idade	26 anos
Data de nascimento	09/06/1997
Estado civil	Solteiro
Filhos	Nenhum
Cidade	Botucatu – SP
Profissão	Psicólogo
Ano de inscrição no Instagram	Julho de 2019
Perfil	@lucas.atípico
Seguidores	128 mil (julho 2025)
Seguindo	917
Ano do diagnóstico	Aos 24 anos
Nível do TEA	Nível 1 de suporte
Frequência de postagens	Alta
Principais temas abordados	Experiência autista pessoal; saúde mental; psicologia; masculinidades neurodivergentes

Estratégias discursivas	Discurso analítico, técnico e experiencial; articulação entre saber profissional e vivência pessoal
Exposição de dados pessoais	Alta (informa idade, profissão, cidade, estado civil)
Observações adicionais	Perfil com forte atuação na divulgação científica e sensibilização sobre o TEA a partir de uma perspectiva psicológica e vivencial

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Este Sujeito 4 é um jovem da cidade de Botucatu, no estado de São Paulo, vivenciou o que a grande maioria dos autistas com diagnóstico tardio passam, sua infância até entrar na escola transcorreu sem grandes dificuldades, mas ao entrar na escola começou o processo de não interação com as demais crianças, sofreu *bullying* e iniciou crises depressivas, o que ficou mascarado pelas habilidades acadêmicas ótimas, mas a adolescência chegou trazendo os conflitos do amadurecimento e a percepção que vivia na solidão, isto gerou crises de ansiedade e depressivas, até o afastamento da escola, necessitando fazer uso de 10 medicações para controle destes comportamentos.

Aos 16 anos, entrou em contato com reportagens que falavam sobre o autismo, iniciou um autodiagnóstico, mas procurou ajuda médica para que achassem o que ele realmente tinha, ocorreu que há 10 anos atrás o assunto autismo era pouco difundido, os critérios diagnósticos somente contemplavam os autistas de nível 2 e 3 de suporte e na sua grande maioria as crianças eram diagnosticadas.

O Sujeito 4 permaneceu sem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) até os 24 anos de idade, o que implicou vivências marcadas por incompreensão social e deslocamento simbólico ao longo de sua trajetória escolar e acadêmica. A ausência do diagnóstico durante a infância e adolescência produziu efeitos de sentido significativos, pois o sujeito não pôde, até aquele momento, significar-se a partir de uma nomeação que desse inteligibilidade às suas experiências de diferença.

Conforme relatado em seu perfil, o percurso educacional não foi dificultado por questões cognitivas, mas pelas demandas de interação social impostas pelos espaços institucionais. Ainda assim, conseguiu ingressar no curso de Psicologia e, em 2023, concluiu sua formação.

A partir dessas condições de produções, observa-se a construção de sentidos em torno do esforço, que não se referiu ao aprendizado em si, mas à adaptação a uma

normatividade relacional historicamente produzida. A exigência de interação social funcionou, nesse contexto, como um dispositivo discursivo de exclusão, que estabeleceu critérios de pertencimento e funcionamento ‘adequado’ nos espaços de formação.

Como aponta Orlandi (2012, p. 63): “O sujeito não fala de onde quer, mas de onde pode, de onde é possível, a partir das determinações que o constituem e o atravessam”. O ingresso no curso de Psicologia e a conclusão da graduação em 2023 podem ser interpretados como um deslocamento discursivo importante, que reposicionou o sujeito a partir de uma nova identidade: aquela que enuncia o autismo em primeira pessoa, com autoridade sobre sua própria história. Esse reposicionamento implicou não apenas em resistir aos sentidos cristalizados que marginalizam o sujeito autista, mas também em produzir sentidos outros sobre capacidade, autonomia e pertencimento. E possibilitou que tivesse acesso a um profissional ao qual ele não teve para seu diagnóstico por muitos anos,

Nesse caso, o dizer do Sujeito 4 revelou a experiência de ser forjado em um espaço que lhe foi, por muito tempo, hostil à sua constituição subjetiva, marcada por tentativas constantes de adaptação a modelos interacionais que não o contemplavam.

Como afirma Pêcheux (1990), “o discurso é atravessado por forças que o excedem” e o sujeito, ao enunciar, se posiciona dentro de um campo de contradições, reproduzindo e deslocando os sentidos já disponíveis em sua formação discursiva.

O sujeito não é nem o ‘autor livre de seus discursos’, nem um simples ‘porta-voz’ da ideologia. Ele é constituído na contradição. É no interior desta contradição que ele ‘fala’. Ele fala porque está atravessado por ela. [...] O sujeito do discurso é efeito, é atravessado por discursos que o antecedem, o excedem e nos quais ele se posiciona – posição que não escolhe, mas na qual é colocado (Pêcheux, 1990, p. 83).

O Sujeito 4, em seu discurso, constituiu-se criando uma resistência simbólica, que cindiu com a imagem cristalizada de um autista limitado ou incapaz, e reinscreveu uma identidade em movimento, ativa e reflexiva. O gesto de expor sua trajetória acadêmica a partir da posição de sujeito autista revelou um deslocamento político-discursivo, no qual o reconhecimento de si operou por meio da linguagem e das condições ideológicas que a sustentavam.

Atualmente, trabalha como psicólogo, atendendo pessoas autistas e dedicando-se ao ativismo em prol do autismo por meio de sua rede social. Apresentando sempre conteúdos voltados à sua vivência e à temática do espectro autista, busca, segundo suas

próprias palavras, auxiliar outras pessoas a reconhecerem sinais em si mesmas de TEA e a buscarem seus diagnósticos, ainda que de forma tardia.

Figura 21. Recorte do *post* do *Instagram* de Lucas Pontes.



Fonte: @lucas.atípico, capturada pela autora, 2025.

Nesta SD datada em 05 de janeiro de 2020 observa-se que a publicação se inscreve em uma formação discursiva que define comportamentos considerados comunicacionais “normais” em oposição a “dificuldade”, posicionando o “autista” como desviado. Conforme Pêcheux (2009, p. 146), “[...] o sentido de uma palavra [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual [...] são produzidas”.

O sujeito autista se assujeita a essa FD, ao reconhecer-se como portador de “dificuldade”, reproduzindo sentidos já-ditos do interdiscurso que enquadram comportamentos atípicos como erro ou inadequação.

Conforme Orlandi (2021), essa filiação discursiva evidencia os efeitos da ideologia na constituição do sujeito e dialoga com Pêcheux (1990), ao afirmar que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. É pela interpelação ideológica que o sujeito se constitui como tal, sendo nesse movimento que a língua produz sentidos. Como explica Orlandi (1999), “o sujeito, ao se inscrever na língua e na história, é atravessado por memórias discursivas que o antecedem, fazendo com que seus dizeres nunca sejam originais, mas sempre atravessados pelo já-dito”

Assim, conclui-se as etapas de apresentação dos Sujeitos 1, 2, 3, e 4 da pesquisa. No capítulo seguinte, segue-se com as análises discursivas das postagens selecionadas, à luz da perspectiva da Análise de Discurso.

6 AS VOZES DOS SUJEITOS COM TEA: ANÁLISES

*O autismo não limita as pessoas.
Mas o preconceito sim,
ele limita a forma com que as vemos
e o que achamos que elas são capazes.*

Letícia Butterfield

A presente etapa do trabalho dedica-se a dar visibilidade às vozes dos sujeitos com Transtorno do Espectro Autista que compõem o corpus desta pesquisa, compreendendo-as como produções discursivas que se inscrevem em um espaço social marcado por disputas de sentidos.

Ao analisar suas postagens no *Instagram*, busca-se não apenas interpretar o conteúdo verbal ou imagético, mas compreender os modos como esses sujeitos se posicionam, resistem e (re)constroem sentidos sobre si mesmos e sobre o autismo. Tal abordagem se ancora nos pressupostos da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana, que entende o discurso como atravessado pela ideologia, pela memória e pelas condições de produção, de modo que cada enunciado carrega traços de outros dizeres e se constitui na relação com eles.

Assim, este capítulo propõe-se a interpretar os gestos discursivos dos participantes, evidenciando como suas falas e imagens podem tensionar representações cristalizadas, reafirmar identidades e instaurar novos lugares de enunciação para a pessoa autista no espaço digital contemporâneo.

6.1 Sujeito e sentido no espaço digital: análises com base na AD

Este capítulo tem como objetivo desenvolver a análise discursiva das postagens selecionadas dos quatro sujeitos participantes da pesquisa, à luz da Análise de Discurso, conforme os fundamentos teóricos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros autores que contribuíram para a compreensão da linguagem como espaço de constituição do sujeito e de produção de sentidos.

Compreende-se que o discurso não é apenas aquilo que se diz, mas o que se diz em determinadas condições de produção, atravessado por formações ideológicas e memória discursiva. Como aponta Orlandi (1999), todo discurso está impregnado de outros discursos, e os sentidos não são fixos, mas se deslocam, se condensam e se

reatualizam. Assim, cada enunciado analisado nesta pesquisa foi considerado em sua materialidade discursiva ou imagética, mas também em sua relação com o interdiscurso e com o lugar de onde foi referido.

As análises buscam compreender como sujeitos adultos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) se constituem discursivamente nas redes sociais, mais especificamente no *Instagram*, e como, por meio de seus enunciados, produzem novos efeitos de sentido sobre identidade, pertencimento, reconhecimento e neurodiversidade. Parte-se da hipótese de que essas postagens não apenas narram experiências individuais, mas também tensionam formações discursivas hegemônicas que historicamente silenciadas sobre o sujeito autista.

Para cada Sujeito, foi analisado *posts* representativos, considerando-se o texto verbal e, quando pertinente, os elementos visuais e interacionais (comentários, *hashtags*, marcações, vídeos e fotos). Foram observados os efeitos de sentido predominantes, os deslocamentos discursivos, os gestos de leitura e os modos de inscrição do sujeito no discurso. As análises foram organizadas por sujeitos, respeitando a ordem de apresentação realizada no capítulo anterior.

Como já foi dito, para AD, a leitura é produzida pelos discursos, determinada por condições de produção, interpelada por uma ideologia e inscrita numa determinada formação discursiva, o sujeito lê e interpreta, constituindo, dessa forma, os sentidos, com a contribuição da memória discursiva. A perspectiva da leitura neste trabalho tem como objetivo compreender o funcionamento do discurso do sujeito na produção da interpretação, rompendo com os efeitos de transparência do texto e possibilitando outros gestos de leitura.

Segundo Orlandi (2001b), a leitura não é um ato neutro nem homogêneo, pois o leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e sob distintas condições de produção da leitura. O sentido atribuído a um texto é sempre atravessado por variáveis históricas, sociais e ideológicas, deste modo um mesmo enunciado pode ser interpretado de formas diversas por leitores distintos, em épocas e contextos igualmente diversos, assim:

A leitura não é um ato neutro nem homogêneo. O leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e sob distintas condições de produção da leitura. As condições de produção interferem na leitura, produzindo diferentes sentidos. [...] Assim, o sentido não está no texto nem no leitor, mas na relação entre o texto e as condições de sua leitura (Orlandi, 2001b, p. 62).

A autora destaca que todo leitor possui uma história de leitura, isto é, um percurso marcado por experiências de linguagem, condições de produção específicas e uma formação ideológica particular. É a partir desses elementos que se constituem os modos de leitura, os gestos de interpretação e, conseqüentemente, os efeitos de sentidos possíveis de serem atribuídos ao texto.

Nesse processo, tornou-se fundamental considerar a relação entre diferentes discursos, aquilo que é dito em um discurso em contraste com o que é dito em outro, o modo como se diz e as diferentes formas possíveis de dizer. Orlandi (2001) chama a atenção para a necessidade de ‘escutar’ a presença do não-dito no que é dito, ou seja, reconhecer os silêncios, as ausências e os deslocamentos que operam na produção de sentidos e que constituem o funcionamento do discurso.

Para realizar as análises, tornou-se essencial considerar as condições de produção de cada sujeito, tal como propõe Orlandi (2010), ao ampliar essa noção para além do imediato, incluindo o contexto histórico, social e ideológico que atravessa os discursos. É nesse horizonte que se articulam os sentidos momentâneos e as mensagens na superfície textual. Todo dizer é marcado por sua historicidade, constituindo-se no entrecruzamento da memória e da exterioridade, com seus já-ditos que ressoam nos modos de significar. O discurso, portanto, carrega em si marcas de outras vozes e sentidos, materializados pelo funcionamento do interdiscurso. Nesse processo, os enunciados estão sempre vinculados a um acontecimento, podendo ser retomados, deslocados e reinterpretados. A memória discursiva, nesse contexto, opera como base para a produção de sentidos e para a reinscrição constante dos dizeres, como segue na citação de Orlandi (2001):

O dizer não se encontra em um lugar qualquer. Ele é determinado, no seu funcionamento, por condições de produção – que não são, como já se disse, nem o contexto imediato da produção nem as intenções do locutor. Essas condições compreendem o lugar social do locutor e do interlocutor, sua inserção institucional, o momento histórico, as relações entre os grupos sociais, o lugar do discurso na memória discursiva e na rede interdiscursiva etc. (Orlandi, 2001, p. 45).

Concluídas as considerações teórico-metodológicas, inicia-se nesta seção as análises dos discursos dos sujeitos selecionados. Para fins de organização e preservação da identidade dos participantes, os perfis que compõem o *corpus* da pesquisa serão referenciados como: Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3 e Sujeito 4.

6.1.1 Sujeito 1

A presente seção é dedicada à análise discursiva do Sujeito 1 que conforme os critérios metodológicos estabelecidos anteriormente, identificamos como sendo uma mulher, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta e atuante como professora universitária na área de Letras, utilizou seu perfil público no *Instagram* como espaço de expressão e afirmação identitária, compartilhando vivências, reflexões e posicionamentos enquanto sujeito autista.

Sua produção discursiva se destacou pela articulação entre experiência pessoal, saber acadêmico e engajamento político, o que permitiu-nos observar a constituição de sentidos que deslocaram a visão estigmatizante historicamente atribuída ao autismo. Em suas postagens, observou-se uma prática discursiva marcada por gestos de resistência e reconfiguração da identidade autista, sobretudo no que tange às relações com o feminino, a maternidade, à docência e os espaços institucionais.

A análise a seguir partiu da materialidade discursiva de uma ou mais postagens selecionadas, considerando os princípios da Análise de Discurso de orientação francesa, com atenção especial às condições de produção, às formações discursivas, à memória discursiva e aos efeitos de sentido que se atualizaram em um gesto interpretativo. O objetivo foi compreender de que maneira o Sujeito 1 se constituiu como sujeito do discurso e como identifica-se as principais ideias dominantes ao ocupar o espaço digital, utilizando esse ambiente como lugar de expressão de sua voz e de afirmação da neurodiversidade.

O Sujeito 1 iniciou suas postagens em agosto de 2020 com um *post* sobre o qual se referiu como estreia no *Instagram* de modo pessoal, falando de seu *e-book* sobre princípios bíblicos, em fala direta com seus seguidores como se estivesse conversando diretamente e presencialmente com eles. Em seu discurso sob a ótica da AD, enxerga-se um sujeito assujeitado a ideologia circunscrita na mídia atual ao qual a relação entre a ideologia e o discurso constitui este sujeito, como não há indivíduo sem ideologia é “[...] no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (Orlandi, 1996, p. 39).

Figura 22. Recorte do *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto II.



mikaela.roberto Quando cheguei a Seropédica (RJ), dez anos atrás, causou-me estranheza ver alunos combinando uma "resenha" vez ou outra pelos corredores. Pensei comigo: "Esse povo leva, mesmo, os estudos a sério!" Até que entendi o significado de resenha pra eles. Hahaha... aguarde, que em breve conto tudo o que sei aqui sobre resenha, mas a outra, aquela que ninguém quer fazer, mas que é extremamente necessária e útil na vida acadêmica. Bom setembro pra nós!

Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela aurora, 2025.

Na análise do discurso do Sujeito 1, observa-se uma reflexão sobre a heterogeneidade linguística, evidenciada por sua comparação entre modos de falar e agir de estudantes. Essa heterogeneidade, compreendida conforme os pressupostos da Análise de Discurso, remete à multiplicidade constitutiva do sujeito na linguagem, que é sempre atravessado por discursos diversos, muitas vezes contraditórios. Na SD analisada, tal heterogeneidade manifesta-se por meio da ironia e do tom de deboche ao evocar a figura do “aluno que não leva os estudos a sério”, atribuindo-lhe características estereotipadas como falar fora de hora ou desconsiderar a seriedade da vida acadêmica.

Esse posicionamento evidencia uma formação imaginária (FI) do sujeito estudante construída pelo Sujeito 1, que projeta sobre o outro uma imagem caricatural, ao mesmo tempo em que revelou aspectos de seu próprio modo de ser e de se inserir no espaço universitário. A chacota dirigida à “resenha”, termo recorrente e cobrado no cotidiano acadêmico, ganhou função discursiva ao escancarar as tensões entre o discurso institucional e as práticas estudantis.

Para compreender o funcionamento desse dizer, foi fundamental situá-lo em suas condições de produção, considerando o contexto sócio-histórico no qual a sequência discursiva (SD) foi formulada e passou a circular. Essa perspectiva permite observar que os sentidos não se originam de um sujeito autônomo, mas se constituem na relação com a memória discursiva e com os já-ditos que atravessam a enunciação.

Sob a ótica da Análise do Discurso, especialmente na obra de Pêcheux, as condições de produção não se restringem ao contexto imediato da fala, como tempo, espaço ou intenções do sujeito. Elas são compreendidas como a articulação entre processos históricos, ideológicos e sociais, que possibilitam a emergência de

determinados discursos em detrimento de outros. Como destaca Pêcheux (1990), o dizer só adquire sentido dentro de uma rede complexa de determinações, sendo atravessado por formações ideológicas, formações discursivas e pela posição do sujeito na estrutura social.

Desse modo, a análise dessa SD permite compreender que todo discurso está inscrito em uma conjuntura que o antecede, o atravessa e o excede, revelando que os sentidos são sempre históricos, instáveis e atravessados por disputas. Essa compreensão sustenta a análise a seguir, na qual examinaremos como essas condições operam na produção dos efeitos de sentido evidenciados na próxima figura.

E nesse sentido, o discurso nunca é uma expressão isolada da vontade individual, mas o resultado de um funcionamento discursivo que depende das condições de possibilidade históricas para que certos sentidos se estabilizem, circulem ou sejam contestados. Como aponta o autor:

Uma formação discursiva é então aquilo que, numa formação ideológica determinada, faz funcionar um conjunto de formulações (ou seja, de enunciados pertencentes a uma mesma ideologia), fazendo com que certos objetos sejam falados, certas posições de sujeito sejam ocupadas, certos conceitos e certas relações sejam formulados, e tudo isso em detrimento de outras possibilidades (Pêcheux, 1990, p. 62).

É por meio dessas condições que o sujeito é interpelado ideologicamente, ocupando determinadas posições que definem o que pode ou não ser dito, o que é silenciado, e quais sentidos são possíveis de serem atribuídos.

Além disso, é necessário atentar para o jogo entre o dito e o não dito, ou seja, aquilo que é explicitado no discurso e aquilo que é silenciado ou subentendido, entendendo que o sujeito se constitui justamente nesse entrecruzamento de sentidos, em que o discurso mobiliza memórias, ideologias e posicionamentos sociais. Assim, a análise revela como o Sujeito 1, ao se apropriar da linguagem de forma irônica, reconfigura sua posição discursiva e produz sentidos sobre a identidade universitária a partir das condições de produção em que está inserido. Como destaca Pêcheux (1975/1988, p. 77):

As condições de produção não se reduzem ao contexto imediato da enunciação, mas abrangem a rede de determinações históricas, ideológicas e sociais que permitem que um enunciado seja formulado e interpretado. Todo dizer só se constitui em relação com outros dizeres, sustentado por formações discursivas que delimitam o que pode e deve

ser dito em determinado momento histórico. (Pêcheux, 1975/1988, p. 77).

Pode-se observar que o termo “resenha” é polissêmico. Em contextos acadêmicos, refere-se a uma produção textual; no uso coloquial jovem, refere-se a uma reunião social descontraída. O mal-entendido descrito pelo Sujeito 1 exemplificou o que a Análise de Discurso denomina de deslocamento de sentidos no interdiscurso, o que é central para compreender a experiência de muitos sujeitos autistas, que frequentemente interpretam as palavras em sua acepção literal ou única, sem captar as nuances da linguagem socialmente implícita.

Para pessoas autistas, especialmente aquelas com dificuldades pragmáticas, compreender ambiguidades, ironias ou gírias contextuais pode ser um desafio. A fala representou um exemplo de como a linguagem cotidiana carrega sentidos múltiplos, e como a leitura de um mesmo enunciado (como “façam uma resenha”) depende de condições de produção específicas, o que Orlandi (2001) destacou ao afirmar que a leitura nunca é neutra, sendo atravessada por histórias, lugares sociais e experiências discursivas distintas.

O equívoco entre os sentidos da palavra “resenha” não é um erro, mas um efeito natural do funcionamento da linguagem, que é opaca e atravessada por múltiplos sentidos. Tal noção é particularmente relevante no autismo, em que os sujeitos frequentemente experienciam o mundo pela via de interpretações singulares, não por falta de compreensão, mas por habitar outra lógica de leitura, frequentemente não reconhecida socialmente.

Essa materialidade discursiva, embora situada no humor, permiti-nos pensar como sujeitos com autismo podem vivenciar a linguagem: não como erro, mas como forma de leitura do mundo. A brincadeira com a palavra “resenha” evidencia que todo sujeito está atravessado por suas condições de produção, e que a incompreensão inicial não é ignorância, mas resultado de inscrições diferentes no interdiscurso. Como destaca Orlandi (2001, p. 65): “A leitura é atravessada por sentidos anteriores ao texto. [...] Não lemos o que queremos, mas o que podemos, a partir de onde estamos inscritos”.

Dessa forma, a materialidade analisada evidencia como o funcionamento discursivo da linguagem, marcado pela polissemia e pela opacidade, pôde gerar efeitos de sentido distintos a depender das posições ocupadas pelos sujeitos nos diferentes espaços sociais.

Entre sujeitos autistas, esses deslocamentos de sentido revelam-se fundamentais, uma vez que demonstram como suas apropriações específicas, por vezes cristalizadas na literalidade, confrontam-se com padrões normativos de interpretação socialmente estabelecidos. Assim, mais do que marcar um equívoco, o mal-entendido analisado ilustrou a complexidade da linguagem e apontou para a necessidade de reconhecimento de outros modos de dizer e de interpretar o mundo. Com base nesse entendimento, passa-se agora à análise de uma nova materialidade discursiva, dando continuidade à reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos pelos *posts* do *Instagram* do Sujeito 1.

Figura 23. Recorte do *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto III.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela aurora, 2025.

Dando continuidade à análise, observa-se que, em 21 de setembro de 2021, (Figura 23), o Sujeito 1 publicou em seu perfil, um vídeo no qual discorreu sobre aspectos relacionados ao seu diagnóstico de autismo. Tal fala, produzida no espaço digital, deve ser compreendida à luz das condições de produção que o possibilitaram, marcadas por transformações sociais e discursivas que permitiram maior visibilidade à temática do Transtorno do Espectro Autista na contemporaneidade.

Nesse vídeo, o Sujeito 1 assumiu uma posição discursiva que rompe com a lógica tradicional de silenciamento do sujeito autista, deslocando-se da posição historicamente imposta pela formação discursiva médica para um discurso sobre si. Como enfatiza Orlandi (2012), os sujeitos significam a partir das posições que ocupam, e essas posições são determinadas ideologicamente. Assim, ao falar de sua experiência com o diagnóstico,

o Sujeito 1 reinscreveu novos sentidos sobre o autismo, produzindo uma memória discursiva que confrontou os já-ditos cristalizados no campo médico e institucional.

Além disso, o funcionamento do interdiscurso se faz presente, pois o que é dito se articula com dizeres anteriores e com o que é silenciado. O vídeo não apenas informou, mas também performou um lugar de fala, construindo uma identidade discursiva que se afirmou na diferença. Conforme aponta Pêcheux (1990), o sujeito é sempre atravessado pela ideologia, e seus dizeres são efeitos desse atravessamento, o que torna o discurso um espaço de disputa de sentidos.

Dessa forma, o vídeo não se reduz a uma simples partilha de experiência pessoal, mas se configura como um ato discursivo que confrontou as formações ideológicas dominantes, permitindo a emergência de novos sentidos para a neurodiversidade, sustentados por um sujeito que se apropria da linguagem para reposicionar-se socialmente, segue a transcrição:

Recebi meu laudo e decidi compartilhar com vocês. Comentem aqui se têm interesse de saber mais a respeito do assunto. 01/09/2020.
Oi pessoa semana passada foi a semana Nacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e o lema deste ano da semana foi é tempo de transformar conhecimento em ação e eu decidi contribuir para isto porque no dia de ontem, eu finalmente, após muito tempo investigando, confirmei e recebi o laudo, eu tenho o que chamam de dupla excepcionalidade que é uma combinação diferentes transtornos, que no meu caso são: superdotação, transtorno do Espectro do autismo do tipo Síndrome de Asperger e Transtorno do Déficit de Atenção Hiperatividade e Impulsividade, TDAH. E eu queria aqui, ãh... Trazer esta ação de compartilhar com vocês este diagnóstico porque a gente precisa conhecer mais sobre isto, desmitificar, conscientizar e arrancar todo preconceito da nossa sociedade (Sujeito 1, 2021).

A partir da transcrição do vídeo publicado em 21 de setembro de 2021, observou-se o gesto discursivo do sujeito ao anunciar seu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, juntamente com outras condições associadas, em uma posição discursiva de autoria e engajamento político. O enunciado inicial: “Recebi meu laudo e decidi compartilhar com vocês” já apresentou uma marca, um reposicionamento subjetivo significativo, pois transformou o laudo em discurso público. À luz da Análise do Discurso Francesa compreendeu-se que o sujeito se constituiu na linguagem, sendo atravessado por formações ideológicas que o posicionam (Pêcheux, 1990). Ao decidir compartilhar o diagnóstico, o sujeito rompe com a lógica do silenciamento e passa a produzir sentidos sobre si que vão além da objetividade médica.

O sujeito não é origem de seus discursos, mas efeito de sentidos que circulam, se cruzam e se confrontam. Ele é constituído historicamente e ideologicamente, nas formações discursivas que o determinam. Assim, ele fala não como um centro autônomo de consciência, mas como lugar atravessado por vozes, memórias e posições que o antecedem e o ultrapassam (Pêcheux, 1990, p. 62).

Já no pedido de interação “Comentem aqui se têm interesse de saber mais a respeito do assunto”, evidencia uma tentativa de instaurar um espaço de diálogo com seus interlocutores, assumindo a posição de produtora de saber sobre o autismo. O efeito de sentido aqui se desloca do sujeito diagnosticado como objeto da ciência para o sujeito que informa, orienta e convida à reflexão. Essa abertura ao outro configurou o que Orlandi (2008) compreende como constituição do sujeito na relação com os sentidos já ditos, mas também com o que pode vir a ser dito:

O sujeito se constitui na relação com os sentidos. Não é o sentido que se fixa nele, mas ele que se faz por e na relação com os sentidos. O sujeito é constituído na e pela linguagem, ele é atravessado pela história e pela ideologia. O que ele diz não é só dele, mas resultado do cruzamento de discursos, de posições ideológicas e de memórias que se encontram em sua fala. Assim, o que ele pode dizer depende do que já foi dito e do que, naquele momento, pode ser dito (Orlandi, 2008, p. 37).

Na SD: “*Eu finalmente, após muito tempo investigando, confirmei e recebi o laudo*”, o Sujeito 1 atualiza uma memória discursiva marcada por um longo percurso de busca, invisibilidade diagnóstica e ausência de reconhecimento. O uso do advérbio “finalmente” indica a superação de um processo prolongado de incertezas e dificuldades, apontando para a luta por legitimidade.

Já os verbos “confirmar” e “receber” evidenciam um duplo movimento: de um lado, a apropriação de um saber legitimado institucionalmente; de outro, a reinscrição de si como sujeito, agora nomeado a partir do diagnóstico.

Nesse gesto discursivo, o laudo médico ultrapassou sua função técnico-clínica e assumiu um papel simbólico na constituição da identidade do sujeito. Ele passou a operar como uma fronteira discursiva, marcando um antes e um depois em sua trajetória. Como aponta Moraes (2018):

O diagnóstico não opera apenas no campo clínico; ele instaura um novo regime de sentidos sobre o sujeito. Ao nomear, delimita, mas também

reposiciona. Para muitos, o laudo representa uma ruptura, uma fronteira simbólica entre o antes, marcado pela incompreensão, inadequação e silêncio, e o depois, no qual há uma tentativa de reorganizar a própria história sob uma nova significação. O diagnóstico, nesse sentido, funciona como um dispositivo discursivo que reconfigura o modo como o sujeito se vê e é visto (Moraes, 2018, p. 142).

Dessa forma, o diagnóstico tornou-se elemento constitutivo do processo de subjetivação, funcionando como operador simbólico que reorganizou sentidos e reposicionou o sujeito em sua rede discursiva e social.

Outro trecho relevante, *“Eu tenho o que chamam de dupla excepcionalidade: superdotação, autismo tipo Asperger e TDAH”*, revela o efeito de sentido de complexificação da identidade. A expressão “o que chamam de” indica um distanciamento crítico da rotulagem médica, ao mesmo tempo em que o sujeito se inscreve nesse discurso, afirmando a multiplicidade de sua constituição. Conforme Pêcheux (1990), o sujeito está em constante negociação com os discursos que o antecedem, podendo tanto reproduzi-los quanto deslocá-los:

O sujeito do discurso é um efeito, não é um ponto de origem. Ele está inserido num processo discursivo onde há constantemente repetição e deslocamento. Assim, o sujeito não é livre para dizer o que quiser, mas também não é um mero repetidor. Ele está em relação com os sentidos já instituídos, podendo reinscrevê-los, deslocá-los, modificá-los, dependendo das formações discursivas que o atravessam e das condições de produção em que se insere (Pêcheux, 1990, p. 82).

Por fim, na SD: *“A gente precisa conhecer mais sobre isto, desmitificar, conscientizar e arrancar todo preconceito da nossa sociedade”* consolida o deslocamento do Sujeito 1 de um lugar passivo para um lugar de militância. Aqui, a linguagem assume um papel transformador.

O Sujeito 1, agora autista, toma para si a tarefa de intervir no social por meio da linguagem, promovendo o rompimento com estigmas e a construção de novos sentidos sobre o autismo. Como aponta Orlandi (2012, p. 63), “o silêncio diz. Ele significa tanto quanto o que é dito. [...] Não se trata de uma falta a preencher, mas de um funcionamento”.

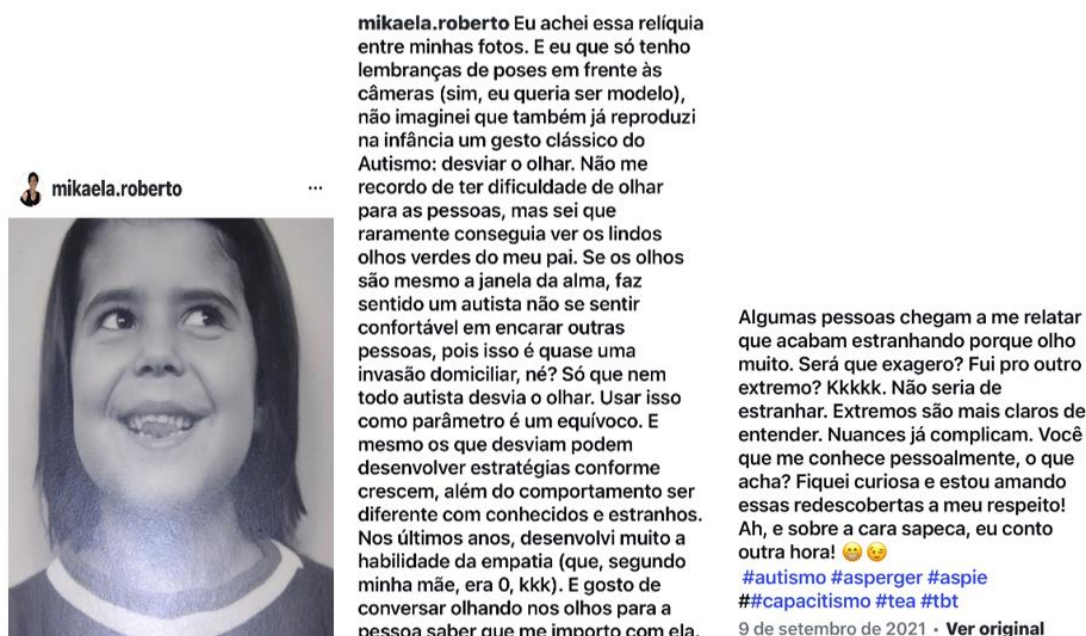
Portanto, a análise da materialidade discursiva revela um processo de deslocamento identitário no qual o sujeito autista se constitui como efeito da linguagem, mas também como agente de resistência e de produção de sentidos. O vídeo publicado ultrapassa o caráter de relato pessoal, configurando-se como um gesto político-discursivo

que inscreve a diferença como potência e rompe com o silenciamento historicamente imposto ao autismo na sociedade.

Segundo Indursky (2011, p. 69), o funcionamento discursivo sob o efeito de pré-construído pode se dar pela repetibilidade, “[...] trata-se ainda da retomada de saberes já-ditos em outro discurso, em outro lugar e cujo eco ressoa no discurso do sujeito.”

Nas sequências discursivas seguintes, as postagens passaram a se centrar em fotografias antigas, pelas quais o Sujeito 1 buscou indícios acerca de quando e de que forma o autismo teria se manifestado em sua vida. Esse gesto configurou-se como uma tentativa de reconstrução de sua trajetória, um movimento de leitura retrospectiva que expressa a busca por sentidos em sua própria constituição enquanto sujeito autista.

Figura 24. Recortes de *posts* no *Instagram* de Mikaela Roberto IV.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

Nesta materialidade discursiva, observa-se que o autismo não foi anunciado de forma direta no início, mas emergiu ao longo do texto como efeito de um gesto de leitura retrospectiva da própria história, ativado a partir da imagem, uma “*relíquia entre minhas fotos*”. O autismo apareceu como algo que estava implicado no corpo e no comportamento da infância, cuja significação plena só foi possível após o diagnóstico tardio, que atuou como um acontecimento discursivo estruturante, conforme descreveu Pêcheux (1999), assim como para Mutti (2012), fundamentou-se a ideia de que o diagnóstico funciona como um operador de leitura do passado, reorganizando sentidos identitários, ideal para complementar a análise discursiva que você está desenvolvendo:

O diagnóstico não apenas nomeia uma condição clínica, mas produz efeitos de sentido sobre a trajetória de vida do sujeito. Ele permite que experiências anteriormente dispersas, incompreendidas ou silenciadas sejam reorganizadas sob uma nova perspectiva. Assim, o sujeito relê sua história a partir de um novo lugar discursivo, reatualizando memórias e atribuindo novos sentidos a acontecimentos que, até então, pareciam desconexos ou sem explicação (Mutti, 2012, p. 38).

Na SD: *“Eu achei essa relíquia entre minhas fotos.”* Esta fala ativou a memória discursiva, em que a foto, aqui, funcionou como materialidade que reconvoca sentidos anteriores, mas que agora são reinterpretados à luz de uma nova posição discursiva: a do sujeito que se compreendeu como autista.

Para Pêcheux (1999), o acontecimento discursivo rompe o contínuo da evidência, reconfigurando o que foi dito e o que pode ser dito. Neste caso, a imagem de infância passou a significar sob a luz do autismo.

A infância, ao ser atravessada pela compreensão posterior do diagnóstico de autismo, passa a ser reinterpretada, ganhando novos sentidos. A SD: *“Não imaginei que também já reproduzi na infância um gesto clássico do Autismo: desviar o olhar”* evidenciou um ponto de inflexão na construção da memória subjetiva. Um gesto corporal anteriormente atribuído à gestos infantis, à comportamentos estranhos na frente das câmeras e ao desejo de brincar de caretas, é reinscrito simbolicamente sob o olhar retroativo da nomeação diagnóstica. O que antes era lido como traço de personalidade passa a ser compreendido como indício de uma condição neurológica, revelando o funcionamento da memória discursiva efetivando novos efeitos de sentido sob novas condições de produção.

Nesse processo, há uma reorganização simbólica do passado que não apenas rememorou, mas reinscreveu a infância a partir de uma nova posição de sujeito. Como enfatiza Mutti (2012):

A narrativa do diagnóstico atua como operador de sentido que reorganiza a trajetória subjetiva. Ao lançar luz sobre acontecimentos passados, ele os reinterpreta, atribuindo-lhes novos significados. A memória, nesse movimento, não apenas recorda, mas reestrutura o vivido sob a lógica da nomeação, articulando o antes e o depois numa temporalidade que não é linear, mas atravessada pelo efeito de sentido produzido pelo diagnóstico (Mutti, 2012, p. 89).

Dessa maneira, o gesto de desviar o olhar deixou de ser um traço isolado do passado e passa a integrar uma rede de sentidos que conformou a identidade discursiva do Sujeito 1. O diagnóstico, nesse caso, operou como chave hermenêutica que reestruturou a construção de si, atualizando memórias a partir de novos marcos interpretativos.

O conflito entre o vivido e a interpretação atualizada manifestou-se também na afirmação: *“Não me recordo de ter dificuldade de olhar para as pessoas, mas sei que raramente conseguia ver os lindos olhos verdes do meu pai.”* A frase evidenciou a fricção entre a memória individual e os sentidos produzidos a partir da posição identitária assumida no presente. Nesse ponto, observa-se o funcionamento da linguagem como espaço de constituição do sujeito, revelando que ele não detém controle absoluto sobre o que diz, sendo constantemente atravessado por discursos e formações ideológicas que o precedem. Como afirma Orlandi (2008, p. 45):

O sujeito é atravessado pela linguagem, ele é efeito dela. Isso significa que sua posição não é autônoma nem transparente, mas construída nas relações de sentido que o constituem. O que ele diz não é propriamente dele, não é de uma origem individual, mas está sempre atravessado por uma memória discursiva, por um já-dito que se atualiza, que retorna sob outras formas e se reinscreve em cada novo dizer. Assim, o discurso não se esgota no momento da enunciação: ele carrega a historicidade e os vestígios de sentidos anteriores, que sustentam, deslocam e possibilitam a emergência de novos efeitos de sentido. (Orlandi, 2008, p. 45).

Na SD *“Faz sentido um autista não se sentir confortável em encarar outras pessoas, pois isso é quase uma invasão domiciliar, né?”*, a metáfora da “invasão domiciliar” operou como um dispositivo simbólico que intensificou o sentido da recusa ao contato visual. Ao recorrer a essa imagem, o sujeito conferiu espessura ao desconforto, traduzindo uma experiência subjetiva frequentemente incompreendida a partir de uma lógica neurotípica.

Nesse gesto discursivo, houve uma reivindicação de saber sobre si e sobre a condição autista, que desafiou os sentidos cristalizados que atribuíram ao olhar direto o valor de empatia, atenção ou presença. Esse movimento discursivo evidencia uma reconfiguração do lugar de fala, na qual os sentidos são produzidos em oposição às normatividades hegemônicas.

Essa movimentação pode ser compreendida à luz da concepção de discurso proposta por Pêcheux (2006), para quem os sentidos não são fixos nem transparentes, mas resultado de relações de forças ideológicas em constante disputa: “O sentido não está nem nas palavras, nem na intenção do sujeito que fala, mas nas posições ideológicas inscritas nas formações discursivas, que determinam o que pode ou não ser dito, e como isso pode ser compreendido” (Pêcheux, 2006, p. 146).

Essa resistência se intensificou na SD *“Usar isso como parâmetro é um equívoco”*, em que houve uma ruptura explícita com os discursos normativos sobre o autismo. O Sujeito 1 assumiu uma posição crítica, ao denunciar as leituras essencializantes que reduzem a experiência autista a comportamentos fixos ou a uma lógica de déficits. Ao fazer isso, realizou um movimento de resistência discursiva, no qual se contrapôs aos sentidos hegemônicos que circulam socialmente sobre a identidade autista. Esse reposicionamento permitiu ao Sujeito 1 produzir novos significados sobre si, inscrevendo sua existência em uma perspectiva de afirmação e deslocamento dos discursos normativos.

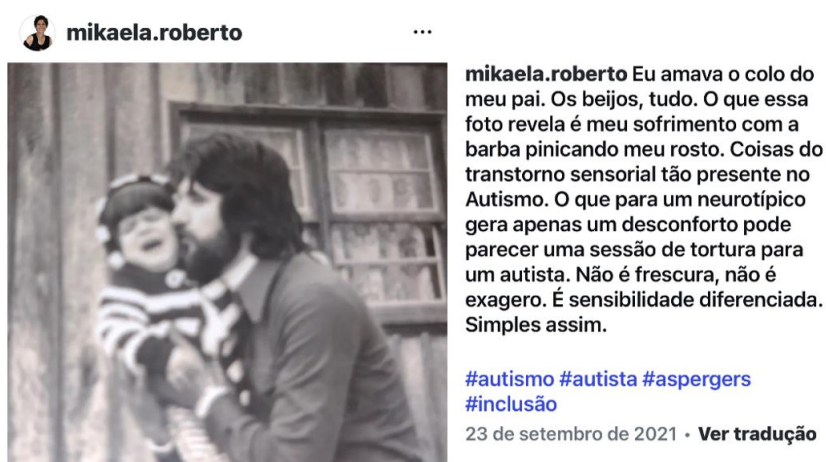
Por fim, a SD *“Desenvolvi muito a habilidade da empatia... gosto de conversar olhando nos olhos para a pessoa saber que me importo com ela”* evidenciou um processo de reconfiguração identitária. A partir de sua trajetória, o Sujeito 1 demonstrou que foi possível desenvolver estratégias de convivência e ressignificar a empatia, desafiando o imaginário social que associa o autismo à incapacidade de expressar afeto. O discurso apresenta um sujeito que transita entre diferentes formações discursivas e saberes, produzindo sentidos de pertencimento e transformação.

O imaginário social, tal como nos lembra Pêcheux (1990), está relacionado às formações imaginárias que definem os lugares que os sujeitos ocupam no discurso e como representam a si e ao outro. No caso do autismo, tais formações são atravessadas por sentidos historicamente construídos que associam o sujeito autista à ausência de linguagem, à incapacidade de afetividade ou a comportamentos considerados desviantes da norma. Como destaca Orlandi (2008), não se trata de imagens individuais, mas de projeções coletivas, sustentadas pela ideologia, que naturalizam certos modos de ver e de significar o sujeito. Desse modo, o imaginário social sobre o autismo não revela uma essência, mas a materialização de discursos que delimitam fronteiras entre o “normal” e o “patológico”, entre o que é considerado inclusão e o que permanece exclusão.

A materialidade discursiva analisada evidenciou não apenas um gesto de leitura do passado à luz do diagnóstico tardio, mas também um movimento de reposicionamento

identitário frente às formações discursivas normativas que, historicamente, estigmatizaram o sujeito autista. E, por meio de seu discurso, o Sujeito 1 desestabilizou sentidos cristalizados, reivindicou uma nova leitura de si e produziu deslocamentos que operaram como formas de resistência simbólica. Dando continuidade à investigação, passa-se agora à análise de uma nova postagem, na qual o sujeito compartilhou uma imagem nos braços de seu pai abordando a temática da convivência e do pertencimento no núcleo familiar após o diagnóstico.

Figura 25. Recortes de posts no *Instagram* de Mikaela Roberto V.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

A materialidade discursiva composta por uma fotografia em preto e branco da infância do Sujeito 1, ao lado do pai, acompanhada da legenda publicada em 23 de setembro de 2021, revelou mais um gesto de releitura do passado à luz do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Aborda-se, com a análise, a compreensão dos sentidos produzidos a partir da articulação entre imagem e linguagem, observando os deslocamentos operados pelo Sujeito 1 na constituição de sua identidade autista.

A SD de abertura, “*Eu amava o colo do meu pai. Os beijos, tudo.*” ativou uma memória afetiva, carregada de sentidos de carinho e proximidade familiar. No entanto, essa lembrança foi imediatamente confrontada pelo discurso seguinte: “*O que essa foto revela é meu sofrimento com a barba pinicando meu rosto.*”. Neste ponto ocorreu um deslocamento discursivo, aquilo que parecia significar apenas afeto foi ressignificado à luz da compreensão atual sobre o autismo, especificamente sobre o transtorno do processamento sensorial e como gesto de leitura atravessado por um novo lugar de fala, o da autista diagnosticada, isto permitiu ao Sujeito 1 reinterpretar signos do passado com outros sentidos. Como explica Pêcheux (2006):

A leitura-trituração é o trabalho do analista que não se contenta em recolher o sentido óbvio de um texto, mas que, ao contrário, se empenha em desconstruí-lo, interrogá-lo, atravessá-lo com questões teórico-metodológicas que o desestabilizam, para fazer emergir aquilo que nele resiste ao dito e ao visível (Pêcheux, 2006, p. 25).

Nesse caso, a imagem não foi tomada como representação objetiva de um fato, mas como uma materialidade passível de reinscrição simbólica, operando como espaço de retorno e atualização da memória discursiva.

O discurso “*meu sofrimento com a barba pinicando meu rosto*” evidenciou a forma como o sujeito reinterpretou corporalmente essa experiência, relacionando-a com aquilo que reconhece como manifestações do autismo. Esse movimento apontou para a atualização de sentidos sobre o próprio corpo, que deixa de ser percebido apenas como fonte de incômodos isolados e passou a ser compreendido dentro de uma rede de significações que o sujeito associa ao diagnóstico. Nesse processo, o corpo tornou-se lugar de leitura e inscrição discursiva, sendo reinterpretado a partir de uma posição identitária marcada pela nomeação.

Como propõe Orlandi (2012), os sentidos do corpo não são naturais ou estáveis, mas atravessados por discursos que o significam historicamente. A autora afirma: “O corpo não é simplesmente biológico, ele é atravessado por sentidos. É um corpo significativo, corpo de linguagem, corpo discursivo, afetado pelo que se diz, pelo que se cala, pelo que se repete” (Orlandi, 2012, p. 54).

A SD seguinte: “*Coisas do transtorno sensorial tão presente no Autismo*” inscreveu o discurso da neurodiversidade no texto, deslocando a compreensão do comportamento infantil de um lugar de inadequação para um campo de diferença neurológica legitimada.

Para Pêcheux (1999), a memória não deve ser compreendida como um simples depósito de informações passadas, mas como o espaço simbólico em que os sentidos são constantemente reorganizados, podem se apagar, ressurgir, condensar-se ou se dispersar.

É nesse funcionamento que o discurso se constrói, uma vez que a memória constitui o campo em que se inscrevem os já-ditos, os esquecidos e os sentidos que reaparecem sob novas formas. Assim, ela estabelece uma rede discursiva que torna possível o que pode ser enunciado no presente, sempre em relação ao que já foi dito, ainda que de maneira deslocada:

A memória não é um reservatório de informações do passado, mas o lugar onde os sentidos se deslocam, se apagam, ressurgem, se condensam ou se dispersam. É através da memória que o discurso se produz, na medida em que ela constitui o espaço de inscrição dos já-ditos, dos esquecidos e dos reaparecidos. Ela funciona como uma rede que articula o que pode ser dito a partir do que já foi dito, ainda que de forma deslocada (Pêcheux, 1999, p. 61).

A FD dominante nesta SD pretendeu deslegitimar a queixa sensorial do autista como exagero e foi confrontada com a afirmação categórica do sujeito: “Não é frescura, não é exagero. É sensibilidade diferenciada. Simples assim.”

Como afirma Orlandi (2008), o sujeito se constitui na tensão entre os discursos que o antecedem e os sentidos que é capaz de produzir no presente:

O sujeito é constituído na e pela linguagem, ele é atravessado pela história e pela ideologia. O que ele diz não é só dele, mas resultado do cruzamento de discursos, de posições ideológicas e de memórias que se encontram em sua fala. Assim, o que ele pode dizer depende do que já foi dito e do que, naquele momento, pode ser dito (Orlandi, 2008, p. 37).

A relação afetiva com o pai permaneceu presente no dizer “*eu amava o colo do meu pai*”, mas foi cruzada por uma leitura atualizada da cena, revelando a coexistência de sentidos contraditórios entre carinho e dor, afeto e sofrimento sensorial, nos evidenciou uma natureza heterogênea e contraditória do sujeito, que, segundo Pêcheux (2006), é sempre atravessado por discursos diversos, produzindo sentidos a partir de posições historicamente constituídas:

O sujeito é efeito de um processo, não sua origem. Ele se constitui na ideologia e na linguagem, não como instância primeira, mas como posição ocupada em um espaço discursivo. Assim, o sujeito fala a partir de lugares que o determinam e que não domina completamente. Ele é atravessado por sentidos que circulam historicamente, sendo ao mesmo tempo produto e produtor de discurso (Pêcheux, 2006, p. 67).

Houve neste *post* um deslocamento do sujeito nostálgico para um sujeito que explica um sofrimento específico, ancorado em um diagnóstico “*Coisas do transtorno sensorial tão presente no autismo*”. O Sujeito 1 se posiciona como alguém que vive com autismo e que tem uma experiência sensorial particular. Como aponta Orlandi (1999, p. 15), “o sujeito do discurso é sempre um sujeito interpelado, assujeitado à ordem do

simbólico”. Aqui, o sujeito se assujeitou ao discurso médico/psicológico do autismo para dar sentido à sua experiência passada.

Ao rememorar a infância por meio da fotografia com o pai, o Sujeito 1 elaborou uma formação imaginária que entrelaça afeto e dor, configurando uma cena de identidade marcada por sentidos ambíguos e contraditórios. Nessa imagem, a memória não se apresenta como reconstituição neutra do passado, mas como atualização de sentidos produzidos a partir do presente, evidenciando o funcionamento da memória discursiva (Orlandi, 2012). A autora afirma que: “A memória discursiva é o lugar do já-dito que retorna, se atualiza, se transforma. É por ela que o passado participa do presente, dando-lhe espessura, complexidade, movimento (Orlandi, 2012, p. 43).

Assim, o sujeito, ao olhar para o próprio passado a partir de sua posição atual, atravessada pelo diagnóstico de autismo e pela reconfiguração de sua identidade, reinscreve os gestos, os afetos e os silêncios daquela cena, atribuindo-lhes novos sentidos.

A fotografia, enquanto materialidade simbólica, funciona como um ponto de ancoragem dos sentidos que circulam entre o visível e o não dito. Por meio dela, o sujeito se constitui discursivamente, operando deslocamentos em relação às representações cristalizadas da infância e das relações familiares. Como nos lembra Pêcheux (1990):

O sujeito é um efeito do discurso; ele está sempre assujeitado a uma formação discursiva, ou seja, ao modo como, numa dada formação ideológica, certos sentidos são produzidos e não outros. (Pêcheux, 1990, p. 64).

Desse modo, a formação imaginária (FI) construída nessa cena não é apenas uma projeção afetiva, mas um gesto de inscrição subjetiva em um espaço discursivo que articula o vivido, o lembrado e o interpretado sob a ordem da linguagem. A imagem do colo paterno tradicionalmente associada à segurança e ao carinho foi confrontada pelo desconforto físico provocado pela barba, que, após o diagnóstico de TEA, é reinterpretado como efeito do transtorno sensorial. Essa constituição de si, entre o amor e a irritação sensorial, revelou que a identidade não se sustenta em uma essência, mas é atravessada por múltiplos dizeres que se reatualizam a partir de novas posições de sujeito.

Como indica Orlandi (2008), as formações imaginárias correspondem às representações que o sujeito constrói de si e do outro na linguagem, sempre marcadas pela ideologia e pela incompletude. Nesse sentido, a imagem da infância não apenas remeteu a um tempo vivido, mas funcionou como lugar de disputa simbólica em que a

sujeito reinscreveu sentidos sobre sua própria constituição, agora como autista, produzindo deslocamentos que romperam com os discursos normativos da infância “normal”.

Em concordância, Pêcheux (1988) e Orlandi (2001), afirmam que essas formações imaginárias funcionaram como dispositivos discursivos que sustentaram e reforçaram determinados sentidos sociais. Eles criaram uma “realidade” social que influenciou a percepção pública sobre o autismo, muitas vezes reforçando estereótipos que dificultam a compreensão empática e a inclusão, como demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 10. Formações Imaginárias em torno de ‘frescura’ e ‘exagero’.

Formações Imaginárias	Descrição / Funcionamento	Frescura e Exagero Para Quem?	Imagem de um Autista	Imagem de um Não Autista
“Frescura e exagero”	Representou uma visão de que a preocupação ou a atenção aos detalhes do autismo é uma resposta exagerada, uma “frescura” social. Essa formação reforçou a ideia de que a atenção ao autismo é desproporcional ou desnecessária.	Para quem privilegia uma visão superficial ou desinteressada, que busca minimizar ou banalizar as diferenças.	Estereótipo de alguém que não sofreu (“frescura”) ou que reagiu exageradamente, reforçando uma imagem de alguém que não compreendeu o autismo.	A imagem de alguém que foi visto como exagerado ou sensível demais, reforçando uma visão de que o autismo é uma questão de exagero, não de realidade.
“Para quem?”	Funcionou como um reforço de que essa visão é destinada aos que não queriam entender a complexidade do autismo, promovendo uma espécie de resistência social.	Pessoas que desconsideraram as dificuldades reais ou que queriam minimizar o impacto do autismo.	Uma pessoa que foi vista como sensível demais, que reagia a detalhes que outros não perceberiam.	Uma pessoa que não levou a sério as dificuldades dos autistas, minimizando suas experiências.
“Qual a imagem do autista?”	A partir do discurso, o autista pôde ser imaginado como alguém que sofreu por algo que é visto como “exagero” ou “frescura”, uma pessoa que, na visão social, não deveria se preocupar tanto.	Uma pessoa que “finge” ou que sofreu de uma “frescura” social, desproporcional à realidade.	Uma pessoa que pôde parecer sensível demais ou que é vista como alguém que “exagerava” suas dificuldades.	Uma pessoa que foi percebida como alguém que está “fazendo drama” ou que não merecia tanta atenção.
“Qual a imagem do	Geralmente, quem não é autista é visto como alguém que não	Pessoas que se afastavam ou que não se envolviam	Uma pessoa que ignorava ou minimizava as	Uma pessoa que não reconheceu a complexidade do

Formações Imaginárias	Descrição / Funcionamento	Frescura e Exagero Para Quem?	Imagem de um Autista	Imagem de um Não Autista
não autista?"	se preocupa ou que não entende a complexidade do outro. Pode ser percebido como insensível ou indiferente às diferenças.	com as questões do autismo, reforçando a distinção entre “normal” e “diferente”.	dificuldades alheias, que não se colocava no lugar do outro.	autismo, reforçando a ideia de que tudo é uma questão de exagero ou de frescura.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O quadro apresentou os efeitos das formações imaginárias construídas em torno das expressões ‘frescura’ e ‘exagero’ no contexto do discurso sobre o autismo. Essas formações reforçaram estereótipos sociais que minimizaram ou desacreditaram as experiências sensoriais e emocionais do sujeito autista. A expressão “frescura e exagero” apareceu como um efeito de sentido que desqualificou a sua vivência autista, especialmente aos olhos de não autistas que não reconheceram a legitimidade dessas experiências.

As formações imaginárias revelam um contraste: enquanto o autista é representado como sensível ou “exagerado” (sob a ótica social), o não autista é figurado como alguém insensível, indiferente ou desinteressado. A pergunta “para quem?” evidenciou a existência de um destinatário implícito, aquele que recusou compreender a complexidade do autismo. Dessa forma, o discurso produziu uma divisão simbólica entre quem sentia demais e quem não sentia o suficiente, refletindo a tensão entre identidade e alteridade, própria da constituição do sujeito na linguagem, como destaca Pêcheux (1988):

O sujeito se constitui na relação com o outro, sendo atravessado por discursos que não são seus no sentido da origem, mas que o posicionam. Não há identidade sem alteridade, pois é na relação com os sentidos que circulam socialmente — e que vêm do outro — que o sujeito se inscreve, se reconhece ou se desestabiliza (Pêcheux, 1988, p. 69).

Dessa forma, o *post* analisado não apenas revela uma cena familiar reinterpretada, mas inscreve, no espaço público da rede social, um discurso de afirmação do autismo como diferença e não como déficit. A fotografia, longe de ser um registro passivo da infância, foi transformada em dispositivo de subjetivação, que possibilitou ao sujeito

reinscrever sua história em uma nova narrativa de si, sustentada na linguagem e na ideologia da inclusão.

Seguindo com as análises, no *post* ela descreveu o autismo como algo que atrapalha sua vida, que representa um fardo que carrega, em suas palavras:

Figura 26: Recorte de *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto - 09 de maio de 2023.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

O discurso se inscreveu em uma Formação Discursiva (FD) que buscava dar voz à experiência do autismo a partir da perspectiva de quem a vivência e procurou descrever o impacto do autismo na vida cotidiana, especialmente em relação à energia e à sensibilidade a estímulos ambientais.

Houve um esforço para tornar compreensível para o ‘outro’ a intensidade do cansaço e a imprevisibilidade dos estados “*Num dia eu estou lá fazendo e acontecendo, no outro estou acabada...*”. Essa FD visou a geração de empatia e compreensão sobre as particularidades da vida com autismo, o que, segundo Pêcheux (2014, p. 147), a FD determina “[...] o que pode e deve ser dito”. Nesse contexto, o que ‘deve ser dito’ é a realidade do impacto energético e sensorial do autismo, muitas vezes invisível para quem não a vivência.

Contudo, o Sujeito 1 seguiu em seus discursos apresentando as várias formações discursivas (FD) nas quais ela transitou, o que para Pêcheux (2014), essas formações discursivas estão relacionadas com as formações ideológicas que determinam “[...] o que pode e o que deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”

(Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26), em outras palavras, que dizem respeito à realização material das ideologias na linguagem.

Dessa forma, seguimos para o próximo post, no qual ocorre o deslocamento da formação imaginária centrada na deficiência para a inscrição em um discurso de multihabilidades.

Figura 27: Recorte de *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto - 23 de maio de 2023.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

A postagem do Sujeito 1, no *Instagram*, apresentou uma construção discursiva complexa sobre sua identidade e sua relação com o público. Através das linguagens visual e textual, a enunciadora busca se definir e estabelecer um espaço de interação.

O Sujeito 1 se inscreveu em uma formação discursiva que valoriza a autenticidade, a multipotencialidade e a abertura à diversidade, incluindo a neurodiversidade (explicitada pela menção ao autismo). Observa-se também elementos de uma FD relacionada ao empoderamento feminino e à valorização de múltiplas identidades e papéis sociais (professora, escritora, mãe etc.). A recusa em se limitar a um único perfil “*Por muito tempo não cuidei do meu Instagram porque achava que não podia falar num só perfil sobre todas essas questões...*” apontou uma FD que questionou a necessidade de identidades estanques e celebrou a multiplicidade do ser.

O discurso mobilizou diversos interdiscursos. A pergunta “Quem sou eu?” remete a uma busca identitária filosófica e psicológica recorrente. A menção ao autismo aciona um interdiscurso científico e social sobre a neurodiversidade, que o Sujeito 1 buscou

integrar à sua identidade multifacetada. A referência a ser “mãe do modelo” evocou um interdiscurso familiar e de apoio na própria linguagem utilizada, com exclamações e a oferta de um abraço, estes conceitos identificados remeteu ao analista a identificar um interdiscurso de acolhimento e proximidade nas redes sociais.

Essa multiplicidade de posições-sujeito evidencia um processo discursivo de afirmação identitária complexa, no qual diferentes formações imaginárias são mobilizadas para produzir uma imagem de si que escapa à linearidade e ao enquadramento normativo. Ao se autodefinir como “multipotencial”, o Sujeito 1 desloca a lógica da deficiência para a da potência, inscrevendo-se em um espaço discursivo de resistência e visibilidade.

A reformulação do perfil na rede social não representa apenas uma alteração estética ou de conteúdo, mas a materialização de uma nova posição discursiva, que assume a produção de sentidos como um exercício de autoria e de subjetivação. Por meio dessas movimentações, observa-se o funcionamento de múltiplas formações imaginárias, que projetam imagens do sujeito em relação a diferentes papéis sociais e discursivos.

Abaixo, apresenta-se um quadro para melhor compreender as funções imaginárias identificadas, segundo os preceitos de Pêcheux (2019), pois, para a Análise de Discurso, a função imaginária refere-se à construção simbólica que o sujeito faz de si mesmo e dos outros no momento da enunciação. Michel Pêcheux (1975) desenvolveu esse conceito para pensar o modo como se formam as posições subjetivas dentro de um discurso ideológico:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações) (Pêcheux, 2019, p. 39, grifo do autor).

Embora a linguagem discursiva constitua o sujeito, é por meio dessa função imaginária que ele organiza uma imagem de si no campo social e discursivo, antecipando-se à materialidade de sua percepção real. É nessa imagem que o sujeito se situou, se reconheceu e agiu.

Formação Imaginária	Descrição
Imagem do Lugar A (A)	“Quem sou eu para ele falar assim?” o sujeito, enquanto professora, escritora e palestrante, possui um reconhecimento cujo peso influencia sua percepção. A interrogação sugere uma reflexão sobre sua autoridade e legitimidade no discurso, considerando sua identidade como autista e os desafios que isso pode acarretar na percepção do outro. O lugar A é de alguém que se sente desafiado a afirmar sua voz em um cenário de reconhecimento.
Imagem do Lugar B (B)	“Quem sou eu para que ele me fale assim?” Aqui, o ‘ele’ pode referir-se aos interlocutores (seguidores do sujeito, por exemplo). Essa frase pode expressar uma insegurança ou desconexão em relação à imagem que o público tem dela. Como alguém que se apresenta múltipla e deseja compartilhar saberes, existe uma expectativa sobre a aceitação de sua voz na comunidade, questionando a autoridade dos outros para invocar juízos sobre ela.
Imagem do Lugar A e Sujeito em B	“Quem é ele para que me fale assim?” Nesta configuração, o sujeito se colocou em um lugar de questionamento da autoridade de quem se dirige a ela. A ‘voz do outro’ pode ser interpretada como uma minoração de sua experiência pessoal. Neste caso, houve um movimento que desafiou a hierarquia nas relações, evidenciando uma luta por reconhecimento e respeito por sua multidimensionalidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Pode-se observar como as posições dos sujeitos não são lineares, mas sim construídas em um jogo de interações contínuas. O Sujeito 1, ao se descrever como “multi”, fitou os diversos aspectos de sua identidade e buscou a valorização de todas as suas facetas. O questionamento que permeou cada uma dessas imagens sugeriu um espaço reflexivo sobre a familiaridade e a estranheza que envolvem as narrativas de identidade e a recepção do outro.

O discurso revelou o ato de se abrir ao mundo e de construir conexões, ao mesmo tempo em que sublinhou as vulnerabilidades que vieram acompanhadas de tais interações. Assim, seu convite para *“chegar-se e receber um abraço”* foi um apelo à aceitação e ao encontro humano que transcendeu as barreiras impostas pelas categorizações sociais.

Continuando com as postagens, analisa-se a existência, dentro da Formação Discursiva autista, da referência de analogia entre anjos azuis *versus* autistas e analisando sua linha do tempo, apareceu esta referência.

Figura 28: Recorte de *post* do *Instagram* de Mikaela Roberto - 02 de abril de 2023.



mikaela.roberto Não, não sou um anjo, tampouco azul. Sou autista, sou mulher, nem normal, nem diferente, apenas neurodivergente... E tudo o que eu quero é que me respeitem!

2/4 - Dia Mundial de Conscientização do Autismo

[#autismo](#)

2 de abril de 2023 • [Ver tradução](#)

Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

Este post revelou uma comemoração instituída para a conscientização sobre o autismo e para fomentar a inclusão social. No entanto, o sujeito o ressignifica em suas próprias palavras: *“não sou anjo, tampouco azul. Sou autista, sou mulher, nem normal, nem diferente, apenas neurodivergente...”*. Tal enunciado evidencia o confronto com o imaginário social acerca do que é “ser autista” e mobiliza formações imaginárias que, conforme Pêcheux (2019), definem o lugar que os sujeitos A e B se atribuem a si e ao outro, construindo a imagem do próprio espaço e do espaço do outro, não como sujeitos físicos, mas como sujeitos inscritos na sociedade.

O anjo, figura escolhida pelo senso comum, atribui a pessoa características infantilizadas, inocentes, assexuadas, com necessidade de amparo total. É uma construção metafórica e hegemônica, o que nos leva a pensar no que Gadet e Pêcheux (2010) sustentam que a metáfora não é localizável, não por não existir, mas, por estar distribuída por toda a língua.

Gadet e Pêcheux (2010), chama de efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual havendo um deslizamento do sentido e este não-dito é entendido pelos sujeitos. E sujeito e metáfora caminham juntos e possuem uma fronteira tênue no entrelaçamento da língua, pensamento e metáfora em um acontecimento discursivo.

No recorte: “Não sou um anjo, tampouco azul. Sou autista, sou mulher...” apresentou a dicotomia incutida no imaginário popular, desumanizando os autistas, ao mesmo tempo realizando uma campanha para aclamar à população o respeito a outro ser humano, reafirmando que em análise de discurso a metáfora não funciona como

comparação ou substituição, mas sim, como transferência que se produz num processo entre deslizamentos de sentidos:

Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural) (Orlandi, 2007, p. 80).

Segundo Haroche; Henry; Pêcheux (2007, p. 26) uma FD “[...] determina o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social específico. Os sentidos de “ser diferente” e “ser divergente” não são inerentes a essas palavras, mas emergem das FD em que são mobilizadas.

“Ser diferente” esta formulação se inscreveu em uma FD que opera sob a lógica da comparação e da norma, implicou um ponto de referência considerado padrão ou comum, a partir do qual algo ou alguém se distingue. Os sentidos possíveis podem variar amplamente, dentre eles podemos citar:

Em um contexto de diversidade, “ser diferente” pode ser valorizado como singularidade, riqueza cultural ou individualidade, já em um contexto de normatização e hierarquização, “ser diferente” pode ser associado à falta, à anormalidade, à marginalização ou à inferioridade. A diferença, nesse caso, foi marcada por um desvio em relação a um modelo considerado ideal. Do ponto de vista da identidade, “ser diferente” pode ser um elemento central na construção de um ‘eu’ em oposição a um ‘outro’, demarcando fronteiras e pertencimentos.

A formulação “Ser divergente”, se inscreveu em FDs que enfatizaram o movimento, a direção e o ponto de partida. ‘Divergir’ implicou um afastamento de um ponto comum, de uma trajetória esperada ou de uma opinião majoritária. Os sentidos possíveis incluíram:

- No âmbito do pensamento e da criatividade, “ser divergente” pode ser visto como originalidade, inovação, capacidade de pensar “fora da caixa”.
- No campo das opiniões e ideologias, “ser divergente” pode significar discordância, oposição, resistência a um pensamento hegemônico.

- Em relação ao desenvolvimento e ao comportamento, “ser divergente” pode descrever um padrão atípico, um caminho não linear ou uma forma de expressão que se distancia das normas estabelecidas.

Para o Sujeito 1, o que refletiu sobre essas formulações, os sentidos de “ser diferente” e “ser divergente” estiveram inevitavelmente ligados à sua própria posição discursiva e às Formações Imaginárias que o atravessaram, o que, segundo Orlandi (2001, p. 15), implica afirmar que “[...] o sujeito do discurso é sempre um sujeito interpelado, assujeitado à ordem do simbólico”.

Para o Sujeito 1, a maneira como ‘ela’ compreende “ser diferente” e “ser divergente” foi moldada por sua história, suas experiências, suas identificações e os discursos que a constituem. Se ‘ela’ se percebeu como alguém que se distancia de uma norma estabelecida, “ser diferente” pode carregar consigo tanto o peso da exclusão quanto a potência da singularidade. Da mesma forma, “ser divergente” pode ser vivenciado como uma dificuldade de se encaixar ou como uma marca de sua individualidade e capacidade de pensar de modo original.

Para os outros, a atribuição de sentidos a “ser diferente” e “ser divergente” dependerá de suas próprias FD e das relações de poder em jogo. Se os outros operaram dentro de uma FD fortemente normativa, a diferença e a divergência poderão ser vistas como ameaças à ordem estabelecida, gerando estigma ou exclusão. Por outro lado, em FD que valorizam a pluralidade e a inovação, a diferença e a divergência poderão ser percebidas como enriquecedoras e necessárias.

As Formações Imaginárias que os outros construíram sobre ela também serão determinantes na atribuição de sentidos, se ela foi imaginada como desviante ou como criativa, a interpretação de sua diferença e divergência será radicalmente distinta.

É fundamental considerar o interdiscurso, a presença de outros discursos na formulação e na interpretação de “ser diferente” e “ser divergente”. A memória discursiva, o conjunto de discursos já ditos que ressoam no presente, influencia a maneira como esses termos são compreendidos. Por exemplo, a história dos movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento das diferenças (étnicas, sexuais, etc.) inscreve um sentido de valorização da diferença na memória discursiva. Ao mesmo tempo, discursos ceticistas sobre certas formas de divergência comportamental também estão presentes nessa memória. Neste contexto, segundo Pêcheux (2015):

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 2015, p. 50).

Assim, as formulações “ser diferente” e “ser divergente”, na perspectiva da AD francesa revelam que seus sentidos são contextualmente dependentes das Formações Discursivas em que são mobilizadas. Para ‘ela’ e para ‘os outros’, a compreensão desses termos é mediada por suas posições discursivas, pelas Formações Imaginárias construídas e pela memória discursiva que atravessa o enunciado. A reflexão sobre esses termos convida a desnaturalizar categorias e a examinar as relações de poder que subjazem à atribuição de sentidos à diferença e à divergência.

Quadro 12. As Formações Imaginárias em “ser diferente” e “ser divergente”.

Conceito	Sentidos possíveis para a pessoa que se declara	Sentidos possíveis para os outros	Fundamentação teórica (Pêcheux (2019) e Orlandi (2015))
Ser diferente	Para o sujeito, ser diferente é uma condição de singularidade, de não conformidade com o padrão social ou normativo. No texto, a pessoa afirma que não é “um anjo” nem “um azul”, indicando que ela reconhece sua singularidade de forma positiva, sem se reduzir a uma categoria fixa. Segundo Orlandi (2015), esse reconhecimento pode ser uma forma de resistência às formações imaginárias que reduzem as identidades a estereótipos.	Para os outros, ser diferente pode significar uma ameaça às normas sociais ou uma condição de exclusão. Pode também ser visto como uma oportunidade de inclusão, dependendo do contexto discursivo. A sociedade tende a categorizar o diferente como estranho, estranho, ou como alguém que precisa ser compreendido ou integrado.	Pêcheux aponta que o discurso constrói sentidos de identidade por meio de processos de diferenciação, muitas vezes baseados em ideologias que reforçam a normatividade social. Orlandi reforça que as formações imaginárias criam imagens de “normal” e “anormal” que influenciam a percepção social do diferente.
Ser divergente	Para o sujeito, ser divergente implica uma postura de resistência às normas, uma afirmação de autonomia e de uma identidade que desafia os padrões estabelecidos. No texto, há uma recusa de rotular-se de maneira	Para os outros, divergente pode ser interpretado como alguém que desafia as convenções, que não se encaixa, podendo ser visto como alguém que questiona o status quo ou	Pêcheux (2019) destaca que o discurso de divergência muitas vezes desafia a ideologia dominante, funcionando como uma forma de resistência. Orlandi (2015) aponta que a divergência é uma construção social que pode

Conceito	Sentidos possíveis para a pessoa que se declara	Sentidos possíveis para os outros	Fundamentação teórica (Pêcheux (2019) e Orlandi (2015))
	simplificada (“não sou um anjo, tampouco azul”), indicando uma posição de divergência que valoriza a singularidade.	que é considerado uma ameaça à ordem social.	gerar medo, rejeição ou admiração, dependendo do contexto social e ideológico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Segundo Pêcheux (1988), o sentido de ser diferente ou divergente é construído discursivamente, influenciado por ideologias que reforçam a normatividade social. Orlandi (2015) acrescenta que essas formações imaginárias moldam as percepções sociais, criando representações de normalidade e alteridade que sustentam o preconceito ou a admiração.

A seguir ilustra-se as formações imaginárias em relação a um sujeito que se identifica como autista e neurodivergente. O Quadro 13 detalha as diferentes perspectivas e interações entre os sujeitos A e B, conforme conceitos de Pêcheux (2019).

Quadro 13. As Formações Imaginárias. Posições sujeito A e B.

Localização	Imagem do Lugar	Interrogativa (Quem é ele/ela para que me fale assim?)	Sujeito (Quem Sou Eu?)
A	Imagem de A para o sujeito em A: Uma mulher autista que demanda respeito	“Quem sou eu para que esperem que eu me enquadre em estereótipos ou rótulos?”	“Não sou um anjo, sou uma mulher autista.”
B	Imagem de B para o sujeito em B: Outra pessoa neurodivergente buscando aceitação	“Quem sou eu para que ela me considere uma aliada na luta por respeito?”	“Sou uma pessoa neurodivergente, buscando ser respeitada.”
A → B	Imagem de A para o sujeito colocado em B: Uma figura que desafia estereótipos sobre autismo	“Quem é ela para que eu entenda que posso ser diferente e ainda assim ser eu mesma?”	“Vejo uma mulher autista que se recusa a se conformar com as expectativas.”
B → A	Imagem de B para o sujeito colocado em A: Identificação e empatia diante da luta pelo respeito	“Quem é ela para que suas palavras ressoem e inspirem uma mudança de percepção?”	“Ela representa uma voz que quer ser ouvida em suas experiências.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Aqui analisa-se como as identidades foram formadas e contestadas em um espaço social, ressaltando a busca por respeito e aceitação por trás da neurodiversidade, na interação A (sujeito em A). A mulher autista se definiu pontualmente, não conforme a expectativas sociais (não é “um anjo, tampouco azul”), mas como alguém que buscou reconhecimento e respeito por sua identidade, além de questionar as visões estereotipadas que cercam a neurodiversidade.

Já na interação B (sujeito em B), o Sujeito 1, que se identificou como neurodivergente, buscou um espaço seguro para que possa se expressar e ser respeitada, também reflete sobre a importância da empatia e da construção de relacionamentos positivos.

Como referiu Pêcheux (2019), nas interações entre A e B, o diálogo entre esses sujeitos foi crucial para a compreensão mútua. O primeiro sujeito desafiando estereótipos inspirou o segundo a buscar um espaço de respeito em seu próprio contexto e a relação foi de solidariedade e empoderamento. Neste espaço de cooperação, questionou-se a percepção social do autismo e da neurodiversidade pelo outro em uma sociedade que está em mudança.

A partir da reformulação do conceito de discurso, feita por Pêcheux (2019), em 1969 e, ao incluir o conceito de Formações Imaginárias, a perspectiva de Pêcheux (2019) se distancia da noção de transmissão de uma mensagem com conteúdo informativo. Para ele, o discurso emerge como um efeito de sentidos na relação entre o “destinador” e o “destinatário” (pontos A e B). Sob a ótica de Pêcheux, temos:

Fica bem claro, já de início, que os elementos *A* e *B* designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta, pois, dele que *A* e *B* designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 2019, p. 39, grifo do autor).

Seguindo para a próxima SD, observa-se que o Sujeito 1 apresentou seu processo de construção de identidade como sujeito autista. Pode-se identificar quando referiu: “*Finalmente estou concluindo a escrita do meu primeiro livro sobre a linguagem no espectro autista:*” Estou radiante em poder abordar esse tema tão significativo para mim e para a comunidade autista, até porque penso ser extremamente relevante que os autistas tenham voz no meio científico e educacional, quando o assunto é Autismo”.

Figura 29. Recorte de post do Instagram de Mikaela Roberto – 31 de maio de 2023.



Fonte: @mikaela.roberto, capturada pela autora, 2025.

Observa-se na SD: “*Finalmente estou concluindo*” marca um momento de instauração subjetiva: o sujeito constrói-se como autor no campo discursivo ao concluir uma produção intelectual. Esse gesto revela um movimento de resistência simbólica, ao se posicionar intencionalmente dentro de um meio (científico e educacional) que historicamente excluiu a voz autista.

Pêcheux (1983) destaca que o sujeito é sempre “[...] posicionado por formações discursivas ideologicamente orientadas”, e o ato de falar não é neutralidade, mas resultado de uma interdição cultural e simbólica. Ele define o sujeito como: “[...] descentrado, não quantificável, definido como posição na linguagem e submetido a ela, ocupando um lugar de anterioridade em que seu dizer engata em dizeres anteriores, marcado por um processo sócio-histórico” (Pêcheux, 1988, p. 24).

Corroborando com as ideias de Pêcheux (1988), Orlandi (1983, p. 26) “[...] o sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte

exclusiva de seu discurso, quando, na realidade, retoma um sentido preexistente”. Além de ter se deslocado para uma nova Formação Discursiva, o Sujeito 1 iniciou uma nova formação ideológica, a classe dos autistas. Segundo Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formação ideológica são atitudes e representações que se inserem a posições de classe e que determinam o que pode ou dever ser dito.

Como professora e escritora, o Sujeito 1 mostrou que precisava dar voz a este novo sujeito que emergiu diante de seu diagnóstico, em suas palavras *“através das minhas palavras, espero mais entendimento, aceitação e inclusão para todas as pessoas no espectro, mas, mais que isso, contribuir para a prática pedagógica inclusiva no que diz respeito às questões de linguagem e comunicação social no TEA”* e, ao se apresentar como “professora e escritora”, o Sujeito 1 posicionou-se em formações discursivas específicas: a do saber acadêmico e da escrita. Essa dupla filiação permite-lhe mobilizar interdiscursos entre o científico, o educacional e o ativista que, combinados, legitimaram sua voz como voz de autoridade e que ‘dá voz’ ao sujeito autista. Há um claro movimento de deslocamento: da condição de silêncio para a condição de fala legítima.

Para Pêcheux (2019), o sujeito não é originário, mas resultado das formações discursivas que o constituem. Ao assumir títulos simbólicos (“professora”, “escritora”) e falar em nome de uma comunidade, o Sujeito 1 reenquadrou seu lugar no discurso, operando um processo de subjetivação em que se constituiu como sujeito de autoria e de uma posição política.

Já Orlandi (1983) definiu a Formação Imaginária como a imagem projetada de si que mobiliza o sujeito dentro do campo discursivo e, neste *post*, o Sujeito 1 estabeleceu uma imagem de agente transformador, cuja produção discursiva deve inaugurar espaços de aceitação e inclusão no TEA, projetando um “eu eficaz” capaz de impactar práticas pedagógicas e discursos sociais. A expressão “dar voz a este novo sujeito que emergiu diante de seu diagnóstico” sugere uma trajetória de emergência identitária: alguém que antes era silenciado e que, agora, a partir do diagnóstico, passa a existir discursivamente. Isso ativa uma memória discursiva um ‘já-dito’ autoritário sobre o autismo, que é tensionado por uma nova narrativa, cujos efeitos de sentido transformam invisibilidade em protagonismo, não esquecendo que a memória discursiva, que, para Orlandi (2015), é um componente fundamental da constituição do sujeito e das formações discursivas em que ele se insere. Ela vincula-se à repetição e ao resgate contínuo dos sentidos que foram previamente articulados no tecido histórico-ideológico dos discursos:

A memória discursiva não é ligada à lembrança individual, mas tem ordem social e ideológica. Ela diz respeito ao que pode e ao que não pode ser dito dentro de uma formação discursiva, e é constituída através da repetibilidade dos discursos, mas sempre com possibilidades de deslocamento dos sentidos (Orlandi, 2006, p. 51-52).

Nesta SD: *“através das minhas palavras, espero mais entendimento, aceitação e inclusão para todas as pessoas no espectro”*, o Sujeito 1 explicitou um movimento de pertencimento a um grupo específico, reforçado no recorte *“todas as pessoas no espectro”*, referente ao Transtorno do Espectro Autista. Além disso, o uso do pronome possessivo *“minhas palavras”* demarca um lugar de fala, evidenciando uma voz que se posiciona em nome e a favor dessa coletividade.

Nesse sentido, o discurso se configura como uma tentativa de construção de identidade e de uma demanda por reconhecimento, quando expressou a esperança por entendimento, aceitação e inclusão, o Sujeito 1 revela uma percepção de que essas condições não são plenamente garantidas para as pessoas no espectro, chegando, portanto, a carregar consigo uma carga de resistência a um estado de exclusão ou incompreensão.

O discurso nos mostra um desejo de que as palavras produzem efeitos concretos no mundo social, tanto no plano da representação sobre entendimento e aceitação, quanto no plano da ação como *“inclusão”*, *“prática pedagógica inclusiva”*, já, quando falou, mas, mais que isso, contribuindo para a prática pedagógica inclusiva no que diz respeito às questões de linguagem e comunicação social no TEA, observa-se ainda a opacidade da língua, que embora o objetivo pareça claro, contribuir para uma prática pedagógica inclusiva, os termos utilizados carregam uma pluralidade de sentidos que não são totalmente controláveis pelo sujeito.

Essa característica da linguagem, que demonstra que o sentido não é unívoco nem transparente, mas sim passível de múltiplas interpretações, é central na perspectiva da Análise de Discurso. Orlandi (2001), analisando a argumentação de Pêcheux (2006), afirma:

O sentido não está preso às palavras nem dado de uma vez por todas. Ele se constitui na relação entre diferentes formações discursivas, atravessadas por condições de produção e pela memória. Desse modo, o que se diz só pode significar em relação ao que já foi dito e ao que poderá vir a ser dito, pois os sentidos se deslocam, se condensam e se transformam no processo discursivo. (Orlandi, 2001, p. 42).

O conceito de *“prática pedagógica inclusiva”* inscreve-se em uma cadeia discursiva marcada pela polissemia constitutiva da linguagem, característica que permite

que um mesmo termo seja atravessado por diferentes sentidos, a depender das condições de produção e das formações ideológicas nas quais os sujeitos estão inseridos. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa expressão não remete a um conteúdo fixo ou transparente, mas é atravessada por disputas de sentido que envolvem educadores, familiares, sujeitos autistas e instituições.

A linguagem, em sua materialidade opaca, não garantiu um significado único e estável. Ao contrário, sua heterogeneidade possibilitou que termos como “inclusão” ou “prática pedagógica” fossem investidos de sentidos distintos, muitas vezes contraditórios, que refletissem os lugares de onde falam os diferentes sujeitos. Como afirma Orlandi (2001): “A linguagem não é um instrumento neutro de comunicação, mas lugar de sentidos em conflito, onde o que é dito carrega marcas de posições ideológicas” (Orlandi, 2001, p. 23).

A compreensão de que os sentidos são produzidos historicamente a partir das formações discursivas também é sustentada por Michel Pêcheux (1990, p. 65), que afirma: “Não se trata de ver o discurso como transparência, mas como opacidade; o sentido não está dado, ele se constrói na relação entre a formação discursiva e a posição do sujeito”.

Dessa forma, o que circula sob o rótulo de prática inclusiva no campo educacional está sujeito a deslizamentos de sentido, que vão desde adaptações curriculares até ações simbólicas de pertencimento, variando conforme os embates ideológicos em jogo. Ao compreender o discurso como atravessado pela história e pela ideologia, torna-se possível analisar como determinados dizeres sobre inclusão produzem efeitos de verdade, legitimam práticas e silenciam outras possibilidades de atuação no interior da escola.

Da mesma forma, as “questões de linguagem e comunicação social no TEA” são vastas e complexas. O espectro autista abrange uma ampla gama de perfis e necessidades comunicativas. Ao generalizar a referência a essas “questões”, o sujeito inevitavelmente aciona diferentes representações e entendimentos nos seus ouvintes. A língua, portanto, não é um veículo transparente de transmissão de um sentido único e predefinido.

Diante desta jornada de pertencer a algum lugar, o Sujeito 1 perpassa pelas formações discursivas de pessoas TEA quando diz: “Estou radiante em poder abordar esse tema tão significante para mim...penso ser extremamente relevante que autistas tenham voz no meio científico e educacional” e na formação discursiva como professora quando diz: *“Através das minhas palavras, espero trazer mais entendimento, aceitação*

e inclusão para todas as pessoas no espectro...”. A formação social, segundo Pêcheux (2011), comportou uma força motriz que se manifestou na formação ideológica.

A ideologia não existe de forma isolada; ela se concretiza no âmbito das relações sociais, especialmente através das pressões exercidas pelas condições de produção sobre os indivíduos dentro dessa formação social. Como a sociedade opera de maneiras diferentes em diversos setores, observou-se, na esfera midiática, a produção de discursos que apresentaram nuances distintas. Essas produções são resultado do funcionamento dos discursos.

Nesta conjuntura, Pêcheux (2011, p. 73) afirma: “Cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se referem mais ou menos diretamente a “posições de classe” em conflito umas com as outras”.

Do mesmo modo, as FD podem ser entendidas como “regiões do dizível”, que representam as possibilidades de expressão das “múltiplas formações discursivas” (Pêcheux, 2011, p. 20). Em outras palavras, são espaços nos quais o confronto de significados gera novos sentidos em um processo contínuo e interminável, Orlandi (1983).

O que o Sujeito 1 nos apresenta em seus *posts* foi a referência de sentir “estranho” ou “diferente” o que nos remete ao conceito de alteridade, que explora como um indivíduo se vê em relação ao outro e ao contexto social. A busca por reconhecimento e aceitação, expressa no desejo de ser amado “do jeito que sou”, revela uma dinâmica de pertencimento e a necessidade de ser aceito na sua própria identidade, sem as pressões para mudar.

6.1.2 Sujeito 2

Esta seção tem como foco a análise discursiva do Sujeito 2, identificado nesta pesquisa como Rita de Cássia Gregório de Andrade, aqui definida como Sujeito 2. Mulher adulta, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aos 42 anos de idade, é pós-doutora em Geografia e utilizou seu perfil público no *Instagram* como espaço de expressão pessoal, militância identitária e produção de sentidos sobre a experiência autista a partir de uma perspectiva interseccional.

Sua produção discursiva articulou marcadores identitários diversos, como gênero, região, maternidade e trajetória acadêmica, o que a inseriu em uma formação discursiva

que desafia representações hegemônicas sobre o sujeito autista. Em suas postagens, nota-se uma forte presença de elementos que evidenciam o gesto de resistência, de enunciação política e de reivindicação de reconhecimento enquanto mulher nordestina e autista, cujas falas se inscrevem no espaço digital como forma de disputa simbólica e de reposicionamento subjetivo.

A análise aqui proposta parte de recortes selecionados de sua produção no *Instagram*, considerando os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de orientação francesa, em diálogo com autores como Pêcheux (2019), Orlandi (2015) e Foucault, (1995) dentre outros.

Foram observadas as condições de produção, os efeitos de sentido, as marcas ideológicas e os deslocamentos que se inscrevem no discurso dessa participante, buscando compreender como a identidade autista é construída, significada e politizada nas redes sociais.



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

Tirei essa foto hoje e gostei do vi. Mas nem sempre (quase nunca) foi assim. Já sai muito de frente do espelho deprimida, por não gostar do que via. Como quase tudo começa na infância... naquele período eu não era elogiada, até ouvi ser a menina mais feia do bairro (Sujeito 2, 2023).

Para a AD Francesa, a identidade não é uma essência fixa, mas sim uma construção discursiva, sempre em movimento e marcada pela alteridade. Como diria Michel Pêcheux (2019), a identidade se constitui na relação com o ‘não-eu’, com o outro.

O sujeito se identifica a partir dos lugares que a língua lhe oferece, lugares esses já atravessados por discursos históricos e ideológicos.

A identificação primária Mulher, já carrega consigo uma história de discursos sobre o feminino, muitas vezes marcados por estereótipos e desigualdades de gênero. E vê-se como esse termo foi posicionado e quais os discursos que o atravessam.

Inicia-se com essa marca identitária, nordestina, que remeteu a um conjunto de representações sociais, culturais e até políticas. O Nordeste brasileiro é frequentemente alvo de discursos que o estigmatizam ou o idealizam. Orlandi (2001) lembra que o sentido de uma palavra não é unívoco, mas se constrói em uma rede de relações discursivas. Ser ‘nordestina’ evoca uma série de imagens e discursos que precisam ser considerados na análise.

A identificação autista, marca uma condição neurológica com suas próprias especificidades e que também comumente é associada a estereótipos e preconceitos. A AD ajuda a questionar como os discursos médico, midiático e social constroem a figura do ‘autista’ e como essa construção impacta a subjetividade e a identidade da pessoa.

A junção dessas três identificações em um único enunciado não é uma simples soma de categorias. Pelo contrário, ela cria uma configuração identitária, tensionando os discursos preexistentes sobre cada uma delas, identifica-se aqui como esses marcadores se interpelaram e produziram novos sentidos.

O sentimento de pertencimento está intrinsecamente ligado à forma como os sujeitos se inscrevem nos discursos e são reconhecidos por eles. Para Foucault (2012), o discurso não é apenas um conjunto de enunciados, mas uma prática social que produz sujeitos e objetos. O pertencimento se manifesta quando um sujeito se sente incluído em um determinado corpo discursivo, quando suas experiências e identidades encontram ressonância nos discursos circulantes,

Identifica-se, nos discursos do Sujeito 2, os silenciamentos que se dão tanto pela ausência de escuta social quanto pela impossibilidade de se dizer em determinadas formações discursivas, principalmente no que tange à feminilidade autista, à infância marcada pela não compreensão, à regionalidade estigmatizada e à multiplicidade identitária, como nos recortes: “*ouvia ser a menina mais feia do bairro*”, palavras que apresentam o silenciamento da diversidade de corpos e padrões estéticos, o não reconhecimento da subjetividade infantil fora dos padrões normativos. Na SD “*me percebia como defeituosa*” se percebe um silenciamento de exclusão, da neurodiversidade, seguindo com a SD “*Espero me cativar mais, com o amadurecimento,*

já que não pude, não sabia, fazer isto na pueril fase” também vê-se o silenciamento de vivências emocionais na infância, também um apagamento provocado pelas dificuldades autísticas não diagnosticadas durante o desenvolvimento, nas ausências de representação e nos mecanismos de exclusão que podem operar em relação a essa identidade.

A própria necessidade de explicitar essa junção de marcadores identitários pode indicar uma luta por reconhecimento e pertencimento em espaços discursivos que frequentemente fragmentam e categorizam de forma estanque.

Para Eni Orlandi (2007), a compreensão do silêncio pela sociedade evoluiu para um entendimento de que ele é fruto de um processo histórico. Essa gênese histórica do silêncio, por sua vez, impulsionou a formação de cultura, tradições e acordos sociais. Nessa perspectiva, os indivíduos não são os autores dessas construções socioculturais, mas sim são constituídos por essa própria história que precede e os molda.

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’ (Orlandi, 2007, p. 11-12).

A materialidade discursiva: “Mulher_nordestina_autista” em si pode ser lida como um ato de resistência discursiva. Ao explicitar essa articulação identitária, o Sujeito 2 se coloca em um lugar de visibilidade, desafiando as categorias estanques e as representações homogêneas. Essa formulação apresenta a visão que resistir aos estereótipos de gênero que não consideram a diversidade de experiências femininas, contestar os discursos estigmatizantes sobre o Nordeste, reivindicando uma identidade plural e complexa e lutar contra a patologização e a infantilização das pessoas autistas, afirmando sua autonomia e singularidade, como segue no quadro:

Quadro 14. Sujeito 2. Resistência aos estereótipos.

Eixo de Análise	Dizeres Identificados	Análise Discursiva
Resistência aos estereótipos de gênero	“Tirei essa foto e gostei do que vi. Mas nem sempre (quase nunca) foi assim.” “Eu não tinha muito auto cuidado...”	Rompeu com a norma de feminilidade idealizada (beleza, vaidade) e denunciou a ausência de reconhecimento feminino.

Estigma estético e corporal	“Já saí muito de frente do espelho deprimida...” “ouvia ser a menina mais feia do bairro.” “Unhas sempre comidas...”	O corpo é o lugar da rejeição social e de sofrimento subjetivo, resultado da internalização de discursos normativos.
Reivindicação da identidade nordestina	Presente no próprio nome do perfil: “mulher_nordestina_autista”	Marcou a origem regional como parte da constituição do sujeito, dando visibilidade a uma identidade marginalizada.
Afirmação da neurodivergência	“Hoje tento ter mais autocuidado, o que é menos difícil que uma positiva auto percepção.” “A história é longa, isso é só um fragmento.”	Reconhecimento do diagnóstico como elemento que estrutura a subjetividade sem reduzi-la à patologia.
Autoria e reposicionamento discursivo	“Espero me cativar mais, com o amadurecimento, já que não pude, não sabia, fazer isto na pueril fase dos primeiros anos.”	A fala indicou um gesto de autoria discursiva que reinscreve sentidos sobre o passado e sobre si mesma.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Esta análise nos mostra como essa e outras formulações semelhantes circularam, os efeitos de sentido que produzam e como contribuem para a construção de novas formas de subjetividade e para a emergência de discursos mais inclusivos e representativos.

Parafraseando Orlandi (1999, p. 8-9), entende-se que a formação dos sujeitos ocorre em dinâmicas nas quais as dimensões simbólicas e política se encontram, estabelecendo maneiras particulares de subjetivação, próprias da existência da sociedade ao longo da história. Desse modo, os sentidos não são óbvios, mas estão sujeitos às ambiguidades da linguagem (Orlandi, 1999). Diante disso, o Sujeito 2, em uma posição de marginalizado e segregado encontrou significado na escrita, rompeu o silêncio através da fala e instaurou formas de subjetivação que se desviaram da ordem dominante.

Isto direcionou a investigar os processos discursivos que a constituíram, as relações de poder que a atravessaram, os sentimentos de pertencimento (ou não) que implicaram e as formas de resistência que podem emergir dessas complexas articulações.

A partir das reflexões de Dias (2008, 2011) e Orlandi (2011) ressalta-se que o espaço da internet, mais do que ser simplesmente definido como ‘virtual’, ‘digital’ ou ‘eletrônico’, constituiu predominantemente um espaço simbólico. Nesse ambiente, os sujeitos têm a capacidade de significar(-se) a partir de novas posições discursivas, como descreve Dias (2008),

As redes sociais são ambientes virtuais nos quais sujeitos se relacionam instituindo uma forma de sociabilidade que está ligada à divulgação e à própria formulação do conhecimento. A sociabilidade nas redes sociais... não tem as mesmas condições de produção que a sociabilidade em espaços escolares ou universitários... pois o imaginário que rege essas relações é diferente daquele que rege as relações nas redes sociais. Nas redes, esse imaginário diz respeito a um modo de constituição do sujeito que passa pela formulação e circulação de um conhecimento do mundo, de um saber (Dias, 2008, p. 636-637).

Alguns aspectos merecem destaque. Primeiramente, novos modos de exercício da linguagem emergiram, possibilitando que o Sujeito 2 ultrapassasse os limites tradicionais da língua, e esse novo espaço permitiu que se manifestasse através de seu corpo por meio da escrita e se inserisse em novos processos de construção identitária (Dias, 2008). Em segundo lugar, paralelamente, surgiram novos mecanismos ideológicos de individuação, articulados pelo Estado por meio de suas instituições e discursos, aos quais os sujeitos podem resistir, exercendo assim práticas de contestação (Orlandi, 2001).

Dessa forma, é pertinente observar as mídias sociais enquanto um espaço de resistência o que traz distintas implicações para os movimentos sociais em rede. De acordo com Orlandi (2012a), a resistência do sujeito ocorre na articulação entre os mecanismos de interpelação/individuação e individuação/identificação.

Essa resistência manifesta-se por meio de um gesto de linguagem com o qual o Sujeito 1 se inscreve nas zonas instáveis das formações discursivas, nos pontos em que uma narrativa é cruzada por outra.

Esse movimento rompe com as evidências impostas ao sujeito enquanto indivíduo. Ao posicionar-se no discurso, o sujeito recusa o lugar social que lhe é designado, subverte os processos de individuação promovidos pelo Estado e se desloca em relação ao modo como é interpelado ideologicamente. Sob essa perspectiva, a resistência assume implicações fundamentais para a análise discursiva dos movimentos sociais no contexto digital, como define a autora:

[...] em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção dos sentidos (Orlandi, 2002, p. 72).

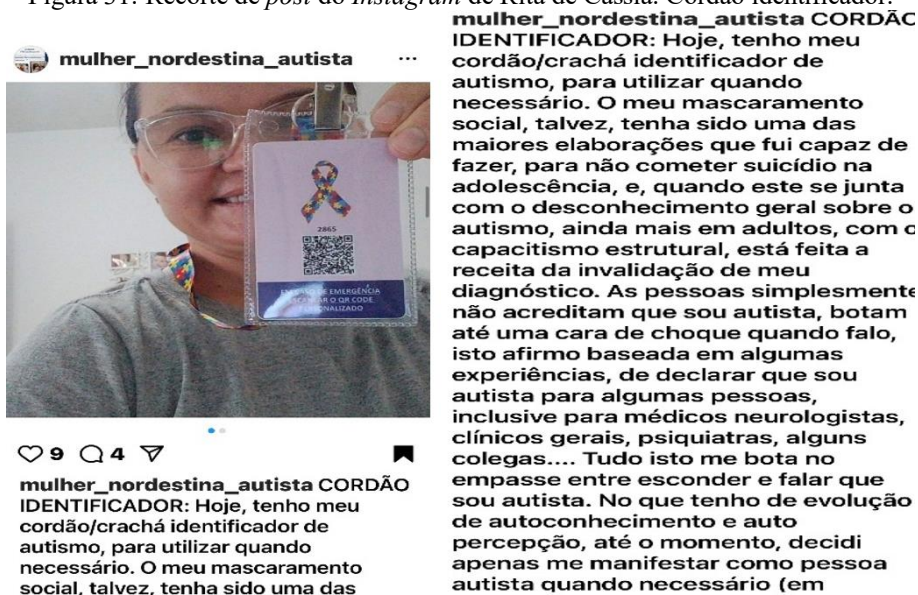
Orlandi (2001) explora a individualização como um processo mais subjetivo e discursivo, no qual o sujeito se apropria das identidades que lhe são oferecidas (ou impostas) e as ressignifica em sua própria trajetória. Embora a individuação forneça os contornos sociais e legais da existência do indivíduo, a individualização concerne à maneira como o sujeito se relaciona com essas identificações, como as internaliza e as manifesta em suas práticas discursivas.

Neste *post*, traz marcas do que Orlandi (2007, p. 57) discute a relação entre identidade e identificação, o que ajuda a compreender melhor a dinâmica entre individuação e individualização:

A identidade não é dada, mas construída nas relações discursivas. A identificação é o processo pelo qual o sujeito se relaciona com as posições de sujeito que lhe são oferecidas ou impostas no discurso, e com as quais ele se identifica ou não, de forma mais ou menos estável (Orlandi, 2007, p. 57).

No próximo *post*, pode-se identificar como o sujeito é construído socialmente e historicamente. A expressão “cordão identificador de autismo” sugere-nos uma busca por reconhecimento e validação da identidade sob um olhar social que muitas vezes é questionador, já a ideia de “mascaramento social” reflete a pressão social e as expectativas que levam o indivíduo a esconder ou modificar sua identidade para se encaixar em padrões normativos, isso nos remete ao conceito de subjetividade e ao papel da sociedade na formação do eu.

Figura 31: Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cassia. Cordão identificador.



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

O processo de invalidação do diagnóstico, evidenciado na SD *“as pessoas simplesmente não acreditam que sou autista, ainda mais em adultos, com o capacitismo estrutural, está feita a receita da invalidação de meu diagnóstico”*, evidencia como as estruturas sociais e os discursos dominantes podem deslegitimar experiências individuais. Essa problemática relaciona-se diretamente à análise das relações de poder e das narrativas que permeiam a identidade e a deficiência. O relato pessoal, embora parta de uma vivência singular, revela uma dimensão coletiva, pois reflete os desafios mais amplos da percepção e aceitação do autismo na sociedade, mostrando como as experiências individuais estão profundamente entrelaçadas com contextos sociais e ideológicos.

Além disso, o tema do suicídio emerge no discurso como consequência de uma luta interna constante, vivida por sujeitos autistas diante da invalidação social de suas experiências e identidades, revelando o impacto emocional e subjetivo das práticas discursivas excludentes.

O discurso do Sujeito 2 revela o sofrimento ao afirmar que *“o meu mascaramento social, talvez, tenha sido uma das maiores elaborações que fui capaz de fazer, para não cometer suicídio na adolescência...”*. Essa SD evidencia a gravidade do impacto psíquico produzido pelas exigências de normatividade e pela invisibilização das diferenças neurológicas na vida cotidiana, apontando para os efeitos da pressão social sobre o sujeito autista. Nesse sentido, o suicídio não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou estritamente clínico, mas como consequência de um funcionamento social excludente, que desconsidera as especificidades das pessoas com deficiência e impõe padrões rígidos de comportamento e pertencimento.

Como afirma Orlandi (2012, p. 45), “o silêncio, enquanto constitutivo do discurso, não é ausência de sentido, mas o efeito de relações de poder que delimitam quem pode falar, sobre o quê e de que forma”. Assim, o dizer do sujeito inscreve-se em uma formação discursiva atravessada por relações de poder que regulam a visibilidade, determinam os lugares de fala e produzem efeitos de exclusão e sofrimento, revelando a dimensão histórica e ideológica que sustenta essas práticas.

A Análise do Discurso aqui destaca a importância de considerar o contexto histórico e ideológico que atravessa os dizeres dos sujeitos, especialmente no que se refere às suas vivências com a saúde mental. O sofrimento não é apenas individual; ele é

socialmente produzido e frequentemente silenciado por discursos que naturalizam a normatividade e invalidam formas diversas de existir.

O discurso apresentado reflete a complexidade da experiência de uma pessoa autista que lida com questões de identidade, acessíveis e a luta contra o capacitismo. Para aprofundar um pouco mais estas reflexões, realiza-se uma análise com base nas formações imaginárias propostas e descreve-se as possibilidades interpretativas no quadro a seguir:

Quadro 15. Sujeito 2. Formações Imaginárias.

Formação Imaginária	Descrição
Imagem do Lugar A (A)	“Quem sou eu para ele falar assim?” Neste lugar, o sujeito, ao usar o “cordão identificador de autismo”, revelou um elemento de autoafirmação e da busca por reconhecimento em um espaço que historicamente a invalidou. A pergunta sugeriu um desafio à autoridade do outro, questionando quem é o “ele” que pode opinar sobre sua condição. A dúvida pode vir da experiência de ter seu diagnóstico desacreditado, e assim o Sujeito 2 se viu numa posição defensiva, relacionando seu “mascaramento social” como uma estratégia de sobrevivência, o que implicou numa luta por autoafirmação e reconhecimento.
Imagem do Lugar B (B)	“Quem sou eu para que ele me fale assim?” Aqui, referindo-se a médicos e colegas, o Sujeito 2 se colocou em uma posição fragilizada em relação a essa autoridade. A afirmação de que “as pessoas simplesmente não acreditavam que era autista” expressou a marginalização e o capacitismo que enfrentou. A frase manifestou não apenas a luta pela validação de sua condição, mas também a complexidade de se sentir desencorajada por figuras que deveriam, em teoria, oferecer suporte. Isto revelou uma vulnerabilidade diante daquelas vozes que não detectaram sua experiência.
Imagem do Lugar A e Sujeito em B	“Quem é ele para que eu fale assim?” Neste contexto, o Sujeito 2 questionou a legitimidade de quem a desqualificou. Ao afirmar “bota até uma cara de choque quando falo”, depreende-se uma insatisfação com a incompreensão e o preconceito generalizado sobre o autismo, e particularmente em adultos. Aqui houve uma inversão na dinâmica de poder, onde o sujeito, que é quem deve “entregar” o diagnóstico, passou a questionar o que a sociedade considera uma “verdade” sobre o autismo, revelando uma resistência ao capacitismo. Essa resistência é uma busca por reconhecimento e validade diante de quem minimiza sua experiência e identidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os discursos revelam a intersecção complexa entre identidade e reconhecimento social. Os questionamentos que permeiam as formações imaginárias sobre o lugar A e o lugar B não apenas ilustram a luta do sujeito pela validação de seu diagnóstico como também evidenciam o impacto do capacitismo estrutural na maneira como as pessoas autistas são vistas e tratadas.

A escolha de expor sua identidade em determinados contextos reflete um ato de resistência que lhe proporciona um caminho de autoconhecimento e autoafirmação. O

“mascaramento social”, em contrapartida, provoca um efeito de evidência na necessidade de proteção em uma sociedade que frequentemente invalida experiências autistas, criando uma tensão entre as modificações do ser e a adaptação esperada.

Neste sentido, a fala do Sujeito 2 não apenas contribui para uma maior compreensão do autismo e das dinâmicas sociais que o cercavam, mas também para a conscientização sobre a inclusão e o respeito às diversidades, estimulando um diálogo necessário sobre a condição de ser humano em toda sua multiplicidade.

Assim, a identidade discursiva do Sujeito 2 foi construída por meio de posições-sujeito múltiplas que articulam sua experiência como pessoa autista, adulta, invisibilizada e estrategicamente silenciada no espaço social. A fala que mais diretamente evidencia a construção dessa identidade, em sua dimensão de afirmação e resistência.

Na materialidade discursiva: *“No entanto, com o tempo de evolução de autoconhecimento e autopercepção, até o momento, decidi apenas me manifestar como pessoa autista quando necessário.”* O Sujeito 2 expressa a forma como se reconheceu, se posicionou e se inscreveu discursivamente, atestando uma afirmação identitária que resulta de um processo: não é apenas uma condição clínica, mas uma posição construída por meio de experiências, reflexões e resistências.

Ao mencionar o *“tempo de evolução de autoconhecimento e autopercepção”*, o Sujeito 2 aponta para um processo de subjetivação, ou seja, de formação do *“eu”* por meio da linguagem e da ideologia (Pêcheux, 1975). Ele não nasce sujeito autista, mas torna-se um por meio desse processo contínuo de reconhecimento de si, atravessado pelos discursos disponíveis, o que para Orlandi (2015):

A pessoa não nasce deficiente, mas se torna, pelo processo que decorre das formações discursivas que ideologicamente a interpelam. São esses sentidos que envolvem o indivíduo e seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significado (Orlandi, 2015, p. 191).

O Sujeito 2 também contrapõe a identidade imposta pela invalidação social, visível em trechos como: *“As pessoas simplesmente não acreditam que sou autista, botam até uma cara de que quando falo, isto afirmo baseada em algumas experiências...”* Essa fala revela o processo de negação social da identidade autista, especialmente em sujeitos adultos que não correspondem aos estereótipos dominantes.

A decisão de “*manifestar como pessoa autista quando necessário*” revelou que o Sujeito 2 só se posiciona em contextos em que isso era ideologicamente viável e funcional, assim nesse recorte fica demarcado por formações discursivas (acadêmico, clínico, social) que regulam quando e como ela poderia falar do autismo. O discurso do Sujeito 2 se inscreve nesse campo, sendo produzida pelas condições de produção discursiva que Pêcheux (1988) identifica como:

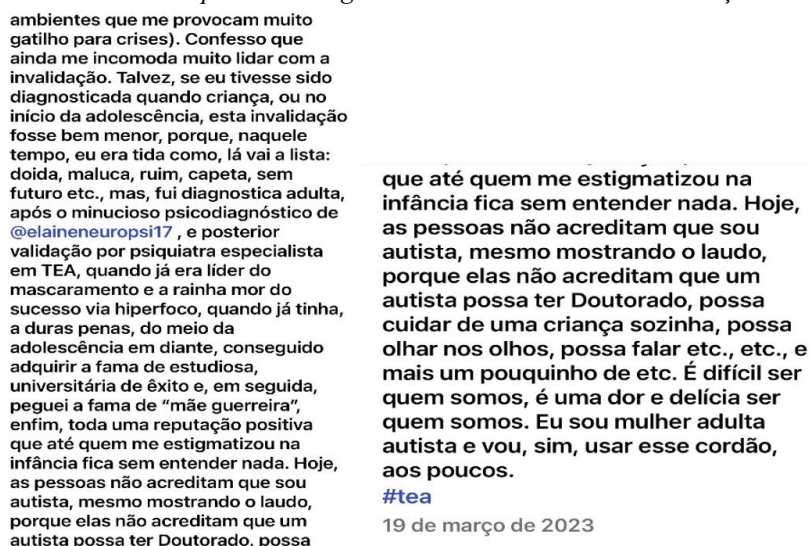
Toda formação discursiva é determinada por condições de produção. Essas condições não se confundem com o contexto imediato da enunciação. Elas compreendem as relações sociais, ideológicas e históricas que tornam possível que certos discursos sejam ditos em determinados momentos e não em outros. [...] É a partir dessas condições que se instituem os sentidos e os lugares possíveis para os sujeitos (Pêcheux, 1988, p. 82).

Assim, o discurso do Sujeito 2 performa uma identidade marcada por processos de apagamento, decorrentes da invalidação pelo capacitismo; mascaramento social, entendido como estratégia de sobrevivência diante de contextos normativos; e resistência e elaboração subjetiva, construídas por meio do autoconhecimento e do direito ao silêncio e à manifestação seletiva da identidade. Essa posição-sujeito evidencia o atravessamento de formações discursivas conflitantes, nas quais se tensionam sentidos de exclusão e pertencimento, revelando como o sujeito negocia espaços de visibilidade e reconhecimento. Desse modo, o dizer inscreve-se em um movimento complexo, no qual os efeitos da normatividade social coexistem com a busca por autonomia e pela afirmação de uma existência singular.

Conforme Pêcheux (1998) destacou, o sujeito é uma construção histórica e discursiva, atravessada por relações ideológicas, e não um ente pré-formado, autônomo ou transparente a si mesmo. Nessa perspectiva, ao mencionar o seu “tempo de evolução de autoconhecimento e autopercepção”, o Sujeito 2 sinaliza uma trajetória de transformação, marcada pela ressignificação de sentidos sobre si e pela assunção de uma nova forma-sujeito. Essa posição passa a ser reconhecida e nomeada a partir do diagnóstico, revelando o deslocamento de um lugar de silenciamento para um espaço de visibilidade e pertencimento. Assim, o dizer do sujeito articula processos de interpelação ideológica e de reinscrição identitária, evidenciando que a constituição da identidade autista se dá em meio a disputas de sentidos e atravessamentos históricos que moldam o que pode e o que deve ser dito.

A seguir, no próximo recorte, observa-se a questão identitária muito presente. Na discursividade apresentada, foi possível identificar alguns conceitos da Análise de Discurso, particularmente, sob a perspectiva de autores como Pêcheux (2019) e Orlandi (2015).

Figura 32: Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cassia – 19 de março de 2023.



ambientes que me provocam muito gatilho para crises). Confesso que ainda me incomoda muito lidar com a invalidação. Talvez, se eu tivesse sido diagnosticada quando criança, ou no início da adolescência, esta invalidação fosse bem menor, porque, naquele tempo, eu era tida como, lá vai a lista: doida, maluca, ruim, capeta, sem futuro etc., mas, fui diagnosticada adulta, após o minucioso psicodiagnóstico de @elaineneuropsi17, e posterior validação por psiquiatra especialista em TEA, quando já era líder do mascaramento e a rainha mor do sucesso via hiperfoco, quando já tinha, a duras penas, do meio da adolescência em diante, conseguido adquirir a fama de estudiosa, universitária de êxito e, em seguida, peguei a fama de “mãe guerreira”, enfim, toda uma reputação positiva que até quem me estigmatizou na infância fica sem entender nada. Hoje, as pessoas não acreditam que sou autista, mesmo mostrando o laudo, porque elas não acreditam que um autista possa ter Doutorado, possa

que até quem me estigmatizou na infância fica sem entender nada. Hoje, as pessoas não acreditam que sou autista, mesmo mostrando o laudo, porque elas não acreditam que um autista possa ter Doutorado, possa cuidar de uma criança sozinha, possa olhar nos olhos, possa falar etc., etc., e mais um pouquinho de etc. É difícil ser quem somos, é uma dor e delícia ser quem somos. Eu sou mulher adulta autista e vou, sim, usar esse cordão, aos poucos.

#tea

19 de março de 2023

Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

Na SD “as pessoas não acreditam que sou autista”, evidencia-se como a identidade do sujeito autista é socialmente contestada, sendo moldada por percepções e estereótipos que não correspondem à sua realidade vivida. Esse fenômeno revela a produção de um sujeito posicionado à luz de categorias sociais limitantes e reducionistas. Nesse sentido, Pêcheux (1998) destaca que o sujeito é uma construção histórica e ideológica, inscrito em determinadas condições de produção. Como afirma o autor:

A identidade é um efeito de discursos que produzem a subjetividade e, portanto, é sempre móvel, em função das configurações sociais e discursivas que a produzem. (Pêcheux, 1975/1988, p. 123).

Essa relação entre identidade, discurso e ideologia permite compreender que os sentidos sobre o autismo não são fixos, mas constantemente negociados, disputados e ressignificados. Assim, a contestação da identidade autista no espaço social evidencia um embate discursivo mais amplo, no qual se confrontam formações imaginárias cristalizadas, que reduzem o sujeito a padrões normativos e novas formas de posicionamento identitário, nas quais o sujeito se inscreve como produtor de sentidos e

reivindica lugares de fala que rompem com discursos hegemônicos sobre a deficiência e a neurodiversidade.

Já a SD que *“um autista possa ter doutorado, possa cuidar de uma criança sozinha”* nos indicou a presença de interdiscursos, ou seja, discursos que se articulam entre si e que construíram significados. Pêcheux (2006) enfatiza que as crenças sociais sobre o autismo acabam moldando as expectativas a respeito das capacidades do indivíduo e a memória coletiva sobre o que significa ser autista é evocada e desafia os preconceitos existentes.

Segundo Pêcheux (1990), os discursos não são criações individuais, mas efeitos de formações ideológicas que se atualizam na fala dos sujeitos, atravessando suas posições e delimitando os sentidos possíveis. Observa-se a atuação dessas formações ideológicas na SD:

“Hoje, as pessoas não acreditam que sou autista, mesmo mostrando o laudo, porque elas não acreditam que um autista possa ter Doutorado, possa cuidar de uma criança sozinha, possa olhar nos olhos, possa falar etc., etc., e mais um pouquinho de etc.”

Esse discurso revela de forma contundente o funcionamento dos interdiscursos, ou seja, dos dizeres que circulam socialmente e se repetem em diferentes contextos, produzindo e naturalizando sentidos sobre o que “é” ou “deve ser” uma pessoa autista. Para Pêcheux (1990, p. 160):

Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. (Pêcheux , 1990, p. 160).

Assim, compreende-se que o dizer do sujeito está atravessado por memórias discursivas que reafirmam estereótipos e produzem efeitos de exclusão, ao mesmo tempo em que expõe as tensões entre o que se espera socialmente e o que se enuncia sobre si, reinscrevendo novos sentidos para a identidade autista.

Nesse caso, os sentidos que definem a identidade autista são interpelados por discursos capacitistas, que reduzem o sujeito ao diagnóstico e associam o autismo à incapacidade, dependência, infantilidade ou improdutividade.

Esses dizeres evidenciam que os sentidos atribuídos ao autismo são regulados por formações discursivas normativas, que excluem a possibilidade de complexidade

identitária. O sujeito autista é concebido, nesses discursos, como alguém que não pode: obter sucesso acadêmico (“ter Doutorado”), exercer a maternidade de forma autônoma (“cuidar de uma criança sozinha”), ou apresentar comportamentos socialmente esperados (“olhar nos olhos”, “falar”).

Esses enunciados condensam o que Pêcheux (1990) chama de efeitos ideológicos de evidência, sentidos naturalizados que operam como “verdades óbvias” e sustentam uma forma de exclusão discursiva. O Sujeito 2, ao se contrapor a esses sentidos, produz um gesto de resistência discursiva e reposicionamento subjetivo, segundo a citação: “O sentido não está nas palavras, nem na intenção do sujeito que fala, mas nas posições ideológicas inscritas nas formações discursivas, que determinam o que pode ou não ser dito” (Pêcheux, 1975/1988, p. 146).

Outras sequências discursivas no *post* também reforçam essa dinâmica de interdiscurso e resistência: “*Talvez, se eu tivesse sido diagnosticada quando criança... essa invalidação fosse bem menor...*”. Aqui, evidencia-se o interdiscurso médico e educacional, que historicamente silencia ou invalida as manifestações do autismo em meninas, produzindo um atraso diagnóstico estruturado por gênero e estereótipos.

Além do já exposto, observa-se na SD: “*Fui diagnosticada adulta, após o minucioso psicodiagnóstico... e posterior validação por psiquiatra especialista em TEA*” a ênfase na validação institucional remetendo ao funcionamento dos discursos de autoridade médica, necessários para que o sujeito seja legitimado em sua condição.

Na SD: “*validação por psiquiatra especialista*”, observa-se como a legitimação do diagnóstico está subordinada aos discursos institucionais da medicina. Conforme Pêcheux (1998), os sentidos só podem existir dentro das condições de produção que os permitem e aqui, somente a autoridade médica pode institucionalizar o ser autista como uma condição reconhecida socialmente. A menção ao psiquiatra marca o momento em que o sujeito é interpelado como conhecível e classificável dentro da ordem médica.

“*Eu sou mulher adulta autista e vou, sim, usar esse cordão, aos poucos.*” O Sujeito 2 reafirmou sua identidade contra os discursos que tentaram desautorizá-la, articulando um gesto de autoria discursiva que reinscreve o sujeito autista em uma posição de agência e visibilidade

A noção de que existem formas de deslegitimação das identidades autistas pode ser ligada ao conceito de que o discurso é um exercício de poder. Pêcheux (2019) e Orlandi (2015) argumentam que os discursos hegemônicos moldam como as pessoas percebem e interagem com a diversidade, o que resulta em processos de invalidação,

como a descrença na condição autista da narradora. Segundo Orlandi (2001), o sujeito só pode existir plenamente no discurso a partir de posições legitimadas pelas formações discursivas que o precedem.

Já a SD “*é difícil ser o que somos, é uma dor e delícia de ser quem somos*” reflete a complexidade da identidade, onde a vivência do sujeito foi marcada por contradições. Essa ideia dialogou com a teoria de Orlandi (2007) sobre a produção de sentidos e como a linguagem é um campo de batalha em torno da identidade e da aceitação. Segue pensamento:

A linguagem é um espaço de confronto, de luta por sentidos. Os sujeitos não são donos do que dizem, nem das palavras que usam: eles estão imersos em uma rede de discursos que os antecedem, que os atravessam e que disputam entre si a produção dos sentidos. É nesse confronto que as identidades se constroem, se afirmam, se negam ou se silenciam. A identidade, portanto, não é algo fixo, natural ou individual, mas um efeito da linguagem, produzida no jogo entre o dito, o não dito e o interditado (Orlandi, 2007, p. 45).

O “cordão identificador”, mencionado pelo Sujeito 2 em seu *post*, ultrapassou a função prática de indicar uma condição clínica, ele se transforma em símbolo discursivo de afirmação identitária, sobretudo em um contexto no qual o reconhecimento social da identidade autista ainda é constantemente questionado e negado, onde afirma: “Hoje, as pessoas não acreditam que sou autista, mesmo mostrando o laudo...” “Eu sou mulher adulta autista e vou, sim, usar esse cordão, aos poucos.”

Essas formulações revelam o modo como a linguagem participa da constituição do sujeito e de sua luta por visibilidade. O cordão, nesse contexto, não é apenas um objeto: ele se torna materialidade simbólica da existência, funcionando como marcador político que confronta os discursos de exclusão e invalidação que historicamente silenciaram sujeitos autistas, especialmente mulheres.

A articulação entre visibilidade e linguagem remete diretamente à concepção de identidade como efeito de sentidos disputados no discurso, conforme propõe Orlandi (2007):

É nesse confronto que as identidades se constroem, se afirmam, se negam ou se silenciam. A identidade, portanto, não é algo fixo, natural ou individual, mas um efeito da linguagem, produzida no jogo entre o dito, o não dito e o interditado (Orlandi, 2007, p. 45).

Dessa forma, o gesto de “usar o cordão” configurou-se então como um ato discursivo de resistência. Ao nomear-se publicamente como “mulher, adulta, nordestina e autista”, o Sujeito 2 reinscreve-se simbolicamente em uma posição de sujeito que se recusa à invisibilidade, instaurando um novo espaço de significação onde sua identidade pôde ser afirmada e legitimada, não pelo olhar normativo, mas pelo próprio gesto discursivo.

A materialidade discursiva apresentada no *post* publicado em 13 de agosto de 2023, no perfil *mulher_nordestina_autista*, ofereceu elementos relevantes para refletir sobre a constituição do sujeito diagnosticado com autismo e com comorbidade o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), suas estratégias de legitimação e os efeitos de sentidos que emergem na relação entre discurso médico, cotidiano e identidade. O relato pessoal articulou experiências individuais com o corpo em movimento, o uso do exercício físico como regulação emocional e a crítica à patologização em massa, revelando um discurso marcado pela tensão entre vivência e credibilidade social.

Figura 33: Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cassia – 13 de agosto de 2023.



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

Esta materialidade discursiva revela um sujeito que busca se legitimar discursivamente frente ao diagnóstico de autismo com comorbidade de TDAH, viabilizando o campo entre a vivência subjetiva e o discurso médico-científico. Ao afirmar: “Desde criança que gosto de me movimentar. Nadar, pedalar bicicleta, brincadeiras que têm que correr etc.” “Sou a prova viva disso.”

O Sujeito 2 produziu uma discursividade ao articular sua experiência corporal e afetiva com saberes legitimados pela ciência (“há estudos que revelam...”), operando assim um movimento de auto validação. Ele se inscreve discursivamente como sujeito que compreende seu funcionamento, que vive e atualiza o diagnóstico por meio da prática

e da escuta do corpo, o que aponta para uma formação discursiva experiencial que entra em confronto com os discursos patologizantes e generalizantes.

A tensão se intensifica quando comenta: *“Isso me deixa triste porque não sei até que ponto pode ajudar as pessoas que de fato têm TDAH ou pode nos deslegitimar.”* Essa SD apresenta os efeitos do discurso social que banaliza ou desacredita os diagnósticos. A crítica ao vídeo do “psicanalista famoso” que afirmou haver uma “pandemia de diagnósticos de Autista/TDAH” evoca o interdiscurso médico-midiático, que acaba por desautorizar vivências reais, gerando no sujeito a necessidade de reafirmar constantemente sua legitimidade. A dúvida “pode nos deslegitimar” revela o impacto dos discursos dominantes sobre a constituição identitária.

Além disso, ao afirmar: *“E se hoje eu tenho meu diagnóstico é graças a leituras e à busca de um profissional sério...”*, o Sujeito 2 invoca o discurso da credibilidade técnica como estratégia de legitimação. Nesse ponto, não apenas se inscreveu como paciente, mas como sujeito autônomo, que pesquisa, lê, escolhe e valida profissionalmente o próprio diagnóstico, reposicionando-se frente ao discurso médico que costuma infantilizar ou desautorizar as mulheres neurodivergentes.

Essa luta por reconhecimento é, conforme aponta Orlandi (2012), um dos efeitos centrais da linguagem: não se trata de dizer algo “verdadeiro”, mas de disputar um lugar legítimo de fala em meio a formações discursivas concorrentes. A identidade, nesse caso, é efeito da linguagem e da história: “A constituição do sujeito é histórica. E o que está em jogo na linguagem não é o sujeito em si, mas o lugar de onde se pode falar, ser ouvido, ser reconhecido” (Orlandi, 2012, p. 99). Além disso, observa-se a produção de uma formação imaginária associada à autolegitimação. Ao dizer: “Sou a prova viva disso.”

O Sujeito 2 construiu uma imagem de si atravessada por resistência, vivência e conhecimento. Trata-se de uma formação imaginária na qual se inscreve como sujeito que desafia os discursos dominantes e que, ao mesmo tempo, valida um saber que emerge da experiência, deslocando-se da exclusividade da técnica médica. Como aponta Pêcheux (2014), as formações imaginárias são constitutivas do funcionamento discursivo, pois delimitam os lugares que o sujeito ocupa no dizer e as representações que se projetam de si e do outro.

Nesse sentido, ao afirmar: *“Se hoje eu tenho meu diagnóstico é graças a leituras e à busca de um profissional sério...”*, o Sujeito 2 reforça sua posição de legitimidade, acionando o que Orlandi (1975/1988) denomina memória discursiva, na medida em que

faz ressoar, em sua fala, tanto o interdiscurso da credibilidade técnica quanto a dimensão de saber constituída em sua própria experiência.

Este dizer evidenciou uma posição-sujeito crítica, que se distancia da passividade esperada em figuras patologizadas. O sujeito, aqui, é produtor de sentido e não mera receptora de diagnósticos. Nesse processo, as formações discursivas que antes associavam o TDAH à desatenção, à incapacidade e à falta de disciplina são tensionadas pela vivência encarnada, que afirma uma subjetividade complexa, autônoma e reflexiva. Como aponta Orlandi, 2007):

O sujeito diz, pensa que sabe o que se diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (Orlandi, 2007, p. 32).

Essa afirmação reforça a ideia de que o sujeito não é origem do sentido, mas efeito das formações discursivas e dos processos ideológicos nas quais está inscrito; um sujeito que se constitui na enunciação e que, por meio dela, revela tensões, memórias e batalhas simbólicas, como destaco o quadro

Na abordagem da Análise de Discurso, as formações imaginárias referem-se a conjuntos de imagens e representações sociais que circulam na sociedade e que influenciam a construção de sentidos, identidades e discursos. Essas formações não são meramente ideias isoladas, mas estruturas que sustentam e organizam o modo como os sujeitos percebem e se posicionam frente a determinados temas, como o diagnóstico do Sujeito 2.

Segundo Pêcheux (2002), as formações imaginárias emergem a partir do funcionamento do imaginário social, que funciona como uma espécie de ‘campo de forças’ capazes de criar imagens que cristalizam certos discursos e representam determinados sentidos. Para ele, “[...] as formações imaginárias são o resultado de processos de identificação e projeção que consolidam certos discursos e dão sentido às experiências” (Pêcheux, 2002, p. 78). Assim, nesta SD, o imaginário de uma “pandemia de hiperdiagnóstico” é uma construção social que reflete preocupações, inseguranças e críticas sobre o excesso de diagnósticos, influenciando a forma como você percebe e avalia a questão.

Eni Orlandi (2010) acrescenta que as formações imaginárias estão ligadas às identidades sociais e às formas de subjetivação, funcionando como mapas de sentido que orientam as ações e interpretações dos sujeitos. Ela afirma que “[...] as formações

imaginárias atuam na constituição da subjetividade, moldando as percepções de si e do mundo por meio de imagens que se tornam referências para o sujeito" (Orlandi, 2010, p. 45).

Nas Sequências Discursivas (SD) do Sujeito 2, tal ideia evidencia-se na forma como o Sujeito 2 construiu sua trajetória de busca por um diagnóstico sério, ao mesmo tempo em que valorizou o papel do profissional competente e problematizou, em seu discurso, as representações sociais de uma “crise diagnóstica” em circulação na sociedade. Para aprofundar a compreensão desse contexto, ilustrar-se-ão, no quadro a seguir, as formações imaginárias mobilizadas, permitindo visualizar os deslocamentos de sentido que sustentam sua posição discursiva.

Quadro 16. Sujeito 2. Formações Imaginárias II.

Função Imaginária	Descrição / Exemplos no Texto	Impacto na Construção do Sentido
Imaginário do diagnóstico sério	“Graças a leituras e a busca de um profissional sério e que fez um ótimo psicodiagnóstico”	Valoriza a legitimidade do diagnóstico feito por profissionais qualificados.
Imaginário da Pandemia de hiperdiagnóstico	“Há uma pandemia de TDAH, diagnósticos ruins, hiperdiagnósticos... isto me deixa triste”	Expressa uma preocupação social e uma crítica ao excesso de diagnósticos.
Imaginário do sofrimento familiar e social	“Tenho muitos familiares com características e se realmente têm, não sei... são alcoólatras, hiperativos”	Cria uma ligação emocional e social, associando comportamentos a dificuldades.
Imaginário do conhecimento técnico	“Procurei profissionais sérios e fiz um psicodiagnóstico”	Valoriza o saber técnico e a prática clínica responsável.
Imaginário de autenticidade e legitimidade	“Que é sério e deve ser o ponto de pauta”	Prioriza a importância de diagnósticos confiáveis e bem fundamentados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Um ponto relevante neste recorte é que, embora o Sujeito 2 já tivesse o diagnóstico de Autismo, optou por não o mencionar neste post, produzindo um efeito de silenciamento, ao direcionar seu foco exclusivamente para o TDAH. O não-mencionar do autismo, ainda que constitutivo de sua trajetória, configurou um silenciamento identificatório. Como afirma Orlandi (2007), tais silenciamentos não são meros vazios, mas operadores discursivos: produzem sentidos a partir do que permanece não dito, invisibilizando parte da história do sujeito na trama discursiva.

Neste *post*, mesmo após ter explicitado anteriormente seu diagnóstico de TEA, o sujeito opta por focar exclusivamente no TDAH. O não-mencionar do autismo, embora já estrutural em sua trajetória, configurou um silenciamento identificatório. Para Orlandi (2007), tais silenciamentos não são meros vazios, mas operadores discursivos: eles produziram sentidos por meio do que permaneceu não dito, invisibilizando parte da história do sujeito na trama discursiva.

Figura 34: Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cassia – 25 de setembro de 2023.



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

Este post ofereceu uma lente produtiva para examinar questões de identidade, poder e discurso, contribuindo para a compreensão da experiência subjetiva de indivíduos que se veem compelidos a desempenhar papéis que não ressoam com sua essência.

Na Sequência Discursiva (SD) “*Muitas disseram que desempenharam tantos papéis para se disfarçar ao longo dos anos, que perderam de vista sua verdadeira identidade*”, identificam-se conceitos fundamentais sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD).

Quanto à formação do sujeito, Pêcheux (1988) defende que a identidade não é um dado natural ou fixo, mas uma construção histórica e ideológica. A noção de “desempenhar tantos papéis” sugere que os sujeitos se fragmentaram e se ajustaram às expectativas sociais, perdendo de vista aquilo que consideram sua “verdadeira identidade”. Tal formulação evidencia a maneira pela qual os sujeitos se constituem em relação aos discursos que circulam e se reatualizam socialmente.

Outro conceito relevante é o de interdiscurso, que, segundo Pêcheux (1988), diz respeito às relações entre diferentes discursos que atravessam e condicionam a produção

de sentidos. A metáfora de desempenhar “papéis” mostra como os discursos sociais moldam as ações e a autoimagem dos sujeitos, incluindo normas de gênero, expectativas sociais e outras classificações que se entrecruzam com a identidade.

Além disso, pode-se observar nessa SD um efeito de silenciamento, pois, como lembra Orlandi (2007, p. 82), “o silêncio não é falta, mas parte constitutiva do dizer”. Assim, ao afirmar terem perdido de vista sua verdadeira identidade, as participantes revelam como a adaptação constante às normas sociais implicou também um apagamento de si, isto é, a invisibilização de sentidos que não encontram espaço nos discursos dominantes.

O *post* em questão também remete diretamente à noção de camuflagem social em mulheres autistas, fenômeno que consiste na tentativa de ocultar características do espectro a fim de se adaptar às normas neurotípicas, revelando os efeitos de coerção e apagamento produzidos pelos discursos dominantes.

Esses discursos marcam uma posição-sujeito enunciativa que se reconheceu no processo de camuflagem e o nomeia como constitutivo de sua trajetória identitária. Ao explicitar que a camuflagem foi sua “maior prática”, o Sujeito 2 construiu uma formação imaginária de si como alguém que viveu sob a imposição constante de disfarces identitários, operando sob o domínio de discursos normativos que exigem controle, desempenho e normalização da conduta.

Camuflar envolve, consciente ou inconscientemente, recorrer a formas de expressão, comportamento e discurso que se hegemonomizam em uma dada esfera social. Está integrada a uma formação discursiva que regula o que ‘faz sentido’ ser dito ou feito.

Pêcheux (1990) destaca que o discurso é sempre ‘um efeito das formações discursivas que o antecedem’. Ao camuflar, o sujeito assimila e reproduz tais formações.

Além disso, a camuflagem mobiliza o interdiscurso, não se trata de produzir um discurso isolado, mas de dialogar com variados discursos sociais e ajustar-se a eles a fim de não desviar, como se fosse uma tradução de múltiplos discursos ao mesmo tempo. Já para Orlandi (2001, p. 27), a camuflagem é resultado de uma memória discursiva acumulada que ensina o sujeito o que pode e não pode dizer, vestir, agir: “A memória discursiva [...] é constituída através da repetibilidade dos discursos, mas sempre com possibilidades de deslocamento dos sentidos.” Esse acúmulo histórico-social compreende tanto enunciados antigos (como “não chorar demais”) quanto os silenciamentos que moldam a presença calculada do sujeito nas interações.

Na materialidade discursiva citada na postagem reforça esse processo: *“Muitas disseram que desempenharam tantos papéis para se disfarçar ao longo dos anos, que perderam de vista sua verdadeira identidade”* e também observa-se o funcionamento de um interdiscurso científico, que valida e reconhece o sofrimento de mulheres que, em nome da adequação, desconectaram-se de si mesmas. Essa perda de acesso àquilo que denominam “verdadeira identidade” pode ser lida como um efeito da memória discursiva atravessada pelo silenciamento: o sujeito não tem acesso pleno a dizeres sobre si que escapem das formações dominantes. Como ensina Orlandi (2007), o sujeito fala a partir de posições delimitadas pelas formações ideológicas, e muitas vezes o que se cala diz tanto quanto o que é dito.

O processo de camuflagem pode ser compreendido, nesse contexto, como uma estratégia discursiva forçada, na qual o sujeito é interpelado pela exigência de normalidade e impelido a apagar traços que o denunciariam como “desviante”. Assim, a constituição da identidade autista feminina se configurou marcada por um duplo movimento: dizer-se, mas também ocultar-se; habitar um corpo, mas disfarçá-lo discursivamente.

A camuflagem, portanto, opera como um efeito de silenciamento, pois obriga o sujeito a performar uma identidade alheia para sobreviver aos olhares normativos. Ao retomar esse processo e nomeá-lo publicamente em seu post, a autora realiza um gesto de resistência discursiva, que reinscreve o sofrimento em forma de discurso e recupera sentidos perdidos ao longo da história de ocultamento. Como afirma Orlandi, 2007:

Silenciar não é apenas calar. É também dizer de um modo que apaga ou desfoca o que poderia ser dito. O silêncio está no interior da linguagem, e os sentidos circulam também a partir dele. Orlandi (2007, p. 52).

Pêcheux (1988) e Orlandi (2003) discutem como os discursos contêm relações de poder que atravessam a constituição do sujeito. O ato de “se disfarçar” evidencia a opressão que leva essas mulheres a se conformarem a normas que não as representam. A busca pelo reconhecimento de uma identidade considerada verdadeira emerge, nesse caso, como resistência a essa opressão, revelando o conflito entre a constituição identitária e as imposições sociais.

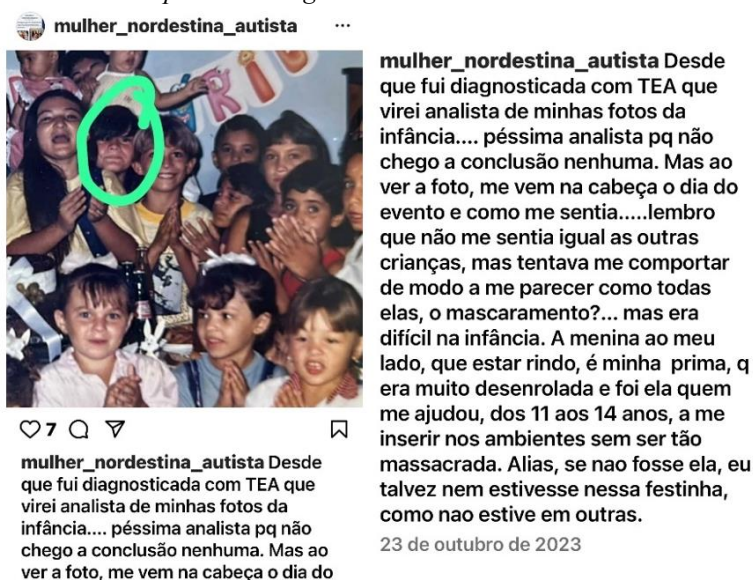
Se tanto o interdiscurso como o intertexto mobilizam o que chamamos de relações de sentido, que explicitaremos à frente, no entanto o

interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos. Nessa relação, a intertextual, o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso (Orlandi, 2011, p. 34).

No dizer, a possibilidade de “*perder de vista*” a chamada “*verdadeira identidade*” sugere um processo de exclusão em que o sujeito é deslocado de si pelo funcionamento de discursos que privilegiam a conformidade social. Orlandi (2001) discute como o discurso constitui um campo em que as identidades podem ser tanto construídas quanto desestabilizadas.

O dilema entre a identidade considerada autêntica e os papéis sociais desempenhados também evidencia a relação entre identidade e alteridade, sendo esta entendida como o modo pelo qual o sujeito é definido a partir do olhar do outro. Essa tensão é central na análise da construção da imagem de si em contraste com as expectativas sociais.

Figura 35: Recorte de *post* do *Instagram* de Rita de Cassia – 23 de outubro de 2023.



Fonte: @mulher_nordestina_autista, capturada pela autora, 2025.

Não se pode deixar de observar, no *post* acima, que o Sujeito 2 expressou sua relação com a própria experiência infantil. O discurso revela como a subjetividade é moldada pelas vivências pessoais e sociais, bem como pelas expectativas do outro. Segundo Pêcheux (1988), ao analisar as fotos de infância, o sujeito realiza um esforço de reconstrução identitária, marcado pela busca de compreender experiências passadas,

reconhecendo que a identidade não é fixa, mas continuamente construída e reconstruída pelo discurso, que constitui o sujeito.

Ao mencionar “*não me sentia igual às outras crianças*” e a tentativa de se comportar “*como todas elas*”, evidencia-se o funcionamento dos interditos sociais, entendidos como normas e expectativas que regulam os comportamentos e moldam a subjetividade. Esses interditos não operam apenas como proibições externas, mas como dispositivos simbólicos internalizados, que incidem diretamente sobre a constituição do sujeito, delimitando o que pode ou não ser dito e vivido.

A oposição entre “*não me sentia igual*” e “*me comportar como todas elas*” explicita a luta interna marcada pela pressão de adequação. Nesse ponto, o sujeito encontra-se tensionado entre aquilo que é e aquilo que deveria ser, conforme os modelos de conduta socialmente validados. Esse movimento evidencia o atravessamento de formações discursivas normativas, que impõem modos de ser infantil, feminino ou neurotípico, apagando outras formas de existência que escapam a esse padrão. Como lembra Orlandi, 2007:

O silêncio é constitutivo do dizer, não sendo apenas ausência ou falta, mas um modo de significar. O que não se diz não desaparece, ele se inscreve na materialidade discursiva como interdito, regulando sentidos e instaurando limites para o que pode ser dito. Dessa forma, o sujeito, ao falar, também se cala, e é nesse jogo entre o dito e o não-dito que se produzem os efeitos de sentido. (Orlandi, 2007, p. 83).

Esse silenciamento, articulado aos interditos sociais já analisados, conecta-se ao que Orlandi (2001) destaca: a linguagem não apenas reflete o mundo, mas o constitui, de modo que as posições-sujeito possíveis estão subordinadas ao que a ideologia dominante permite dizer e ser. Assim, o sujeito busca adaptar-se à identidade projetada pelos outros, as “*outras crianças*”, como forma de sobreviver simbolicamente no laço social. O esforço de camuflagem comportamental, ainda na infância, já indicava um processo de assujeitamento que antecede o diagnóstico, revelando que o desejo de pertencimento muitas vezes ocorre ao custo do apagamento de si.

Essa dinâmica remete ao que Pêcheux (1990) denominou efeito de evidência ideológica, no qual determinados modos de existência são naturalizados como óbvios, corretos e desejáveis, enquanto outros são silenciados ou tratados como anomalias. Assim, o Sujeito 2, ao afirmar que “*não se sentia igual*”, reconheceu essa diferença, mas

foi interpelado por uma lógica que exigia adequação, resultando em sofrimento e em uma identidade construída sob o signo da negação.

Dessa forma, o trecho evidencia que a constituição da identidade neurodivergente, em especial no caso das mulheres autistas, é historicamente atravessada por uma relação desigual com os discursos que regulam o comportamento. A tentativa de “agir como todas elas” não pode ser lida apenas como um gesto infantil de socialização, mas como um ato político-discursivo de sobrevivência simbólica em um mundo que insiste em não reconhecer as múltiplas formas de ser.

Nesse movimento de assujeitamento e busca de adequação social discutido anteriormente, o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) inscreveu o sujeito em um campo discursivo marcado por noções de normalidade e patologia. A tentativa de adotar comportamentos semelhantes aos dos “outros” refletiu a internalização dessas categorias e seus efeitos na constituição identitária. Orlandi (2001) discutiu como os discursos são capazes de naturalizar certas categorizações e deslegitimar outras, instaurando hierarquias de pertencimento.

O esforço de “se comportar como as outras crianças” sugere igualmente a necessidade de aceitação social e de construção de laços de pertencimento. Essa dinâmica é destacada por Orlandi (2001), ao enfatizar que o discurso revela as relações entre o sujeito e as expectativas do outro, articulando-se, nesse ponto, à fala de Lacan (1961) no Seminário 9:

Como indiquei ontem à noite, o objeto metonímico do desejo, o que em todos os objetos representa esse pequeno a eletivo, onde o objeto se perde, quando esse objeto surge como metafórico, quando chegamos a substituí-lo ao sujeito, que, na demanda, chega a se sincopar, a desaparecer, a ausência de marca; o significante desse sujeito nós o revelamos, damos-lhe seu nome[...] (Lacan, 1961, 16).

Esses conceitos da Análise de Discurso, articulados nos trabalhos de Pêcheux (2019) e Orlandi (2015), ofereceram uma compreensão profunda do processo de construção da identidade autista, destacando como os indivíduos navegam através de discursos sociais que podem ser limpos ou opressivos, enquanto buscam reconhecimento e aceitação de sua individualidade, confirmando que a individualidade altera o discurso à medida que essas posições se transformam; isto é, conforme se modificam as construções discursivas, o contexto sociocultural vinculado a um discurso, e a forma como o indivíduo é convocado na configuração ideológica.

As análises discursivas realizadas até aqui demonstram como o Sujeito 2 construiu sua identidade a partir de múltiplas posições-sujeito e enfrentou, ao longo de sua trajetória, os efeitos de sentidos produzidos por discursos médicos, religiosos, familiares e sociais. Por meio de seus *posts*, observou-se o funcionamento de formações imaginárias que tanto reforçam estigmas quanto são tensionadas por seus gestos de autoria. A memória discursiva operou como eixo estruturante, permitindo que elementos do passado fossem reinscritos à luz da posição identitária assumida no presente. A linguagem, enquanto lugar de constituição do sujeito, revelou-se como campo de embate entre a invisibilidade e o reconhecimento, entre o silenciamento e a legitimação simbólica da diferença.

Dando continuidade ao percurso analítico, volta-se agora ao Sujeito 3, cuja presença discursiva nas redes sociais se constitui por enunciados marcados pela crítica à patologização da neurodivergência e pela valorização da autonomia e da autoidentificação. Seus *posts* evidenciam uma relação ativa com os sentidos estabilizados sobre o autismo, acionando memórias discursivas que deslocam as imagens cristalizadas em torno do sujeito autista. Em sua materialidade, observa-se a emergência de uma posição-sujeito que não apenas reivindica visibilidade, mas também tensiona o saber institucional, operando deslocamentos no campo discursivo da deficiência e da saúde mental. A seguir, será apresentada a análise de alguns desses dizeres, com destaque para os efeitos de sentido, silenciamentos e estratégias de resistência simbólica.

6.1.3 Sujeito 3

Nesta seção, propõe-se a análise discursiva do Sujeito 3, aqui nomeado como Pedro Jailson, agora identificado como Sujeito 3, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aos 28 anos de idade. O participante criou seu perfil no *Instagram* em abril de 2020, durante os primeiros meses da pandemia de COVID-19, um contexto de intensas transformações nas formas de sociabilidade, marcado pelo isolamento social, incertezas coletivas e maior uso dos meios digitais como espaços de expressão, pertencimento e conexão.

Ele utilizou sua conta como plataforma de compartilhamento de vivências autistas, de reflexão sobre as dificuldades enfrentadas ao longo da vida sem diagnóstico e de divulgação de seu trabalho na área da investigação diagnóstica online. Seu discurso se construiu em torno da afirmação da identidade autista, sendo atravessado por elementos

relacionados à comorbidade com o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), o que ampliou a complexidade de seu discurso. Em suas postagens, notamos um movimento de saída da invisibilidade e de reivindicação de lugar social, por meio de uma construção discursiva que busca legitimação e reconhecimento.

As postagens analisadas foram produzidas em um momento histórico específico, o início da pandemia, contexto que configurou as condições de produção desses enunciados. Como destacou Recueiro (2008), a percepção do outro é fundamental para a interação humana, e, nesse sentido, as mídias sociais ofereceram um espaço onde o sujeito pode interagir de forma menos marcada por julgamentos, criando estratégias de exposição de si e de pertencimento simbólico.

Com base na Análise de Discurso de orientação Francesa, foram observadas as formações discursivas em que o Sujeito 3 se inseriu, os efeitos de sentido produzidos em suas postagens e os modos como sua identidade autista foi construída e performada no espaço digital.

No desenvolvimento desta pesquisa, observou-se que o Sujeito 3 recebeu uma atenção analítica mais extensa em comparação aos demais participantes. Tal aprofundamento justificou-se pelo fato de que este sujeito atua profissionalmente juntamente com uma equipe especializada na realização de diagnósticos de autismo em adultos, com enfoque no formato online. Em decorrência dessa atuação, suas postagens nas redes sociais apresentavam, em maior volume e complexidade, conteúdos voltados à temática do diagnóstico tardio. Isso proporcionou um *corpus* discursivo mais robusto, permitindo identificarmos com maior riqueza os efeitos de sentido, as formações discursivas e os deslocamentos de identidade que atravessaram os enunciados relacionados à vivência do autismo na vida adulta. Diante disso, inicia-se, a seguir, as análises dos recortes discursivos produzidos por este sujeito, com base nos fundamentos teóricos da Análise de Discurso de linha Francesa.

Figura 36: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – 13 de maio de 2020.

Para quem não me conhece, esse sou eu, o Pedro, recentemente diagnosticado com autismo.

Eu resolvi por a minha foto no perfil da página.

Já passou da hora de ser eu mesmo, autista como sou, vivi por muito tempo (antes do diagnóstico) tentando me encaixar, e para isso fui obrigado a criar uma série de máscaras, na tentativa de ser como todo mundo, na tentativa de ser "normal". (Normal está entre aspas porque autista é normal, só somos diferentes).

Hoje eu sei que sou diferente, e isso que isso tem nome, se chama autismo, mas que está tudo bem ser diferente, não preciso mudar quem eu sou, claro que devemos melhorar e evoluir sempre, mas sem nunca perder a nossa essência.

Como disse Clodovil numa entrevista com a Xuxa, quem quiser gostar de mim assim, autista como sou, que goste, que não quiser que faleça, pois não sou obrigado a mendigar afeto.

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

A materialidade discursiva publicada pelo Sujeito 3 manifestou-se não apenas como um enunciado de caráter afetivo ou psicológico, mas como uma tomada de posição discursiva e subjetiva que tensiona a normatividade social e os discursos de apagamento. O enunciado inicial *“Para quem não me conhece, esse sou eu, o Pedro, recentemente diagnosticado com autismo”* marcou uma posição de entrada no discurso, em que o sujeito se apresentou pela legitimação institucional conferida pelo diagnóstico e, ao mesmo tempo, introduziu uma narrativa de reconhecimento de si. Essa nomeação *“diagnosticado com autismo”* não opera apenas como dado clínico, mas como elemento de identificação discursiva, pois, conforme Pêcheux (1990), o sujeito se constitui na linguagem a partir das formações discursivas às quais está submetido.

Bauman (2004) afirma que o mundo pós-moderno instaura a necessidade de múltiplas identidades, remodeladas continuamente em um processo de experimentação. Essa ideia encontra eco na trajetória discursiva do Sujeito 3, cuja materialidade textual revelou um processo de reconstrução identitária contínua, especialmente a partir do reconhecimento do diagnóstico tardio de autista, como se observa em sua fala: *“hoje sei que sou diferente, e isso tem um nome, se chama autismo...”*.

Segundo Orlandi (2001), *“o sujeito é parte do acontecimento do significante”*. Nesse sentido, o Sujeito 3 deixou sua marca discursiva ao afirmar: *“descobri o mundo autista”*, revelando novos efeitos de sentido ao perceber a qual lugar simbólico pertencia. Esse movimento é reafirmado em seu dizer: *“agora consigo saber quem eu sou e entender porque me sentia estranho e diferente a vida toda”*, no qual se evidenciam marcas da constituição do sujeito a partir de sua formação ideológica.

Essa relação entre linguagem, memória e ideologia é fundamental na perspectiva da Análise do Discurso, pois a constituição do sujeito não ocorre de forma isolada, mas no entrecruzamento de diferentes discursos e posições sociais. É nesse ponto que a noção de formação ideológica, apresentada por Pêcheux e Fuchs (1997), complementa a compreensão proposta por Orlandi, permitindo entender que o modo como o sujeito se significa depende das condições históricas e dos sentidos já produzidos. Para os autores:

Formação ideológica é um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (Pêcheux; FUCHS, 1997, p. 166).

Essa definição permite compreender que a identidade discursiva assumida pelo Sujeito 3 não se restringe ao plano individual, mas se ancora em disputas ideológicas mais amplas, atravessando sua constituição como sujeito autista na sociedade e evidenciando como os sentidos sobre si são sempre produzidos na relação com o outro e com as formações discursivas que o atravessam.

Pêcheux (1971) enfatizou que a identidade é um constructo social e histórico. Assim, no trecho “*descobri meu mundo autista recentemente*”, observa-se que o Sujeito 3 apresentou um processo de autodescoberta vinculado ao reconhecimento de sua identidade autista. O uso da palavra “*descobri*” indica que essa identidade não lhe foi simplesmente imposta, mas construída em um percurso de reconhecimento pessoal e social.

Para que essa construção identitária ocorresse, foi necessário atravessar resistências. No recorte “*me ame do jeito que sou e não tente me mudar*”, evidencia-se que a formação da identidade está em constante diálogo com discursos sociais predominantes. Tal formulação reflete a resistência a discursos normativos que buscam padronizar comportamentos e identidades. A luta por aceitação, nesse caso, sugere a tensão entre o desejo de ser reconhecido em sua singularidade e a pressão para se conformar a padrões sociais (Pêcheux, 1988).

As formações discursivas, entretanto, não são neutras: determinam o que pode ou não ser dito por um sujeito, delimitando as posições possíveis e os sentidos autorizados. Nesse processo, a identidade do Sujeito 3 foi atravessada por discursos que a moldaram, ao mesmo tempo em que ele pôde operar deslocamentos, produzindo fissuras nos sentidos dominantes (Pêcheux, 1988).

Assim, conforme discute Orlandi (2001), a subjetividade é moldada por relações de poder presentes nos discursos. O Sujeito 3 sinalizou que sua busca por aceitação e respeito, como expresso em *“pois o Autismo faz parte de mim e é tudo que sou”*, constitui uma forma de resistência ao poder que tenta ditar como os indivíduos devem se comportar ou se apresentar. Esse enunciado marca um gesto de inscrição identitária no qual o Sujeito 3 reivindica uma subjetividade construída fora das normas socialmente estabelecidas, recusando os processos de apagamento, adaptação forçada ou normalização da diferença, segue a citação:

A constituição do sujeito é sempre histórica e atravessada por relações de poder. O sujeito se forma na linguagem, pelo funcionamento dos discursos, e esse funcionamento está submetido às condições ideológicas que determinam o que pode ser dito, quem pode dizer e a partir de onde. Assim, assumir-se diferente é também posicionar-se contra os sentidos dominantes (Orlandi, 2001, p. 93).

Ainda segundo Orlandi (2001), a referência a se sentir *“estranho”* ou *“diferente”* remete ao conceito de alteridade, que evidencia como o sujeito se percebe em relação ao outro e ao contexto social. Essa busca por reconhecimento e aceitação foi expressa pelo Sujeito 3 no desejo de ser amado *“do jeito que sou”*, revelando uma dinâmica de pertencimento e a necessidade de ser aceito em sua identidade, sem as pressões para mudar.

O desejo de ser aceito *“do jeito que sou”*, presente em diversas falas, expõe um conflito entre identidade subjetiva e normatividade social. Esses dizeres não expressam apenas uma demanda afetiva, mas configuram um gesto discursivo de reivindicação de pertencimento, no qual o Sujeito 3 buscou inscrever-se simbolicamente como legítimo, sem necessidade de adaptar-se à expectativa de performar uma identidade normatizada.

Orlandi (2001) afirma que o sujeito não é uma entidade isolada, mas um efeito da linguagem e da história, constituído sempre na relação com o outro. Essa constituição relacional implica que o Sujeito 3 esteja permanentemente envolvido em processos de identificação e diferenciação. A marca discursiva da *“estranheza”*, portanto, não corresponde apenas a uma experiência individual, mas ao efeito de discursos sociais que delimitam quem pertence e quem é colocado à margem da sociedade.

Nesse contexto, o enunciado *“tem nome”* assumiu papel central, pois nomear é um ato que institui o sujeito na ordem simbólica, ressignificando o que antes era vivido como estranhamento.

A alteridade, assim, foi o que permitiu ao Sujeito 3 reconhecer-se na diferença, como aquilo que o expõe ao julgamento, à exclusão e à não aceitação. Esse movimento se condensa na formulação *“do jeito que sou”*, que expressa uma resistência discursiva frente à lógica da adaptação compulsória e aponta para o desejo de constituir-se como sujeito fora das exigências de normalização. Como afirma Orlandi (2001, p. 93):

A constituição do sujeito se faz na relação com o outro e com os sentidos que circulam. O sujeito se constrói por meio de identificações e deslocamentos, sendo sempre marcado pela alteridade. (Orlandi (2001, p. 93).

Ao afirmar: *“Já passou da hora de ser eu mesmo, autista como sou, vivi por muito tempo [...] tentando me encaixar”*, o Sujeito 3 revelou os efeitos da interpelação ideológica que o colocavam na posição de alguém que deveria se conformar à norma. Em seu dizer sobre a tentativa de “ser como todo mundo” fez nos pensar sobre a formação discursiva dominante que impõe uma imagem de normalidade padronizada, contra a qual o sujeito se vê obrigado a criar “máscaras”, uma metáfora recorrente que, na perspectiva da Análise do Discurso, que funciona como indício de um processo de silenciamento e de deslocamento identitário.

A formação imaginária sustentada por esse discurso de normalização, segundo Orlandi (2012), produz um sujeito que se vê na obrigação de apagar suas marcas de diferença para ser aceito no laço social. Essa formulação reforçou o ponto de que o sujeito, no processo de constituição simbólica, é interpelado por formações discursivas que delimitam o que pode ou não ser dito e, sobretudo, o que pode ser aceito socialmente como legítimo.

O sujeito se constitui na linguagem e, ao se constituir, é atravessado pelos sentidos que circulam socialmente. Para ser aceito, para ser reconhecido, muitas vezes ele precisa calar, precisa omitir aquilo que o marca como diferente. Assim, ele é levado a produzir uma imagem de si que corresponda às expectativas sociais, mesmo que para isso tenha que apagar parte de sua história, de sua experiência, de sua singularidade (Orlandi, 2012, p. 45).

O recurso intertextual que encerra o *post*: *“Como disse Clodovil numa entrevista com a Xuxa, quem quiser gostar de mim assim, autista como sou, que goste, que não quiser que faleça, pois não sou obrigado a mendigar afeto”*, evidenciou o atravessamento do interdiscurso. Essa apropriação de uma fala socialmente conhecida funciona como

estratégia discursiva de resistência, marcando uma posição de enfrentamento simbólico: a recusa em “*mendigar afeto*” opera como efeito de sentido que afirma a existência do sujeito para além da validação do outro. Como aponta Orlandi (2001), o sujeito se constitui no cruzamento de formações discursivas, e é justamente nesse entrecruzamento entre o discurso médico, o discurso afetivo e o discurso de resistência que o Sujeito 3 construiu uma nova posição identitária.

Portanto, esta SD evidenciou que o desejo do Sujeito 3 não é apenas o de ser amado, mas o de existir discursivamente em sua diferença. O que se delineia é um pedido de pertencimento simbólico, não um pertencimento condicionado pela adaptação, mas pela possibilidade de significar-se como autista sem precisar ocultar-se.

A análise reforçou que a constituição do sujeito ocorre na contradição, no movimento entre assujeitamento e resistência, como destacam Pêcheux (1990) e Orlandi (1996), evidenciando, neste caso, a luta por um lugar de reconhecimento onde a identidade não seja construída à custa do apagamento de si.

A SD: “*meu diagnóstico oficial é recente*” indica um processo de identificação que não se deu de forma imediata, mas que foi sendo construído ao longo do tempo. Como aponta Orlandi (2001), os sujeitos se identificam com as categorias que lhes são atribuídas, ressignificando-as em seu percurso e produzindo novos sentidos a partir delas. Nesse contexto, a busca pelo reconhecimento do diagnóstico funciona como uma estratégia de validação identitária, permitindo ao sujeito construir um sentido de pertencimento ao grupo autista e reinscrever-se em um espaço simbólico no qual sua experiência é legitimada.

Os sujeitos se identificam com formações discursivas que os interpelam, mas essa identificação não é estável nem definitiva. Ela é atravessada pela história, pela ideologia e pelas condições de produção que determinam quais sentidos podem ou não ser atribuídos a determinada posição-sujeito. Assim, os sujeitos significam e se significam a partir dos lugares que ocupam, mas também podem deslocar-se, produzindo novos sentidos para si e para o mundo.” (Orlandi, 2001, p. 43).

Essa citação reforça que o diagnóstico, para além de um marcador clínico, atua como um marcador discursivo, permitindo ao sujeito reinscrever-se em uma posição identitária que reconhece sua experiência e tensiona os sentidos cristalizados sobre o autismo.

Na próxima SD, o Sujeito 3 apresenta em seu *post* o acontecimento do diagnóstico, que demandou um processo de dois anos. Nesse caso, o diagnóstico não é apenas uma constatação clínica, mas opera como um acontecimento discursivo. Na perspectiva da Análise de Discurso, Pêcheux (1990) entende o acontecimento como a irrupção de sentidos que deslocam o já estabelecido, tratando-se de um ponto de inflexão em que um dizer emerge em condições específicas, reconfigurando posições-sujeito, sentidos e modos de inscrição na linguagem. O diagnóstico, portanto, foi mais do que um marco biográfico: funcionou como operador simbólico que reorganizou a memória discursiva e os sentidos atribuídos à experiência vivida até então. Conforme afirma Orlandi (2001):

O acontecimento é o que escapa à repetição mecânica do já-dito, é o que abre uma nova possibilidade de sentido. [...] Ele rompe com a previsibilidade dos sentidos estabilizados e permite que novos modos de significar sejam instituídos. É por meio do acontecimento que os sujeitos se veem obrigados a reposicionar-se discursivamente (Orlandi, 2001, p. 34).

No *post* abaixo, o Sujeito 3 relatou em seu discurso: *“Foi um processo longo até conseguir meu diagnóstico, levou dois anos até alguém me escutar e acreditar no que eu dizia.”* Esse dizer apontou para a dimensão da espera, da invisibilidade e do descrédito, elementos que atravessaram seu processo de diagnóstico até o reconhecimento oficial que o designou como autista.

A nomeação, nesse caso, produziu efeitos que reconfiguraram não apenas o presente, mas também, retroativamente, atribuíram novos sentidos a toda a sua trajetória anterior. Mesmo já havendo a suspeita em torno de seu laudo, foi somente a partir desse acontecimento discursivo que o Sujeito 3 passou a reinscrever-se como autista e a produzir novos sentidos sobre si mesmo, sua história e sua forma de existir no mundo. Tal processo pode ser compreendido à luz da formulação de Pêcheux (1990), que afirma:

A inscrição do sujeito na ordem discursiva não se dá de forma transparente. Quando um acontecimento de linguagem ocorre, ele reativa uma memória que está em trabalho e, ao mesmo tempo, reorganiza o passado a partir desse presente. Os sentidos anteriores não são simplesmente apagados, mas reconfigurados, deslocados em função do novo lugar ocupado pelo sujeito. Assim, o acontecimento discursivo não apenas nomeia, mas transforma o sujeito que dele participa (Pêcheux, 1990, p. 89).

Figura 37: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – 18 de junho de 2020

Descobri o mundo autista recentemente, meu diagnóstico oficial é recente, foi este ano, digo oficial, porque eu já tinha a certeza de ser autista fazia uns dois anos, mas somente neste ano fui atrás da confirmação. Sou novo neste mundo (autismo), apesar de ter nascido nessa casca autística (corpo), meu diagnóstico é recente e somente agora consigo saber quem eu sou e entender o porque me sentia estranho e diferente a vida toda, agora consigo entender todas as dificuldades e particularidades que eu não entendia, e continuo aprendendo dia a após dia. Meu cérebro funciona de forma atípica, meu cérebro tem um funcionamento diferente, e isso me faz ser diferentes das pessoas com desenvolvimento típico (não autistas).	Talvez você não entenda algumas particularidades minhas, mas não precisa entender tudo, apenas respeite, já é o suficiente quando lhe faltar entendimento. Sou diferente, sou estranho, me ame do jeito que sou e não tente me mudar para me tornar menos autista, não quero ser mudado, quero ser aceito e respeitado como sou, pois o AUTISMO faz parte de mim é e tudo que sou. Para quem pergunta a importância do diagnóstico depois de adulto, se muda alguma coisa na minha vida, a resposta é: agora posso ser quem eu realmente sou, sem máscaras, sem me esconder para tentar me adequar ao mundo. Agora não sinto mais vontade de morrer, por não entender quem eu era, por me sentir estranho e diferente de todos, pois agora sei que essa diferença tem nome, se chama AUTISMO, e que está tudo bem ser diferente.

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Seguindo com as Sequências Discursivas, observa-se que, no *post* em que o Sujeito 3 afirmou “*meu diagnóstico oficial é recente*”, houve a construção de sentidos que evidenciou uma virada interpretativa em sua trajetória subjetiva. O diagnóstico, enquanto acontecimento discursivo, funcionou como operador de legitimidade, atribuindo inteligibilidade a comportamentos anteriormente situados na ordem da estranheza ou da anormalidade. Antes da nomeação institucional, tais condutas permaneciam à margem da compreensão social, atravessadas por formações discursivas que produziam sentidos de inadequação, desvio ou falha.

Após o diagnóstico, contudo, essas mesmas condutas passaram a ser reinscritas sob a égide de um discurso médico que as normatiza e as torna compreensíveis na categoria de autismo. Esse movimento de reconfiguração dos sentidos pode ser compreendido pela dinâmica das formações discursivas, que, conforme Pêcheux (1990, p. 156), determinam “[...] o que pode e deve ser dito [...]” a partir de uma posição ideológica historicamente situada.

O Sujeito 3, ao inscrever-se discursivamente como autista por meio do diagnóstico oficial, passou a ocupar uma nova posição de sujeito, agora reconhecida por um saber legitimado. Tal mudança reconfigurou não apenas a forma como passou a ser visto socialmente, mas também sua própria autocompreensão. Como aponta Orlandi (2007, p. 37):

[...] o dizer do sujeito é sempre atravessado por sentidos que o precedem e que o excedem. Ao falar, o sujeito é atravessado por formações discursivas que determinam o modo como o mundo, os outros e ele próprio são significados. (Orlandi, 2007, p. 37).

Desse modo, a afirmação “*meu diagnóstico oficial é recente*” não se reduz a uma constatação cronológica, mas opera como marcador discursivo que ativa memórias discursivas e reposiciona o Sujeito 3 em relação aos sentidos que até então o atravessavam. Isso mostra, portanto, que é por meio da filiação a determinadas formações discursivas, neste caso, à FD médica, que o Sujeito 3 passou a significar a si mesmo e suas relações de forma distinta, confirmando a centralidade das formações discursivas no funcionamento da linguagem e na constituição do sujeito, conforme afirma Pêcheux, 1990:

Por formação discursiva, entendemos não apenas um conjunto de formulações possíveis (ou de frases possíveis), mas o sistema que determina o que pode e deve ser dito (formulado) em função de uma posição dada em uma dada conjuntura. Assim, um dado indivíduo, ao se inscrever em uma formação discursiva, está submetido às regras de produção de sentido dessa formação: ele fala, mas não diz o que quer, diz o que a formação discursiva à qual está ligado permite ou impõe que se diga (Pêcheux, 1990, p. 156).

A materialidade discursiva produzida pelo Sujeito 3 foi marcada pela constituição de uma identidade que emergiu a partir da nomeação: “*descobri o mundo autista recentemente*”. Esse dizer inaugurou o acontecimento discursivo do diagnóstico como operador de deslocamento nos sentidos sobre si. O que antes era vivido como “*estranheza*” e “*diferença*” sem nome, agora passa a ser reorganizado à luz de uma nova posição-sujeito: a do autista que se reconheceu e se afirmou.

Observa-se na SD: “*sou novo neste mundo (autismo), apesar de ter nascido nessa casca autística (corpo)*” apontou para uma formação discursiva médica/identitária, onde o corpo já carregava sentidos que só foram ressignificados com o tempo. O sujeito, até então excluído do discurso normativo, passou a ocupar uma posição que lhe permitiu dizer de si com autoridade. Como afirma Pêcheux (1988), os sujeitos não falam de um lugar neutro, mas são interpelados ideologicamente, e sua fala foi produzida a partir das formações discursivas que os constituem.

Constatamos na SD: “*Meu cérebro funciona de forma atípica, meu cérebro tem um funcionamento diferente...*” como se operou a construção de uma função imaginária, no sentido de Orlandi (2001) nos fala que é o modo como o sujeito se vê e se apresenta ao outro, na tentativa de estabilizar sua imagem. Percebe-se essa autoimagem marcada por uma diferença que antes era percebida como erro, mas agora reivindicada como parte do ser, acrescentamos a esta análise a fala: “*e isso me faz ser diferente das pessoas com*

desenvolvimento típico”, em que os efeitos de sentidos passaram para a revalorização da diferença, em contraponto ao discurso que a tomava como deficiência.

Outro trecho em especial foi a SD: *“Não quero ser mudado, quero ser aceito e respeitado como sou, pois o AUTISMO faz parte de mim e é tudo que sou.”* Esse discurso expressa um posicionamento de resistência frente aos discursos de adaptação e normalização, transitando o autismo da ordem do déficit para a ordem do pertencimento. O Sujeito 3 reivindica a legitimidade de sua posição, recusando os efeitos de exclusão e afirmando sua condição autêntica. Essa dimensão reflete bem a perspectiva teórica de Orlandi (2001), que destaca o papel da linguagem na constituição dos sujeitos:

O leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s)... Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, num mesmo processo. (Orlandi, 2008, p. 11).

A partir dessa formulação, podemos reconhecer que o discurso do Sujeito 3 não é apenas uma expressão individual: é um ato constitutivo de subjetividade, revelando um sujeito que, ao enunciar-se, é a si mesmo e aos sentidos que emergem no contexto das formações discursivas.

Conduzindo a análise, observa-se na SD: *“Agora posso ser quem eu realmente sou, sem máscaras, sem me esconder para tentar me adequar ao mundo.”* um efeito de memória discursiva, mostrou-nos como a experiência de mascaramento foi reinterpretada à luz do reconhecimento identitário. O Sujeito 3 passou de uma posição marcada pela inadequação para uma nova posição de fala, na qual a identidade autista foi validada. O uso da metáfora da máscara remeteu ao apagamento discursivo anterior e ao esforço de produzir uma imagem “aceitável” ao olhar social.

Já na SD: *“Agora não sinto mais vontade de morrer... agora sei que essa diferença tem nome, se chama AUTISMO, e que está tudo bem ser diferente”*, foi um ponto de inflexão semântico: o dizer sobre a morte e o sofrimento é resignificado pelo efeito de sentido da nomeação. O diagnóstico foi, aqui, mais que um rótulo, uma possibilidade de subjetivação, dando ao Sujeito 3 na linguagem possibilidade ao de reencontrar-se com sua história, e nomear sua diferença lhe permite pertencer discursivamente a um lugar social antes negado.

O Sujeito 3 quando em seu discurso apontou: *“Agora não sinto mais vontade de morrer... agora sei que essa diferença tem nome, se chama AUTISMO, e que está tudo bem ser diferente”*, a palavra AUTISMO apareceu grafada em letras maiúsculas,

conferindo-lhe destaque significativo. Esse destaque, comum em redes sociais, atuou como um mecanismo de ênfase, mas, no interior da análise do discurso materialista, é também uma fala produtora de efeitos de sentido.

O uso de letras maiúsculas marcou discursivamente a ruptura com o apagamento simbólico. O sujeito que anteriormente vivia sua diferença como sofrimento, agora a reinscreveu no espaço público, valorizando o nome que outrora esteve associado ao silenciamento. A grafia em destaque transformou o termo “AUTISMO” em ato de resistência simbólica, gesto de autoria que legitima sua identidade e produz um deslocamento de sentido. Orlandi (2001) argumenta que:

A constituição do sujeito é sempre histórica e atravessada por relações de poder. O sujeito se forma na linguagem, pelo funcionamento dos discursos, e esse funcionamento está submetido às condições ideológicas que determinam o que pode ser dito, quem pode dizer e a partir de onde. Assim, assumir-se diferente é também posicionar-se contra os sentidos dominantes (Orlandi, 2001, p. 93).

Nesse sentido, o destaque na palavra AUTISMO funcionou como inscrição de pertencimento. Nomear é um ato que fixa sentidos e reposiciona o sujeito socialmente. A nomeação destacada o excerto não foi apenas identificação, mas também um reposicionamento discursivo que afirmou: há sentido, há lugar, há reconhecimento possível na diferença, como refere Canguilhem (1995) sobre o ato de nomear na interface com os saberes médicos:

Dar um nome a uma perturbação, uma conduta, um estado, é fazê-lo entrar na ordem do compreensível, é instaurar uma norma, é fundar uma nova maneira de ver, de pensar e de tratar. Nomear é já normalizar. O diagnóstico não é uma constatação passiva, mas uma operação ativa de inscrição de um indivíduo em um regime de verdade que passa a governar sua existência (Canguilhem, 1995, p. 127).

Pêcheux (1988) também contribui para essa leitura ao afirmar que os discursos não apenas refletem a realidade, mas a constituem por meio de formações discursivas ideologicamente determinadas. Assim, o sujeito, ao enfatizar o nome, atua dentro dessas formações, mas também tensiona seus limites e cria possibilidades de falares.

Para Pêcheux (1975/1988), o significado não está somente nas palavras, mas na posição do falante. Os indivíduos mesmo que tenham elementos comuns entre si que as integrem num grupo, não são questionadas da mesma forma. Assim, na perspectiva da

teoria de Pêcheux, o processo de identificação, de análise do discurso, está diretamente relacionado à análise da situação comunicativa, do contexto e do local da fala do sujeito.

Dessa forma, podemos argumentar que a identidade muda dependendo de como o indivíduo é interpelado, ou seja, [...] todo sujeito é assujeitado no universal como singular “insubstituível” [...]” (Pêcheux, 1975/1988, p. 171).

Deste modo, observamos a demonstração que comportamentos do nosso Sujeito 3 muitas vezes era mal compreendido, o que levou à necessidade do diagnóstico. Pois a ideia de que os comportamentos são “transtornos de saúde mental” refletiu com um novo sentido, uma normatização dos comportamentos dentro da sociedade, possibilitando assim distinguir entre o que é considerado “normal” e “patológico”.

Retomando a reflexão de Pêcheux (1990), observa-se que os discursos normativos regulam o comportamento social, instituindo critérios que definem aceitação ou exclusão. Nesse contexto, a busca por um diagnóstico formal implica uma relação de poder entre o sujeito (ou seus familiares) e as instituições, como a medicina e a psicologia, responsáveis por determinar o que é ou não considerado transtorno. Tal dinâmica evidencia o conceito de subjetivação, no qual o sujeito é moldado e identificado por discursos normativos que atravessam sua constituição e impactam tanto suas relações quanto sua identidade.

Na perspectiva da Análise do Discurso Francesa, o sujeito não é concebido como origem autônoma dos sentidos, mas como efeito da linguagem e da ideologia. A subjetivação, assim, é compreendida como o processo pelo qual o indivíduo se constitui enquanto sujeito a partir da inscrição na linguagem, atravessado pelas formações discursivas e pelas relações de poder que organizam o dizer.

O sujeito não é a fonte dos sentidos que produz, pois ele próprio é constituído por eles. A linguagem fala nele e por ele, e sua posição é sempre determinada pelas formações discursivas que o atravessam, nas quais os sentidos já foram historicamente produzidos. Dessa forma, o sujeito é efeito de um processo no qual a ideologia e a linguagem se encontram, determinando o que pode e deve ser dito. (Pêcheux, 1997, p. 160).

Essa concepção evidencia que o sujeito, ao enunciar, não controla totalmente o sentido do que diz, uma vez que seu discurso é sempre atravessado por memórias, ideologias e disputas simbólicas que precedem sua própria fala.

Nesse sentido, a concepção de Foucault (1988) sobre os processos de subjetivação dialoga com a perspectiva da Análise do Discurso Francesa, que compreende o sujeito como efeito da linguagem e da ideologia. Ao se reconhecer em determinadas categorias, como a de “autista”, o indivíduo não apenas assume uma identidade já instituída, mas também produz deslocamentos nos sentidos historicamente cristalizados. Para Pêcheux (1997), o sujeito não é origem do que diz, mas é constituído por formações discursivas que o atravessam, sendo interpelado por memórias, ideologias e discursos anteriores.

Desse modo, o diagnóstico não atua apenas como um instrumento clínico, mas como um dispositivo de produção de subjetividades, instaurando modos de se perceber e de se posicionar no mundo, em consonância com o que Foucault chama de regimes de verdade e com a compreensão de Orlandi (2001) sobre a relação entre sujeito, linguagem e ideologia.

Retomamos que a afirmação “*meu diagnóstico oficial é recente*” não se limita a uma constatação cronológica, mas funciona como um marcador discursivo que ativa memórias discursivas e reposiciona o sujeito em relação aos sentidos que o atravessavam até então. Trata-se de um processo de subjetivação, no qual o sujeito, ao ser nomeado e ao se nomear como autista, passa a reconhecer-se e a ser reconhecido sob uma nova rede de sentidos, produzida e autorizada por formações discursivas específicas, neste caso, aquelas que operam no campo médico-psicológico.

Assim, o diagnóstico não apenas revela uma condição, mas institui uma posição-sujeito, possibilitando novos modos de dizer-se, lembrar-se e significar-se. Desse modo, a subjetivação compreende o processo pelo qual alguém se constitui como sujeito, inscrevendo-se em um espaço simbólico e ideológico. Como afirma Orlandi (2001):

O sujeito, na Análise de Discurso, é concebido como um lugar de efeitos, como resultado de um processo de constituição que é histórico. Ele é determinado pelas formações discursivas que o constituem e não é anterior à linguagem, mas sim um produto dela. A subjetivação é, assim, o processo pelo qual o indivíduo, atravessado pela ideologia e pela linguagem, torna-se sujeito: sujeito de um dizer, sujeito de uma posição que pode ser ocupada em uma dada formação ideológica (Orlandi, 2001, p. 32).

Na próxima materialidade discursiva mostramos um *post* ao qual o Sujeito 3 relatou sobre seu cotidiano com seu cônjuge antes e após o diagnóstico tardio, suas dificuldades nos relacionamentos afetivos devido a não compreensão de seus comportamentos e atitudes.

Figura 38: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – 03 de maio de 2022.



autistafalandodeautismo Você já passou por isso?

03/05/2022

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Na teoria defendida por Orlandi (1988), é fundamental compreender como o discurso é mediado pelo outro e como essa relação interfere na construção da identidade e no reconhecimento do eu. O reconhecimento do transtorno pelo cônjuge, nesse sentido, não se reduz a um gesto interpessoal, mas representa um deslocamento discursivo que transforma a relação do sujeito com a sua própria imagem. O outro, neste caso, o parceiro, funciona como espelho simbólico, permitindo que o sujeito se perceba sob uma nova perspectiva e, assim, se reinscreva simbolicamente.

O sujeito não é origem dos sentidos que produz. Ele só se significa na relação com o outro e com os discursos que o antecedem. É na alteridade que o sujeito se constitui, sendo interpelado pela ideologia e inscrito em formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito. Nesse processo, o outro não é apenas um interlocutor, mas parte constitutiva da produção de sentidos e da constituição da identidade. (Orlandi, 1988, p. 42).

Essa concepção evidencia que a construção da identidade não ocorre de maneira individual ou isolada, mas se constitui em processos discursivos atravessados pela alteridade. Nesse sentido, o reconhecimento do cônjuge opera como um ponto de virada simbólico, reinscrevendo o sujeito em uma nova rede de sentidos e transformando não apenas sua autoimagem, mas também sua posição social e seu lugar de fala.

Essa compreensão do sujeito atravessado pelo olhar do outro aproxima-se da perspectiva lacaniana, segundo a qual a constituição do eu está, desde sempre, imbricada no campo do Outro. Para Lacan (1966), o sujeito é efeito da linguagem e sua entrada no simbólico se dá por meio da mediação do desejo do Outro. A identidade, portanto, nunca é plena, fixa ou autocentrada; ao contrário, ela se estabelece a partir de uma falta **constitutiva**, sempre tecida nos fios do discurso do Outro. Como afirma Lacan (1966, p. 93):

O eu se funda na relação imaginária com o semelhante, antes mesmo de constituir-se como sujeito do simbólico. [...] É nesse espelho do Outro que o sujeito se vê pela primeira vez como um todo, como uma forma, ainda que alienada. (Lacan, 1966, p. 93).

Essa articulação entre discurso e alteridade permite compreender que o sujeito só se reconhece a si mesmo porque se vê refletido no olhar do outro e porque se inscreve nos discursos que o precedem. Nesse processo, a identidade é sempre movente, inacabada e atravessada por relações simbólicas, constituindo-se num espaço de tensão entre o desejo próprio e o desejo do Outro.

Dessa forma, tanto para Orlandi (2001) quanto para Lacan (1966), o reconhecimento é um processo discursivo e simbólico mediado. A nomeação do transtorno, quando feita pelo cônjuge, pode implicar o início de um novo processo de subjetivação onde o sujeito passou a ser reconhecido e, ao mesmo tempo, se reconheceu sob uma nova posição de sentido. Constitui-se assim um deslocamento na posição identitária do sujeito que só é possível porque o discurso do Outro atravessa o sujeito e o reinscreve na rede simbólica que o constitui.

Esse enunciado evidencia a presença de múltiplas vozes sociais. A exigência de um diagnóstico formal sinaliza a circulação de discursos médicos, sociais e familiares que atravessam a situação analisada. Trata-se, conforme Pêcheux (1990) e Orlandi (2001), da polifonia, entendida como a coexistência de diferentes vozes que instauram múltiplos sentidos. Essa multiplicidade se manifesta quando observamos que a vivência do casal é mediada por discursos distintos que procuram dar explicações aos conflitos. Para Orlandi (2007), a polifonia é definida como:

Todo enunciado é polifônico, ou seja, carrega em si vozes outras, marcas de alteridade que não se apagam. O sujeito ao falar nunca é a origem plena do discurso, pois diz a partir de posições já constituídas e, nesse dizer, atualiza sentidos que já circularam, que já foram ditos por outros. A polifonia é, portanto, constitutiva da linguagem: é a presença

do outro no mesmo, é a inscrição do discurso do outro no próprio dizer (Orlandi, 2007, p. 43).

Na SD em análise, o Sujeito 3 discorreu, por meio de suas falas, um processo de reconstrução identitária que se dá na medida em que o diagnóstico atua como elemento organizador dos sentidos sobre si mesmo. Como se evidencia na fala: *“Descobri o mundo autista recentemente, meu diagnóstico oficial é recente...”*, esse dizer não somente marcou o início de um processo de autoconhecimento, mas também inaugura o que Pêcheux (1988) conceitua como um acontecimento discursivo. Por meio desse acontecimento, o Sujeito 3 reconfigurou os sentidos atribuídos anteriormente à sua experiência, um processo que pode ser compreendido à luz da formação discursiva. Pêcheux (1988) explica:

Os discursos não apenas refletem o que é, mas constituem o sujeito. Eles produzem sentidos e, assim, o sujeito é sempre um efeito dos dizeres que circulam em um determinado contexto ideológico. É nesse fluxo incessante de interações que se estabelece o que pode ser considerado normal ou patológico, e o sujeito, ao se nomear ou se posicionar, opera um deslocamento que o autoriza a re-significar suas experiências” (Pêcheux, 1988, p. 64).

Essa citação enfatiza que o sujeito não é uma entidade pré-concebida; antes, ele é constituído no ato de dizer. No caso do Sujeito 3, o diagnóstico formal acionou uma memória discursiva que reorganizou toda a trajetória de vivência da diferença. Como destaca Orlandi (2001):

A constituição do sujeito se faz na relação com o outro e com os sentidos que circulam. O sujeito se constrói por meio de identificações e deslocamentos, sendo sempre marcado pela alteridade. Dessa forma, ele nunca é um dado, mas um efeito produzido pelas formações discursivas que o antecedem e o atravessam (Orlandi, 2001, p. 93).

A convergência entre os discursos que insistem em categorizar e aqueles que buscam reconfigurar a identidade evidencia o caráter dialético do processo de subjetivação. O sujeito, ao articular seus dizeres, produziu um deslocamento que rompe com o apagamento imposto pelos discursos normativos e revelou a possibilidade de uma nova autoinscrição, fruto da memória discursiva ressignificada e de uma formação imaginária que o habilita a transcender a invisibilidade.

O Sujeito 3 mencionou a mudança em sua percepção de si após o diagnóstico. A SD “*não é que agora ele está mais autista*” evidenciou um confronto de vozes em que se cruzam múltiplos discursos sobre o autismo. As vozes sociais que desencorajam ou incentivam a expressão da identidade autista interagem, revelando a polifonia constitutiva da vida do sujeito. Como aponta Pêcheux (1988), o essencial no funcionamento do discurso se apresenta justamente no entrecruzamento de diferentes vozes que o compõem.

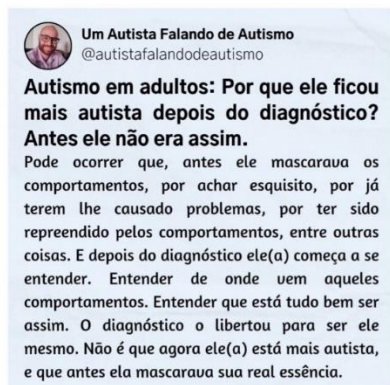
Seguindo com a análise, observa-se que o Sujeito 3, ao fazer a pergunta “*Autismo em adultos: por que ele ficou mais autista depois do diagnóstico? Antes ele não era assim*”, instaurou um funcionamento discursivo que tensionou os sentidos produzidos em torno do diagnóstico e da visibilidade da condição autista na vida adulta.

Essa formulação, embora apresentada sob a forma interrogativa, carregou uma carga irônica e crítica, pois interpelou uma dúvida socialmente compartilhada e muitas vezes marcada pelo ceticismo sobre a legitimidade do diagnóstico tardio e suas consequências na constituição subjetiva do sujeito autista.

Tal enunciado possibilitou observar o funcionamento das formações discursivas que atravessaram o pós-diagnóstico, especialmente aquelas que associam o reconhecimento oficial a uma suposta intensificação dos traços do espectro, como se o diagnóstico não apenas nomeasse a condição, mas a produzisse.

A questão postada pelo Sujeito 3, portanto, abriu espaço para refletirmos, à luz da Análise do Discurso, sobre os efeitos de sentido que emergem a partir da nomeação institucional e sobre como esse gesto reconfigura os modos de ser, de agir e de se inscrever socialmente. Nesse contexto, o diagnóstico opera como um marcador discursivo, instaurando novos lugares de fala e constituindo um ponto de inflexão nos processos de subjetivação.

Figura 39: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – 26 de maio de 2022.



autistafalandodeautismo Autismo em adultos: Por que ele ficou mais autista depois do diagnóstico? Antes ele não era assim.

Pode ocorrer que, antes ele mascarava os comportamentos, por achar esquisito, por já terem lhe causado problemas, por ter sido repreendido pelos comportamentos, entre outras coisas. E depois do diagnóstico ele(a) começa a se entender. Entender de onde vem aqueles comportamentos. Entender que está tudo bem ser assim. O diagnóstico o libertou para ser ele mesmo. Não é que agora ele(a) está mais autista, e que antes ela mascarava sua real essência.

26/05/2022

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

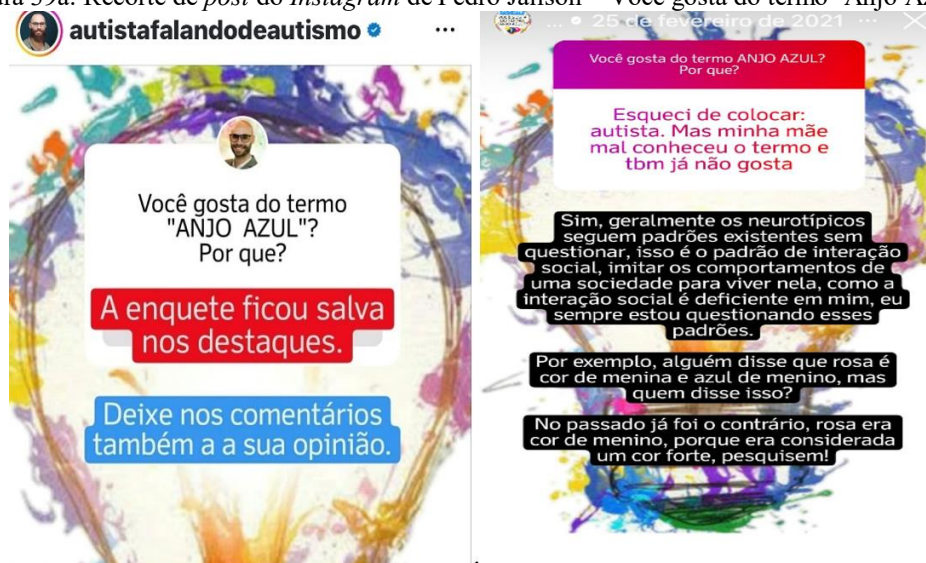
Retoma-se aqui o dizer “*Por que ficou mais autista depois do diagnóstico?*”, que problematiza a noção de diagnóstico como uma *label* fixa e sugere que a condição autista não é apenas uma característica predefinida, mas algo constantemente reinterpretado e ressignificado na vida do sujeito. Assim, o diagnóstico pode levar a uma reinterpretação do que significa ser autista, produzindo um novo efeito de sentido, conforme Mittmann (1999) assinala:

O sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata [...] ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciador. (Mittmann, 1999, p. 272).

Com isso, evidenciou-se que o diagnóstico, ao invés de encerrar sentidos, funcionou como um operador discursivo que reativa memórias, desloca identificações e inaugura novas possibilidades de subjetivação, permitindo que o sujeito passe a dizer-se e a ser lido sob outra luz discursiva.

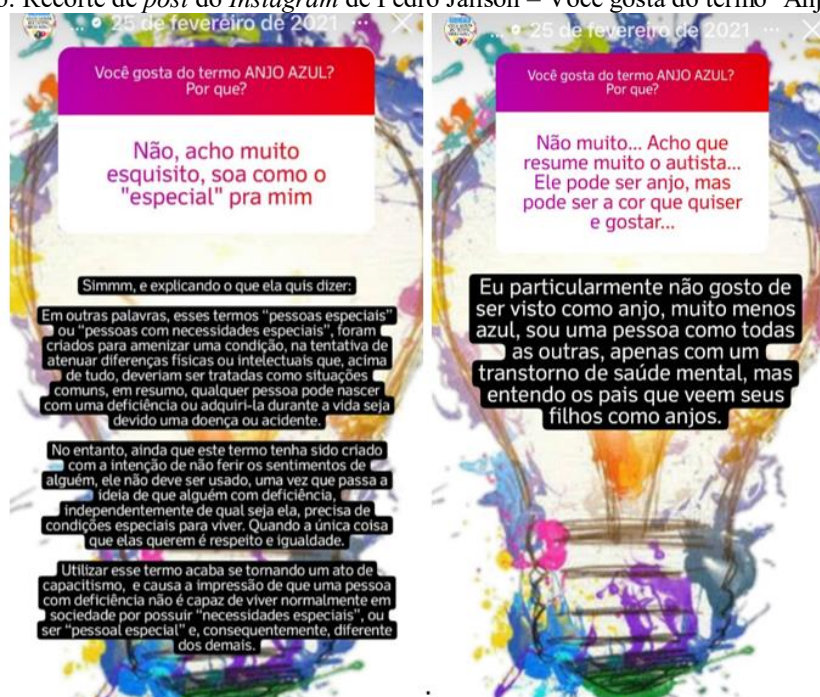
Nos *posts* a seguir, surgiu uma nova maneira de se pronunciar ao termo “Anjo Azul”, como já referido, termo utilizado para a comunidade autista, Pêcheux (2010) denomina isto como ‘efeito metafórico’, o fenômeno semântico resultante de uma substituição contextual, no qual ocorreu um deslocamento de sentido que, embora não explicitado, é compreendido pelos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, sujeito e metáfora estabeleceram uma relação intrínseca, compartilhando uma fronteira sutil na intrincada relação entre língua, pensamento e metáfora dentro de um evento discursivo.

Figura 39a: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – Você gosta do termo ‘Anjo Azul’ I?



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Figura 39b: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – Você gosta do termo ‘Anjo Azul’ II?



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

O discurso acima emergiu de uma formação discursiva que buscou problematizar e desnaturalizar o uso de termos como “anjo azul” e “pessoas especiais” para se referir a indivíduos com deficiência ou transtornos. Essa FD se caracterizou por um questionamento das normas sociais e uma defesa da igualdade e do respeito à individualidade. Segundo Pêcheux (1969, p. 183,) a formação discursiva determina “[...] o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social específico. Nesse sentido, o texto

se posicionou a partir de uma experiência pessoal do Sujeito 3 com um Transtorno do Espectro Autista, confrontando discursos hegemônicos sobre a deficiência.

O Sujeito 3, ao enunciar, evidenciou que não se trata de um “eu” homogêneo e transparente, mas de um sujeito atravessado por diferentes posições discursivas e constituído no próprio discurso. Inicialmente, posicionou-se como alguém que buscava uma opinião, “*Você gosta do termo ‘ANJO AZUL’? Por quê?*” e, em seguida, contrastou sua perspectiva com a da mãe, introduzindo aquilo que Pêcheux (1990) denomina polifonia, ou seja, a presença de diversas vozes no interior de um mesmo enunciado, revelando a constituição contraditória do sujeito no discurso.

O sujeito, ao enunciar, mobiliza vozes múltiplas que não se reduzem à sua própria, mas que o atravessam e o constituem. Ele fala, mas outras vozes falam por ele, nele e, por vezes, contra ele. É nesse entrecruzamento de vozes, memórias e discursos que o sujeito se inscreve, produzindo sentidos que não lhe pertencem integralmente, mas que o significam. (Pêcheux, 1990, p. 82).

Essa concepção permite compreender que, no enunciado do Sujeito 3, há um funcionamento discursivo marcado por contradições e deslocamentos, no qual a voz do sujeito se entrelaça a memórias sociais, formações discursivas heterogêneas e posicionamentos ideológicos divergentes. Assim, a análise revela que o sujeito não domina plenamente o que diz, mas significa-se e é significado nas relações de força e de sentido que atravessam o discurso.

Nesse sentido, ao incorporar a voz da mãe e colocar em tensão sentidos opostos sobre a expressão “anjo azul”, o sujeito evidenciou a luta entre diferentes formações discursivas, uma que reforçou o apagamento simbólico do autismo por meio de metáforas idealizantes, e outra que busca afirmar-se em uma identidade autêntica e politicamente situada. Essa dinâmica revelou o funcionamento polifônico do discurso, em que o sujeito não é origem única do que diz, mas efeito de atravessamentos discursivos em disputa.

O sujeito se definiu, principalmente, a partir de sua experiência como neurodivergente e de sua constante posição de questionamento das normas sociais. Na SD: “*eu sempre estou questionando esses padrões*”, evidenciou uma postura crítica que o diferenciou do que descreve como o comportamento “*neurotípico*”, que “*segue padrões existentes sem questionar*”. Assim, observa-se que o sujeito construiu sua identidade em oposição a uma norma percebida, demarcando uma posição identitária específica.

Como aponta Orlandi (1999, p. 15), “[...] o sujeito do discurso é sempre um sujeito interpelado, assujeitado à ordem do simbólico”. O “*eu*” da SD, mostrou um sujeito assujeitado a uma ordem discursiva que frequentemente utilizava termos como “anjo azul”, mas reagiu a essa interpelação, buscando ressignificá-la.

A identidade do Sujeito 3 foi construída discursivamente através da sua relação com o termo “anjo azul” e com a categoria de “pessoas especiais”. Ele rejeitou essas denominações, argumentando que elas mascaram a realidade de que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas como as outras como afirma no discurso: “*Sou uma pessoa como todas as outras, apenas com um transtorno de saúde mental*”.

Já na SD: “*Sou uma pessoa como todas as outras, apenas com um transtorno de saúde mental*”, o Sujeito 3 realizou uma tentativa de inscrição identitária por meio de uma estratégia discursiva que articulou inclusão e diferenciação. Quando se afirmou como “uma pessoa como todas as outras”, buscou ocupar uma posição de normalidade e humanidade compartilhada, operando um gesto de aproximação simbólica com o interlocutor. No entanto, a segunda parte do enunciado “*apenas com um transtorno de saúde mental*”, introduziu a marca da diferença, mas com o atenuador “apenas”, que procurou suavizar a carga estigmatizante associada à expressão “transtorno”.

Esse movimento discursivo evidenciou o que Orlandi (1996) aponta como o funcionamento contraditório do sujeito no discurso, pois ele se constitui entre o desejo de pertencimento e a necessidade de reconhecer a diferença que o atravessa. A formulação, portanto, produz um efeito de sentido que busca conciliar inclusão e alteridade, reivindicando reconhecimento sem que isso implique o apagamento da sua condição.

O sujeito se constitui na relação com o outro, e é nesse espaço de alteridade que se inscrevem as contradições que o atravessam. Ele deseja ser reconhecido, mas, ao mesmo tempo, sua identidade se constrói na diferença que o separa. Essa tensão entre pertencimento e distinção faz com que os sentidos nunca sejam estáveis, pois estão sempre em deslocamento, atravessados pela história, pela ideologia e pelas formações discursivas. (Orlandi, 1996, p. 57).

Essa perspectiva reforça que o sujeito, ao discursar, negocia sentidos em um campo de disputas simbólicas, no qual busca afirmar-se e ser reconhecido, mas sem abrir mão da singularidade que o constitui.

Além disso, o uso da expressão “transtorno de saúde mental” nos remeteu pensar em uma formação discursiva médica, legitimadora, que inscreveu o Sujeito 3 em um campo de saber historicamente autorizado a nomear, classificar e organizar os corpos e

subjetividades. Como afirma Pêcheux (1990, p. 63), “[...] o sujeito é constituído pelas formações discursivas que o atravessam, sendo simultaneamente produzido e limitado por elas”. Assim, mesmo ao tentar afirmar-se como igual, o sujeito precisa lançar mão de uma categoria institucionalizada para significar sua diferença.

O discurso, portanto, operou como uma estratégia de legitimação simbólica, em que o Sujeito 3 procurou reposicionar-se socialmente a partir de um discurso que combinasse reconhecimento, normatividade e suavização do estigma, definindo uma fala marcada pela tentativa de habitar o espaço entre a normalidade social e a singularidade da experiência subjetiva, revelando os efeitos da ideologia na constituição de sentidos e identidades.

E se estabeleceu por negação de um rótulo imposto e pela afirmação de uma humanidade compartilhada. A referência à história da cor rosa e azul como marcadores de gênero ilustrou a plasticidade e a arbitrariedade das categorias identitárias, reforçando a crítica ao essencialismo presente em termos como “anjo azul”.

Segundo Malidier (2003, p. 134), a identidade é “[...] *um processo de identificação que se inscreve em filiações e rupturas discursivas*”. O Sujeito 3 se filiou a um discurso que reivindica igualdade e respeito, rompendo com discursos que buscam “amenizar” ou “atenuar” diferenças por meio de termos considerados eufemísticos, mas que, em última instância, reforçam a ideia de uma excepcionalidade indesejada.

A polifonia, entendida como a multiplicidade de vozes presentes no discurso, manifestou-se de diversas formas no texto. Surge, por exemplo, a voz da mãe, quando o sujeito relata: “*Minha mãe mal conhece o termo e já não gosta*”. Essa inserção introduz outra perspectiva sobre a expressão “anjo azul”, marcada por uma rejeição intuitiva. Também aparece a voz do senso comum sobre neurotípicos: “*Sim, geralmente os neurotípicos seguem padrões existentes sem questionar...*”. Tratando-se de uma formulação generalizante que o Sujeito 3 deu a uma voz social, descrevendo um comportamento normativo.

Identifica-se ainda a voz que estabeleceu a convenção de cores por gênero: “*alguém disse que rosa é cor de menina e azul de menino*”. Essa voz anônima evidencia a força das convenções sociais e a arbitrariedade de certos marcadores identitários. Por fim, emergiu a voz que produziu os termos “*pessoas especiais*”: “*esses termos ‘pessoas especiais’ foram criados para amenizar uma condição...*”. Nesse ponto, o sujeito buscou reconstruir a intenção por trás do uso da expressão, denunciando seu caráter suavizador e a ideologia que sustenta sua circulação.

Por trás da criação desses termos, evidencia-se uma voz que, embora possa carregar boas intenções, produz consequências negativas ao suavizar ou amenizar diferenças. E, por fim, observa-se a voz dos pais de pessoas com deficiência: “*mas entendo os pais que veem seus filhos como anjos*”. Nesse ponto, o Sujeito 3 reconheceu e incorporou uma outra perspectiva, compreendendo a afetividade presente nessa nomeação, ainda que não a adote para si.

Como argumenta Pêcheux (1997, p. 81), “[...] *todo discurso é atravessado por uma memória de outros discursos*”. Nesse post, identifica-se como a fala do sujeito ecoou e dialogou com diferentes vozes e discursos sobre deficiência, normas sociais e linguagem, configurando um espaço de tensão entre afetividade, resistência e crítica social.

Essa heterogeneidade discursiva se evidenciou pela coexistência de diferentes discursos e formações discursivas, entre os quais se destacam: o discurso médico, implícito nas menções a “neurotípicos” e “transtorno de saúde mental”; o discurso social e cultural, associado às normas de interação, padrões de gênero e atribuição de significados às cores; o discurso da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência, que reivindica igualdade e respeito, rejeitando eufemismos que reforçam a diferença como essencial; e o discurso afetivo dos pais, que nomeiam seus filhos como “anjos”.

Essa heterogeneidade mostrou que a materialidade discursiva não é um monólogo isolado, mas um ponto de encontro de diversas discursividades que o moldam e o tensionam. Segundo Orlandi (2007, p. 65), “[...] a heterogeneidade é a condição de produção de todo discurso”.

As formações imaginárias dizem respeito às representações que os sujeitos constroem uns sobre os outros e sobre si mesmos no processo discursivo. No discurso do Sujeito 3, pode-se identificar algumas formações imaginárias relevantes: A representação do “neurotípico” como alguém que segue padrões sem questionar: Essa imagem, construída pelo enunciador, serviu para contrastar com sua própria postura crítica. A representação da pessoa com deficiência como um “anjo azul” ou alguém que necessita de ‘condições especiais’.

Essa formação imaginária é explicitamente questionada pelo Sujeito 3, que a vê como uma tentativa de “amenizar” a condição, mas que, no fundo, perpetuou uma visão de diferença que impede a igualdade. A representação de si mesmo como “*uma pessoa como todas as outras*”: Essa é a formação imaginária que o sujeito buscou impor, reivindicando uma identidade baseada na igualdade e no respeito, para além do seu

transtorno e a representação dos pais que veem seus filhos como “anjos” motivada pelo afeto: O sujeito demonstrou compreender essa formação imaginária, mesmo que não a compartilhe para si.

Como explica Malidier (2003, p. 95), as formações imaginárias são “[...] o modo como os sujeitos se representam na situação de comunicação”. Elas influenciaram a maneira como os discursos são produzidos e interpretados.

A análise deste discurso revelou um sujeito engajado em desconstruir representações cristalizadas sobre a deficiência. Por meio do questionamento, da explicitação de diferentes vozes e da confrontação de formações imaginárias, o enunciador buscou afirmar uma identidade ancorada na igualdade e no respeito. A heterogeneidade discursiva do texto evidencia o embate entre distintas formas de conceber a deficiência e a linguagem mobilizada para nomeá-la. A formação discursiva subjacente articula, assim, uma crítica às normas sociais que marginalizam e uma reivindicação por uma linguagem que reconheça a plena humanidade de todos.

Segundo Orlandi (2008), embora reconheça a importância das contribuições teóricas de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade, a autora chama atenção para o fato de que a classificação proposta por esta, está mais voltada à composição formal do discurso, entendida como uma articulação entre elementos distintos (a + b), que podem ser identificados e, em certa medida, recompostos em uma homogeneização interpretativa.

Em contrapartida, no campo da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana, enfatiza-se a heterogeneidade discursiva, aquela que se manifesta na opacidade e no deslocamento dos sentidos, cujo foco não está na origem dos fragmentos enunciativos, mas nos efeitos de sentido que emergem da combinação indissociável (ab).

Em outras palavras, enquanto a proposta de Authier-Revuz privilegia a dimensão da formulação, a Análise do Discurso volta-se à constituição dos sentidos. Por essa razão, no interior da AD, opta-se pela noção de diferença em detrimento da de heterogeneidade, justamente por considerar que o sentido não é recuperável nem transparente, mas atravessado por esquecimentos, silenciamentos e pela historicidade do dizer, segue a afirmação de Orlandi (2008):

[...] a noção de heterogeneidade não considera a natureza da relação entre diferentes. Acreditamos que isso se dá pelo compromisso desta com a enunciação. Ao se fazer entrar a noção de enunciação, pelo mesmo movimento, se expulsa a de contradição e se reduz a

importância do histórico e, de certo modo, reproduz-se a divisão: de um lado, as sistematicidades, de outro, a obscuridade e a desordem (Orlandi, 2008, p. 47).

Assim, observa-se que a heterogeneidade discursiva se evidencia na coexistência de diferentes discursos e formações discursivas presentes neste *post*. O discurso médico-psicológico aparece de forma implícita nas menções a “*neurotípicos*” e “*transtorno de saúde mental*”; o discurso social e cultural manifesta-se nas referências às normas de interação, aos padrões de gênero e à atribuição de significados às cores; o discurso da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência reivindica igualdade e respeito, rejeitando eufemismos que podem reforçar a ideia de uma diferença essencial; e, por fim, o discurso afetivo dos pais se materializa na nomeação dos filhos como “*anjos*”.

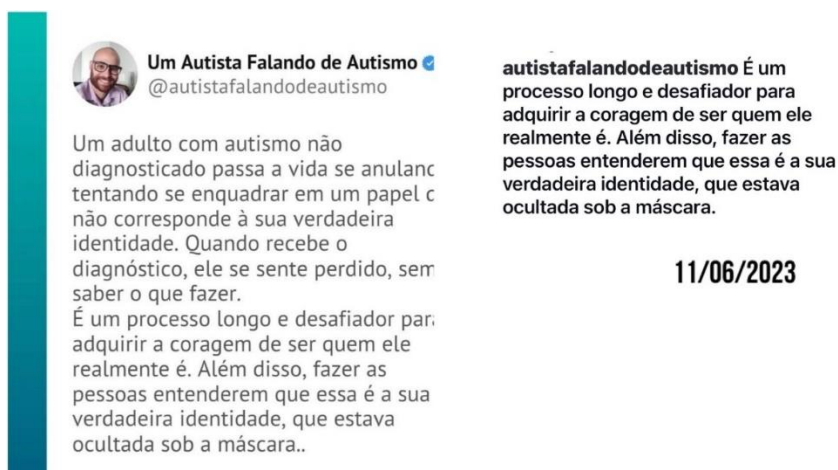
Essa heterogeneidade mostrou que o discurso não é um monólogo isolado, mas um ponto de encontro de diversas discursividades que o moldam e o tensionam. Segundo Orlandi (2007, p. 65), “[...] a heterogeneidade é a condição de produção de todo discurso”.

Dentre os conceitos para análise, sabe-se que as formações imaginárias dizem respeito às representações que os sujeitos constroem uns sobre os outros e sobre si mesmos no processo discursivo. No texto, identifica-se algumas formações imaginárias relevantes:

A representação do “*neurotípico*” como alguém que seguiu padrões sem questionar: Essa imagem, construída pelo sujeito, serviu para contrastar com sua própria postura crítica. A representação da pessoa com deficiência como um “*anjo azul*” ou alguém que necessita de “*condições especiais*”, essa formação imaginária foi explicitamente questionada pelo sujeito, que a viu como uma tentativa de “*amenizar*” a condição, mas que, no fundo, perpetua uma visão de diferença que impede a igualdade.

A representação de si como “*uma pessoa como todas as outras*” configura a formação imaginária que o sujeito buscou afirmar, reivindicando uma identidade ancorada na igualdade e no respeito, para além da condição diagnóstica. Já a representação dos pais, que veem seus filhos como “*anjos*” movidos pelo afeto, foi compreendida pelo Sujeito 3 como uma formação imaginária legítima, ainda que não a adote para si.

Seguindo com as análises, no próximo recorte o Sujeito 3 narrou o processo do diagnóstico, abrangendo o antes, o durante e o depois.



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Assim, na SD apresentada, observa-se a tensão entre o discurso dominante, que exige uma certa “normalidade” e adaptação; e a experiência relatada na fala: *“Quando recebe o diagnóstico, ele se sente perdido, sem saber o que fazer.”* A linguagem utilizada para descrever essa vivência revelou as marcas da ideologia e da história na constituição do sujeito e na luta por reconhecimento de sua identidade.

O discurso *“Um adulto com autismo não diagnosticado passa a vida se anulando, tentando se enquadrar em um papel que não corresponde à sua verdadeira identidade”* evidenciou um efeito de sentido de silenciamento subjetivo, operado por formações discursivas normativas que impõem papéis sociais desvinculados da vivência autista. Nesse ponto, o sujeito foi interpelado por uma ideologia dominante que exige a conformidade à norma, aquilo que Pêcheux (1990, p. 63) denomina assujeitamento ideológico, pois *“[...] o sujeito só pode se reconhecer como tal através de posições que o antecedem e o excedem”*.

A tentativa de *“se enquadrar em um papel”* sinalizou a imposição de uma formação imaginária, isto é, uma imagem de sujeito ajustado à expectativa social, produzida e sustentada por discursos hegemônicos.

Ao dizer *“quando recebe o diagnóstico, ele se sente perdido, sem saber o que fazer”*, o *post* introduziu o acontecimento discursivo do diagnóstico como um marco que rompe com a lógica anterior, mas que não oferece, de imediato, um novo lugar de segurança simbólica.

Desse modo, o Sujeito 3 encontrou-se em um entrelugar, desancorado, o que demonstra que a nomeação oficial não encerra automaticamente um processo de subjetivação, mas o inaugura. Como afirma Orlandi (2007, p. 35), *“[...] o sujeito não é*

dado de antemão, ele se constitui na linguagem, nos entremeios dos sentidos, nas rupturas e deslizamentos do discurso”.

Na continuidade, a SD “*É um processo longo e desafiador para adquirir a coragem de ser quem ele realmente é*” deslocou o eixo da identidade de uma essência inata para uma construção discursiva que exige enfrentamento, reconhecimento e reposicionamento. O uso do termo “*coragem*” reforçou esse caráter político da construção identitária, ao indicar que o sujeito precisa romper com as estruturas que antes o interpelavam. Assim, a condição de autista foi apresentada não como uma patologia a ser corrigida, mas como uma identidade a ser desvelada e validada no espaço social. Essa formulação conecta-se à ideia de subjetivação como um processo histórico-discursivo: “*A subjetivação é o processo pelo qual o indivíduo é levado a se reconhecer como sujeito de um discurso [...] por meio de regimes de verdade que o constituem*” (Foucault, 1988, p. 35).

Por fim, ao afirmar ser necessário “*fazer as pessoas entenderem que essa é a sua verdadeira identidade, que estava oculta sob a máscara*”, o Sujeito 3 denunciou os efeitos das práticas de camuflagem social e da normatização da diferença, revelando que a identidade autista muitas vezes é apagada para atender às expectativas do outro. A metáfora da “*máscara*” indicou o funcionamento da ideologia como apagamento simbólico do sujeito, que precisa esconder-se para ser aceito. Orlandi (2012, p. 58) contribui ao afirmar que “*[...] há sempre um jogo entre o que se pode dizer e o que se cala, e o sujeito se constitui nesse movimento entre silêncio e fala, entre o interdito e o possível*”.

Assim, compreende-se que a identidade autista, nesse contexto, não é simplesmente revelada, mas produzida nas brechas discursivas entre o dizer autorizado e o silenciado. A retirada da “*máscara*” não representou apenas um gesto de visibilidade, mas um reposicionamento no espaço simbólico, em que o Sujeito 3 passa a se significar fora das exigências de normatização e dentro de um novo regime de sentidos que o reconhece em sua diferença. Tratou-se de uma travessia discursiva que deslocou o sujeito da condição de ocultamento para uma posição de enunciação, afirmando sua existência na linguagem e na história.



autistafalandodeautismo Aviso:
contém tom humorístico. Todos nós sabemos que habilidades sociais são importantes, mas autoestima também é. Saber que está tudo bem ser diferente e ter autoconfiança suficiente para falar: "Quem quiser gostar de mim assim, que goste, quem não quiser, que faleça!"

22/07/2023

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Esta nova materialidade discursiva ilustrou a passagem de um sujeito assujeitado a um discurso normativo para um sujeito que, a partir de um acontecimento discursivo (o diagnóstico) busca se refilial a um discurso de autoaceitação e afirmação da diferença. A análise evidencia a atuação da memória discursiva e a luta do sujeito para se reposicionar em relação às normas sociais.

A mudança nas respostas do sujeito antes e depois do diagnóstico revelou a cisão constitutiva do sujeito pela ideologia. Antes do diagnóstico, sua fala internalizava a norma: "*Precisa mudar o seu comportamento, senão acabará sozinho*", assumindo uma posição de inadequação: "*É verdade, sou estranho, preciso mudar*". Nesse momento, o sujeito se via a partir do olhar do outro, reproduzindo a norma social.

Com o diagnóstico, entretanto, houve um deslocamento nessa posição. A resposta "*Tudo bem, de qualquer forma, quando eu for, só cabe uma, porque só cabe uma pessoa no caixão*" expressa uma recusa em se submeter integralmente a essa norma. Há, nesse discurso, um reconhecimento da diferença, mas também uma afirmação da individualidade e da finitude da existência, relativizando a importância da adequação social imposta. Essa mudança apontou para uma tentativa de ressignificação de sua posição subjetiva.

Como afirma Orlandi (2008), o sujeito se constitui na linguagem por meio de deslocamentos, contradições e resistências:

O sujeito é aquele que, por estar inscrito na linguagem, é efeito dela. Ele é constituído pelas formações discursivas que o atravessam, que lhe oferecem posições e que o fazem falar. É, portanto, atravessado pela ideologia e pela história, e é nesse atravessamento que ele se significa" (Orlandi, 2008, p. 38).

A primeira SD: *“Precisa mudar o seu comportamento, senão acabará sozinho”* evocou uma memória discursiva sobre a importância das habilidades sociais para a integração e a evitação da solidão. Esse é um discurso socialmente difundido e internalizado.

É porque há uma memória do que foi dito, memória construída pela repetição, que o que se diz agora adquire sentido. E é essa memória que faz com que o discurso, mesmo que novo, traga consigo o peso daquilo que já foi dito, funcionando como sua base de sustentação e de restrição (Pêcheux, 1999, p. 82).

A segunda SD *“Tudo bem, de qualquer forma...”* acionou outra memória discursiva: a da inevitabilidade da morte e da singularidade do indivíduo diante dela. Essa memória relativiza a pressão social por conformidade, colocando em perspectiva a importância atribuída às habilidades sociais em relação à individualidade e ao destino.

A SD final *“Todos nós sabemos que habilidades sociais são importantes, mas autoestima também é. Saber que está tudo bem ser diferente...”* explicitou um deslocamento na memória discursiva. Embora reconheça a relevância das habilidades sociais, introduziu a autoestima e a aceitação da diferença como valores igualmente significativos, desafiando uma visão estritamente normativa.

O diagnóstico funcionou, nesse percurso, como um acontecimento discursivo, introduzindo uma nova possibilidade de significação para a sua “estranheza”. O que antes era visto como falha a ser corrigida passou a ser compreendido em um novo quadro de referência: o do autismo não diagnosticado. Essa mudança permitiu a emergência de um discurso sobre si mesmo marcado pela aceitação e pela afirmação da diferença. A resposta após o diagnóstico e a reflexão sobre autoestima e diferença materializam esse novo acontecimento discursivo.

Os eventos discursivos analisados provocaram mudanças significativas nos sentidos produzidos, possibilitando a emergência de enunciados antes impensáveis ou silenciados. Esses deslocamentos de sentido evidenciam o que Pêcheux (2006) denomina acontecimento discursivo, entendido como um ponto de inflexão que reorganiza a memória discursiva e inaugura novos modos de dizer. Como afirma o autor: *“[...] o acontecimento, no cruzamento entre a atualidade e a memória”* (Pêcheux, 2006, p. 17), opera uma quebra nas regularidades discursivas, ativando efeitos de interpretação múltiplos e inevitavelmente instáveis. Ao admitir a falsidade como constitutiva da

linguagem, Pêcheux (2006) reafirma que o discurso é sempre histórico, atravessado por rupturas, deslocamentos e contradições.

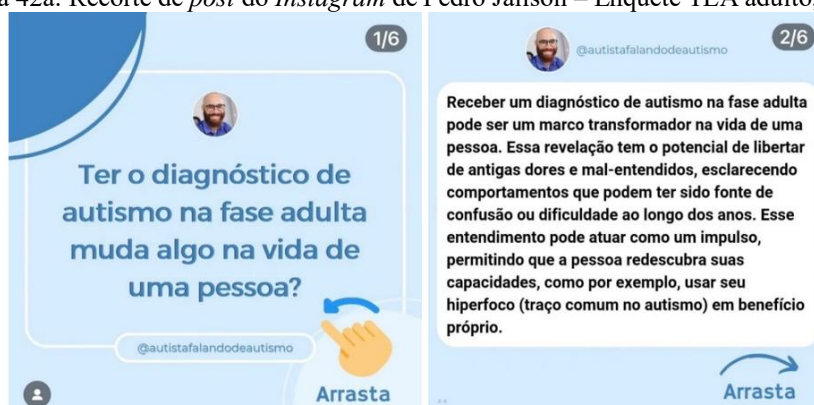
Nesse sentido, observa-se que, antes do diagnóstico, o sujeito estava filiado a uma formação discursiva normativa, que o posicionava como inadequado, estranho ou insuficiente, exigindo dele a mudança para alcançar a aceitação social. Essa filiação se evidencia na incorporação de enunciados como *“sou estranho, preciso mudar”*, que revelam um processo de assujeitamento à lógica da normalização.

Com o diagnóstico, entretanto, emergiu a possibilidade de desfiliação desse discurso dominante e o início de uma vinculação a uma formação discursiva que valoriza a diferença, a identidade autista e a singularidade do sujeito. A afirmação *“saber que está tudo bem ser diferente”* explicitou esse movimento de reinscrição subjetiva, marcando uma tentativa de construir novos sentidos sobre si, a partir de uma posição de reconhecimento e não mais de negação. Essa nova filiação discursiva propôs uma relação com a diferença não como desvio, mas como constitutiva do sujeito.

Já o discurso final *“quem quiser gostar de mim assim, que goste; quem não quiser, que faleça”* funcionou como um enunciado de ruptura simbólica, indicando a desautorização dos discursos que vinculam o valor do sujeito à aprovação do outro. Esse gesto delimitou uma postura discursiva de resistência, em que a dependência da validação externa é substituída por uma enunciação afirmativa da própria existência. Assim, o Sujeito 3 operou deslocamentos no campo da subjetividade, produzindo efeitos de sentido que escapam à lógica da adaptação e da conformidade, afirmando a diferença como lugar possível de significação e pertencimento.

Seguindo para a próxima materialidade, o Sujeito 3 reafirma sua convicção baseada na própria vivência, defendendo a importância de obter um diagnóstico, ainda que este ocorra de forma tardia.

Figura 42a: Recorte de post do Instagram de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto, 1, 2/6.



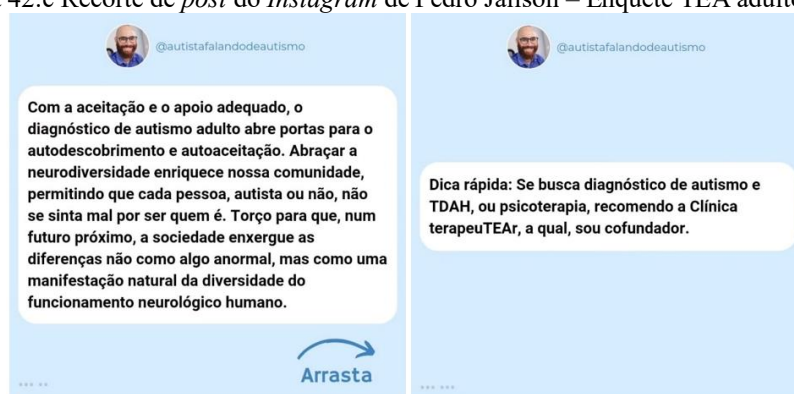
Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Figura 42b: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto, 3, 4/6.



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Figura 42c: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – Enquete TEA adulto, 5, 6/6.



Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

Nestes *posts*, o Sujeito 3 demonstrou como o diagnóstico tardio de autismo é um evento discursivo com potencial para transformar a vida de uma pessoa, permitindo a ressignificação do passado, a reconfiguração da identidade e a busca por novas filiações discursivas em um contexto social que ainda precisa superar estereótipos e abraçar a neurodiversidade.

Neste primeiro *post* (Figura 42a), a pergunta “*Ter o diagnóstico de autismo na fase adulta muda algo na vida de uma pessoa?*” instaurou um dispositivo discursivo de problematização, funcionando como abertura para o acontecimento discursivo. O sujeito lançou mão de uma interrogação que rompeu com o silêncio anterior, evidenciando que, no plano discursivo, o diagnóstico já não era tomado como um simples ato clínico, mas como um marco de transformação subjetiva.

Essa entrada no discurso refletiu o que Pêcheux (1990) compreendeu como acontecimento discursivo, que não apenas modifica os sentidos anteriores, mas reorganiza a memória discursiva:

O acontecimento discursivo, longe de apenas substituir uma palavra por outra, reconfigura o campo de memória em que se inscreve, deslocando os sentidos possíveis, relendo o passado à luz de um novo presente. (Pêcheux, 1990, p. 156).

Michael Pêcheux (1975-1988) também contribui com a compreensão do diagnóstico como um acontecimento que interrompe a linearidade da história do sujeito, reconfigurando sua relação com a linguagem e com sua própria identidade. Sua ênfase na ideologia ajuda a entender a força dos estereótipos e a necessidade de desconstruí-los.

Na SD (Figura 43 a): *“Receber um diagnóstico de autismo na fase adulta pode ser um marco transformador na vida de uma pessoa.”* Observa-se que marcou o momento em que o sujeito assumiu que o diagnóstico operara como um ponto de inflexão, uma quebra na ordem discursiva que reorganizava sua narrativa. A expressão “marco transformador” indicou a entrada em uma nova filiação discursiva, na qual a diferença já não era ocultada, mas reconhecida.

A referência ao diagnóstico como forma de *“libertar de antigas dores e mal-entendidos”* (Figura 43 a) ativou o que Orlandi (2012) definiu como trabalho da linguagem sobre a memória discursiva, conforme Orlandi, 2012 refere:

O sujeito não fala a partir do nada; ele se constitui no interdiscurso, nos restos do que foi dito antes. Ao dizer, atualiza sentidos, resgata memórias e as ressignifica à luz do presente. (Orlandi, 2012, p. 57).

O Sujeito 3 parece deslocar-se de um lugar de inadequação para um lugar de ressignificação positiva de sua própria experiência. O diagnóstico tardio de autismo na vida adulta emerge, nesse contexto, como um acontecimento discursivo determinante: não se limita a uma constatação médica, mas configura-se como um marco que irrompe na trajetória do sujeito, reorganizando sua história pregressa e abrindo novas possibilidades de significação para o futuro. A SD *“Receber um diagnóstico de autismo na fase adulta pode ser um marco na vida de uma pessoa”* evidencia essa ruptura simbólica e o potencial transformador que o diagnóstico pode assumir na constituição identitária do sujeito.

Nesse sentido, o acontecimento não apenas reorganiza a memória discursiva, mas inaugura um novo regime de sentidos, possibilitando que o sujeito se repositone frente às normas sociais e às formações imaginárias que antes o interpelavam. Como afirma Pêcheux (2006), o acontecimento discursivo opera uma quebra nas regularidades estabilizadas, instaurando a possibilidade de enunciar o que antes era silenciado e permitindo que o sujeito produza novos modos de dizer sobre si e sobre sua própria existência.

Na SD da Figura 42b, o Sujeito3 disse: *“O diagnóstico tardio de TEA [...] é uma ferramenta para compreensão do passado e um passaporte para um futuro mais alinhado com a verdadeira essência do indivíduo.”* Neste ponto, o Sujeito 3 produziu um discurso em que o diagnóstico não foi apenas um ato médico, mas um operador simbólico de subjetivação, que permitiu reorganizar a narrativa biográfica. A metáfora do “passaporte” apontou para a abertura de novos lugares de fala e novos efeitos de sentido.

Na SD: *“características [...] que, uma vez compreendidas, podem ser mais bem geridas”*, o sujeito deslocou os traços tradicionalmente vistos como patológicos para um campo de significação identitária, o que configura uma reinscrição discursiva. Como afirmou Pêcheux (1990):

A significação não está nas palavras, mas no lugar ideológico de onde se fala. O mesmo traço pode ser tomado como doença ou como marca de identidade, dependendo do ponto de onde se diz. (Pêcheux, 1990, p. 118).

Eni Orlandi (2006) enriquece esta análise ao introduzir a noção de memória discursiva, evidenciando como os discursos preexistentes sobre o autismo influenciam tanto a compreensão quanto a experiência do diagnóstico. Nesse contexto, o conceito de filiação torna-se fundamental para compreender como o sujeito busca se identificar e se reinscrever em novos discursos após essa revelação.

Destaca-se, nesse sentido, o discurso: *“É fundamental entender que o autismo não tem rosto.”* Neste *post*, o Sujeito 3 deslocou-se para o campo do debate social e discursivo, convocando o interlocutor à desconstrução dos estereótipos que cristalizam imagens identitárias. A negação da existência de uma “aparência de autismo” constituiu uma crítica às formações discursivas que sustentam a invisibilidade do autismo em adultos, sobretudo quando seus traços não correspondem às imagens normatizadas.

A metáfora do *“espectro amplo e diversificado”* recupera o princípio da heterogeneidade discursiva. Como afirma Orlandi (2007, p. 29), *“não há identidade plena ou transparente. Todo sujeito é atravessado por múltiplos discursos, e é nessa multiplicidade que ele se constitui”*. Esse deslocamento discursivo representa uma tentativa de ampliar os sentidos possíveis do autismo, recusando a normatividade de uma imagem única e fixa.

Por fim, a SD: *“Com a aceitação e o apoio adequado, o diagnóstico de autismo adulto abre portas para o autodescobrimento e autoaceitação”* evidencia um deslocamento positivo, no qual o sujeito passa a se reinscrever discursivamente em uma nova rede de significações, reconhecendo a neurodiversidade como valor e não como desvio. A metáfora de *“abrir portas”* aponta para uma política dos sentidos, permitindo que a fala do autista encontre circulação simbólica, ressignificando identidades e tensionando fronteiras discursivas historicamente estabelecidas.

A SD *“as diferenças não como algo anormal, mas como uma manifestação natural”* evidencia a tentativa de produzir novos efeitos de sentido, nos quais o sujeito é legitimado em sua singularidade. Essa formulação dialoga com o que Pêcheux (1990, p. 162) descreve sobre o funcionamento das formações discursivas contra-hegemônicas: *“Certos discursos só se tornam possíveis quando o funcionamento ideológico dominante é deslocado. O sujeito pode então se apropriar de sentidos antes interditos.”*

A sequência de postagens analisadas revela o funcionamento de um discurso de ruptura, que se contrapõe à lógica patologizante historicamente atribuída ao autismo e, em seu lugar, propõe novas formas de significação, pertencimento e reconhecimento. Nesse processo, o diagnóstico, longe de representar um ponto de encerramento, opera como um acontecimento discursivo que possibilita deslocamentos nas formações discursivas às quais o sujeito estava vinculado, abrindo espaço para processos de subjetivação que valorizam a diferença e legitimam a experiência autista na vida adulta.

Além disso, as postagens mobilizam uma crítica direta aos estereótipos e às normatividades, convocando o interlocutor à desconstrução de imagens cristalizadas e à aceitação da neurodiversidade como parte constitutiva da sociedade. Como destacam Pêcheux (1990) e Orlandi (2001), os sentidos não são fixos, mas produzidos na relação entre memória discursiva, ideologia e posição de sujeito. É justamente nesse entrecruzamento que o sujeito analisado inscreve sua fala, ressignificando sua história, seu corpo e seu lugar no mundo.

A análise destas Sequências Discursivas evidencia que o diagnóstico tardio de autismo opera como um acontecimento discursivo que reorganiza sua memória e possibilita novas filiações discursivas. Antes do diagnóstico, o sujeito se posicionava a partir de uma formação discursiva normativa, internalizando a lógica da adaptação e da adequação social, o que produzia efeitos de assujeitamento e silenciamento identitário.

Contudo, o contato com novos discursos, sobre neurodiversidade, aceitação e pertencimento, promoveu deslocamentos que permitiram ao sujeito reinscrever-se simbolicamente, rejeitando imagens cristalizadas e eufemismos que limitavam sua experiência, observamos assim na SD *“saber que está tudo bem ser diferente”* e ao recusar a necessidade de camuflar sua identidade sob uma “máscara”, o sujeito passa a significar sua diferença não mais como déficit, mas como parte constitutiva de si.

Nesse movimento, o discurso do Sujeito 3 desloca-se de um lugar de apagamento para uma posição de resistência, operando um gesto de reivindicação simbólica que desestabiliza discursos hegemônicos e propõe novos regimes de sentido sobre o autismo. Compreende-se, assim, que o processo de subjetivação do sujeito se constrói na tensão entre o dizer autorizado e o silenciado, entre a norma e a ruptura, produzindo efeitos que legitimam sua existência enquanto sujeito histórico, atravessado pela linguagem e inscrito no espaço social.

O sujeito não é a origem absoluta do que diz; ele é atravessado por formações discursivas que o antecedem e que determinam, em grande parte, o que pode e deve ser dito. No entanto, é no confronto com esses limites, quando o sujeito desloca os sentidos estabilizados e reinscreve outros, que se abrem possibilidades de resistência e de transformação. O discurso, assim, é um espaço de disputa, onde se produzem efeitos de sentido que nunca estão totalmente sob o controle do sujeito. (Pêcheux, 1997, p. 162).

Essa citação reforça que o Sujeito 3, ao enunciar, rompe com posições cristalizadas que o reduziam à incapacidade e, ao mesmo tempo, produz novos sentidos sobre si e sobre o autismo, afirmando-se como um sujeito ativo na construção de sua própria narrativa.

Dando continuidade à análise, o próximo post do Sujeito 3, apresenta um deslocamento discursivo importante, no qual ele passa a investir na construção de um espaço de engajamento e conscientização sobre o diagnóstico tardio de autismo e TDAH. A partir da sua própria trajetória, ele ressignifica a experiência do diagnóstico e assume

uma posição de enunciador que compartilha vivências, informa e acolhe outros adultos que enfrentam desafios semelhantes.

Nesse movimento, evidencia-se a inscrição do sujeito em uma formação discursiva que valoriza a troca coletiva, a visibilidade da neurodiversidade e a promoção de novos sentidos sobre o autismo na vida adulta. Essa tomada de posição não apenas reforça sua identidade enquanto autista, mas também amplia o alcance de sua fala, convocando o interlocutor a refletir sobre a importância da aceitação e do apoio social.

Figura 43: Recorte de *post* do *Instagram* de Pedro Jailson – 21 de junho de 2023.



autistafalandodeautismo Eu sou Pedro Jailson, conhecido na área de saúde mental por meu trabalho dedicado ao autismo e TDAH. Recebi meu diagnóstico de autismo e TDAH aos 28 anos, e desde então, dedico-me a aumentar a conscientização sobre estes transtornos. Atualmente, com quase 32 anos (em setembro de 2023), continuo a compartilhar minha jornada e experiências.

Minha História Pessoal e Profissional:
Em março de 2020, após receber o diagnóstico de autismo e TDAH, percebi que muito do que compunha a minha essência e as peculiaridades que apresentava ao longo da vida tinham uma explicação. Esta descoberta foi crucial para o meu autoconhecimento e aceitação. A interação com outras pessoas autistas através das redes sociais foi fundamental nesse processo.

Influenciado por esses indivíduos e pela comunidade online, decidi criar minha própria página no Instagram. O objetivo dessa iniciativa é auxiliar outros adultos que buscam o diagnóstico de autismo e TDAH, oferecendo suporte, informações e compartilhando experiências.

Contribuição Profissional:
Em março de 2021, um ano após o meu diagnóstico, cofundei a Clínica **TerapeuTEAr** <@terapeutear.autismo>. A clínica é especializada no diagnóstico de autismo e TDAH em adultos, oferecendo também serviços de psicoterapia. Este empreendimento representa um marco significativo em minha jornada, não apenas pessoal, mas também como profissional na área da saúde mental.

Engajamento e Conscientização:
Minha missão é promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico tardio de autismo e TDAH. Através das redes sociais, continuo a divulgar informações relevantes, compartilhar experiências e proporcionar visibilidade a essas condições, contribuindo assim para uma maior compreensão e aceitação do autismo e TDAH na sociedade.

Fonte: @autistafalandodeautismo, capturada pela autora, 2025.

O conteúdo analisado introduziu o Sujeito 3 a partir da pergunta “*Quem é o Pedro?*”, configurando-se como um gesto de interpelação que já produz efeitos de identificação e de posicionamento discursivo. Ao responder a essa interrogação por meio do relato de sua trajetória pessoal e profissional, o Sujeito 3 construiu uma narrativa de subjetivação discursiva, na qual o diagnóstico tardio de autismo e TDAH operou como um acontecimento discursivo, conforme formulado por Pêcheux (1990), para quem:

Um acontecimento de linguagem é aquele que rompe com a evidência do já-dito, deslocando sentidos, convocando memórias e instaurando novas possibilidades de interpretação. (Pêcheux, 1990, p. 156).

Esse funcionamento torna-se evidente na afirmação: *“Recebi meu diagnóstico de autismo e TDAH aos 28 anos, e desde então, decidi me dedicar à conscientização sobre esses transtornos.”* Nesse discurso, observa-se que o Sujeito 3 marca o diagnóstico como ponto de virada, que não apenas reorganiza sua trajetória individual, mas também produz novos sentidos sobre sua existência e missão social. O uso da forma verbal “decidi” evidencia o momento do deslocamento subjetivo, no qual o sujeito se afasta de um lugar de passividade, marcado por sentimentos de inadequação, e se reinscreve em uma posição discursiva ativa e militante. Essa nova filiação a uma formação discursiva que valoriza a visibilidade, o compartilhamento e a politização da diferença revela como o diagnóstico funciona como operador simbólico de transformação, permitindo a emergência de enunciados que ressignificam sua identidade e ampliam sua atuação no espaço social.

Na sequência, a SD *“Percebi que muito do que compunha a minha essência e as peculiaridades que apresentava ao longo da vida tinham uma explicação”* evidenciou um processo de ressignificação retroativa do passado, no qual o diagnóstico funcionou como operador de leitura de si mesmo. A expressão *“tinham uma explicação”* acionou a memória discursiva, atualizando sentidos antes vividos como inadequação e reinterpretando-os sob um novo regime de verdade, instaurado pela nomeação institucional.

Como reforça Orlandi (2001, p. 25): *“O sujeito é sempre atravessado por uma rede de sentidos que o antecedem, e é nessa teia que ele se reinscreve, se desloca e se dá a conhecer.”* Assim, no contexto das redes sociais, a constituição dessa nova subjetividade foi explicitada na SD: *“A interação com outras pessoas autistas através das redes sociais foi fundamental nesse processo.”* Esse enunciado revela que o sujeito se constitui discursivamente na relação com o outro e com o coletivo, sendo sua posição subjetiva marcada pela heterogeneidade constitutiva da linguagem.

Conforme a noção de interdiscurso, definida por Orlandi (1996), o sujeito não fala a partir de si mesmo de forma isolada, mas *“a partir de vozes múltiplas que o atravessam e que são memória do social, da história e da ideologia”* (p. 41). Essa compreensão pode ser observada no recorte: *“Decidi criar minha própria página no Instagram [...] oferecendo suporte, informações e compartilhando experiências”*, que indicou uma mudança de lugar discursivo: do lugar de diagnosticado para agente do discurso. Tal

movimento evidencia um processo de desfiliação discursiva em relação ao silenciamento anterior e, simultaneamente, de afiliação a discursos de visibilidade, acolhimento e conscientização.

Além disso, o Sujeito 3 passou a articular sua experiência pessoal com uma prática de impacto coletivo, como evidenciado na afirmação: *“Este empreendimento representa um marco significativo em minha jornada, não apenas pessoal, mas também como profissional na área da saúde mental.”* Nesse ponto, nota-se o atravessamento entre o dizer de si e o dizer público, no qual a vivência individual é ressignificada e convertida em discurso com função social, posicionando o sujeito como produtor de sentidos que ultrapassam sua própria experiência para atingir o coletivo.

Para encerrar a análise sobre a disponibilidade do sujeito em ajudar outros, observa-se, na SD *“Minha missão é promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico tardio [...]”*, a emergência de um novo papel social: o de contribuir para uma maior compreensão e aceitação do autismo e do TDAH na sociedade. Essa materialidade discursiva evidencia um reposicionamento enunciativo, no qual o sujeito se inscreve como enunciator político. O uso da palavra *“missão”* e da forma verbal *“promover”* indica um deslocamento da esfera privada para a arena discursiva da militância, assumindo o papel de mediador entre formações discursivas divergentes: de um lado, aquelas que silenciam, estigmatizam e patologizam; de outro, as que afirmam a neurodiversidade como valor e potência social.

Ao analisar outras marcas discursivas, é possível identificar, à luz de Pêcheux (1997), que o conhecimento é sempre produzido em um contexto histórico, social e político. Nesse sentido, o relato do sujeito sobre as agressões sofridas na escola e a busca por aceitação evidencia a presença de relações de poder que atravessam a constituição do sujeito, nas quais o “diferente” é frequentemente excluído, silenciado ou violentado. Além disso, o trecho que menciona *“a leitura e a busca pelo conhecimento sobre a Síndrome de Asperger”* demonstra que essa ação não se restringiu a um ato individual, mas se constituiu como um gesto de resistência e empoderamento, por meio do qual o sujeito mobilizou novos sentidos sobre si e sobre sua inserção no social.

Nesse processo, o protagonista ressignifica a “estranheza” atribuída a si, convertendo-a em uma busca por compreensão, pertencimento e aceitação. Esse deslocamento produz novas possibilidades de significação sobre sua trajetória, ampliando os modos de se compreender como sujeito. Conforme explica Orlandi (2002), na constituição do sujeito, dois momentos são fundamentais: o primeiro refere-se à

interpelação do sujeito pela ideologia, quando ele se submete ao simbólico e é atravessado pela linguagem. É justamente nessa relação que o sujeito produz sentidos, inscrevendo-se em determinadas posições discursivas que configuram, tensionam e reorientam sua experiência no mundo.

[...] para ressoar, é preciso a forma material, ou seja, a língua-e-a-história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem. E em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro a história exerce sua força inexorável (Orlandi, 2007, p. 24).

Assim, o sujeito precisa se assujeitar à língua que é constituída historicamente e que o reflete interpelado pela ideologia e a partir daí começa a funcionar como forma-sujeito. De acordo com a autora:

[...] em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção dos sentidos (Orlandi, 2002, p. 72).

A expressão “jogo de palavras individua(liza)ção” referiu-se a dois processos de identificação: o de individuação e o de individualização. Segundo Orlandi (2010, p. 15), “[...] as formas (ou modos) de individuação do sujeito, promovidas pelo Estado e estabelecidas pelas instituições, bem como as discursividades que delas resultam, culminam na formação de um indivíduo que é ao mesmo tempo responsável e detentor de sua própria vontade”. Em outras palavras, a individuação busca criar a imagem de um indivíduo único, responsável e vinculado a certas comunidades, através de processos de identificação. Para se individuar, o sujeito cria “[...] um laço social ínfimo que o signifique” (Orlandi, 2010, p. 18).

O segundo processo, chamado individualização, é caracterizado por Orlandi (2008, p. 103) como a criação de “[...] um sujeito individualizado, visível, mensurável e, por conseguinte, identificável e controlável”. Esse processo é moldado pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, que fornecem nomes, registros pessoais, dados de localização, entre outros. Esse processo de identificação por meio da individualização resulta em um apagamento da individuação, devido ao funcionamento da ideologia.

Ou seja, a individualização cria a impressão de que o sujeito é único porque é identificável, possuindo um nome e registros que o distinguem. Simultaneamente, o processo de individuação fica oculto, pois o sujeito tem a falsa ideia de que suas identificações são fruto de sua própria escolha, sem perceber que essas identificações são moldadas por contextos sócio-históricos e ideológicos.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que reconheça como naturais e evidentes as posições que ocupa e os sentidos que produz. Ele se percebe como origem de seus atos e de suas escolhas, sem perceber que estas já estão determinadas por formações discursivas que o antecedem. É essa ilusão de autonomia que mascara os mecanismos ideológicos de constituição do sujeito, fazendo-o acreditar que diz o que quer, quando, na verdade, ele diz o que pode, a partir do lugar que ocupa. (Pêcheux, 1997, p. 154).

Essa formulação evidencia que a individualidade do sujeito é construída no interior das formações discursivas e que a sensação de autonomia é, na verdade, um efeito ideológico, apagando os processos históricos e simbólicos que o constituem.

A respeito dos processos de individualização do sujeito pelo Estado, o qual busca visibilizar o sujeito para melhor controlá-lo, ao mesmo tempo em que o torna responsável por sua atuação em sociedade, Haroche (1992, p. 23), apontou que quando teve a decisão de estudar psicologia para ajudar outros autistas foi uma expressão de um novo sujeito que emerge a partir de seus próprios discursos e verdades, e ação de compartilhar sua experiência é também uma forma de construir um novo espaço de inclusão.

Falando em sentidos, a mudança de sentido no relato, que vai da culpa e confusão ao alívio e compreensão, manifesta como os discursos têm o poder de transformar a experiência de vida do sujeito. O protagonista começou a entender suas crises e se aceita como autista, indicando que houve uma mudança de efeitos de sentidos em relação a sua vida adulta.

A seguir, apresenta-se um quadro analítico que estabelece a relação entre as diferentes formações imaginárias de imagem que emergem na interação entre os sujeitos nos contextos referenciados (A e B). O quadro considera a experiência do Sujeito 3, evidenciando como ele se percebe em relação aos outros e como imagina ser percebido por eles, destacando os efeitos de sentido produzidos nesse movimento de identificação e projeção.

Localização	Imagem do Lugar	Interrogativa (Quem é ele/ela para que me fale assim?)	Sujeito (Quem Sou Eu?)
A	Imagem de A para o sujeito em A: Um autista que se dedica a aumentar a conscientização sobre o autismo	"Quem sou eu para que me reconheçam como uma voz autorizada na luta pela conscientização?"	"Eu sou Pedro Jailson, um profissional que trabalha com a saúde mental, autista e defensor do autismo."
B	Imagem de B para o sujeito em B: Outro autista compartilha sua jornada de autoconhecimento e aceitação	"Quem sou eu para que ele me reconheça como parte da comunidade?"	"Eu sou um indivíduo autista em busca de entender e ser entendido."
A → B	Imagem de A para o sujeito colocado em B: Um ativista da comunidade autista	"Quem é ele para que eu escute suas experiências e as considere relevantes?"	"Eu vejo outros autistas e suas lutas, e quero que eles entendam a importância do diagnóstico."
B → A	Imagem de B para o sujeito colocado em A: Influência e inspiração através de experiências compartilhadas	"Quem é ele para que suas experiências impactem a minha jornada?"	"Ele me representa e eu busco inspiração nas suas palavras."

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Este quadro articulou como formas de identidade e conscientização são formadas e moldadas através das interações sociais, especialmente no contexto do autismo, assim, a noção do imaginário nos leva à afirmação de Michel Pêcheux (1993, p. 75), para quem todo discurso emerge de "condições de produção dadas", que o autor define como "as circunstâncias de um discurso". Dentro dessas circunstâncias, Pêcheux (2014) enfatiza o papel das formações imaginárias: "[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro" (Pêcheux, 2019, p. 39, grifo do autor).

Sendo assim, observa-se a interação A (Sujeito 3 como sujeito em A): onde o sujeito se posicionou como um profissional e defensor do autismo. Ele questionou sua própria legitimidade ao se considerar uma voz reconhecida na conscientização sobre o autismo, refletindo uma busca por aceitação e validação.

Já se nota na interação B (outro autista como sujeito em B), o outro autista, colocado em sua própria perspectiva, também procurou entender seu lugar na comunidade. Ele pôde se ver como alguém que buscou apoio e compreensão, colocando-se em uma posição de vulnerabilidade.

E as interações entre A e B, o diálogo entre esses sujeitos evidenciou a interdependência. O Sujeito 3 buscou influenciar e informar outros, enquanto estas outras vozes e experiências também o impactavam e o ajudavam a moldar sua identidade e seus objetivos. O reconhecimento mútuo na luta por conscientização é fundamental para a construção de uma comunidade mais unida, informada e menos capacitista.

E para encerrar a análise sobre sua disponibilidade em ajudar os outros, retoma-se a SD: *“Minha missão é promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico tardio [...]”*, no qual foi possível observar o reposicionamento discursivo do sujeito a partir da atribuição de um novo papel social. Ao mobilizar a noção de “missão”, o sujeito não apenas marcou uma intencionalidade, mas inscreveu-se discursivamente em uma posição de sujeito que se constitui na função de agente de transformação simbólica. A construção do discurso evidenciou uma tomada de posição que extrapolou o âmbito do relato pessoal e assumiu a função de mediação social, voltada à conscientização coletiva.

A SD destacou a passagem de uma posição de enunciação anteriormente marcada pela inadequação e pelo silenciamento para uma posição filtrada por uma formação discursiva contra-hegemônica, que visava ampliar os sentidos sobre o autismo e o TDAH na vida adulta.

Ao afirmar que seu objetivo era contribuir para “uma maior compreensão e aceitação do autismo e TDAH na sociedade”, o sujeito ativou sentidos que se opunham aos discursos normativos que tradicionalmente associaram essas condições à infância, ao déficit ou à patologização.

Esse movimento de deslocamento discursivo revelou o que Orlandi (2007) chamou de giro interpretativo, no qual o sujeito passa a produzir efeitos de sentido que não repetem a lógica dominante, mas que instauram novas redes de significação:

O sujeito que fala já é um sujeito ideológico, atravessado por sentidos e posições, mas pode, ao se reposicionar, produzir deslocamentos que o levam a significar o mundo de outra forma. (Orlandi, 2007, p. 29).

Dessa forma, o discurso analisado operou como um gesto discursivo que articulou experiência pessoal e projeto coletivo, reforçando o entendimento de que o discurso não apenas representa o mundo, mas produz realidades e posições sociais possíveis. Como destacou Pêcheux (1990), “[...] a palavra do sujeito é efeito da formação discursiva que a sustenta, mas é também lugar de luta, onde os sentidos podem ser deslocados, invertidos, ressignificados” (p. 63). Assim, ao afirmar sua missão, o sujeito reinscreveu-se

discursivamente como um mediador de sentidos, um elo entre sua vivência e os regimes de saber que ainda atravessam o autismo com marcas de exclusão.

Em síntese, a análise dos *posts* evidenciou como os dizeres, atravessados pela experiência do diagnóstico, pelo posicionamento diante da alteridade e pelo ato de nomeação da diferença, articularam uma complexa construção da subjetividade. Nesse processo, o sujeito não apenas reconfigurou sua identidade autista, mas também tensionou e questionou os discursos hegemônicos que, historicamente, o silenciaram, excluíram ou marginalizaram.

Encaminha-se agora para a análise dos *posts* do *Instagram* do Sujeito 4, que explorou outras estratégias de construção identitária pela discursividade, formulando novos efeitos de sentido a partir de seu lado, embora em idade considerada tardia.

6.1.4 Sujeito 4

Dando continuidade à presente pesquisa, esta seção foi dedicada à análise da materialidade discursiva de Lucas Pontes aqui identificado como do Sujeito 4, jovem autista diagnosticado oficialmente na vida adulta, que relatou em diversas postagens, que já se reconhecia como pertencente ao espectro autista antes mesmo de obter um diagnóstico formal, construindo, assim, uma trajetória marcada por um intenso processo de autoidentificação, buscando por compreensão e validação subjetiva.

Seu perfil no *Instagram* evidenciou uma evolução discursiva perceptível ao longo do tempo. O primeiro *post* datado de 05 de janeiro de 2020. Nos apresentou posiciona-se a partir de sua experiência como pessoa autista, enfatizando pequenos deslizes comunicacionais como parte integrante de sua história.

Na SD: “*Dificuldade na comunicação dentro do espectro autista não necessariamente é ter atrasos na fala... Não saber a hora certa de falar... acaba gerando um grande acúmulo de gafes...*” (Figura 45), observa-se um dizer que mobiliza diferentes dimensões da Análise do Discurso (AD), em consonância com a tradição teórica de Orlandi (1983, 1988), ao evidenciar como o sujeito se constitui por meio da linguagem e se inscreve em formações discursivas que problematizam os sentidos historicamente associados ao autismo.

Figura 44: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – História da minha vida.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

O conjunto discursivo formado pela imagem e pelo texto publicado pelo perfil @lucas_atipico, em 5 de janeiro de 2020, revelou um funcionamento marcado pela construção de uma identidade autista atravessada por marcas de desajuste comunicativo e, simultaneamente, por um gesto de explicitação e reivindicação de compreensão social.

A imagem apresentou dois livros com títulos contrastivos: “*História da minha vida*” e “*História da minha vida sem as gafes cometidas*”, sendo o primeiro consideravelmente mais espesso que o segundo. Esse contraste visual operou como um recurso metafórico-discursivo, indicando que grande parte da experiência de vida do sujeito esteve marcada por comportamentos socialmente considerados inadequados, as chamadas “*gafes*”, frequentemente atribuídas às dificuldades comunicacionais características do espectro autista. A legenda que acompanhou a publicação complementou e complexificou os sentidos da imagem, funcionando como um discurso que buscou deslocar sentidos cristalizados sobre o autismo.

Da materialidade discursiva do Sujeito 4, destacamos a SD: “*Dificuldade na comunicação dentro do espectro autista não necessariamente é ter atrasos na fala ou não saber se expressar de forma funcional.*” Nesse trecho, o sujeito introduziu uma crítica ao discurso hegemônico que historicamente associa deficiência comunicativa exclusivamente à ausência de linguagem verbal funcional.

Tal formulação inscreveu-se em uma formação discursiva contra-hegemônica, ao ampliar o entendimento de comunicação e evidenciar sua complexidade nos níveis pragmático, interacional e social, marcando um movimento de resistência frente aos discursos normativos sobre o autismo.

O sujeito prosseguiu afirmando: “*Não saber a hora certa de falar, como falar, como interpretar o que foi dito [...] também são considerados como dificuldades na comunicação.*” E performatizou o que Orlandi (2001) denominou de desdobramento discursivo, ou seja, a explicitação de aspectos do dizer que comumente permaneciam silenciados nas práticas sociais, ao se inscrever discursivamente no lugar daquele que experienciou os efeitos de um funcionamento comunicativo que escapa às normas da sociabilidade neurotípica, o sujeito também denunciou, de forma implícita, a violência simbólica presente nas expectativas normativas.

Na SD: “*Todas essas ‘pequenas’ dificuldades acabam gerando um grande acúmulo de gafes... mas eu juro, não fazemos por mal*”, funcionou como um movimento de reinscrição subjetiva, em que o sujeito buscou humanizar e justificar os atos comunicativos considerados desviantes. O uso de aspas em “pequenas” produziu um efeito de distanciamento e crítica irônica à minimização social dessas dificuldades. Tal gesto de dizer revelou o processo de subjetivação discursiva, no qual o sujeito se constituiu na contradição entre o desejo de ser compreendido e a interpelação por discursos que o posicionaram como inadequado ou inapto. Como destacou Pêcheux (1990, p. 156):

o sujeito não é o dono de sua fala, ele se inscreve em formações discursivas que o precedem, o atravessam e o determinam, mesmo quando resiste ou ironiza os sentidos dominantes”. (Pêcheux, 1990, p.156).

Assim, a materialidade discursiva analisada operou em duas direções complementares: por um lado, evidenciou os efeitos da inadequação comunicativa vivenciada pelo sujeito autista; por outro, produziu um deslocamento dos sentidos que, historicamente, associavam tais comportamentos a uma falha ética ou intencional. Ao reconfigurar a “gafe” como efeito de um funcionamento neurológico diverso, o Sujeito 4 rompeu com o julgamento moralizante, reivindicando um olhar ético, sensível e politizado sobre as diferenças comunicativas no espectro autista.

Dando continuidade à análise da materialidade discursiva do Sujeito 4, observamos que os *posts* seguintes, dedicados à temática do laudo diagnóstico, inauguram um novo acontecimento discursivo. Diferentemente das publicações anteriores, nas quais o foco estava na experiência cotidiana das dificuldades comunicativas e na tentativa de ressignificar os sentidos atribuídos às “gafes”, neste momento, o sujeito passa a se

confrontar com a institucionalização de sua identidade por meio da nomeação diagnóstica.

Segundo Pêcheux (1990), o acontecimento discursivo ocorre quando um enunciado rompe com a evidência dos sentidos estabilizados, convocando memórias discursivas e instaurando novas possibilidades de interpretação. Ao compartilhar publicamente seu laudo diagnóstico, o sujeito reinscreve-se em outra formação discursiva, na qual a nomeação clínica deixa de funcionar apenas como uma determinação externa e passa a operar como um dispositivo simbólico de leitura de si e de reposicionamento social.

O acontecimento discursivo marca o ponto de encontro entre a memória e a atualidade. Ele introduz um deslocamento na ordem dos sentidos, desestabilizando evidências estabelecidas e produzindo novas possibilidades de significação. Ao romper com o já-dito, o enunciado convoca outras memórias discursivas e reinscreve o sujeito em posições que não existiam anteriormente. (Pêcheux, 1990, p. 56).

Essa passagem também revela um deslocamento de posição discursiva: de alguém que buscava justificar seus comportamentos perante os julgamentos sociais para um sujeito que assume discursivamente sua condição, reivindicando legitimidade, visibilidade e pertencimento. O laudo, portanto, não se limita a um documento médico, mas atua como acontecimento constitutivo, capaz de reorganizar sentidos, produzir novas identificações e abrir espaço para práticas de resistência frente aos discursos hegemônicos que tradicionalmente silenciam ou patologizam a neurodivergência.

Na próxima SD, analisamos como o Sujeito 4 mobiliza o diagnóstico em seus dizeres, explorando os efeitos de sentido que emergem desse encontro entre o saber clínico, o discurso social e sua própria experiência subjetiva.

Figura 45a: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Crônicas de um autista I.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 45b: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Crônicas de um autista II.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 45c: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Crônicas de um autista III.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 45d: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Crônicas de um autista IV.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 45e: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Crônicas de um autista V



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

A análise que se segue tem por objetivo compreender os efeitos de sentido produzidos nas postagens do Sujeito 4, a partir do processo discursivo de sua trajetória diagnóstica. As postagens selecionadas compuseram uma discursividade visual e textual estruturada em sequência, funcionando como um gesto de interpretação de si que se inscreve na materialidade digital.

Partimos do pressuposto de Pêcheux (1975), que todo discurso é atravessado por formações ideológicas e constituído sob determinadas condições de produção. Assim, não se aludiu apenas em analisar o que foi dito, mas de que lugar se foi dito, a quem se dirigiu

e sob quais discursos anteriores esse dizeres se ancoravam ou se oporiam. O sujeito que emerge nessas postagens não é autônomo nem originário, mas interpelado pela ideologia (Pêcheux, 1988), constituindo-se por meio da linguagem e dos sentidos que circulam no interdiscurso, como demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 18. Sujeito 4. Formações Imaginárias.

Imagem/Post/recorte	Formações Imaginárias	Efeitos de Sentido
Post 1 – "Logo nos meus primeiros anos..."	Sujeito 4 é visto como 'estranho' pelos outros e internalizou a imagem de inadequação; construção do eu a partir do olhar do outro.	Autismo como marca de diferença desde a infância; discurso de alteridade imposto ao sujeito.
Post 2 – "Minha mãe até questionava os médicos..."	A imagem do Sujeito 4 como apenas 'tímido'; apagamento da diferença e reforço de uma norma de comportamento.	Silenciamento institucional; sentido de normalidade imposto pelo discurso médico.
Post 3 – "O tempo foi passando..."	Formação do Sujeito 4 marcado pela exclusão e solidão; identidade estruturada na oposição ao 'normal'.	Sufrimento subjetivo e sensação de inadequação; repetição do não pertencimento.
Post 4 – "Li uma matéria sobre a Síndrome de Asperger..."	Identificação com o discurso médico por meio da leitura; imaginário de reconhecimento e pertencimento.	Autorreconhecimento e emergência de sentido para a própria trajetória.
Post 5 – "Eu fui, falei... e me decepcionei..."	Sujeito 4 é deslegitimado pelo discurso médico; formação imaginária de descrédito e invalidação.	Invalidação simbólica do Sujeito; manutenção da exclusão pela autoridade médica.
Post 6 – "Por conta do que os médicos falaram..."	Tentativa de negação da identidade autista; sujeito é levado a acreditar que é apenas 'esquisito'.	Produção de sentido de fracasso e rejeição da própria identidade.
Post 7 – "Após responder centenas de perguntas..."	Reconhecimento discursivo por um profissional; constituição do sujeito em uma posição de alívio e verdade.	Reconfiguração identitária; o diagnóstico passa a dar sentido à história vivida.
Post 8 – "Após o diagnóstico eu melhorei muito..."	Sujeito se apropria de sua identidade e afirmou sua diferença; formação imaginária positiva e autêntica.	Estabilização de sentidos positivos sobre o ser autista; agência e empoderamento.
Post 9 – "Criei o Arteaspie..."	Consolidação de uma nova posição discursiva como produtor de sentido e referência para outros autistas.	Produção de novos sentidos sobre o autismo; o sujeito tornou-se enunciador legítimo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A análise dos discursos do Sujeito 4 evidenciou um processo complexo de constituição identitária, atravessado por deslocamentos discursivos, silenciamentos e reposicionamentos subjetivos. Tais movimentos são marcados pela tensão entre o dizer de si e os discursos sociais que o atravessam, revelando um funcionamento heterogêneo e polifônico, em que sentidos distintos se encontram, se chocam e se ressignificam.

Na SD “*Logo nos meus primeiros anos...*”, o Sujeito 4 recupera memórias da infância, trazendo à cena olhares que o classificavam como “estranho”, o que evidencia que a constituição do eu se dá a partir da alteridade. Ao ser interpelado por formações discursivas que o definem negativamente, o sujeito ocupa inicialmente um lugar identitário de desajuste. Esse processo materializa o que Pêcheux (1990) denomina formação imaginária, por meio da qual o sujeito constrói sua autoimagem refletida no espelho do olhar social, internalizando sentidos historicamente produzidos sobre o que é ser “normal” e o que é ser “diferente”.

Nessa perspectiva, a análise ancora-se nas formulações de Eni Orlandi (1999, 2012), que entende o discurso como um espaço de embate simbólico, no qual os sentidos são instáveis e se produzem a partir de relações de força, memória discursiva e condições de produção. A autora salienta que o dizer se constrói entre paráfrase e polissemia, entre o já-dito e a possibilidade de dizer outro, e esse movimento se evidencia na materialidade discursiva do Sujeito 4 e ao revisitar sua trajetória, observamos que ele desloca sentidos naturalizados, passando de uma posição de exclusão e desencontro para uma enunciação afirmativa de si como sujeito autista, reorganizando sua identidade a partir da nomeação institucional.

Além disso, as postagens analisadas funcionam como gestos de interpretação de si, nos termos de Françoise Maldidier (2003), que compreende o discurso como constitutivo da subjetividade. Ao narrar sua história e explicitar os sentidos que atravessaram sua experiência, o Sujeito 4 não apenas reconstrói sua relação com o passado, mas produz novos lugares de enunciação, inscrevendo-se em formações discursivas que ressignificam o autismo. Há, portanto, um deslocamento de uma posição de silenciamento para uma posição de resistência, visibilidade e produção de novos sentidos.

Interpretar-se é inscrever-se na história e na linguagem. O sujeito, ao narrar sua experiência, reinscreve-se em formações discursivas que o atravessam, produzindo sentidos que não são totalmente seus, mas que o constituem. É nesse gesto de narrar-se que o sujeito reconfigura seu passado, atualiza memórias discursivas e abre novas possibilidades de

enunciação, deslocando-se de posições historicamente atribuídas.” (Maldidier, 2003, p. 112).

Essa formulação evidencia que, ao falar de si, o Sujeito 4 não apenas revisita suas memórias, mas produz novas formas de significar-se, deslocando-se de lugares cristalizados de apagamento e estigmatização para construir posições discursivas mais autônomas e afirmativas.

Esse reposicionamento discursivo, contudo, não ocorre de forma linear ou definitiva: ele é tensionado pelas memórias de inadequação e pelos efeitos de sentido cristalizados socialmente. É nesse ponto que os posts seguintes, nos quais o Sujeito 4 aborda a obtenção de seu laudo diagnóstico, adquirem centralidade para a análise. O diagnóstico, entendido aqui como um acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990), atua como operador de reorganização dos sentidos, permitindo ao sujeito reinterpretar experiências passadas sob um novo regime de verdade.

Assim, o próximo segmento da análise examinará de que modo a nomeação institucional atravessa os discursos do Sujeito 4, produzindo um novo espaço de subjetivação e, ao mesmo tempo, evidenciando as tensões entre formações discursivas hegemônicas, que patologizam a diferença, e formações contra-hegemônicas, que afirmam a neurodiversidade e defendem a visibilidade política dos sujeitos autistas.

Com base na materialidade discursiva, observamos uma trajetória marcada por deslocamentos de sentido, processos de exclusão e movimentos de ressignificação vivenciados pelo Sujeito 4.

Na SD *“Minha mãe até questionava os médicos...”*, evidencia-se o silenciamento institucional, conforme discute Orlandi (2007), operado pelo discurso médico ao substituir o diagnóstico por uma categoria mais socialmente aceitável, como a “timidez”. Esse gesto de dizer não apenas apaga a diferença, mas também reafirma a norma, produzindo um efeito de neutralização daquilo que escapa ao instituído e deslocando o sujeito para um lugar de invisibilidade dentro das formações discursivas dominantes.

A seguir, em *“o tempo foi passando...”* observamos que ocorreu uma emergência de uma formação de subjetividade marcada pela exclusão, onde o Sujeito 4 se reconheceu na repetição de experiências de não pertencimento, o que gerou efeitos de sentido que sustentaram uma identidade socialmente marginalizada.

Essa sequência discursiva foi analisada a partir de seus efeitos de sentido, de suas filiações ideológicas e das formações discursivas que atravessaram a constituição do

sujeito. Foi dada especial atenção à construção da identidade autista como efeito da linguagem, aos deslocamentos produzidos em relação ao discurso médico e social sobre o autismo, e à maneira como a rede social é ocupada como espaço de reinscrição simbólica, resistência e pertencimento.

A seguir, em “*o tempo foi passando...*”, observamos a emergência de uma formação de subjetividade marcada pela exclusão, na qual o Sujeito 4 se reconhece na repetição de experiências de não pertencimento, produzindo efeitos de sentido que sustentaram uma identidade socialmente marginalizada.

Essa sequência discursiva foi analisada a partir de seus efeitos de sentido, das filiações ideológicas e das formações discursivas que atravessaram a constituição do sujeito. Destacou-se, ainda, a construção da identidade autista como efeito da linguagem, os deslocamentos produzidos em relação aos discursos médico e social sobre o autismo e, sobretudo, a forma como a rede social é ocupada como espaço de reinscrição simbólica, resistência e pertencimento.

Nesse contexto, é importante considerar que a exposição dos discursos na mídia, especialmente em redes sociais, intensifica os efeitos de visibilidade, ao mesmo tempo em que potencializa disputas de sentidos e reposicionamentos identitários. As plataformas digitais se configuram como espaços de enunciação nos quais os sujeitos podem contestar formações discursivas hegemônicas, produzir novos significados sobre si e reivindicar lugares de fala historicamente negados.

O discurso não se realiza no vazio, mas no interior de formações sociais e de suas relações de poder. Os sentidos circulam, são disputados e reinscritos nos diferentes espaços de enunciação, inclusive na mídia, onde se ampliam os efeitos de visibilidade e de pertencimento. Assim, o sujeito se constitui no movimento entre o já-dito e o que pode vir a ser dito, negociando constantemente sua posição nos embates simbólicos que atravessam a sociedade. (Orlandi, 2001, p. 84).

Essa formulação reforça que, ao discursar sua experiência e ocupar a mídia como espaço de produção de sentidos, o Sujeito 4 desloca-se de posições historicamente cristalizadas de silenciamento e invisibilidade para se reinscrever em um lugar de resistência discursiva, afirmando sua identidade e tensionando os discursos dominantes sobre o autismo.

Ao passo que discorreu o seu processo de diagnóstico, observamos na sequência “*Li uma matéria sobre a Síndrome de Asperger... parecia que eu estava lendo a biografia da minha vida*”, configurou como um acontecimento discursivo, como segundo Orlandi, 2012, refere, este fato instaurou um novo modo de significar sua trajetória, abrindo a possibilidade de identificação imaginária com enunciado médico e ressignificação de sua experiência subjetiva.

O processo pelo qual o sujeito se reconheceu e se constituiu através de um discurso, no texto, o autor mencionou a sensação de estar “diferente” e de ter algo “errado” consigo. Essa reflexão mostrou um processo de subjetivação onde as expectativas sociais e os discursos médicos influenciaram a autoimagem do autor, que se via como “esquisito” devido ao que lhe era dito. A ideia de desvendamento do mistério da “estranheza” também ilustrou um movimento de construção de sentido a partir de informações externas, como a leitura sobre a Síndrome de Asperger.

Além disso, para compreender os efeitos da exclusão e da marginalização associados à identidade autista, a perspectiva de Orlandi (1996) sobre a relação entre diferença e deficiência é fundamental:

Quando se trata de sujeitos classificados como ‘diferentes’, o discurso social tende a produzir sentidos que os posicionam como ‘deficientes’, estabelecendo relações assimétricas de poder. A diferença é significada como falta, como incapacidade, e não como outra possibilidade de ser. É nesse processo que se constituem identidades estigmatizadas, que precisam lutar para reinscrever seus próprios sentidos e reivindicar reconhecimento. (Orlandi, 1996, p. 59)

Intanto nos mostra que, ao expor sua experiência e ocupar a mídia como espaço de produção de sentidos, o Sujeito 4 desloca-se de posições historicamente cristalizadas de silenciamento e invisibilidade para se reinscrever em um lugar de resistência discursiva, afirmando sua identidade autista e tensionando os discursos dominantes sobre a neurodiversidade.

Esta materialidade discursiva também evidenciou a importância de informações externas, como a leitura sobre a Síndrome de Asperger, na constituição de sentidos sobre si. Essa experiência está relacionada à forma como as normas sociais e os discursos médicos atravessaram e afetaram a vida do sujeito, relatou ainda que, ao buscar compreender sua condição, enfrentou a negação dos profissionais de saúde, que afirmaram: “*se você está conversando comigo, você não é autista*”. Esse discurso operou

como um gesto de interdição discursiva, impondo um estereótipo normativo sobre o que significa “ser autista”, deslegitimando a experiência do sujeito e levando-o, naquele momento, a rejeitar a possibilidade de um diagnóstico.

Este discurso apresentado é polifônico, sendo atravessado por diferentes vozes, desde as afirmações médicas até a auto-observação do próprio sujeito sobre sua trajetória. Como afirma Pêcheux (1990), todo dizer é constituído por múltiplas vozes e inscrito em formações discursivas diversas. Nesse contexto, evidencia-se a luta interna do Sujeito 4, que se vê interpelado por discursos contraditórios: de um lado, os médicos, que negavam sua condição; de outro, sua autoanálise a partir de leituras e vivências; além das vozes sociais que delimitam o que é ou não considerado “ser autista”. A tensão entre essas vozes demonstra o embate entre a experiência singular do sujeito e os sentidos cristalizados que circulam no espaço social.

À luz de Orlandi (1999, 2007), podemos compreender que esses discursos operam dentro de um jogo de memória discursiva, em que sentidos já estabilizados circulam e se atualizam. O discurso médico, ao negar a possibilidade do diagnóstico, reatualiza uma memória histórica que associa o autismo exclusivamente à ausência de linguagem funcional, apagando outras formas de manifestação da condição. Entretanto, ao buscar compreender-se por meio de leituras e experiências, o sujeito rompe parcialmente com esse apagamento, reinscrevendo-se em uma formação discursiva contra-hegemônica.

Nesse processo, o Sujeito 4 desloca-se de um lugar de silenciamento para uma posição de resistência simbólica, ao confrontar os sentidos cristalizados e propor outros modos de significar sua própria experiência. Tal movimento evidencia como o discurso, ao mesmo tempo em que submete o sujeito à ideologia, também abre brechas para que ele reconfigure posições e produza novos efeitos de sentido.

Ao criar o projeto “Arteaspie”, como na SD: “*Criei o Arteaspie...*” revelou a passagem do sujeito a um lugar discursivo legítimo, deixou de ser apenas objeto de discurso e passa a ser produtor de sentidos sobre o autismo, configurando uma nova formação discursiva que desafiava os sentidos estabilizados pela medicina e pelo senso comum e ao compartilhar suas experiências, o Sujeito 4 se tornou um produtor de sentido ativo, transformando sua vivência em uma plataforma para discutir autismo. Isso se alinhou com a ideia de que as pessoas não são apenas receptores de discurso, mas também criadores que conseguem moldar os discursos que as cercam.

Na sequência, observamos a construção do sujeito autista pela sociedade, onde o Sujeito 4 apontou que os indivíduos como forma de aceitação têm o discurso de piedade.

Figura 46: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – 23 de abril de 2020.



lucas_atipico "Apesar de ser autista, até que ele é bem inteligente"... "Ela é autista, mas o que importa é que tem saúde". Frases como essas são comuns e por muitas vezes são ditas sem a intenção de ofender. Mas por que essas frases são ditas? Será que é pelo fato das pessoas enxergarem o autismo como algo extremamente negativo? Acredito que sim. A partir dessa visão equivocada do autismo, todas as qualidades que nós autistas temos são usadas como uma forma de compensação. Devemos ver as qualidades dos autistas não como algo que exista APESAR do autismo, mas sim entendermos que, assim como qualquer outra pessoa, os autistas possuem qualidades e defeitos. O autismo não é algo negativo e por isso não deve ser supostamente compensado por algo positivo.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Na materialidade acima (Figura 46), observa-se a articulação de uma crítica contundente acerca de como o autismo é discursivamente construído e representado na sociedade, evidenciando as implicações dessas formações discursivas na autoconcepção e na aceitação social dos indivíduos autistas. O Sujeito 4 menciona discursos como: “*apesar de ser autista, até que ele é bem inteligente*” e “*ela é autista, mas o que importa é que tem saúde*”. Esses dizeres não são neutros: eles inscrevem-se em formações ideológicas que historicamente posicionam o autismo como deficiência ou anormalidade, reforçando estigmas sociais e produzindo um efeito de desvalorização identitária.

Para Pêcheux (1988), todo discurso é atravessado pela ideologia e carrega marcas de sua historicidade. Nesse sentido, o uso do termo “apesar” atua discursivamente como um operador de oposição, instaurando um efeito de sentido que apresenta o autismo como algo a ser superado. Tal formulação sustenta uma visão negativa sobre a condição, projetando sobre o sujeito um lugar de falta, limitação e inadequação. Esse funcionamento revela um mecanismo de interpelação ideológica que, ao mesmo tempo em que constitui o sujeito, o posiciona em lugares hierarquizados e subalternizados dentro da ordem social.

Orlandi (2001) amplia essa compreensão ao afirmar que os processos de subjetivação se produzem na tensão entre o dizer do sujeito e os discursos que o atravessam. A autora explica que:

O sujeito não é a origem do sentido; ele se constitui na e pela linguagem, sendo atravessado pela história e pela ideologia. É na relação com o outro, com a memória discursiva e com os sentidos já ditos que o sujeito se posiciona e produz significações. Essa posição, entretanto, não é estática: o sujeito está sempre em movimento, deslocando-se entre diferentes formações discursivas e, assim, reconfigurando-se a cada gesto de interpretação” (Orlandi, 2001, p. 45).

No discurso analisado, as expressões sobre “inteligência” e “saúde” funcionam como marcas de uma memória discursiva coletiva que naturaliza a visão do autismo como patologia, determinando posições de valor e promovendo a homogeneização das diferenças. Assim, o Sujeito 4, ao se confrontar com essas materialidades discursivas, não apenas vivencia os efeitos de exclusão, mas também é instigado a resignificar sua própria identidade, acionando outras formações discursivas que rompem com a lógica patologizante.

Esse gesto é evidenciado no enunciado: *“devemos ver as qualidades dos autistas não como algo que exista APESAR do autismo”*, que constitui uma posição de resistência discursiva. Ao deslocar o “apesar” para uma nova perspectiva, o sujeito inverte o funcionamento hegemônico do discurso e propõe uma resignificação identitária: onde o autismo não é um déficit a ser superado, mas uma condição constitutiva da subjetividade. Com isso, opera em uma formação discursiva contra-hegemônica, afirmando a neurodiversidade como valor político, ético e social.

Dessa forma, compreende-se que a materialidade discursiva analisada não apenas denuncia os efeitos de estigmatização produzidos historicamente sobre o autismo, mas também produz deslocamentos de sentidos que ampliam a visibilidade e legitimidade das identidades autistas no espaço social, onde o Sujeito 4 rompe com os limites impostos pelo discurso médico e social normativo, assumindo-se como sujeito político e instaurando novos modos de dizer-se e de produzir sentidos sobre o autismo.

A identidade autista foi sendo construída em um contexto em que a diferença é frequentemente subvalorizada. Essa ideia da subjetivação ressoou com a noção de que a identidade é formada em diálogo com discursos sociais.

O Sujeito 4 também levantou a questão de porque as pessoas dizem frases que parecem minimizar o autismo, isto está ligado ao conceito de interdição (Orlandi, 2001), onde certas formas de discurso se tornaram normativas e eram aceitas como “verdades”, persuadindo as pessoas a acreditar que há algo de errado com o autismo em si. Além disso, essas contradições no discurso indicaram a dificuldade das pessoas de aceitar o

autismo em sua totalidade, sendo muitas vezes considerado como um estigma que precisa ser compensado ou curado.

O discurso exibiu também uma polifonia de vozes: a dos autistas que reivindicam uma aceitação plena e a dos não-autistas que continuam a perpetuar visões limitadas sobre o autismo. A presença dessas vozes mostra um conflito nos discursos que circulam sobre o autismo, onde a fala do sujeito buscou uma nova forma de ler o autismo, o que de acordo com Orlandi e Guimarães (1988), é importante pensar na unidade dentro da dispersão que forma a textualidade. Por um lado, temos a dispersão dos textos e a dispersão do sujeito; por outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Esse processo se revelou como uma relação dinâmica entre identidade e alteridade. (Orlandi, 1988).

Woodward (2014) ressaltou que a identidade é algo que se constrói em relação a outros. Ela depende de uma outra identidade para existir, criando assim condições para sua própria formação. Segundo ele, a identidade é marcada pela diferença (p. 09), que se manifesta através dos símbolos que atribuímos aos outros e às coisas ao nosso redor. A diferença, como explica Woodward, é o que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções que muitas vezes aparecem como oposições entre nós e eles (Woodward, 2014, p. 42).

A identidade é relacional e depende da diferença para existir. Nós sabemos quem somos porque sabemos quem não somos. A diferença, então, não é simplesmente um produto do contraste, mas um elemento constitutivo da própria identidade. Ela é estabelecida por meio de sistemas de representação que atribuem significado aos grupos sociais, criando fronteiras simbólicas entre 'nós' e 'eles'. É por meio dessas distinções que os sujeitos se reconhecem, se posicionam e são posicionados socialmente. (Woodward, 2014, p. 39).

Em consonância com a centralidade das identidades, Stuart Hall (2023, p. 15) as define como "um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada". Contrariando a ideia de identidades fixas desde o nascimento, Hall argumenta que sua diferenciação reside no movimento dos símbolos, ou seja, na natureza dinâmica da linguagem. Partindo dessa perspectiva linguística, esta dissertação adotou este recorte que elegeu a linguagem visual como o principal meio simbólico para analisar a construção identitária.

O que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos

tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades [...] estão à nossa frente. [...] Não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2023, p. 43).

A proposta de que as qualidades dos autistas devem ser reconhecidas como parte constitutiva de sua identidade, e não como meras compensações, representa um movimento de reconstrução de sentidos. O Sujeito 4 posicionou-se contra a visão negativa e estigmatizante do autismo, promovendo uma reavaliação dos valores e potencialidades que as pessoas autistas trazem para a sociedade. Essa postura relaciona-se à compreensão de que a subjetividade é moldada pelo e no discurso, na medida em que o sujeito se inscreve em formações discursivas que o atravessam e, ao mesmo tempo, pode deslocá-las. Ao assumir uma posição de empoderamento, o sujeito reafirma que o autismo não é um defeito, mas uma forma legítima de existência.

A utilização do verbo “devemos” na SD “*devemos ver as qualidades dos autistas...*” sinaliza a tentativa de instaurar um discurso transgressivo, propondo a quebra de sentidos cristalizados e chamando atenção para a necessidade de transformação nas percepções sociais acerca do autismo. Nesse ponto, cabe destacar o que afirma Orlandi (1999, p. 43):

O sujeito se constitui na e pela linguagem. Ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia, ele é atravessado por sentidos que o precedem e que circulam socialmente. Entretanto, esse atravessamento não é estático: ao significar, o sujeito também desloca os sentidos, reinscrevendo-se neles e produzindo novas possibilidades de dizer e de se dizer. (Orlandi, 1999, p. 43).

Dando continuidade à análise da constituição identitária do Sujeito 4 nas redes sociais, voltamo-nos agora para um novo recorte discursivo, publicado em 27 de abril de 2020, no seu perfil, em que o Sujeito 4 se apresentou como futuro psicólogo, esta materialidade mobilizou sentidos relacionados à escolha profissional, ao seu desejo de transformação social e à vivência do diagnóstico tardio.

A Análise que se segue buscou compreender como ocorreram os efeitos de sentido nessa materialidade, a partir dos conceitos de acontecimento discursivo, posição sujeito, memória discursiva e discurso como prática social.

Dando continuidade à análise, o próximo *post* do Sujeito 4 apresenta um movimento singular de exposição de si nas redes sociais, articulando suas experiências

peçoais com a formação teórica adquirida na faculdade. Nesse ponto, observamos o atravessamento de diferentes formações discursivas: de um lado, a dificuldade de se colocar publicamente, marcada pela vergonha e insegurança ao postar sua própria imagem; de outro, a posição de resistência e o desejo de ressignificar sua trajetória, utilizando sua vivência como ferramenta de transformação social. O discurso inicial, no qual o sujeito anuncia sua hesitação, abre espaço para refletirmos sobre como a constituição da identidade autista é tensionada entre o silêncio, a autoexposição e a busca por visibilidade. Além disso, o trecho evidencia um gesto político, na medida em que o sujeito afirma a importância de contribuir para que outros autistas não enfrentem o mesmo apagamento diagnóstico e reivindica tratamentos voltados à qualidade de vida, contrapondo-se aos discursos normativos de “normalização” do autista.

Nesse movimento, observamos também o que Orlandi (2007) denomina de produção de sentidos a partir das condições de produção: o sujeito mobiliza sua vivência, sua formação acadêmica e o espaço interativo da rede social para construir um dizer que se opõe aos discursos normativos de “*normalização*” do autista. Ao afirmar o desejo de contribuir para que outros não enfrentem o apagamento diagnóstico e ao reivindicar tratamentos voltados à qualidade de vida, o Sujeito 4 reposiciona-se discursivamente, questionando formações ideológicas que historicamente reduziram o autismo a uma condição a ser corrigida.

Ser saudável não é simplesmente viver conforme uma norma preestabelecida, mas criar novas normas. O anormal não é necessariamente um defeito a ser corrigido, mas uma outra forma de se relacionar com o meio. Considerar toda diferença como patológica é resultado de uma ideologia que pretende universalizar um único padrão de normalidade. Reconhecer o valor das variações é compreender que o viver humano se dá na multiplicidade das experiências possíveis. (Canguilhem, 1982, p. 121).

Essa citação de Canguilhem sustenta a nossa análise ao mostrar que os discursos normativos, ao tentar reduzir o sujeito a uma suposta normalidade universal, apagam as singularidades. Nesse sentido, o gesto discursivo do Sujeito 4 tensiona esses padrões, reinscrevendo o autismo como uma forma legítima de existência e deslocando os sentidos cristalizados que o vinculavam a um déficit.

Dessa forma, esse *post* inaugura uma nova cena discursiva, na qual a experiência pessoal se articula à teoria para instaurar um gesto político de resistência: o sujeito, ao se

colocar como enunciador, produz sentidos que reconfiguram tanto sua identidade quanto o espaço social destinado às pessoas autistas. E assim seguimos para a próxima postagem.

Figura 47: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – 27 de abril de 2020.

Em breve eu serei um 😊. Para ser mais exato, daqui a 2 anos e meio. Eu poderia fazer um texto emocionante sobre o porque eu escolhi a faculdade de psicologia, mas a verdade é que ser músico no Brasil é muito difícil e a faculdade de filosofia deu errado, então... fui parar na psicologia. Plano C 🙌. Mas eu estou gostando muito, apesar de todas as dificuldades.

(Pausa no texto para dizer que ainda tenho muita vergonha de postar uma foto minha aqui 🙈 estou quase desistindo de postar essa, mas se vc está lendo isso é, obviamente, pq eu postei)

Minha intenção é unir a prática (já que eu sou autista) com a teoria que a faculdade me fornece, para poder ajudar o maior número de autistas possível. Pretendo contribuir para que pessoas como eu não recebam o diagnóstico tão tardiamente por conta da ignorância dos profissionais (que foi



1.879 321

Curtido por neuropsicolox e outras pessoas
lucas_atipico Hoje é dia dos psicólogos.

eu sou autista) com a teoria que a faculdade me fornece, para poder ajudar o maior número de autistas possível. Pretendo contribuir para que pessoas como eu não recebam o diagnóstico tão tardiamente por conta da ignorância dos profissionais (que foi o meu caso) e que os tratamentos visem a qualidade de vida ao invés da "normalização" do autista. Sonhar não custa nada 😊 E sim, fazer faculdade é um desafio em tanto... ainda mais um curso que exige tanta subjetividade e comunicação... mas isso eu conto em outro post.

Parabéns aos psicólogos que não buscam deixar o autista menos autista 🙌🙌🙌

27/04/2020

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Pausa no texto para dizer que ainda tenho muita vergonha de postar uma foto minha aqui, estou quase desistindo de postar essa, mas se você está lendo isso é, obviamente, porque eu postei. Minha intenção é unir a prática (já que sou autista) com a teoria que a faculdade me fornece, para poder ajudar o maior número de autistas possível. Pretendo contribuir para que pessoas como eu recebam o diagnóstico tão tardiamente por conta da ignorância dos profissionais (que foi meu caso) e que os tratamentos visem qualidade de vida ao invés de "normalização" do autista. (@lucas_atipico, 2020).

Este *post* refletiu uma luta íntima e coletiva, na qual o Sujeito 4 explorou sua identidade autista e sua proposta de articular teoria e prática em sua formação acadêmica na psicologia. As formações imaginárias observadas nesse discurso, segundo Pêcheux, referem-se ao conjunto de imagens, representações e sentidos construídos socialmente que moldam a identidade do sujeito. Essas formações são influenciadas por discursos

dominantes, mas também são rearticuladas pelas vozes dos indivíduos que tentam se afirmar e reivindicar suas experiências.

O discurso evidenciou momentos de vulnerabilidade, vergonha e busca por validação, revelando um processo de transição identitária: da vergonha associada à sua condição para a aspiração de promover mudanças sociais e culturais na forma como o autismo é significado.

As formações imaginárias dizem respeito ao modo como, em uma situação discursiva, os sujeitos constroem para si e para o outro imagens que não são apenas reflexos da realidade, mas produções ideológicas. Elas definem lugares simbólicos, antecipam posições e modelam as relações entre os interlocutores. Assim, o sujeito, ao enunciar, mobiliza representações sobre si e sobre o outro que determinam o que pode ser dito, o que deve ser silenciado e quais sentidos são possíveis. (Pêcheux, 1997, p. 77).

Pensando nas posições que o sujeito assumiu ao longo desse percurso, elaboramos um quadro analítico que apresenta as diferentes imagens de lugar e analisa como essas representações afetam as interações e percepções entre os sujeitos, revelando deslocamentos discursivos e disputas de sentidos que atravessam a constituição identitária.

Quadro 19. Sujeito 4. Formações Imaginárias II.

Imagem do Lugar	Sujeito Colocado em A	Interrogativa	Impactos e Implicações
A	Eu tenho vergonha de postar	"Quem sou eu para lhe falar assim?"	O Sujeito 4 questionou sua autoridade e legitimidade, refletindo a internalização de normas sociais como sujeito autista.
B	Profissionais de saúde e a sociedade	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"	Há uma crítica ao discurso dos profissionais que deslegitimam a experiência autista, subestimando a voz dele próprio
A e B	Sujeito e profissionais/sociedade	"Quem é ele para que me fale assim?"	O Sujeito 4 reivindicou seu espaço e poder de voz, desafiando a posição tradicional de autoridade dos profissionais sobre a experiência autista e como ele poderia ajudar os outros que se encontram no lugar que um dia ele se encontrou, o de não ter diagnóstico e sofrer com isto.

Elaborado pela autora, 2025.

Nesta análise observamos o que o sujeito se colocou em uma posição de vulnerabilidade ao expressar sua vergonha de expor sua imagem. Essa vergonha pode ser entendida como um resultado da formação imaginária que associa a figura do autista à

discordância ou à incapacidade perante uma norma social de “normalidade”. Ao afirmar “mas se você está lendo isso é, obviamente, porque eu postei”, ela reafirma sua escolha e sua luta para unir prática e teoria, mostrando a resistência na reconfiguração do discurso que muitas vezes marginaliza sua identidade. A intenção de ajudar outros autistas que, como ele, “receberam o diagnóstico tão tardiamente” mostrou um desejo de transformação social, não só para si mesmo, mas para a comunidade autista.

Já na SD *“Pretendo contribuir para que pessoas como eu não recebam o diagnóstico tão tardiamente por conta da ignorância dos profissionais...”*, observamos a constituição de um acontecimento discursivo (Orlandi, 2012), pois houve a emergência de novos sentidos a partir da vivência do sujeito perante o diagnóstico tardio. Essa formulação marcou uma ruptura na cadeia de significações anteriores que naturalizavam o apagamento do autismo na vida adulta e instaurou um novo modo de significação.

Orlandi (2012) define o acontecimento discursivo como um ponto de inflexão que rompe com o já-dito e produz novas possibilidades de interpretação do sujeito e do mundo.

O acontecimento discursivo ocorre quando um enunciado rompe a linearidade dos sentidos estabilizados e convoca a memória discursiva, instaurando uma abertura para o novo. Ele não repete simplesmente o que já foi dito, mas reinscreve sentidos, deslocando posições-sujeito e alterando a relação do sujeito com o mundo. Nesse gesto, o discurso provoca uma reorganização simbólica, na qual diferentes possibilidades de interpretação são produzidas. (Orlandi, 2012, p. 96).

Aqui, o Sujeito 4 assumiu que sua experiência pessoal pôde funcionar como um vetor de transformação coletiva, deslocando-se de um lugar de silêncio para um lugar de ação e engajamento político-discursivo, ampliando os sentidos possíveis sobre o diagnóstico tardio e a visibilidade do autismo.

Ao analisarmos a SD: *“Já que eu sou autista...”* O Sujeito 4 ao afirmar dessa maneira, ocupou discursivamente uma posição de sujeito autorizada a enunciar sobre o autismo. Como define Orlandi (2001), essa posição “é o lugar no discurso de onde um sujeito pode dizer certos sentidos”, ou seja, trata-se de um lugar ideológico que o autoriza a falar de si com legitimidade. Diferentemente de momentos anteriores em que o Sujeito 4 era descrito, diagnosticado ou silenciado por discursos alheios (especialmente médicos e familiares), agora ele seguiu como sujeito-autista que fala de sua própria condição.

Avançando na análise, na SD *“...não recebam o diagnóstico tão tardiamente por conta da ignorância dos profissionais (que foi o meu caso)”*, observamos a ativação da

memória discursiva, conceito desenvolvido por Orlandi (2012), que remete aos sentidos do passado que retornam e são reatualizados no presente. O Sujeito 4 retoma sua própria história de diagnóstico tardio, mas agora a reinscreve a partir de uma nova posição discursiva conquistada. Isso possibilita que sua experiência de exclusão anterior, marcada por silenciamentos e invisibilidade, seja ressignificada como fundamento para uma prática futura: ele passa a projetar sua fala como instrumento político e de transformação coletiva.

A memória discursiva é o espaço onde os sentidos se inscrevem, se perdem, se apagam e se reatualizam. Ela não é uma simples lembrança individual, mas o resultado de processos históricos e ideológicos que atravessam o sujeito e sua fala. Quando o sujeito retoma um dizer anterior, ele não o repete de forma idêntica, mas o reinscreve a partir de uma nova posição, produzindo deslocamentos de sentido e instaurando novas possibilidades de interpretação. (Orlandi, 2012, p. 63).

Dessa forma, a memória discursiva não atua como simples lembrança, mas como dispositivo que reestrutura sentidos: o passado marcado por diagnósticos tardios, silenciamentos e estigmas é reinscrito sob uma nova posição-sujeito, que transforma o trauma individual em ferramenta de ação coletiva. Essa reatualização aproxima o Sujeito 4 de outros sujeitos autistas, criando efeitos de pertencimento e reforçando um espaço de resistência discursiva.

Na materialidade discursiva: *“Pretendo contribuir para que pessoas como eu não recebam o diagnóstico tão tardiamente [...] Parabéns aos psicólogos que não buscam deixar o autista menos autista”*, evidencia-se o conceito de discurso como prática social, proposto por Pêcheux (1990), segundo o qual o discurso não apenas reflete a realidade, mas atua sobre ela, produzindo deslocamentos e transformações. Ao criticar práticas patologizantes da psicologia explicitadas na SD *“não buscam deixar o autista menos autista”*, o Sujeito 4 instaura uma prática discursiva de resistência, tensionando os sentidos dominantes que historicamente associam o autismo a um desvio a ser corrigido.

Nesse gesto, o Sujeito 4 confronta formações discursivas hegemônicas, centradas na normalização do sujeito autista, e propõe outras, orientadas pela aceitação da diferença e pela legitimação da identidade autista. Trata-se de um reposicionamento discursivo que, conforme Orlandi (2007), reconfigura as condições de produção do dizer, deslocando os sentidos estabilizados e instaurando novos modos de significar o autismo na sociedade.

Seguindo com o estudo, observamos, na próxima série de postagens, um novo funcionamento discursivo: todas as publicações apresentam fundo preto e letras amarelas

em destaque, recurso visual que opera como um “falar alto” com o leitor, produzindo um efeito de interpelação direta. Nesses enunciados, o Sujeito 4 sugere que, para grande parte da sociedade neurotípica, as características heterogêneas dos autistas ainda são vistas como “frescura” ou “falta de vontade”, o que evidencia a persistência de estigmas e desloca o debate para uma discussão mais ampla sobre os modos de compreensão, representação e reconhecimento social do autismo.

O discurso do Sujeito 4 refletiu tanto uma experiência pessoal quanto um clamor coletivo, ao denunciar a falta de empatia e de conhecimento social sobre a vivência autista. Nessa materialidade discursiva, identificamos a presença de formações imaginárias que moldam a percepção do autismo e impactam diretamente a constituição da identidade dos sujeitos. Conforme explica Pêcheux (1990), as formações imaginárias se referem às imagens que os sujeitos constroem de si e do outro, assim como das posições que ocupam no discurso, influenciadas por relações ideológicas e históricas. Desse modo, a sociedade cria representações cristalizadas sobre o que “é ser autista”, que acabam por determinar expectativas de comportamento e regular as interações sociais.

Da mesma forma ao analisarmos a materialidade, percebemos que o Sujeito 4 se confronta com discursos reducionistas e estigmatizantes, os quais tendem a invalidar sua experiência e minimizar suas características autistas, reforçando uma lógica de normatização.

Essa operação discursiva evidencia o que Orlandi (2012) denomina efeitos de sentido produzidos pelas relações de poder, nas quais determinados discursos sobre o autismo são naturalizados, enquanto outros são silenciados. Nesse contexto, o sujeito, ao tensionar tais discursos, inscreve-se em um movimento de resistência, buscando reposicionar o olhar social e propor novas formas de compreensão sobre a neurodiversidade.

Os efeitos de sentido são determinados pelas relações de poder que atravessam os sujeitos e os espaços de enunciação. Há discursos que se impõem como evidentes, como se fossem naturais, e há discursos que são interditados, silenciados ou marginalizados. O sujeito, ao ocupar uma posição no discurso, não apenas reproduz sentidos, mas também pode desestabilizá-los, instaurando deslocamentos que revelam outras possibilidades de significação. (Orlandi, 2012, p. 71).

Assim, percebe-se que, ao romper com os sentidos cristalizados sobre o autismo e ao enunciar a partir de uma posição-sujeito ativa, o sujeito não apenas reivindica

visibilidade, mas também participa da produção de novos sentidos. Seu gesto discursivo configura-se como uma ação política e simbólica, capaz de tensionar formações discursivas hegemônicas e instaurar novos modos de significar a diferença.

E para uma melhor visualização do funcionamento desses processos discursivos e da relação entre formações imaginárias, identidade e estigma, elaboramos a seguir um quadro analítico que sistematiza os deslocamentos de sentido presentes na materialidade.

Quadro 20. Sujeito 4. Formações Imaginárias III.

Imagem do Lugar	Sujeito Colocado em A	Interrogativa	Impactos e Implicações
A	Sujeito 4 que se vê desvalorizado em sua condição	"Quem sou eu para ele falar assim?"	O Sujeito 4 sentiu que sua identidade e suas necessidades eram desconsideradas, levando à deslegitimação de sua experiência.
B	A sociedade e pessoas não autistas	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"	Existiu uma crítica à sociedade que impôs normas e expectativas não realistas sobre a vivência do autismo, ignorando suas especificidades, colocando como indivíduos preguiçosos e sem vontade.
A e B	Sujeito 4 e os indivíduos que questionam sua condição	"Quem é ele para que eu fale assim?"	O Sujeito 4 reivindicou seu lugar de fala e desafiou a normalização de sua experiência, evidenciando que suas dificuldades não são fruto de falta de esforço ou vontade.

Elaborado pela autora, 2025.

No quadro apresentado, observamos o funcionamento discursivo de três enunciados interrogativos que, embora formalmente semelhantes, desdobram-se em diferentes posições de sujeito e produzem efeitos de sentido específicos.

Na posição A, o enunciado “Quem sou eu para ele falar assim?” expressou a vivência de um sujeito autista (Sujeito 4) marcado pela desvalorização e pela não escuta. Tratou-se de um sujeito interpelado por um discurso que o desautoriza, negando sua legitimidade e apagando sua experiência, o que gera efeitos de desqualificação subjetiva. Como aponta Orlandi (2008), “o sujeito é atravessado por discursos, ele não é origem de sentidos, mas lugar em que os sentidos passam, se transformam, se repetem, se apagam” (Orlandi, 2008, p. 43).

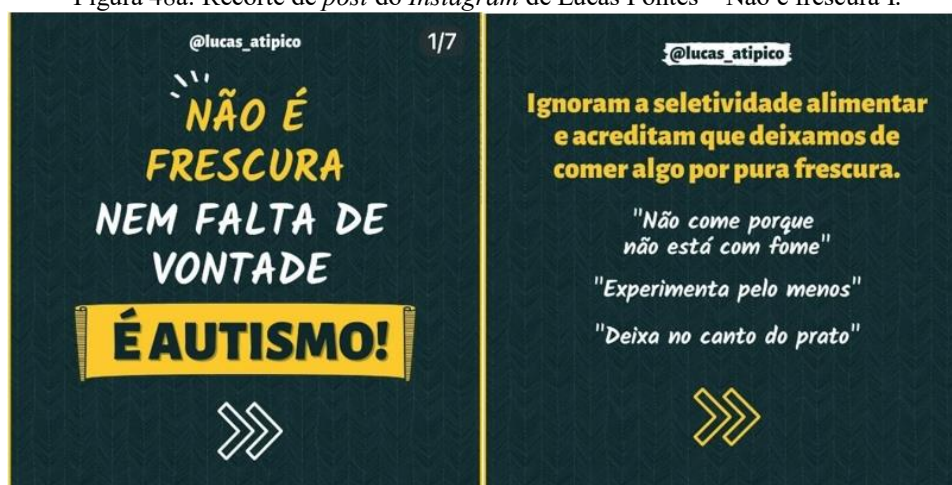
Já na posição B, a pergunta “Quem sou eu para que ele me fale assim?” deslocou o foco para a posição social dos indivíduos não autistas, revelando a presença de um discurso normativo que ignorou as especificidades do autismo e reforçou imagens negativas como preguiça ou falta de empenho. Houve aqui um funcionamento ideológico que impôs uma regularidade de comportamento esperada, como destaca Pêcheux (2009)

ao afirmar: “O sujeito, ao ocupar uma posição num determinado campo discursivo, é por ela constituído e, ao mesmo tempo, nela assujeitado, ou seja, ele fala a partir de lugares já instituídos, nos quais sentidos estão previamente estabilizados” (Pêcheux, 2009, p. 67).

Essa estabilização dos sentidos contribui para a marginalização do sujeito autista, restringindo a possibilidade de dizer e de ser reconhecido. Entretanto, é no cruzamento das posições A e B que se evidenciou um gesto de resistência: “Quem é ele para que eu fale assim?” representou um deslocamento discursivo e a emergência de um novo posicionamento. O Sujeito 4 reivindicou sua condição, recusando a normatividade que o inferiorizava e instaurando um novo lugar de fala. Esse gesto pôde ser compreendido como um acontecimento discursivo, no qual os sentidos estabilizados entram em crise e tornaram possível a reinscrição simbólica de sua identidade autista, afirmando-se contra o silenciamento anterior.

Seguindo com as materialidades discursivas, nos próximos *posts* observamos uma fala muito comum quando não se tem conhecimento do transtorno da pessoa, referem-se à eles como sendo pessoas com demasiadas pieguices.

Figura 48a: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Não é frescura I.



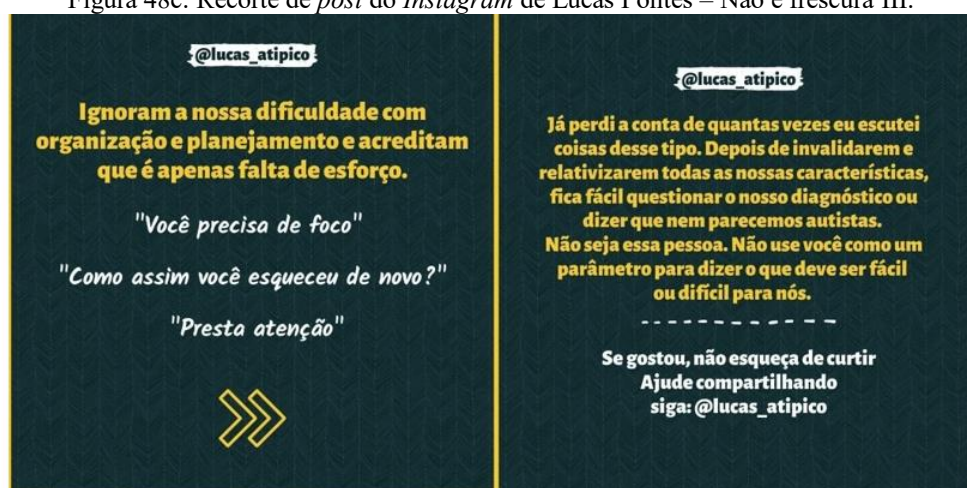
Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 48b: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Não é frescura II.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 48c: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Não é frescura III.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 48d: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Não é frescura IV.

lucas_atipico Rotulam o nosso autismo como "leve", dizem que não parecemos autistas, são indiferentes aos nossos diagnósticos, mas julgam como frescura e falta de vontade quando nossas características e necessidades ficam evidentes.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Nestas sequências discursivas, o Sujeito 4 iniciou seu discurso com uma afirmação contundente: “*Não é frescura nem falta de vontade, é autismo*”. Esta fala operou como um contradiscurso, buscando desconstruir sentidos cristalizados que associaram os comportamentos autistas à preguiça, desinteresse ou má vontade. Tal gesto discursivo remete ao que Orlandi (2007) denomina de deslocamento de sentidos: o Sujeito 4 se inscreveu em um espaço de resistência, ao se contrapor ao imaginário social normativo

que buscou não apenas afirmar a condição autista, mas também dismantelar os estigmas e preconceitos enraizados na percepção social.

O Sujeito 4 citou diversas frases que frequentemente escutava, demonstrando a banalização e a equívoca que cercam suas vivências. As falas como “*não vem porque não está com fome*” e “*é só fazer diferente*” mostram a redução da experiência autista a meras questões de escolha ou capricho, desconsiderando as dificuldades reais enfrentadas. A fala “*não vem porque não está com fome*” ilustra-nos uma interpretação simplificadora da conduta autista, sustentada por uma formação discursiva que ignora as especificidades sensoriais e subjetivas desses sujeitos, reduzindo suas ações a lógicas funcionais e previsíveis.

Já a SD “*é só fazer diferente*” insinua uma suposta solução simples, revelando a incompreensão das complexidades envolvidas no autismo. Esse tipo de discurso, como destaca Pêcheux (1988), está ancorado em uma evidência ideológica que naturaliza determinados modos de funcionamento e subjetivação: “O discurso ideológico é aquele em que os sentidos parecem evidentes, como se não tivessem história” (Pêcheux, 1988, p. 71).

Por fim, a SD “*já perdi a conta de algumas vezes eu escutei coisas desse tipo*” aponta para a repetição de práticas discursivas que silenciam, invalidam ou reduzem a experiência autista. Esse silenciamento, ainda que não marcado pela ausência da fala, atua como um “funcionamento discursivo que impede certos sentidos de emergirem” (Orlandi, 1992, p. 45), restringindo a pluralidade de experiências e impondo uma narrativa dominante. Assim, os recortes analisados trazem à tona um cenário discursivo marcado pelo conflito entre a legitimação da condição autista e a persistência de sentidos hegemônicos que desautorizam essa vivência.

Esse processo de deslegitimação é uma estratégia discursiva que perpetua a invisibilidade do autismo, como também aponta Eni Orlandi (2015) em sua análise da construção de sentidos.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (Orlandi, 2015, 17)

A frase final, “Não use você como um parâmetro para dizer o que deve ser fácil ou difícil para nós”, constitui um gesto de resistência discursiva ao interpelar o Outro e

convocá-lo à empatia e à compreensão. Nesse movimento, o sujeito desafia a lógica universalizante que toma a experiência neurotípica como medida normativa, reivindicando o reconhecimento da singularidade da vivência autista. Como afirma Orlandi (2012), o discurso é atravessado por relações de poder, e, ao tensionar sentidos estabilizados, o sujeito se inscreve em um espaço de contestação, deslocando o olhar hegemônico que busca homogeneizar as diferenças.

Assim, a materialidade analisada revela não apenas uma experiência individual de frustração, mas também um posicionamento político-discursivo, no qual o sujeito autista rompe com a hegemonia do olhar neurotípico e propõe novos modos de significar o autismo e a diversidade humana.

Seguindo a linha com tom de atenção até com um nuance de agressividade no discurso, os posts analisados que se seguem podemos observar a formação imaginária, conforme desenvolvida por Michel Pêcheux (2006), que refere à relação ilusória que se estabelece entre os sujeitos e entre os sujeitos e o sentido. Não se trata de uma ilusão no sentido de falsidade, mas sim de uma representação necessária para a interação discursiva. Nessa relação, os sujeitos se antecipam e se reconhecem em um lugar discursivo específico, como no lugar de sujeito-autista.

No *post*, podemos observar a formação imaginária em ação quando o Sujeito 4 se coloca como um “*eu autista*” que se dirige a um “*você*” não autista. Essa distinção cria um espaço de interlocução no qual expectativas, representações sociais e estereótipos sobre o autismo são colocados em disputa. De acordo com Pêcheux (1975/1988), as formações imaginárias dizem respeito à imagem que o sujeito constrói de si, do outro e do lugar que ocupa na relação com esse outro. Assim, o “*eu autista*” assume uma posição discursiva que não se reduz à identidade imposta socialmente, mas busca desconstruir sentidos cristalizados que associam o autismo a um déficit que precisa ser corrigido.

Nesse gesto discursivo, o Sujeito 4 ressignifica sua posição-sujeito ao se opor à expectativa de “normalização” do autista. Ele reivindica o reconhecimento de uma identidade própria e propõe novos sentidos para o autismo, recusando o apagamento histórico do sujeito autista nas formações discursivas dominantes. Como afirma Orlandi (2001), o sujeito se constitui na relação com o outro e com a ideologia, sendo interpelado por discursos já existentes, mas também capaz de tensionar o já-dito e produzir novas possibilidades de significação.

Ao se posicionar como detentor de um saber específico sobre o autismo, o “*eu autista*” instaura uma relação de alteridade com o “*você*” não autista. Essa relação rompe

com a hierarquia tradicional, deslocando o centro do discurso e questionando os saberes hegemônicos sobre o espectro. A sua “sinceridade”, ao confrontar representações preexistentes do “você”, evidencia que a constituição identitária do sujeito se inscreve num campo de disputas simbólicas, no qual a linguagem funciona como lugar de resistência e visibilidade.

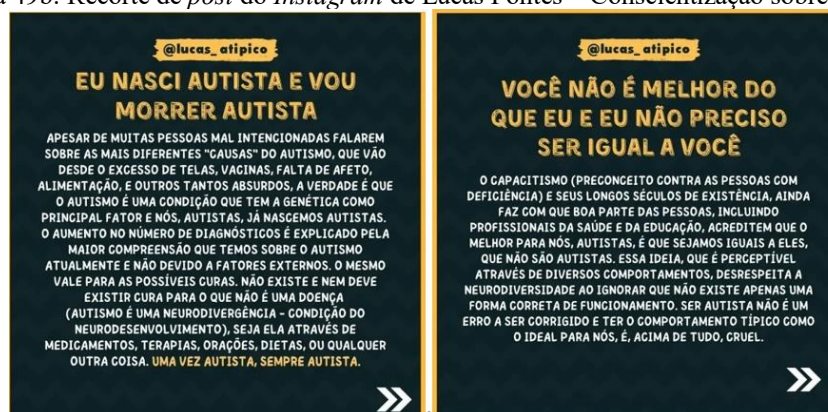
Dando continuidade, no próximo recorte, seguindo a linha de informações de como é o funcionamento da pessoa autista, mas com um certo ar de deboche, nosso sujeito aproveita deixar sua marca no Dia Mundial da conscientização do Autismo, apresenta-se com os discursos:

Figura 49a: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA I.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 49b: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA II.



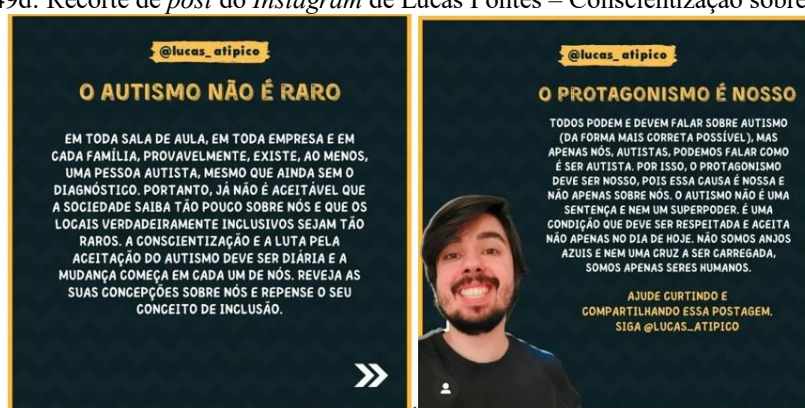
Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 49c: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA III.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 49d: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA IV.



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Figura 49e: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Conscientização sobre TEA

lucas_atipico Ainda nos negam matrículas na escola, ainda somos ignorados no mercado de trabalho e no ensino superior. O índice de suicídio e depressão entre nós ainda é altíssimo. Por isso, hoje não é um dia de comemoração, mas sim de reforçar nossa luta por inclusão, respeito e aceitação.

A conscientização do autismo deve ir muito além do dia de hoje, onde a maioria ainda está mais preocupada em reforçar estereótipos sobre nós, e só surtirá efeito através da luta e de uma verdadeira representatividade.

Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Nesta SD, composta por um carrossel de postagens, o Sujeito 4, ao destacar “*O que eu, autista, quero que você saiba sobre autismo*”, propõe uma reflexão profunda sobre a percepção social do autismo e formula reivindicações por inclusão, respeito e

reconhecimento. O gesto de leitura dessa SD permite analisar as relações de poder e resistência que atravessam os discursos sobre o autismo, uma vez que o sujeito assume um lugar de autoridade discursiva, legitimando sua própria voz frente a saberes hegemônicos.

Ao analisarmos a afirmação “*eu nasci autista, vou morrer autista*”, o Sujeito 4 evidencia uma concepção de identidade integral e indissociável, rejeitando a lógica patologizante que concebe o autismo como um déficit a ser tratado ou superado. Esse enunciado tensiona formações discursivas médico-normativas, que historicamente sustentaram a ideia de anormalidade, deslocando o autismo de um lugar de “falta” para um lugar de condição constitutiva e legitimada.

Em continuidade, na SD “*Uma vez autista, sempre autista*”, identificamos um ponto de condensação discursiva que funciona como gesto de resistência, pois confronta diretamente os sentidos estabilizados e naturalizados em torno da ideia de “cura”. Essa formulação dialoga com o enunciado anterior, reforçando um posicionamento identitário afirmativo, que se opõe aos discursos hegemônicos que buscam normalizar ou apagar a diferença. Conforme explica Pêcheux (2009), esse tipo de enunciação pode ser compreendido como um acontecimento discursivo, pois rompe com o já-dito, desestabiliza representações historicamente cristalizadas e abre espaço para novas possibilidades de significação sobre o autismo.

O acontecimento discursivo marca o ponto em que um enunciado irrompe no campo do dizer, deslocando os sentidos previamente estabilizados e instaurando um novo espaço de interpretação. Ele rompe a evidência do já-dito e convoca memórias discursivas que possibilitam novas articulações de sentido. Nesse movimento, o sujeito é também reposicionado, assumindo lugares que antes não eram possíveis no interior das formações discursivas. (Pêcheux, 2009, p. 56).

Dessa forma, compreende-se que os enunciados do Sujeito 4 operam deslocamentos discursivos significativos, desafiando os discursos normativos e reinscrevendo o autismo em um campo de afirmação identitária, resistência e produção de novos sentidos.

Nessa perspectiva, o Sujeito 4 historiciza e politiza o ser autista, inserindo-se em uma rede de disputas simbólicas que redefine os sentidos sobre identidade e diferença. Como afirma Orlandi (2012, p. 45), “*o sentido não está nas palavras, mas no movimento da história, nas condições de produção*”. Assim, a enunciação do sujeito funciona como

um gesto de resistência que inscreve novos lugares para a pessoa autista, afirmando sua presença e sua legitimidade discursiva.

A frase em destaque: *“Você não é melhor do que eu e eu não preciso ser igual a você.”* soou como uma denúncia contra o funcionamento do discurso capacitista, revelando os efeitos de exclusão produzidos pela norma do comportamento típico. A oposição entre o “você” (sujeito normativo) e o “eu” (sujeito autista) instaurou um espaço de diferença que resiste à homogeneização. O funcionamento ideológico é aqui interpelado e desestabilizado. Como afirma Pêcheux (1988, p.61), “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” e este sujeito, ao se recusar à interpelação capacitista, rompe com a posição de sujeição e propõe uma nova inscrição identitária.

Observado a SD: *“O espectro do autismo possui uma infinidade de possibilidades.”* atuou contra os efeitos de sentido produzidos por classificações simplistas como “leve”, “moderado” e “grave”, que reduziram a complexidade da vivência autista. O Sujeito 4 se inscreveu numa formação discursiva da neurodiversidade, que recusou a categorização fixa e operou pela multiplicidade. Essa multiplicidade implicou no reconhecimento do outro em sua singularidade, o que Orlandi (2007) identifica como um movimento de “abertura do dizer”, em que o sujeito enuncia a partir de suas marcas, e não apesar delas.

Destacando o trecho *“Eu tenho orgulho de ser autista”*, o Sujeito 4 identificou-se na inscrição de um sujeito que reconstruiu sua própria imagem ao se apropriar discursivamente da condição autista como parte constitutiva de sua identidade. A formação imaginária da deficiência como déficit foi rompida e ressignificada como potência de existência. Nesse contexto, o orgulho não se limita a um afeto individual, mas atua como um efeito discursivo que desafia o silenciamento histórico a que foram submetidos os sujeitos autistas.

O silêncio não é a ausência de fala, mas uma forma de funcionamento do discurso. Ele organiza os sentidos, estabelece limites para o que pode ser dito e define os lugares de enunciação dos sujeitos. É por meio do silêncio e da sua ruptura que os discursos se deslocam e novas possibilidades de significação se instauram. (Orlandi, 1992, p. 22).

Nesse caso, o rompimento com o silêncio normativo evidencia o surgimento de novas formas de subjetivação, nas quais o Sujeito 4 se posiciona ativamente na produção

de sentidos sobre si e sobre a neurodiversidade, afirmando um lugar de visibilidade e resistência discursiva.

Contudo, a SD *“O autismo não é raro”* apresenta-se como um ponto de resistência que tensiona sentidos historicamente cristalizados sobre a condição. Ao afirmar a presença difusa do autismo nos diversos espaços sociais, o Sujeito 4 confronta o desconhecimento social e institucional acerca da neurodiversidade, denunciando o paradoxo entre a alta prevalência do autismo e a escassez de práticas inclusivas efetivas. Tal formulação evidencia um descompasso entre o discurso da inclusão, amplamente mobilizado por políticas públicas e representações institucionais e a efetivação material dessas práticas na vida cotidiana. Como lembra Pêcheux (1975/1988, p. 63), *“a linguagem é lugar de luta”*, e, neste caso, a disputa pelos sentidos sobre o autismo se inscreve no espaço conflituoso entre os saberes normativos e a vivência subjetiva dos autistas, revelando uma tensão entre os discursos dominantes e aqueles que reivindicam reconhecimento e pertencimento.

Passando para a sequência discursiva *“O protagonismo é nosso”*, ela marca um gesto de deslocamento subjetivo, no qual o sujeito autista rompe com a posição historicamente atribuída de objeto do discurso, tradicionalmente falado pelos saberes médicos, institucionais e familiares e afirma-se como produtor de sentidos sobre si. Ao reivindicar o protagonismo, o Sujeito 4 reinscreve-se na discursividade como agente epistêmico, assumindo a legitimidade de sua voz e recusando a representação por terceiros. Esse movimento, conforme aponta Pêcheux (2009), constitui um gesto político de resistência, uma vez que desloca as fronteiras da autoridade discursiva e desafia os sentidos estabilizados pela ordem dominante, operando na relação indissociável entre saber, poder e ideologia.

Por fim, a SD *“O espectro do autismo possui uma infinidade de possibilidades”* evidencia uma operação de resignificação discursiva ao deslocar a identidade autista de uma lógica de fixidez classificatória, representada por categorias como “leve”, “moderado” ou “grave”, para uma perspectiva que valoriza a heterogeneidade e a singularidade dos sujeitos. Nesse gesto, o Sujeito 4 confronta formações discursivas reducionistas e propõe uma leitura ampliada do espectro, produzindo efeitos de sentido que desestabilizam concepções patologizantes e medicalizantes. Como afirma Orlandi (2012, p. 45), *“o sentido não está nas palavras, mas no movimento da história, nas condições de produção”*, o que significa que, ao reinscrever o autismo como pluralidade,

o sujeito historiciza e politiza sua existência, produzindo novas possibilidades de identificação.

Essa sequência de enunciados evidencia um processo de reinscrição identitária em que o sujeito autista, ao se posicionar como produtor de sentidos, desloca-se de um lugar historicamente marcado pela objetificação e pelo silenciamento para uma posição de autor de seu próprio discurso. Como aponta Pêcheux (1990), o discurso é atravessado por formações ideológicas que delimitam o que pode e o que deve ser dito; no entanto, é justamente na tensão entre o já-dito e o dizer possível que emergem movimentos de resistência.

Nesse sentido, o gesto discursivo do sujeito autista tensiona os discursos hegemônicos, médicos, institucionais e sociais que historicamente definiram o autismo a partir de perspectivas patologizantes. Ao fazer isso, ele amplia as fronteiras interpretativas e introduz novas formas de significar o autismo, produzindo sentidos que rompem com estigmas e questionam categorias fixas de normalidade. Conforme afirma Orlandi (2012), os sentidos não são inerentes às palavras, mas se constituem nas condições de produção e no jogo entre memória discursiva, ideologia e história.

Assim, o gesto analítico aqui revela que a reinscrição identitária operada pelo sujeito não apenas ressignifica sua própria experiência, mas também provoca deslocamentos na rede de sentidos que circulam socialmente sobre o autismo, instaurando novas possibilidades de representação e reconhecimento.

Tal formulação desfez a imagem de homogeneidade associada historicamente à condição autista e propôs um deslocamento no campo ideológico-discursivo, abrindo espaço para a pluralidade de existências dentro do espectro. Nesse sentido, o Sujeito 4 se inscreveu numa formação discursiva que reconheceu a multiplicidade como constitutiva da identidade autista, recusando modelos universalizantes.

Como observa Orlandi (2007), “o sujeito não é transparente a si mesmo, não é fonte única de seus sentidos, pois ele é atravessado por uma memória discursiva que o excede” (p. 25). O Sujeito 4, ao dizer, mobilizou essa memória para recusar sentidos estabilizados e promover a emergência de novos modos de significar o autismo. Pêcheux (1975/1988) também nos lembra que:

A constituição dos sujeitos e dos sentidos se faz na contradição, na dispersão das formações discursivas, no confronto com a exterioridade, ou seja, o sentido é sempre o efeito de uma relação de forças. (Pêcheux, 1975/1988, p. 63).

A materialidade discursiva supracitada, portanto, desloca o funcionamento discursivo dominante e mobiliza o campo dos sentidos disponíveis sobre o autismo, produzindo uma posição subjetiva marcada pela diversidade, pelo reconhecimento da diferença e pela recusa à normatização.

A seguir, apresentamos um quadro analítico que destacou as principais formações imaginárias presentes no texto e suas implicações:

Quadro 21. Sujeito 4. Formações Imaginárias IV.

Formações Imaginárias	Elementos do Discurso	Implicações para a Identidade Autista
Identidade orgulhosa	“Eu tenho orgulho de ser autista.”	Ressignificação do autismo como uma identidade positiva, promovendo autoaceitação.
Rejeição ao capacitismo	“O capacitismo é nosso.”	Reconhecimento e crítica à opressão enfrentada por autistas em diversas esferas.
Luta por inclusão	“Ainda nos negam matrícula na escola...”	A luta pela inclusão social e a busca por direitos iguais são essenciais para a identidade coletiva autista.
Visibilidade do sofrimento	“O índice de suicídio e depressão entre nós ainda é altíssimo.”	A visibilidade do sofrimento resulta em um convite à empatia e à necessidade de mudança social e política.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No contexto do discurso analisado, foi possível observar uma luta contra as formações imaginárias dominantes que continuam a perpetuar a marginalização das pessoas autistas. A construção discursiva efetiva, uma resistência ao discurso hegemônico que historicamente tem desumanizado e patologizado a experiência autista, como sugere Maldivier (2004) ao discutir a importância da heterogeneidade nos discursos. O sujeito utilizou-se da polifonia ao envolver diferentes vozes que refletem as variadas experiências dentro do espectro autista.

No discurso em que afirmou: *“Por isso, hoje não é um dia de comemoração, mas sim de reforçar nossa luta por inclusão, respeito e aceitação”*, o Sujeito 4 não apenas desafiou ideais normativos, mas também reivindicou uma transformação social por meio da defesa de direitos, do reconhecimento das diferenças e da busca por pertencimento. Esse gesto discursivo revela um sujeito que se posiciona ativamente na disputa por sentidos, tensionando formações discursivas que historicamente produziram o silenciamento e a marginalização dos autistas.

Essa postura conecta-se diretamente à noção de posição-sujeito, que, segundo a Análise do Discurso, corresponde ao lugar discursivo que o sujeito ocupa em determinado

momento de interação. Essa posição não é fixa nem essencial, mas construída no e pelo discurso, a partir das filiações ideológicas e das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve. No enunciado “*eu nasci autista e vou morrer autista*”, o Sujeito 4 assume uma posição-sujeito afirmativa, inscrita na vivência do autismo, por meio da qual desmistifica concepções capacitistas e resiste às tentativas de “cura” ou normalização. Ao mesmo tempo, esse dizer evidencia uma identidade permanente, legitimada no próprio ato de enunciar, reposicionando-se como sujeito que reivindica reconhecimento e produz novos sentidos para a neurodiversidade.

O discurso evidencia, ainda, o tensionamento entre a posição-sujeito do autista e a posição imaginária de um “você” que, de forma implícita, se coloca em um lugar de superioridade ou normatividade em relação ao sujeito autista. Tal configuração discursiva revela a presença de formações imaginárias sustentadas por discursos capacitistas, nos quais o comportamento típico é tomado como modelo ideal a ser seguido. Ao se contrapor a essa lógica, o sujeito autista denuncia o funcionamento ideológico que o interpela a partir da diferença como déficit. Como aponta Pêcheux:

a posição do sujeito no discurso é sempre determinada pela formação discursiva à qual ele pertence, e é dentro dessa formação que ele reconhece ou não, o que diz e o que o constitui como sujeito. (Pêcheux, 1975/1988, p.67).

Dessa forma, o sujeito autista, ao se afirmar e marcar sua diferença, rompe com a posição de sujeição esperada e inaugura um outro lugar de fala, no qual é possível tensionar os sentidos naturalizados sobre o que é “normal”. Trata-se de um gesto de resistência que desestabiliza as evidências imaginárias do “bom funcionamento” e torna visível a multiplicidade de modos de existir no campo da neurodiversidade.

O tensionamento entre a posição-sujeito do autista e a posição imaginária de um “você” normativo inscreve-se no funcionamento do interdiscurso, tal como formulado por Michel Foucault (1997) e aprofundado por Pêcheux, no qual todo dizer é atravessado por discursos anteriores que o sustentam ou o desafiam. A posição assumida pelo sujeito autista, ao reivindicar a legitimidade de sua diferença, não se dá em um vazio, mas em confronto direto com formações discursivas preexistentes que historicamente associaram a diferença ao erro, à deficiência e à inferioridade. Como destaca Orlandi (2005, p. 31): “A memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer [...] retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível.”

Dessa forma, ao emergir um discurso de afirmação da identidade autista e de crítica à normatividade imposta, estamos diante de um deslocamento discursivo que evidencia o surgimento de uma formação discursiva emergente, apoiada em novas posições-sujeito que se contrapõem à tradicional patologização do autismo.

Nos discursos presentes no post do Sujeito 4, identificamos, portanto, uma formação discursiva emergente que busca afirmar positivamente a identidade autista e reivindicar o respeito à neurodiversidade. Essa FD se opõe a uma formação discursiva tradicional, marcada pelo viés patologizante e pela busca de normalização do autismo, instaurando um novo espaço de disputa de sentidos.

Nestes discursos do *post* do Sujeito 4, podemos identificar uma formação discursiva emergente, que buscou afirmar a identidade autista de forma positiva e reivindicar o respeito à neurodiversidade. Essa FD se contrapõe a uma formação discursiva tradicional, marcada pelo viés patologizante e pela busca da normalização do autismo.

Nas sequências discursivas analisadas, como no discurso *“ser autista não é um erro a ser corrigido e ter comportamento típico como ideal para nós, é acima de tudo, cruel”*, identificamos um contraponto à formação discursiva (FD) patologizante que historicamente associou o autismo à anormalidade e à necessidade de correção. Aqui, o sujeito autista se posiciona contra a lógica da normalização, rejeitando o ideal de um comportamento “típico” como parâmetro legítimo de existência.

Na SD, a citação *“Tentar colocar todos os autistas dentro de uma caixinha é limitar a nossa capacidade e ignorar nossas particularidades. O espectro não é algo linear e divisões simplistas como ‘leve, moderado e severo’ não contemplam as complexidades e possibilidades do autismo”* evidencia um questionamento direto à FD que busca homogeneizar o autismo. O Sujeito 4 desloca sentidos cristalizados produzidos por discursos médicos e institucionais, denunciando a inadequação de categorias fixas que reduzem a diversidade autista a níveis de comprometimento. Tal gesto discursivo revela, conforme Pêcheux (2009), o funcionamento do discurso como lugar de confronto entre formações ideológicas, produzindo rupturas que desestabilizam sentidos já estabilizados.

Por fim, na SD *“Eu tenho orgulho de ser autista... receber o diagnóstico, mesmo que tardiamente, me trouxe a compreensão de que não há nada de errado em ser como eu sou”*, observamos a emergência de uma nova FD, pautada no orgulho e na autoaceitação. O sujeito reinscreve sua identidade no espaço discursivo, rompendo com

a posição historicamente atribuída de “paciente” ou “portador” e assumindo-se como produtor de sentidos sobre si mesmo. Como destaca Orlandi (2012), o sentido não está fixado na palavra, mas nas condições de produção, sendo constantemente atualizado e ressignificado no jogo entre memória discursiva e ideologia.

Dessa forma, os discursos revelam um movimento de deslocamento discursivo que transita de uma FD medicalizante, centrada na correção e na normalização, para uma FD que reivindica o direito à diferença e a valorização das singularidades autistas, instaurando novas possibilidades de representação e reconhecimento.

Chamaremos de formação discursiva aquilo que, numa dada formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição determinada numa dada conjuntura. Os sentidos não são fixos: eles se deslocam, se reorganizam, resistem e se transformam na materialidade do discurso. É nesse espaço de confronto que o sujeito pode, ao mesmo tempo, reproduzir e romper com os sentidos dominantes, instaurando outros modos de significar. (Pêcheux, 1975/1988, p. 160).

Essas citações demonstraram o esforço do sujeito em inscrever um novo modo de falar sobre o autismo, desafiando as regras e os sentidos da formação discursiva dominante, revelou um sujeito ("eu autista") que, consciente de sua posição e confrontando o interdiscurso capacitista, buscou inscrever uma nova formação discursiva sobre o autismo, baseada no respeito à neurodiversidade e na afirmação de sua identidade. A formação imaginária entre "eu" e "você" foi tensionada pela busca de desconstrução de estereótipos e pela reivindicação de um olhar mais inclusivo e compreensivo.

Em seu percurso dentro da mídia, o sujeito 4 evolui em seus *posts* de maneira mais posicionada dentro de sua FD autista, dando voz a sua identidade. Na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito não é uma entidade autônoma e transparente, mas sim um sujeito discursivo, constituído na e pela linguagem, atravessado por determinações históricas, sociais e ideológicas.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa, esse movimento revela que o sujeito não é uma entidade autônoma, transparente e plena de si, mas um sujeito discursivo, constituído na e pela linguagem, atravessado por formações ideológicas e determinado por condições históricas e sociais. Como afirma Pêcheux (2009), o sujeito é “interpelado pela ideologia” e só pode falar a partir dos lugares discursivos que ocupa, sendo ao mesmo tempo limitado por eles e capaz de reconfigurar sentidos. Complementarmente, Orlandi (2012) reforça que “o sujeito se significa na relação com o

outro e com a história”, de modo que a inscrição do “eu autista” no espaço social produz novos sentidos sobre o autismo e tensiona os discursos hegemônicos que o reduzem a uma condição patológica.

A posição-sujeito, como já dito, é o lugar que o sujeito ocupa em um determinado discurso. o Sujeito 4 se colocou em uma posição-sujeito de alguém que se identifica como parte da comunidade autista ("lucas_atipico") e que buscou desconstruir representações estereotipadas e idealizadas ("anjos") ou reducionistas ("azuis", em uma possível alusão a uma cor associada ao autismo de forma generalizada e simplista), como referiu Pêcheux: "O sujeito não é a origem do sentido, mas um efeito de sentido." (Pêcheux, 2007, p. 51).

Nesse sentido, o "*eu*" que se manifestou no *post* não corresponde a um indivíduo isolado expressando uma opinião puramente pessoal, mas a um sujeito discursivo, constituído na e pela linguagem, que se posiciona dentro de um debate sobre a representação do autismo. Esse sujeito é atravessado por discursos preexistentes e, ao mesmo tempo, busca produzir novos efeitos de sentido.

Seguindo para o próximo recorte, identifica-se no *post* uma formação discursiva emergente que procura desmistificar representações romantizadas ou simplificadas do autismo. Essa FD se contrapõe a formações discursivas mais tradicionais que tendem a idealizar os autistas como “anjos” ou a reduzir a complexidade da condição a características superficiais, como o uso da cor “azul”. O comentário abaixo da imagem evidencia a crítica a essas denominações, que, embora possam ser bem-intencionadas, são interpretadas como práticas discursivas capacitistas e, portanto, limitadoras. Isso se relaciona ao que Pêcheux (2009) afirma ao indicar que os sentidos não são fixos nem individuais, mas produzidos historicamente nas formações discursivas, sendo determinados pelas condições de produção que os atravessam. Isso dialoga com o que afirma Pêcheux (2009, p. 52):

Os sentidos não existem em si mesmos, mas são produzidos pelas formações discursivas, determinadas pelas condições de produção que as constituem e pelos efeitos ideológicos que as atravessam. Isso dialoga com o que afirma (Pêcheux, 2009, p. 52).

Assim, ao tensionar esses sentidos já estabilizados, o sujeito busca inscrever um novo posicionamento no espaço discursivo, promovendo deslocamentos que questionam estereótipos historicamente construídos sobre o autismo e reivindicam um olhar mais inclusivo e representativo.

Figura 50: Recorte de *post* do *Instagram* de Lucas Pontes – Autistas são Anjos?



Fonte: @lucas_atipico, capturada pela autora, 2025.

Para Pêcheux (1975/1988, p. 15) “Uma formação discursiva [...] é o que determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma afirmação, de um julgamento, de um conselho, de uma ordem, etc.) a partir de um lugar determinado numa conjuntura dada”.

A postagem se esforçou para estabelecer um novo "dizível" sobre o autismo, ancorado na experiência e na perspectiva das próprias pessoas autistas, em contraposição a discursos externos que podem ser alienantes ou redutores.

Pudemos identificar ainda uma polifonia implícita. As perguntas "AUTISTAS SÃO ANJOS?" e "AUTISTAS SÃO AZUIS?" ecoaram vozes de um discurso social preexistente, que veicula essas representações sobre o autismo. A resposta do sujeito ("Não, somos pessoas" e "Não, somos brancos, negros, indígenas, pardos ou amarelos") representaram uma outra voz, que se contrapôs a essas representações, trazendo a perspectiva da experiência autista e da luta contra estereótipos.

A polifonia, refere-se à coexistência de múltiplas vozes ou instâncias enunciativas dentro de um mesmo enunciado. Essas vozes podem ser explícitas ou implícitas, manifestando diferentes posições ideológicas e discursivas.

A polifonia, enquanto fenômeno enunciativo, expressa a presença de diversas vozes em um mesmo enunciado, permitindo a coexistência de discursos distintos que se entrelaçam na produção de sentidos. Segundo Bakhtin (2003):

Na realidade, o discurso vive nas fronteiras. É precisamente nessas fronteiras que ocorrem os encontros e os choques com outros discursos, outros pontos de vista, outras avaliações. A palavra é sempre um terreno de encontro, de confronto entre vozes sociais, ideológicas e axiológicas distintas, mesmo quando isso não é explicitamente declarado. É por isso que o discurso é essencialmente polifônico (Bakhtin, 2003, p. 113).

Essa perspectiva compreende a linguagem como lugar de disputa de sentidos, onde nenhuma voz se afirmar isoladamente. Assim, todo discurso carrega consigo marcas de outras vozes, seja para concordar, resistir ou ironizar, o constituindo como espaço de heterogeneidade e confronto ideológico.

Orlandi (2007) também discute como o pré-construído e traz para o presente do dizer vozes e sentidos de outros momentos e discursos, o que também se relaciona indiretamente com a ideia de polifonia.

O Sujeito 4 apresentou-nos também nestes *posts* a heterogeneidade constitutiva, ou seja, o discurso apontou para a não linearidade e a não homogeneidade, mas demonstrou diferentes níveis de heterogeneidade:

A análise evidencia a distinção entre a heterogeneidade mostrada — quando há a explicitação da presença de outras vozes, como nas citações diretas — e a heterogeneidade constitutiva, que diz respeito à presença implícita de outros discursos que moldam o enunciado e orientam seus sentidos. Isso se manifesta nas próprias perguntas formuladas pelo sujeito, que remetem a um conjunto de discursos já existentes sobre o autismo e buscam desconstruí-los. Um exemplo é a necessidade de afirmar a humanidade e a diversidade dos autistas, o que indica que discursos anteriores, implícita ou explicitamente, negaram ou obscureceram essas dimensões.

Todo dizer carrega em si a presença do outro, ainda que não o nomeie. Há discursos que se mostram explicitamente, como nas citações ou nas marcas de enunciação, mas há também discursos que permanecem silenciados, implícitos, funcionando no interior do enunciado. Essa heterogeneidade constitutiva revela que o sujeito, ao falar, não fala sozinho: ele é atravessado por memórias discursivas, por vozes anteriores e por posições ideológicas que o precedem e o excedem. (Authier-Revuz, 1990, p. 25)

Essa concepção ajuda a compreender que, ao formular suas perguntas e tensionar os sentidos estabilizados sobre o autismo, o Sujeito 4 não apenas produz novos significados, mas também reinscreve sua fala em um espaço polifônico, onde as vozes do passado e as disputas presentes coexistem na produção de sentidos.

Este conceito se apresentou no destaque: “*Não julgo mães que usam o termo, mas acredito que o autismo já é tão mal compreendido pela sociedade [...]*”, nessa SD, o Sujeito 4 buscou, simultaneamente, manter um tom conciliador e expressar uma crítica contundente às representações estereotipadas do autismo, como os rótulos “anjos” ou “azuis”. Esse funcionamento evidencia que o sujeito está constituído na relação com o interdiscurso, ou seja, com a rede de dizeres já-ditos que o antecedem e o possibilitam.

Como afirma Pêcheux (1988, p. 83), “[...] os sentidos não estão nas palavras, nem nas coisas, nem na cabeça do sujeito; eles se produzem na materialidade da história, no interior da ideologia”. Assim, a contradição presente na SD é expressão do modo como o sujeito é assujeitado por discursos em disputa, de um lado, a formação discursiva hegemônica que angelicaliza ou essencializa a identidade autista; de outro, uma formação emergente que buscou reposicioná-la como uma existência plural e concreta. Ao produzir esse deslocamento, o sujeito realizou um gesto político de resistência, intervindo nos sentidos disponíveis e propondo novos modos de significar o autismo.

Este discurso reforça essa heterogeneidade ao mencionar o risco de interpretações capacitistas de certas denominações, mostrando como diferentes discursos podem se cruzar e gerar sentidos problemáticos, como refere Orlandi (2008):

A heterogeneidade constitutiva (J. Authier, 1990) diz que “constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro”. É a ideia de que o sujeito da linguagem é determinado pela sua relação com a exterioridade: é um sujeito descentrado, dividido, essa divisão tendo um caráter estrutural ou estruturante (Orlandi, 2008, p. 45-46).

E na SD “*Autistas são anjos?*” colocou o autismo em um pedestal irreal, enquanto “*não, somos pessoas*” trouxe uma narrativa que humaniza a experiência autista. Esta afirmação confrontou estereótipos configurados e visou uma reinterpretação da identidade autista, que já está impregnada de significados preexistentes, ou seja, o pré-construídos e isso evitou a ideia de que a linguagem é uma mera ferramenta neutra, segundo Orlandi (2001, p. 47):

O pré-construído é esse já-dito que está na memória discursiva e que retorna sob a forma de formulações mais ou menos estáveis, sustentando o dizer em sua opacidade. (Orlandi, 2001, p. 47).

Ao relacionar esse conceito ao de memória discursiva, conforme discutido por Pêcheux (1990), compreendemos que os sentidos não são produzidos de forma individual ou isolada, mas retomam enunciados anteriores, circulando e se atualizando no discurso:

O que chamamos de memória discursiva é o espaço onde os sentidos se constituem e se transformam, pois todo dizer remete a outros dizeres, presentes ou apagados, que o antecedem.” (Pêcheux, 1990, p. 53).

Assim, ao contrapor a ideia de que “autistas são anjos” à afirmação “não, somos pessoas”, o sujeito tensiona sentidos estabilizados, reinscrevendo-se em um espaço discursivo que reivindica a humanização e a complexidade da experiência autista, produzindo deslocamentos significativos no imaginário social.

Já a formação imaginária se manifestou na tentativa de desconstruir imagens cristalizadas sobre o autismo. O sujeito confrontou a representação de “autista como anjo”, uma idealização que pode negar a humanidade plena e as dificuldades enfrentadas, bem como a imagem de “autista como azul”, uma simplificação que ignora a diversidade dentro do espectro.

Dessa forma, ao tensionar as representações idealizadas e simplificadas do autismo, o sujeito reinscreve-se em um espaço discursivo que reivindica a humanização e a complexidade da experiência autista, produzindo deslocamentos significativos no imaginário social e nos efeitos de sentido que circulam sobre o espectro.

Ao fazer essas perguntas e negá-las, o sujeito buscou romper com essas representações imaginárias e construir uma nova imagem, baseada na ideia de sujeitos legítimos e reconhecidos independentemente de suas origens raciais, sociais ou culturais. Esse processo revela o funcionamento do que Pêcheux (2006, p. 131) denomina de “ilusão do sujeito falante”, segundo a qual o sujeito acredita ser a origem do que diz, quando, na realidade, seu discurso é atravessado por formações discursivas e por sentidos historicamente determinados. Nesse movimento, o discurso se articula a memórias discursivas que sustentam e atualizam significados, ao mesmo tempo em que possibilita o deslocamento e a reinscrição de novas posições-sujeito. E para visualizarmos esta formação imaginária, apresentamos o quadro abaixo.

Quadro 22. Sujeito 4. Formações Imaginárias V.

Imagem do Lugar	Sujeito	Questão Posicionada
A	Autistas	"Quem sou eu para ele falar assim?" - Essa pergunta refletiu uma autorreflexão sobre o que foi nomeado identidade pelo outro em relação ao autista. Indicou a luta pelo reconhecimento e o poder de fala.
B	Mães	"Quem sou eu para que ele me fale assim?" - Essa indagação implicou um conflito entre a imagem da mãe que compreende e a resistência da voz autista em exigir sua própria narrativa.
A e B	Autistas	"Quem é ele para eu falar assim?" - Um questionamento que ilustrou a crítica à apropriação da experiência autista por aqueles que não vivenciam a condição e as pressões exercidas sobre a identidade do sujeito.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O quadro apresentado permiti-nos analisar o funcionamento discursivo de diferentes posições do Sujeito 4 em conflito em torno da sua identidade autista, revelando os efeitos de sentido produzidos por enunciados interrogativos que atualizaram disputas simbólicas.

Na primeira SD: “*Quem sou eu para ele falar assim?*”, o sujeito autista (A) foi confrontado com a imagem construída pelo outro, e a pergunta tornou-se índice da interpelação ideológica que o assujeitou a uma identidade nomeada externamente. Esse enunciado remeteu à tensão entre o eu que se buscou afirmar e o lugar discursivo em que foi historicamente inscrito, indicando, portanto, uma luta por reconhecimento e legitimação discursiva.

A segunda SD “*Quem sou eu para que ele me fale assim?*” Foi proferida a partir da posição da mãe (B), e revelou o embate entre uma posição tradicionalmente ocupada pela figura de cuidado e autoridade, e a resistência da voz autista que rompeu com o silêncio imposto. A heterogeneidade discursiva se fez presente, pois esse enunciado denunciou a desconstrução da imagem da mãe compreensiva diante da autonomia discursiva do sujeito autista.

Por fim, o discurso “*Quem é ele para eu falar assim?*”, proferido também pelo sujeito autista (A e B), deslocou os sentidos estabilizados sobre quem tem o direito de dizer sobre o autismo, funcionando como crítica à apropriação simbólica da experiência autista por aqueles que não a vivenciam. Assim como propõe Pêcheux (2009):

o sujeito “é constituído por processos de identificação com as posições de sujeito oferecidas pelas formações discursivas, sendo simultaneamente assujeitado a essas mesmas formações” (Pêcheux, 2009, p. 63).

Neste gesto de leitura, evidenciou-se um movimento de resistência e de deslocamento subjetivo, no qual o sujeito autista (Sujeito 4) reivindicou sua própria fala, recusando os sentidos preconstruídos que o reduziram à fala do outro.

Essa análise permitiu compreender como os sujeitos autistas se constituem discursivamente em confronto com formações discursivas historicamente consolidadas, que procuram silenciar, normatizar ou traduzir suas experiências a partir de vozes alheias. As diferentes formulações interrogativas revelaram não apenas a heterogeneidade enunciativa e a disputa pelos lugares de fala, mas também os processos de resistência por meio dos quais o sujeito autista reconfigura sua identidade e tensiona os sentidos historicamente estabilizados pelo discurso dominante.

E ao deslocar-se de uma formação discursiva para outra, o sujeito inscreve-se em diferentes posições-sujeito, conceito discutido por Pêcheux (2009), segundo o qual a posição que o sujeito ocupa não é fixa, mas produzida ideologicamente dentro de determinadas condições históricas. Nessa perspectiva, o sujeito não controla plenamente o que diz, pois é atravessado por discursos anteriores, porém pode promover deslocamentos que alteram a maneira como determinados sentidos são reinscritos no espaço social. Como explica Orlandi (2021), o sujeito se constitui na relação com a língua e com a ideologia, e é justamente nesse atravessamento que se produzem as contradições, tensões e resistências.

Nesse contexto, os efeitos da interpelação ideológica tornam-se evidentes: ao mesmo tempo em que o sujeito é convocado a ocupar lugares discursivos historicamente produzidos para enquadrar o autismo como deficiência, desvio ou anormalidade, ele também opera movimentos de resistência que instauram novos posicionamentos subjetivos. Esses deslocamentos permitem romper com imagens cristalizadas sobre o autismo e produzir novos sentidos, reinscrevendo-o como expressão legítima da neurodiversidade e reivindicando a visibilidade das vozes autistas na disputa por reconhecimento.

A relação entre essa resistência e os novos sentidos evidencia a importância dos conceitos de memória discursiva e pré-construído. Para Pêcheux (1990), a memória discursiva constitui o espaço onde os sentidos se formam e se transformam, pois todo

dizer está atravessado por enunciados anteriores, presentes ou apagados, que o antecedem. Orlandi (2001), por sua vez, destaca que o pré-construído corresponde a esse “já-dito” que retorna e sustenta o enunciado em sua opacidade, revelando que o discurso nunca parte do zero. Nesse processo, os sujeitos autistas não apenas retomam sentidos estabilizados sobre o autismo, mas os ressignificam, tensionando vozes hegemônicas e instaurando novos lugares de fala que afirmam sua legitimidade e identidade no espaço social.

Assim, as análises desenvolvidas neste subcapítulo evidenciaram que os sujeitos autistas, ao se constituírem discursivamente, tensionam sentidos historicamente estabilizados sobre o autismo e instauram novos posicionamentos subjetivos. Por meio da resistência a imagens cristalizadas, como as de “anjos” ou “azuis”, os sujeitos desconstroem representações homogeneizadoras e reinscrevem suas vozes em espaços discursivos que afirmam a neurodiversidade e a legitimidade de suas experiências. Nesse processo, compreendemos que o discurso não parte do zero: ele é atravessado por pré-construídos e sustentado por uma memória discursiva que carrega dizeres anteriores, os quais são retomados, tensionados e resignificados.

“O discurso nunca parte do zero. Ele se constitui em relação a dizeres anteriores, sustentando-se em uma memória discursiva que o atravessa e o determina. Para Pêcheux (1997, p. 52), ‘o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas’. Nesse mesmo movimento, Orlandi (2021, p. 42) afirma que ‘todo dizer se inscreve em uma rede de enunciados já ditos e possíveis, retomando, tensionando e resignificando sentidos que circulam no interdiscurso’. Assim, compreende-se que o dizer do sujeito é sempre atravessado por discursos anteriores, por aquilo que já foi dito e que se reinscreve, produzindo novos efeitos de sentido.”

Além disso, os deslocamentos identificados demonstram que as posições-sujeito não são fixas, mas produzidas historicamente dentro de determinadas formações discursivas e formações imaginárias, o que revela o funcionamento da interpelação ideológica e os efeitos de sentido que emergem desse atravessamento entre língua, sujeito e história. Ao reinscrever-se nesses espaços, o sujeito autista afirma sua identidade e amplia os contornos do imaginário social, abrindo brechas para novos modos de significar o autismo na contemporaneidade.

Dando sequência ao percurso analítico desta tese, o próximo subcapítulo será dedicado à análise comparativa entre os sujeitos 1, 2, 3 e 4, com foco nos processos de diagnóstico na vida adulta, suas semelhanças estruturais, as dificuldades enfrentadas, bem como suas distintas posições discursivas, funções imaginárias, formações discursivas (FD) e os efeitos de sentido que emergem desse processo de identificação tardia. Tal abordagem possibilitará compreender, de forma ampliada, como a constituição da identidade autista se relaciona com o reconhecimento institucional, os deslocamentos subjetivos e a reinscrição dos sujeitos nos espaços sociais e simbólicos contemporâneos.

6.2 Diagnóstico na vida adulta: processos de subjetivação e discursividades

A análise dos relatos dos Sujeitos 1, 2, 3 e 4 revelou tanto pontos de convergência quanto de singularização nos modos como o diagnóstico de autismo na vida adulta foi experienciado, discursivizado e reinterpretado por cada um. Embora cada trajetória fosse marcada por condições de produção específicas, foi possível identificar elementos recorrentes que se repetiram com diferentes intensidades e sentidos.

Entre as semelhanças estruturais, destacamos o fato de que todos os sujeitos vivenciaram, em alguma medida, um longo período de inadequação subjetiva anterior ao diagnóstico, no qual predominavam sentimentos de estranhamento, esforço de camuflagem e tentativas frustradas de conformidade com os padrões de normalidade.

A chegada do diagnóstico, portanto, atuou como um marco de ruptura simbólica e reorganização da narrativa pessoal. Todos os sujeitos deslocaram-se de uma posição de sujeito silenciado, ou nomeado por outrem, para uma posição enunciativa em que reivindicavam o direito de dizer de si, subvertendo os sentidos estabilizados de sua diferença. Em termos de posições discursivas, os sujeitos se inscreveram em lugares distintos dentro da rede do interdiscurso.

O Sujeito 1 adotou uma posição discursiva de esclarecimento técnico e educativo, buscando desmistificar e normatizar o conhecimento sobre a “dupla excepcionalidade”. O Sujeito 2 tensionou a posição de invalidação institucional, ao denunciar os efeitos de silenciamento causados pela negação médica. O Sujeito 3 ocupou uma posição militante e afirmativa, rejeitando rótulos capacitistas e assumindo sua diferença com orgulho. Já o Sujeito 4 emergiu de uma posição historicamente excluída e marginalizada para uma posição de visibilidade crítica e produtiva, promovendo conteúdo sobre autismo a partir de sua experiência pessoal.

Quanto às formações imaginárias, os discursos analisados revelaram representações que foram sendo disputadas ao longo do tempo. A imagem do “defeituoso” (Sujeito 2), do “esquisito” (Sujeito 4), do “disfarçado de normal” (Sujeito 3) e do “superdotado-excepcional” (Sujeito 1) funcionaram como projeções simbólicas que atravessam a constituição do sujeito autista antes da formalização diagnóstica.

Essas imagens, inicialmente impostas pelo outro, são posteriormente desconstruídas ou ressignificadas no momento em que o sujeito passa a nomear-se a partir de uma nova matriz discursiva.

As formações discursivas em jogo sustentaram os efeitos imaginários e constituíram os regimes de verdade que autorizavam — ou não — o sujeito a falar sobre si. Identificamos a atuação de FD hegemônicas, como a médico-clínica, que tendeu a deslegitimar os sujeitos 2 e 4, e de FD contra-hegemônicas, como aquelas que se apoiaram nos conceitos de neurodiversidade e militância autista, mobilizadas pelos sujeitos 1 e 3. Essas disputas evidenciam que o diagnóstico ultrapassa o âmbito de um simples ato clínico, funcionando também como um operador discursivo que atravessa a constituição do sujeito, produz deslocamentos em suas posições-sujeito e reconfigura seus lugares na linguagem, nas relações sociais e no imaginário social.

Por fim, os efeitos de sentido produzidos por esse processo variaram entre o alívio (Sujeito 4), a libertação (Sujeito 3), a compreensão e reorganização do passado (Sujeito 2) e o impulso para o ativismo e conscientização pública (Sujeito 1). Todos convergiram, contudo, no sentido de que o diagnóstico produziu um deslocamento importante em suas trajetórias, possibilitando a construção de novas formas de existir discursivamente, agora a partir de posições menos marcadas pelo apagamento e mais voltadas à visibilidade, ao pertencimento e à luta por reconhecimento.

Abaixo apresentamos um quadro analítico resumido, elaborado a partir dos relatos dos Sujeitos 1, 2, 3 e 4 que nos permitiu observar como os processos de diagnóstico de autismo na vida adulta são atravessados por diferentes condições de produção e modos de subjetivação, os quais mobilizaram formações imaginárias, formações discursivas e efeitos de sentido distintos, ainda que atravessados por algumas semelhanças estruturais.

Quadro 23. Síntese – efeito de sentidos nas análises dos Sujeitos 1, 2, 3 e 4.

Sujeito	Formação Imaginária	Formação Discursiva	Efeitos de Sentido
Sujeito 1	Dupla excepcionalidade: superdotado/autista como exceção	FD da neurodiversidade científica e educativa; discurso	Posição de orgulho e esclarecimento público; o laudo

	positiva; rompe com a imagem do 'deficiente'.	da superação com base no saber técnico.	como instrumento de ação política.
Sujeito 2	Imagem da 'defeituosa' internalizada desde a infância; camuflagem como tentativa de pertencimento.	FD do capacitismo e da negação institucional; sujeito tensiona discurso médico que o invalidava.	Ressignificação tardia da identidade; o diagnóstico como possibilidade de explicação e autocompreensão.
Sujeito 3	Mascaramento social para parecer 'normal'; busca por autenticidade após o diagnóstico.	FD da autoafirmação e militância identitária; oposição à rotulagem como 'anjo azul'.	Sentido de libertação e afirmação subjetiva; recusa do apagamento e do silenciamento afetivo.
Sujeito 4	Imagem de 'esquisito' imposta desde a infância; rejeição da idealização infantilizada do autista.	FD contra-hegemônica que contesta a invisibilidade médica; ruptura com o discurso patologizante.	Alívio e reconstrução do passado; nova posição de sujeito que fala por si, e não mais pelo outro.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Diante das análises desenvolvidas ao longo deste capítulo, evidenciamos que os sujeitos diagnosticados com autismo na vida adulta se constituíram discursivamente em meio a formações discursivas tensionadas, atravessadas por silenciamentos, disputas de sentidos e processos de resignificação.

A Análise do Discurso de linha Francesa permitiu-nos compreender como os efeitos de sentido emergiram não apenas do conteúdo enunciado, mas das condições de produção que sustentaram o dizer, das formações imaginárias que moldaram as posições subjetivas e da memória discursiva que atravessou os enunciados.

Assim, o diagnóstico tardio, longe de encerrar um processo, inaugurou novas posições de sujeito, permitindo que os autistas se apropriassem de seu lugar de fala, contestassem discursos hegemônicos e mobilizassem sentidos que reconfiguraram sua relação com o mundo e consigo mesmos.

As vozes analisadas demonstraram que o sujeito autista, ao dizer de si, também deslocou dos lugares historicamente atribuídos à deficiência e à normalidade, instaurando brechas discursivas por onde novos sentidos pudessem emergir.

EFEITO DE FECHO

*Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras fatigadas de informar. (...)
Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes. (...)
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos como as boas moscas.
Queria que a minha voz
tivesse um formato de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.
Só uso a palavra para compor meus silêncios.*

Manoel de Barros

Quando me perguntaram, no início deste percurso, qual era a real relevância desta pesquisa, confesso que refleti profundamente sobre essa questão ao longo de todo o processo. Ao analisar os discursos de pessoas tão distintas, deparei-me com sujeitos que se reconstroem pela e na linguagem. Percebi, nessas análises, o quanto muitas vezes não nos damos conta de que o ser humano é constituído, desconstruído e continuamente reconstruído por meio dos sentidos que a linguagem produz e reinscreve.

Em última análise, a jornada investigativa aqui empreendida iluminou a força constitutiva da linguagem na formação dos sujeitos. Longe de ser um mero instrumento de comunicação ou veículo de transmissão de ideias, a linguagem se apresenta como um espaço de acontecimento (Pêcheux, 2009), onde os sentidos são produzidos, disputados e resignificados. Como explica Orlandi (2021), o sujeito se constitui na relação entre língua e ideologia, sendo interpelado por formações discursivas que o antecedem e o atravessam, determinando, em grande medida, “o que pode e o que deve ser dito” em determinados contextos históricos.

Nesse sentido, compreende-se que o sujeito não é pleno nem autônomo, mas um efeito da linguagem: é produzido por discursos que o precedem, mas, ao mesmo tempo, pode promover deslocamentos, instaurando novos sentidos e tensionando posições cristalizadas. Essa constatação foi central para este estudo, pois revelou que a constituição da identidade autista, tal como analisada nesta tese, ocorre no entrecruzamento entre formações discursivas hegemônicas (que buscam normatizar e silenciar) e formações contra-hegemônicas, que reivindicam a neurodiversidade, a militância e o reconhecimento.

Assim, mais do que analisar discursos, esta pesquisa evidenciou que a linguagem é o próprio lugar onde os sujeitos se produzem, são modelados, desfeitos e reconfigurados

em um movimento sócio-histórico contínuo, sempre atravessado por memórias, posições ideológicas e efeitos de sentido que se deslocam e se atualizam no espaço social.

Em última análise, a jornada investigativa aqui empreendida iluminou a força constitutiva da linguagem na formação do sujeito. Longe de ser um simples instrumento de transmissão de ideias, a linguagem se revela como o espaço de acontecimento onde os sujeitos são incessantemente modelados, desfeitos e reconfigurados, num movimento sócio-histórico contínuo, atravessado por formações discursivas, memórias e posições ideológicas que determinam “o que pode e o que deve ser dito” em cada contexto.

A análise dos discursos dos sujeitos diagnosticados com TEA na vida adulta revelaram potência das formações discursivas como espaços de ressignificação e (re)identificação, onde a apropriação de uma nova nomeação (autista) não cristaliza uma identidade fixa, mas inaugura um processo dinâmico de pertencimento e distinção.

Desse modo, a pesquisa ecoou na perspectiva da AD, de que a ordem do discurso, intrinsecamente ligada à história e à língua, moldaram as possibilidades de ser e de se significar, desestabilizando noções essencialistas e convidando a um olhar mais fluido e contextualizado sobre a identidade, em constante devir nas malhas da linguagem e nas dinâmicas sociais.

Fato é que, todo sujeito se submete à linguagem, buscando significar-se, em um movimento sócio historicamente dado. Assim, as formações discursivas representaram um lugar desconstrução de sentido e identificação do sujeito, trazemos à tona novamente a formação discursiva pois foi nela que o sujeito adquiriu unidade, especificidade e conseguiu se distinguir dos outros, dentro ou fora, consciente o ou inconscientemente, dos processos de interpelação. Como coloca Orlandi (2007, p. 1): “A ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento, constituem a ordem do discurso”. (Orlandi, 2007, p. 2).

Assim, a materialidade (histórica) das condições de vida e produção dos sujeitos dispõe a vida desses e, ao mesmo tempo, materializa resistências, criando outros lugares materializados, ou seja, quando propomos dois processos perceptíveis ao sujeito autista, um na ampliação dos mecanismos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) coadjuva com o aumento das demandas de interação social de grupos que partilham suas vivências, lutas e, em alguns casos, reivindicam a ressignificação do TEA e a diminuição dos estigmas e preconceitos.

Entendendo como a ideologia funciona nos indivíduos ideologicamente interpelados, percebemos a urgência em pertencer a algum lugar, sujeitos e sentidos que se constituem ao mesmo tempo.

O diagnóstico na vida adulta trouxe aos sujeitos uma nova identidade, uma identidade que os colocaram em uma nova FD, o Autismo. No processo de constituição do sujeito do capitalismo, a individuação pela articulação simbólico-política pelo Estado foi fundamental, isto nos mostrou que a construção da identidade não é algo já pronto e não é inerte, é dinâmico.

Daí insistirmos na noção de formação social (e não sociedade), pois segundo que nos sugere Orlandi, 2010, p. 156, as posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação, com uma ou outra formação discursiva, com um ou outro sentido, a partir do modo como o sujeito é individuado.

Os sentidos que são reiteradamente enunciados e disseminados pela mídia acabam por se regularizar e integrar redes de memória discursiva (Indursky, 2011, p. 75). Nesse processo, tornam-se tão estabilizados que não necessitam mais ser explicitamente enunciados para produzir efeitos de sentido; operam como uma presença ausente, ressoando mesmo quando não estão linguisticamente materializados de forma direta.

As respostas que buscamos sobre os perfis identitários dos autistas abrangeram diversos aspectos pessoais, como características similares entre eles, como: passaram por uma infância difícil, sem pertencimento, eram os estranhos, os que não se comportavam como dita as regras da sociedade, ou eram os excluídos.

Obter seus diagnósticos foi para todos uma mudança de sentido, onde se sentiam presos e a partir do diagnóstico veio a liberdade, o entendimento, o pertencimento. Todos os sujeitos analisados mudaram os seus *posts*, iniciaram o processo de inclusão na nova formação discursiva, de autista.

Portanto, não podemos definir um perfil identitário fixo para os sujeitos autistas, tal qual como em qualquer indivíduo pois a partir de uma perspectiva discursiva, a identidade é percebida como algo em constante desenvolvimento, sempre em evolução, nunca totalmente definida. Em vez de ser vista como um núcleo fixo, como uma essência imutável, deve ser entendida como uma identidade coletiva.

Entendemos que essa mudança na forma como vemos a identidade das pessoas autistas ou não, está relacionada a uma transformação, hoje, a sociedade não é mais vista como um todo coeso e bem definido, nem possui um ponto central que funcione como referência. Como destaca Hall (2006, p. 16), as sociedades modernas não têm um centro,

um princípio único que as organize, e não se desenvolvem a partir de uma única 'causa' ou 'lei'.

Assim, desta maneira podemos observar que a sociedade ainda enxerga a identidade autista sob o viés de suas características descritas em manuais pré-estabelecidos que são recorrentes nas suas ações, produzindo novos efeitos de sentidos sobre o diagnóstico de autismo, não negativo, não rotulador, criando representações sociais fixas sobre essas pessoas e mudança na terminologia de autismo para TEA contribuiu para ampliação da visão sobre o autista, permitindo a enxerga-los como sujeitos que possuem voz, que não são esquisitos, que são indivíduos com suas particularidades e subjetividades e que estão se encaixando com todas diversidades presentes no mundo dos típicos pela inserção e visibilidade das mídias sociais.

E além dos sentidos, compreendemos que o diagnóstico foi um construtor de uma nova identidade, se apropriaram do sujeito-autista, se sentiram “normais” nas suas “anormalidades” vista perante a sociedade.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisarmos os efeitos de sentido presentes nos discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente, publicados na rede social Instagram, a fim de compreendermos como construíram suas identidades discursivas nesse espaço digital. Para atingir esse fim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) investigarmos se e como as mídias sociais influenciaram no processo de constituição da identidade do sujeito autista adulto; (2) identificarmos os efeitos de sentido presentes nos discursos publicados pelos sujeitos autistas diagnosticados tardiamente; (3) analisarmos como os diagnósticos tardios impactaram a constituição de uma nova identidade e novas formas de discursos; e (4) compreendermos a atuação do discurso como prática ideológica nos processos de assujeitamento e resistência.

No percurso analítico, evidenciamos que os discursos dos sujeitos autistas, ao serem publicados nas mídias sociais, em especial no *Instagram*, revelam-se como espaços de constituição e reinscrição identitária, materializando posições-sujeito historicamente determinadas. Como afirma Pêcheux (1990, p. 64), “o discurso não é a expressão de uma intenção individual, mas o resultado de uma posição ideológica em uma formação discursiva”. Assim, os sujeitos analisados não apenas diziam sobre si, mas se significavam por meio de redes de memória discursiva que lhes são anteriores.

O primeiro objetivo específico foi investigar se e como as mídias sociais influenciaram o processo de constituição da identidade do sujeito autista adulto — foi

alcançado ao constatarmos que as plataformas digitais operam como dispositivos de subjetivação. Nesses espaços, os sujeitos não apenas encontram visibilidade, mas também produzem movimentos de resistência frente aos sentidos hegemônicos historicamente construídos sobre o autismo. Como afirma Orlandi (2001, p. 23), “o espaço da linguagem é o espaço do possível para o sujeito”, o que se evidencia na forma como os autistas diagnosticados tardiamente produzem novos sentidos sobre si mesmos, tensionando e deslocando a normatividade discursiva que tende a homogeneizar suas experiências.

Nesse contexto, Cris Dias (2008) observa que as mídias digitais funcionam como territórios de discursos nos quais os sujeitos negociam identidades, constroem redes de pertencimento e disputam os sentidos que circulam socialmente. Essa perspectiva dialoga com Orlandi (2007, p. 23), para quem “o espaço da linguagem é o espaço do possível para o sujeito”, evidenciando que, ao se apropriarem desses ambientes virtuais, os autistas diagnosticados tardiamente produzem novos sentidos sobre si mesmos, desestabilizando discursos dominantes e instaurando outras formas de dizer-se.

Articulando com Pêcheux (1975/1988), compreendemos que essas plataformas funcionam como espaços discursivos atravessados por formações ideológicas, nos quais o sujeito não é um emissor autônomo, mas um efeito da linguagem e da história. Ao se reinscreverem nesses espaços, os sujeitos autistas não apenas contestam estereótipos, mas também instauram movimentos de resistência que deslocam a normatividade discursiva, reinscrevendo a experiência autista no campo da neurodiversidade e da militância.

Quanto ao segundo objetivo específico, a pesquisa permitiu identificarmos os efeitos de sentido presentes nos discursos publicados pelos sujeitos autistas diagnosticados tardiamente, evidenciando movimentos de ruptura com estigmas passados e emergência de sentidos que articulam pertencimento, compreensão e legitimidade social. Os efeitos de sentido, segundo Malidier (2003, p. 142), “são produzidos na relação entre o sujeito, a memória e a ideologia; eles não pertencem ao sujeito, mas o constituem”. Essa perspectiva possibilitou-nos compreender como os sentidos de exclusão, inadequação e “estranhamento” foram ressignificados no processo discursivo.

No terceiro objetivo específico, buscamos analisar como os diagnósticos tardios impactaram a constituição de uma nova identidade e novas formas de discursos. Os resultados indicaram que o diagnóstico na vida adulta atuou como operador discursivo, instaurando deslocamentos nos sentidos anteriormente estabilizados sobre a própria história. O sujeito passou a inscrever-se em uma nova formação discursiva, o autismo,

que reorganizou suas memórias e discursos. Como enfatiza Orlandi (2008, p. 31), “o sujeito não é o dono do sentido, mas o lugar em que o sentido se constrói e se desconstrói”.

Em relação ao quarto objetivo específico, que consistiu em compreendermos a atuação do discurso como prática ideológica nos processos de assujeitamento e resistência, observamos que os discursos analisados se constituíram em meio a interpelações ideológicas. Contudo, eles também revelaram práticas de resistência, nas quais os sujeitos se apropriaram da nomeação “autista” não como rótulo, mas como identificação política e cultural. Pêcheux (2006, p. 90) lembra que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, mas também houve deslocamentos possíveis nas falhas do interdiscurso, o que permitiu ao sujeito resistir e ressignificar.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que a análise dos efeitos de sentido nos discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente, publicados no Instagram, evidenciou como esses sujeitos constituem suas identidades discursivas por meio da linguagem, da memória e da ideologia. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, a identidade não é uma essência fixa, mas um efeito de sentidos, como apontam Pêcheux e seus continuadores. Ela se produz na tensão entre o já-dito e o dizer possível, entre o assujeitamento e a resistência, entre a ordem do discurso e suas falhas. Como afirma Pêcheux (2009, p. 52):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe ‘em si mesmo’. Ele é determinado pelas posições ideológicas que estão inscritas nas formações discursivas em que essas palavras, expressões e proposições são produzidas. (Pêcheux, 2009, p. 52)

Dessa forma, compreender os processos de constituição da identidade autista implica reconhecer que os sentidos não são fixos nem transparentes, mas resultam de disputas históricas e ideológicas que atravessam o discurso. Ao reinscreverem-se nas mídias digitais, os sujeitos autistas diagnosticados tardiamente produzem deslocamentos, questionando estereótipos e instaurando novas possibilidades de dizer-se, o que revela a potência da linguagem na construção de identidades e na produção de resistências.

A presente pesquisa, ao articular os pressupostos da Análise do Discurso de linha Francesa com os discursos de sujeitos diagnosticados com autismo na vida adulta, contribuiu de forma significativa para o avanço dos Estudos da Linguagem, especialmente no que tange à compreensão das relações entre linguagem, identidade e exclusão social.

Ao deslocar o olhar clínico e patologizante tradicionalmente associado ao autismo para uma abordagem discursiva e ideológica, esta investigação inaugurou novas possibilidades de leitura da constituição subjetiva e das disputas de sentidos que atravessam os modos de dizer e silenciar sobre si. Como afirma Orlandi (2021, p. 65):

O silenciamento não é ausência de sentido, mas um funcionamento do discurso que produz apagamentos, deslocamentos e resistências, revelando a relação de forças entre diferentes formações discursivas. (Orlandi, 2021, p. 65).

Essa perspectiva evidencia que o silenciamento não atua apenas como interdição, mas também como condição de possibilidade para o surgimento de novos sentidos e posicionamentos subjetivos. A partir desse percurso, abrem-se novas perspectivas de pesquisa no âmbito do programa, como: o aprofundamento das análises acerca dos efeitos de silenciamento presentes nos discursos institucionais; a ampliação dos estudos sobre a memória discursiva em contextos digitais; e o exame das formas de resistência e reinscrição simbólica promovidas por sujeitos neurodivergentes nas redes sociais.

Além disso, esta pesquisa propôs a continuidade dos estudos sobre o autismo não apenas como categoria clínica, mas como posição discursiva, que desafia os modos hegemônicos de significar a diferença. Tal abordagem pôde ser expandida para outros marcadores sociais (como gênero, racialização e deficiência), possibilitando um diálogo interdisciplinar entre linguagem, políticas de identidade e justiça simbólica.

Nesse sentido, este trabalho posicionou-se como contribuição inaugural e provocadora no campo de linguagem, abrindo caminho para investigações futuras que pensem a linguagem como lugar de resistência, produção de subjetividade e transformação social.

Dessa forma, esta pesquisa também contribuiu para aprofundarmos a reflexão sobre os modos de produção de subjetividade no contexto das mídias digitais, ressaltando o papel fundamental da linguagem na constituição de sujeitos historicamente silenciados.

O discurso dos sujeitos autistas, ao circular nesses espaços, não apenas revelou novos efeitos de sentido, mas os transformaram, constituindo novas possibilidades de existência e pertencimento no tecido social.

Diante dos caminhos trilhados, esta investigação reafirma a força da linguagem como lugar de constituição e reinscrição identitária, especialmente para sujeitos historicamente silenciados. É nesse espaço simbólico que se operam deslocamentos,

resistências e novas formas de pertencimento, revelando que os sentidos não se fixam, mas se movem no tempo e na história. Assim, compreender o discurso é também compreender os modos como o sujeito se faz e se refaz nas tramas ideológicas que atravessam a vida social.

Ao chegar ao seu termo, esta investigação não se esgota; antes, projeta novas indagações que se apresentam como vias fecundas para a ampliação dos estudos discursivos sobre o autismo.

Entre essas questões, sobressaem: como os discursos institucionais ainda operam silenciamentos e estereótipos sobre o autismo adulto, e de que forma tais sentidos são tensionados nas redes sociais? De que maneiras a memória discursiva sedimentada historicamente é reinscrita e transformada nos espaços digitais por sujeitos neurodivergentes? Como outros marcadores sociais, como gênero, raça e classe, interagem com a posição-sujeito autista na produção de sentidos sobre pertencimento e exclusão? E, por fim, em que medida o diagnóstico tardio funciona como operador discursivo capaz de reorganizar narrativas de vida e inaugurar novas formas de resistência?

Essas indagações, embora aqui circunscritas ao *Instagram*, podem se desdobrar em novas pesquisas que investiguem outras plataformas, como *Twitter/X*, *TikTok*, *Facebook* e *YouTube*, cada qual com suas dinâmicas discursivas próprias, modos de interação e possibilidades de circulação de sentidos. Tais ambientes configuram diferentes formas de produção e disputa de significados, potencializando novas estratégias de visibilidade e de resistência, mas também impondo outros modos de vigilância, regulação e apropriação dos discursos.

Assim, reafirma-se que, no horizonte da Análise do Discurso, o sujeito e seus dizeres permanecem em constante devir, demandando olhares atentos às múltiplas formas de significar-se no mundo e às variadas materialidades e cenários onde essas significações se inscrevem.

Encerrar esta pesquisa é, para mim, mais do que concluir uma etapa acadêmica: é reconhecer o quanto o contato próximo e atento com sujeitos autistas transformou minha forma de compreender a linguagem, o discurso e, sobretudo, o humano. Ao ouvir suas vozes, percebi que cada enunciado carrega histórias, resistências e afetos que ultrapassam qualquer diagnóstico.

Essa vivência ampliou meu olhar como pesquisadora e como fonoaudióloga, tornando meu trabalho mais ético, mais empático e mais comprometido com a escuta

verdadeira. Hoje, carrego comigo não apenas novos saberes teóricos, mas uma convicção ainda mais forte de que o lugar da minha atuação é, também, um espaço de acolhimento e de construção conjunta de sentidos, onde cada sujeito possa existir e falar a partir de si, sendo reconhecido em sua singularidade.

Esta pesquisa também demonstrou que a constituição da identidade autista é atravessada por complexas relações entre formações discursivas, posições-sujeito e memória discursiva, evidenciando que o sujeito não é origem dos sentidos que produz, mas um efeito da linguagem, da história e da ideologia (Pêcheux, 1975/1988). Ao analisar os discursos de sujeitos autistas diagnosticados tardiamente no *Instagram*, foi possível compreender que as plataformas digitais funcionam como espaços de resistência simbólica, nos quais sentidos historicamente estabilizados são tensionados e novas possibilidades de dizer-se emergem.

Nesse movimento, os sujeitos autistas não apenas contestam imagens cristalizadas que reduzem suas experiências, como os estereótipos de “anjos” ou “azuis”, mas produzem deslocamentos discursivos que reinscrevem suas vozes em espaços sociais e simbólicos, afirmando a neurodiversidade e reivindicando reconhecimento. Como destaca Orlandi (2021), o silenciamento não significa ausência de sentido, mas um funcionamento discursivo que evidencia relações de força: ele tanto apaga quanto provoca o surgimento de novas formas de subjetivação.

Ao propor um deslocamento do olhar clínico e patologizante para uma abordagem discursiva e ideológica, esta tese contribui para compreender o autismo não como um dado natural ou uma identidade fixa, mas como um processo histórico, simbólico e heterogêneo, no qual os sujeitos constroem, desconstroem e reconstroem seus modos de existência na e pela linguagem. Essa perspectiva amplia o campo de estudos ao evidenciar que os discursos que circulam sobre o autismo são territórios de disputa e que, ao reinscreverem-se nesses espaços, os sujeitos produzem novos sentidos, deslocam posições históricas de exclusão e reivindicam visibilidade no imaginário social contemporâneo.

Por fim, esta investigação não apenas cumpriu seus objetivos analíticos, mas também abriu caminhos para futuras pesquisas sobre os efeitos de silenciamento nos discursos institucionais, a memória discursiva em contextos digitais e as formas de resistência e reinscrição simbólica de sujeitos neurodivergentes nas redes sociais. Com isso, reafirma-se que a linguagem não é neutra, mas o próprio lugar de produção de

sentidos e de constituição do sujeito, espaço onde se materializam as lutas simbólicas por reconhecimento, identidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Heloisa Cristina Oliveira. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta: uma scoping review**. Id on Line Revista de Psicologia, v. 18, n. 71, p. 1–18, 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2013.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em Psicologia, São Paulo, v. 2, p. 1–15, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995

ARTONI, André Aparecido. et al. **Aplicação de aprendizado de máquina para auxílio no diagnóstico do transtorno do espectro do autismo em adultos**. Nuevas Ideas en Informática Educativa, v. 14, p. 167–173, 2018.

ASPERGER, H. Die “Autistischen Psychopathen” im Kindesalter. *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*, v. 117, p. 76-136, 1944.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco Baptista. **Autismo infantil: um algoritmo clínico**. São Paulo: Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina da USP, 1993.

ATTWOOD, Tony. **A síndrome de Asperger: guia para pais e profissionais**. Tradução de Cássia Zanon. São Paulo: M. Books, 2018

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso**. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso, espaço, memória**. Campinas: Pontes, 1990. p. 13-34.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, Maria Karla. **Viver conectado, subjetividade no mundo contemporâneo**. Ide (São Paulo), São Paulo, v. 35, n. 55, p. 89–101, 2013.

BARBOSA, Maria Olívia; BARROS, Maria Luciana Nunes Lopes; FUMES, Neiza Lucia Ferreira. **A síndrome de Asperger e a inclusão escolar em contextos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. Anais do VI Encontro

Alagoano de Educação Inclusiva/I Encontro Nordestino de Inclusão na Educação Superior, Maceió, AL: UFAL, 2015. v. 1, p. 1–4.

BARBOSA, Maria Olívia; FUMES, Neiza Lucia Ferreira. **O bullying e Educação Física escolar: relatos de alunos com surdez.** Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, v. *S1A*, p. 337–352, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELING, Fabro. **As 10 maiores redes sociais em 2022.** Oficina da Net, Brasil, p. 1, 7 mar. 2022.

BITTENCOURT, Ivanise Gomes de Souza; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **O cenário das pesquisas no âmbito das experiências de vida narradas por pessoas adultas com TEA.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47752–47765, 2020.

BLEULER, E. **Dementia Praecox oder Gruppe der Schizophrenien.** Leipzig: Franz Deuticke, 1911.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA).** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BETTELHEIM, Bruno. **A fortaleza vazia: o autismo infantil e o nascimento do self.** São Paulo: Martins Fontes, 1987. Tradução de The Empty Fortress: Infantile Autism and the Birth of the Self, 1967.

BRECHERET, Paulo. **História da psiquiatria infantil: uma visão geral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** 2. ed. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CARBONE, Paul S. et al. **Primary care for children with autism.** American Family Physician, v. 81, n. 4, p. 453–460, 2010.

CARVALHEIRA, Gabriela; VERGANI, Nathalia; BRUNONI, Decio. **Genética do autismo.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 2004.

CARVALHO, Aline Cristina; CARVALHO, Ana Cláudia. **Plano individual de transição para vida adulta para pessoas com deficiência intelectual**. In: Anais do V CEDUCE. Campina Grande: [s.n.], 2018.

CATÃO, Inês; VIVÈS, Jean-Michel. **Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo**. Estudos de Psicanálise, São Paulo, n. 36, p. 83–92, 2011.

CIRINO, Octavio. **Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COURTE, Jérémie William Pierre et al. **Narrativas de um diagnóstico tardio de um adulto com TEA e disfunção de integração sensorial: um estudo de caso**. ResearchGate, 2024.

CRESPIN, Geneviève. **A clínica precoce: o nascimento do humano**. Coleção Primeira Infância. Organização de Claudia Mascarenhas Fernandes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CUNHA, Eulina. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

DE SOUZA BITTENCOURT, Isabela Guimarães; FUMES, Neiza Lucia Ferreira. **O cenário das pesquisas no âmbito das experiências de vida narradas por pessoas adultas com TEA**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 47752–47765, 2020.

DESPERT, Jules. Louise. **Schizophrenia in Children**. American Journal of Orthopsychiatry, v. 8, p. 298-307, 1938.

DIAS, Cristiane. **As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias**. In: A língua e o invisível – O Discurso e a Análise do Discurso. São Paulo: Escuta, 1988.

DIAS, Cristiane. **Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital**. Santa Maria: UFSM/PPGL, 2008.

DIAS, Cristiane. **e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano**. In: DIAS, Cristiane (org.). E-urbano [online]. Campinas: Labeurb-Nudecri/Unicamp, 2011.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. Tradução de Luiz A. de Araujo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ESTECIO, Maria Regina Helena; FETT-CONTE, Ana Célia; SILVA, André Esteves. **Relevância da genética na etiologia do autismo**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2002. Disponível em: <http://www.bases.bireme.br>.

EVÊNCIO, Kátia Maria; MENEZES, Hellen Cristine de Souza; FERNANDES, Gabriella. **Transtorno do Espectro do Autismo: considerações sobre o diagnóstico**. Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia, v. 13, n. 47, p. 234–251, 2019. ISSN: 1981-1179.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, Aline Bicalho; OLIVEIRA, Eliana Cazetta de. **Sobre o tratamento analítico de um caso de autismo: linguagem, objeto e gozo**. Fractal: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 63–80, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/bGfgzTGbz7rk5vRyKmd5QZb/>. Acesso em: 31 maio 2025.

FREUD, Sigmund. **Uma neurose infantil e outros trabalhos**. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUSAR-POLI, Paolo; SULLIVAN, Sarah A.; SHAH, J. L.; UHLHAAS, Peter J. **Improving the detection of individuals at clinical risk for psychosis in the community, primary and secondary care: an integrated evidence-based approach**. Frontiers in Psychiatry, v. 10, p. 774, 2019.

FUSAR-POLI, Lorenzo; BRONDINO, Nicolò; POLITI, Pierluigi; AGUGLIA, Eugenio. **Missed diagnoses and misdiagnoses of adults with autism spectrum disorder**. European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience, 2020, p. 1–12.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, SP: RG, 2010.

GERALDO, Débora Cristina; TAMANAHA, Ana Carolina. **Diagnóstico precoce de autismo e a importância da atenção fonoaudiológica**. Revista CEFAC, São Paulo, v. 22, n. 4, e22219, 2020.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Camila Gonçalves da Silva. **Desempenhos emergentes e leitura funcional em crianças com transtorno do espectro autístico**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GOULD, Judith; WING, Lorna. **The Centre for Social and Communication Disorders: A model service for autism and related conditions**. British Journal of Special Education, v. 18, n. 2, p. 82-85, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8578.1991.tb00597.x>.

GOUVEA, Maria Aparecida. **História da deficiência mental: da idiotia à inclusão**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 2, p. 197–216, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13–21, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso**. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João, 2007. p. 13–31.

HONÓRIO, Maria Aparecida. **Leitura como processo discursivo: a presença do outro na construção dos sentidos**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

HUANG, Yennie; ARNOLD, Samantha R. C.; FOLEY, Kristelle R.; RICHDALÉ, Amanda L. **Diagnóstico e características do transtorno do espectro autista na idade adulta**. Autism, v. 24, n. 1, p. 188–201, 2020.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (orgs.). A memória na cena do discurso. [S.l.: s.n.], [s.d.].

KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, v. 2, p. 217–250, 1943.

KOHAN, W. O. **A infância da educação: o conceito devir-criança**. In: KOHAN, W.O (Org.). Lugares da Infância. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (O Seminário, livro 5, 1957–1958).

LACAN, Jacques. **A identificação**. In: O Seminário, livro 9. Inédito, 1961–1962.

LACAN, Jacques. **Le désir et son interprétation**. *Séminaire, 1958–1959*. Paris: Association Freudienne Internationale, 1959.

LACAN, Jacques. **O sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (O Seminário, livro 23, 1975–1976).

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (O Seminário, livro 11).

LACAN, Jacques. **O Seminário: livro 10**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise**. (1969-1970). Tradução de Ari Roitman e Inês Oseki-Depré. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LAWALL, Alice; RIBEIRO, Anna. **Do sintoma ao diagnóstico: evolução das caracterizações nosográficas do autismo do século XX ao XXI**. Cadernos de Psicologia, Centro Universitário das Guararapes, v. 4, n. 7, 2022.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. **O nascimento do outro**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Salvador: Fator, 1984.
- LÉVI, Violeta. **A boca como espaço simbólico nos provérbios**. Paremia, n. 6, p. 57-63, 2006
- LOVAAS, Ole Ivar. **Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children**. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 55, n. 1, p. 3-9, 1988.
- LORD, Catherine et al. **Autism spectrum disorder**. *The Lancet*, London, v. 392, n. 10146, p. 508–520, 2020.
- MACHADO, Lia. **Identidade e diferença: a construção da identidade e a diferença na contemporaneidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 45–66.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MALEVAL, Jean-Claude. **Por que a hipótese de uma estrutura autística? Opção lacaniana** online, ano 6, n. 18, p. 1–40, 2015.
- MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e a sua voz**. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Blucher, 2017.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922–1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MENEZES, Maria Zenaide Monteiro. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta**. 2020. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2020.
- MITTMANN, Solange. **Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- MODABERNIYA, Mohammad J.; et al. **Environmental and genetic factors in the etiology of autism spectrum disorders: a population-based study**. *JAMA Psychiatry*, v. 71, n. 4, p. 410-418, 2014.
- MODABBERNIA, Amirhossein; VELTHORST, Eva; REICHENBERG, Abraham. **Environmental risk factors for autism: an evidence-based review of systematic reviews and meta-analyses**. *Molecular Autism*, London, v. 8, n. 1, p. 13, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana. **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MONTE-SERRAT, Dionéia; TFOUNI, Leda Verdiani. **A tragicidade do sujeito do discurso.** Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 35–44, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v17n1/04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MORAES, Boninne Monalliza Brun. **Fronteira discursiva: o discurso escolar e familiar frente à materialidade do laudo de transtorno do espectro autista.** 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2018.

MOURA, Vanessa Aparecida; CAMPANHOLE, Silvana Garcia. **Entre o eu e o outro nas relações de subjetividade nas redes sociais.** Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política, v. 6, n. 16, p. 41–64, 2013. ISSN 1982-6672.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso.** In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MUTTI, Regina Maria Varini. **Memória no discurso pedagógico.** In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 265–276.

NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral. Resolução 62/139, de 18 de dezembro de 2007.** Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. Nova York: ONU, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/autism-day>.

NALIN, Luciana Maria; MATOS, Bruna Aparecida de; VIEIRA, Gabriel Gonçalves; ORSOLIN, Patrícia Cristina. **Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos.** Research, Society and Development, v. 11, n. 16, [s.p.], 2022.

NATIONAL AUTISTIC SOCIETY. **The Lorna Wing Centre for Autism.** Londres: NAS, 2008. Disponível em: <https://www.autism.org.uk>. Acesso em: 11 ago. 2025.

NAZEER, Kamran. **Laissez entrer les idiots.** Paris: Oh Editions, 2006.

OLIVEIRA, Mariana Teixeira de. **Considerações acerca da natureza da captura de uma criança autista pela linguagem.** Revista Intercâmbio, Curitiba, n. 50, p. 69–81, 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito.** In: ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. Sujeito e texto. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso, subjetividade e história.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Do sujeito na história e no simbólico.** In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 65–73.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A incompletude do sujeito** – e quando o outro somos nós? In: ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. *Sujeito e texto*. São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. *ComCiência*, v. 6, n. 89, 2007. Disponível em: <https://comciencia.br/dossies-73-184/web/handler2f25.html?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e educação: questões de análise**. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Não ao outro, mas o diferente**. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **No limiar da cidade**. *RUA (UNICAMP)*, número especial, p. 7–19, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é sujeito**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

ORRU, Silvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 67–77, 2009.

OZONOFF, Sally; YOUNG, Gregory S.; BAGUIO, Filotea. **Early identification of autism spectrum disorder: recommendations for practice and research**. *Pediatrics*, Elk Grove Village, v. 142, supl. 2, p. S1–S9, 2018.

PAIVA Junior., Francisco. **Só um censo pode dimensionar o autismo no Brasil**. *Revista Autismo*, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Organização de Julia Lourenço Costa; Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel. [1971]. **Língua, linguagem, discurso**. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Abertura do colóquio**. In: BERNARD, Conein et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014 [1969/1990].

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: teoria e método**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: uma abordagem crítica**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de La Palice**. Paris: Éditions Sociales, 1975.

PÊCHEUX, Michel. **A língua e o invisível: o discurso e a análise do discurso**. São Paulo: Escuta, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Edunicamp, 1975/1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163–252.

PÊCHEUX, Michel; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. **La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours**. *Langages*, v. 24, [s.p.], 1971. Tradução provisória de Roberto Leiser Baronas.

PEREIRA, Ana Carolina Silva; BARBOSA, Maria Olívia; SILVA, Giselle Gomes; ORLANDO, Renata Moreira. **Transtorno do espectro autista (TEA): definição, características e atendimento educacional**. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 191–212, 2015.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PINEL, Philippe. **Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie**. Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco. Revisão técnica de Mário Eduardo Costa Pereira. Paris: Richard, Caille e Ravier, 1801. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 7, n. 3, 2004.

RIBEIRO, M. **A escuta do autismo na psicanálise: linguagem e subjetividade.** *Revista A peste: revista de psicanálise e sociedade e filosofia*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 41-50, 2013.

SANTOS, Maria. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta.** *Revista de Psicologia*, v. 18, n. 71, p. 1–18, 2022.

SILVERMAN, Chloe. **Understanding Autism: Parents, Doctors, and the History of a Disorder.** Princeton: Princeton University Press, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Transtorno do espectro autista: manual de orientação.** Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Rio de Janeiro: SBP, 2019.

SCHMIDT, Rebecca J.; TANCREDI, Daniel J.; OZONOFF, Sally. **Maternal lifestyle and environmental risk factors for autism spectrum disorders.** *International Journal of Epidemiology*, Oxford, v. 48, n. 2, p. 432–447, 2019.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Asperger. In: GUAUDERER, Eduardo C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais.** Brasília: CORDE, 1993.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtornos do espectro do autismo: conceitos e generalidades.** In: SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Cláudia A. **Transtornos do espectro do autismo – TEA.** São Paulo: Memnon, 2011. p. 37–42.

SCHWARTZMAN, José Salomão; ASSUMPÇÃO, Francisco Baptista (e col.). **Autismo infantil.** São Paulo: Memnon, 1995.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Aline Cristina Ferreira et al. **Diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos: implicações para o tratamento e intervenção.** *Revista Fisioterapia em Movimento*, v. 36, n. 1, p. 1–10, 2023.

SILVA, Cátia Lúcia. **Vida adulta e envelhecimento com TEA: tratamento, prognóstico e dificuldades segundo profissionais.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2017.

SILVA, Maria Fernanda Barboza; ROSA, Juliana Campos. **O impacto do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista na vida adulta.** *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 15, n. 2, p. 45–52, 2019.

SILVA, Maria; MULICK, James A. **Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVERMAN, Chloe. **Understanding Autism: Parents, Doctors, and the History of a Disorder.** Princeton: Princeton University Press, 2012.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STELZER, Fabiano G. **Uma pequena história do autismo.** Cadernos Pandorga de Autismo. Rio Grande do Sul: Pandorga, 2010.

STILL, George Frederic. Some abnormal psychical conditions in children: The Goulstonian lectures. *The Lancet*, London, v. 159, n. 4105, p. 1008–1012, 1902.

TEIXEIRA, Márcia. **O sujeito é o outro? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise.** Letras de Hoje, v. 32, n. 1, 1997.

TELLES, C. M. **O sujeito e a ideologia na Análise do Discurso.** Fragmentum, Santa Maria, n. 34, p. 7-15, 2012.

VOLKMAR, Fred R.; PAULS, David. **Autism.** The Lancet, v. 362, n. 9390, p. 1133-141, 2003.

VORCARO, Angela; LUCERO, Ana. **Entre real, simbólico e imaginário: leituras do autismo.** Psicologia Argumento, Curitiba, v. 28, n. 61, p. 147–157, 2010.

WING, Lorna. **Asperger's Syndrome: A Clinical Account.** Psychological Medicine, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 115-129, 1981. DOI: WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7–72.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Autism spectrum disorders.** Geneva: WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>.

ZHANG, X. et al. **Environmental and genetic factors in autism: A population-based study in Sweden.** Journal of the American Medical Association, Chicago, v. 311, n. 17, p. 1770-1777, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.2014.4144>.

ZANON, Renata Basso; LEMOS, Cláudia Cardoso dos Santos; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. **Rastreamento precoce do transtorno do espectro autista: desafios e possibilidades.** Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 1–10, 2021.

ZWAIGENBAUM, Lonnie *et al.* **Early intervention for children with autism spectrum disorder under 3 years of age: recommendations for practice and research.** Pediatrics, Elk Grove Village, v. 136, supl. 1, p. S60–S81, 2015.

WEB REFERÊNCIAS

BRASIL. **Brasil tem 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo, aponta Censo; homens são maioria.** G1, 23 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/05/23/brasil-tem-24-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-aponta-censo-homens-sao-maioria.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2025

BRASIL. **Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2019. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113861.htm. Acesso em: 27 ago. 2025

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Data and Statistics on Autism Spectrum Disorder. Atualizado em 27 maio 2025.** Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PAIVA JR., Francisco. **Novo estudo do CDC sugere prevalência de 1 autista a cada 44 crianças nos EUA.** Tismoo, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://tismoo.us/destaques/novo-estudo-do-cdc-sugere-prevalencia-de-1-autista-a-cada-44-criancas-nos-eua/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

RIBEIRO, Maiara. **Síndrome de Asperger é a mesma coisa que autismo?** Canal Drauzio Varella, publicado em 04 ago. 2020; revisado em 26 mar. 2024. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/pediatria/sindrome-de-asperger-e-a-mesma-coisa-que-autismo/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SOCAS, Ricardo. **Infância.** Disponível em: <https://www.elcastellano.org/palabra/infancia>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA. **Três mil anos de estudo: a história da patologia.** São Paulo, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://www.sbp.org.br/tres-mil-anos-de-estudo-a-historia-da-patologia/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SOCIEDADE AUTISMO E REALIDADE. **A genética do autismo.** Publicado em 22 abr. 2020. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/04/22/a-genetica-do-autismo>. Acesso em: 27 ago. 2025.

WIKIPÉDIA. **Censo demográfico no Brasil.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Censo_demogr%C3%A1fico_no_Brasil. Acesso em: 27 ago. 2025

ANEXOS

Anexo 1

15 DESLOCAMENTO PARA TRABALHO (PARA PESSOA QUE TRABALHA)	
ATENÇÃO: Apenas para pessoas que responderam "Sim" em um dos quesitos de 14.01.1 a 14.01.5 - Bloco de trabalho	
15.01 EM QUE MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA? ☐ 1 - APENAS EM CASA OU NA PROPRIEDADE ☐ 2 - FORA DE CASA E DA PROPRIEDADE ☐ 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO DO BRASIL ☐ 4 - EM OUTRO PAÍS ☐ 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS NESTE MUNICÍPIO Se (questão 15.01 igual a 1 ou 5), encerre o bloco e siga para 16.01 Se (questão 15.01 igual a 2), passe para 15.02 Se (questão 15.01 igual a 3), siga para 15.01.1 Se (questão 15.01 igual a 4), passe para 15.01.3	15.01.1 ESTADO: 15.01.2 MUNICÍPIO: 15.01.3 PAÍS:
15.02 RETORNA DO TRABALHO PARA CASA 3 DIAS OU MAIS NA SEMANA? (Considerar a semana de 7 dias)	
15.03 QUANTO TEMPO LEVA ENTRE SUA CASA E O LOCAL DE TRABALHO NORMALMENTE?	
15.04 QUAL O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA CHEGAR AO LOCAL DE TRABALHO?	
16 MORTALIDADE (PARA DOMÍLIOS PARTICULARES)	
16.01 DE JANEIRO DE 2019 A JULHO DE 2022, FALECEU ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S)? (Inclusive recém-nascidos e idosos)	
16.02.1 NOME:	
16.02.2 SOBRENOME:	
16.03 MÊS E ANO DE FALECIMENTO:	
16.04 SEXO:	
16.05 IDADE AO FALECER	
16.05.1 1 ANO OU MAIS: (1 A 140)	
16.05.2 MENOS DE UM ANO: (0 A 11)	
17 AUTISMO (PARA TODAS AS PESSOAS)	
17.01 JÁ FOI DIAGNOSTICADO(A) COM AUTISMO POR ALGUM PROFISSIONAL DE SAÚDE?	

18 PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES (PARA TODAS AS PESSOAS)	
18.01 ASSINALE QUEM PRESTOU AS INFORMAÇÕES DESTA PESSOA: ☐ 1 - A PRÓPRIA PESSOA ☐ 2 - OUTRO MORADOR ☐ 3 - NÃO MORADOR Se (questão 18.01 igual a 1 ou 3), encerre a entrevista Se (questão 18.01 igual a 2), siga para 18.02	18.02 NOME DO OUTRO MORADOR: _____ Encerre a entrevista
19 DADOS DE CONTATO	
19.01 NOME: _____ 19.02 EMAIL: _____ 19.03 TELEFONE: ☐ 1 - FIXO ☐ 2 - MÓVEL 19.03.1 NÚMERO: _____ 19.04 CPF: _____	

Fonte: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/09/05/censo-2022-saiba-as-diferencas-entre-os-questionarios-do-ibge.ghtml>

Anexo 2



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 17.

Parágrafo único. Os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, em consonância com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Luiz Pontel de Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.7.2019